



UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA

CRISTINE LOIS COLETI SIERRA

**MUSEU PARANAENSE DE CIÊNCIAS FORENSES: UM
ESTUDO A PARTIR DE FOUCAULT**

Londrina
2024

CRISTINE LOIS COLETI SIERRA

**MUSEU PARANAENSE DE CIÊNCIAS FORENSES: UM
ESTUDO A PARTIR DE FOUCAULT**

Tese apresentada à Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ensino de Ciências e Educação Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Moisés Alves de Oliveira
Coorientador: Prof. Dr. Sergio de Mello Arruda

Londrina
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Sierra, Cristine Lois Coleti.

Museu Paranaense de Ciências Forenses: um estudo a partir de Foucault / Cristine Lois Coleti Sierra. - Londrina, 2024.
206 f. : il.

Orientador: Moisés Alves de Oliveira.

Coorientador: Sergio de Mello Arruda.

Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática, 2024.
Inclui bibliografia.

1. Ciências Forenses - Tese. 2. Museu - Tese. 3. Ensino de Ciências - Tese. 4. Heterotopia - Tese. I. Oliveira, Moisés Alves de. II. Arruda, Sergio de Mello. III. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática. IV. Título.

CDU 37

CRISTINE LOIS COLETI SIERRA

MUSEU PARANAENSE DE CIÊNCIAS FORENSES: UM ESTUDO A PARTIR DE FOUCAULT

Tese apresentada à Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ensino de Ciências e Educação Matemática.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sergio de Mello Arruda
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dra. Angélica Cristina Rivelini
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
– UTFPR

Prof. Dra. Fabiele Cristiane Dias Broietti
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Hugo Emmanuel da Rosa Corrêa
Instituto Federal do Paraná – IFPR

Prof. Dra. Marinez Meneghello Passos
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 26 de agosto de 2024.

A Francisco, minha força e alegria.
A vida só fez sentido depois de conhecer esse
amor. O que era dor, virou cor.
Te amo.

AGRADECIMENTOS

Gratidão é a memória do coração.
Antístenes

Agradeço ao meu filho Francisco por ser a melhor pessoa que poderia me acompanhar por esta vida. Por ter sido uma criança compreensiva com as minhas ausências e carinhosa nos momentos juntos. Peço perdão por cada segundo que senti minha falta e se em algum momento você se sentiu desamparado. Te juro por tudo que há de mais sagrado que tentei e sempre tentarei ser a melhor mãe do mundo para ti, pois você não merece nada menos que isso. Você é a minha maior força, maior alegria e a razão do meu viver. Francisco, só encontrei sentido na vida depois da sua chegada, antes disso eu vivia esperando o dia de te conhecer e conhecer o nosso amor.

Agradeço a Deus e a São Francisco de Assis por serem alento em meio à solidão, esperança em meio à tormenta, alívio ao desespero. Eu não poderia suportar cada dia deste doutorado sem fé, e não teria chegado aqui sem Suas bênçãos. Por todas as graças me concederam, eu passaria uma vida de joelhos e testemunhando minha fé.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Sergio de Mello Arruda, por ter aceitado me orientar e não ter medido esforços para que eu pudesse terminar o doutorado. Agradeço pelos direcionamentos e apoio que me destes. Você é um grande exemplo de pesquisador, professor, orientador e ser humano para mim. Minha eterna gratidão.

Agradeço a todos os membros desta banca que aceitaram o desafio de me auxiliar e contribuíram imensamente para a construção desta tese e a compreensão que tiveram com o meu processo na jornada final deste doutorado. Agradeço à Prof. Dra. Angélica Cristina Rivelini pelas várias conversas heterotópicas, foucaultianas e maternas, pelo encorajamento e pela disponibilidade que sempre teve comigo. Agradeço à Prof. Dra. Fabiele Cristiane Dias Broietti, pelo respeito, profissionalismo e disposição com que conduziu os trâmites burocráticos que precisei enfrentar no momento mais delicado deste doutorado. Agradeço ao Prof. Dr. Hugo Emmanuel da Rosa Corrêa que aceitou compor banca tão rapidamente, e que de modo tão zeloso se propôs a ler e contribuir com este trabalho. Agradeço à Prof. Dra.

Marinez Meneghello Passos por ter sido sempre tão gentil comigo desde antes mesmo de eu me tornar aluna da Universidade Estadual de Londrina, pelas aulas excelentes que tive o privilégio de acompanhar durante a disciplina cursada. Agradeço ao Prof. Dr. Alfredo dos Santos Oliva pelas aulas lecionadas no YouTube, difundindo seu precioso conhecimento para tantas pessoas, dentre elas eu, que tanto pude aprender pelo seu canal. Agradeço à Prof. Dra. Pamela Emanuelli Alves Ferreira também pelo respeito, profissionalismo e disposição com que conduziu os trâmites burocráticos que precisei enfrentar no momento mais delicado deste doutorado. Agradeço à Prof. Dra. Irinéa De Lourdes Batista pelas excelentes aulas de História da Ciências, que muito contribuíram para minha formação acadêmica.

Agradeço à Universidade Estadual de Londrina e todos os seus trabalhadores por me acolherem e me proporcionarem toda estrutura necessária para realizar essa formação acadêmica. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática por me formarem enquanto Doutora em Ensino de Ciências e Educação Matemática e aos professores deste programa por todo conhecimento que compartilharam e compartilham conosco. Agradeço aos trabalhadores da Secretaria do PECEM, em especial à Secretária Cibele Candeo Leite, por todo trabalho burocrático que desempenham com agilidade e primor para que possamos ter as melhores condições possíveis para estudar. Agradeço ao Grupo de Pesquisa EDUCIM, pelo coleguismo com que me acolheu quando mais estive desamparada e vulnerável para poder seguir na pós-graduação. Espero que mesmo nessa passagem breve até o momento, daqui em diante possamos produzir muito juntos ainda.

Agradeço meu esposo, Milton Sierra Solano Lois, pela paciência. Posso imaginar que em muitos momentos tenha sido tão difícil para você quanto foi para mim. Você precisou amadurecer décadas em meses e viu comigo nosso casamento entrar em ruínas nesses anos do doutorado. Obrigada por ter tido amor, coragem e força de vontade em querer fazer tudo dar certo e por ter ficado ao meu lado. Não foi fácil, mas aqui estamos. Espero de todo coração que possamos seguir juntos para sempre.

Agradeço minha família pela compreensão e pelo apoio. Meu irmão Felipe Lois Coleti. Minha afilhada, Brigitte Ágatha Godinho Lois. Minha mãe, Tereza Cristina Simal Lois, e seu esposo, Pedro Rodrigues. Meus padrinhos, Rodrigo Simal Lois e Márcia Regina Bartnik Godinho Lois. Meus avós, José Simal Lois e Tereza Marli

Simal Lois. Minha cunhada, Barbara Crippa. Peço perdão pela ausência e agradeço por tudo que fizeram por mim. Dentre todas as nossas diferenças e dificuldades, seguimos e seguiremos, juntos e nos apoiando. Espero que toda essa batalha tenha valido a pena. Essa conquista também é de vocês. Agradeço meus cachorros, Paladino e Biscoito, pela lealdade, companheirismo e amor que me dão incondicionalmente. Sei que fui menos presente do que vocês gostariam e mereciam, peço perdão se não consegui retribuí-los à altura. Vocês me aproximam da paz e do sagrado.

Agradeço todo o pessoal que trabalha no Museu Paranaense de Ciências Forenses. O conhecimento técnico de vocês é imprescindível para manter viva a memória da História das Ciências Forenses no Paraná. Gostaria de agradecer em especial a Diretora do MPCF, Perita Oficial Fabíola Schützenberger Machado, sempre muito simpática e amável, manteve o Museu de portas abertas para que eu realizasse esta pesquisa e nunca negou qualquer ajuda que precisei da parte do Museu durante este trabalho. Também gostaria de agradecer o Sr. Joel Camargo, responsável por iniciar de maneira intensa e cultivar com tanta dedicação essa curadoria do que hoje é o Museu Paranaense de Ciências Forenses. Ao Museólogo Leonardo Bezerra da Silva, que com muita habilidade e conhecimento auxiliou na organização do acervo, transformando de fato, o que hoje é MPCF. A todos os profissionais da Polícia Científica do Estado do Paraná, meu respeito e agradecimento pelos serviços prestados. Esses poucos anos trabalhando com casos tão tristes já contribuíram para me causar algum nível de depressão, imagino o quão duro deve ser o dia a dia de vocês. Minha total admiração.

Agradeço à amiga Susan Caroline Camargo pela amizade, apoio, cumplicidade, companheirismo, irmandade e lealdade. Você ouviu minhas maiores tristezas com empatia e sororidade. Serei eternamente grata por ter conhecido você. Nunca esqueça o quanto você é gigante, amiga! Estarei sempre aqui para te ver brilhar! Agradeço ao amigo Matheus Eduardo Domingues de Godoy por dividir comigo as dores e as delícias de maternar/paternar na pós-graduação. Quero estar na plateia para assistir você vencer e aplaudindo suas conquistas, amigo! Agradeço ao amigo Valter Cardoso da Silva por todo conhecimento gigante que sempre compartilhou comigo de maneira tão gentil, acolhedora e humilde. Você me faz acreditar num ambiente acadêmico de excelência sem perder a humanidade. Você é incrível e merece colher todos os frutos que já têm colhido e todos os demais que ainda estão

por vir. Te desejo todo sucesso sempre! Agradeço ao amigo Gabriel Ginez Villarda que me apoiou e me acalmou nos piores dias desse doutorado. Você gostou de mim de graça e eu espero que se não eu, o Universo possa te retribuir todo o bem que você me fez. Que todo amor e bondade que você carrega no coração te traga muito sucesso! Quero que você seja sempre muito feliz, vencendo e brilhando! Agradeço também aos colegas que prestaram companhia e suporte, ora intelectual, ora emocional, ao longo destes anos de doutorado.

Agradeço minha Psicóloga, Gabriella de Fátima Ferreira Farias. Você foi fundamental para minha chegada até aqui. Sem seu trabalho extremamente talentoso, sua escuta ativa, os horizontes que me proporcionou enxergar e as reflexões que me pôs a pensar eu não conseguiria chegar aqui. Gratidão pela sua existência e por dedicar seu talento ao próximo. Agradeço minha Psiquiatra, Rafaela Aline Pansera Pelissari. Desses encontros do acaso que agradeço ter acontecido. Obrigado pelo seu conhecimento técnico impecável e seu tratamento humano diante do meu sofrimento. Minha gratidão pela atenção que me dispensou ao longo destes meses e por ter encontrado as moléculas que me apoiaram fisicamente. Agradeço minha Neuropsicóloga, Marianna Rodrigues Beltrão. Obrigada por ter ouvido com atenção minhas demandas, angústias e dificuldades. Gratidão pela seriedade e humanidade em realizar minha avaliação. Foi um choque ter me descoberto enquanto superdotada tão tardiamente e descobrir que não estou sozinha nessa, mas com o Francisco. Entender isso me fez olhar com mais entendimento e leveza para mim mesma, meu filho e para o mundo.

Agradeço ao Doutorando Pedro Manenti Vieira da Silva, que de forma totalmente altruísta e despretensiosa topou ter comigo os primeiros papos foucaultianos, possibilitando que eu abrisse os olhos para um universo de pesquisa. Agradeço ao filósofo George Crippa que me apoiou com aporte teórico essencial de filosofia durante este doutorado. Agradeço ao Dr. Dhyego Câmara de Araujo, tanto pelos papos e conhecimentos foucaultianos compartilhados comigo quanto pelo auxílio jurídico prestado que me deram segurança de seguir lutando pelo meu direito de estudar e ser respeitada.

Agradeço aos meus orientadores de graduação e mestrado, Prof. Dr. José Carlos Bianchi e Prof. Dra. Claudia Regina Xavier, por terem acreditado em meu potencial quando nem eu mesma acreditava nele. Agradeço (*in memoriam*) ao Prof. Dr. Mauricio Gomes de Andrade que nos levou pela primeira vez ao que hoje é o

Museu Paranaense de Ciências Forenses. Agradeço às professoras do CMEI Olga Benário Prestes, do Espaço Criar e à Técnica de Enfermagem Antônia Benedita Menesses Vieira, trabalhadoras da educação e da saúde, que muito cuidaram do meu filho quando eu mesma não pude, para que eu pudesse escrever essa tese.

Agradeço a contribuição de cada cidadão que, por meio da CAPES, financiou esta pesquisa em parte do curso. Espero que cada vez mais o trabalho na pós-graduação seja considerado como de fato o é e que os trabalhadores da pesquisa acadêmica sejam valorizados de fato.

Agradeço a sororidade e disponibilidade recebida do Movimento Parent In Science e das companheiras que se mantiveram disponíveis quando sofri perseguições, retaliações e assédio moral em âmbito acadêmico. Vocês foram importantíssimas para que eu estivesse hoje aqui não apenas defendendo esta tese, mas viva.

Meu respeito e gratidão a cada ser humano que hoje repousa no Museu Paranaense de Ciências Forenses.

Por fim, não posso esquecer de me agradecer. Cada lágrima que derrubei doeu mais que cada tapa na cara para não cochilar na estrada. A humilhação, as violências, a depressão, a suspeita de câncer, as dívidas, uma pandemia, uma crise hídrica, um racionamento de água, nada me parou nesse processo. Não sei se venci esse doutorado, mas terminei.

É por isso que devo lutar sem cansaço. Lutar pelo direito que tenho de ser respeitado e pelo dever que tenho de reagir a que me destratem. Lutar pelo direito que você, que me lê, professora ou aluna, tem de ser você mesma e nunca, jamais, lutar por essa coisa impossível, acinzentada e insossa que é a neutralidade. Que é mesmo a minha neutralidade senão a maneira cômoda, talvez, mas hipócrita, de esconder minha opção ou meu medo de acusar a injustiça? “Lavar as mãos” em face da opressão é reforçar o poder do opressor, é optar por ele. Como posso ser neutro diante da situação, não importa qual seja ela, em que o corpo das mulheres e dos homens vira puro objeto de espoliação e de descaso?

Paulo Freire

RESUMO

SIERRA, Cristine Lois Coleti. **Museu Paranaense de Ciências Forenses**: um estudo a partir de Foucault. 2024. 206 f. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Educação Matemática, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2024.

O Museu Paranaense de Ciências Forenses (MPCF) embora tenha passado pela sua institucionalização formal apenas no ano de 2022, durante algumas décadas tem angariado em seu acervo diversas peças anatômicas, instrumentos utilizados em investigações criminais e realizado visitas técnicas que auxiliaram na formação acadêmica de diversos profissionais das áreas da Saúde e do Direito da região. No entanto, nos últimos anos, seu movimento de abertura ao público deu possibilidade para que o conhecimento, até então restrito a uma parcela da população, passasse a poder circular entre outras pessoas. Observar essa circulação de saber, de conhecimento científico é interessante e produtivo para quem se propõem a pensar sobre o Aprender e o Ensinar Ciências. Sendo assim, a pesquisa consistiu em buscar respostas para três questões de pesquisa: 1) O MPCF pode ser caracterizado como uma heterotopia?; 2) Que movimento é realizado pelo MPCF entre os anos de 2008 e 2023 no que diz respeito a sua espacialidade?; e 3) Em que medida há um aprofundamento do caráter heterotópico do MPCF entre os anos de 2008 e 2023?. Para realizar a pesquisa, utilizaram-se de maneira geral conceitos desenvolvidos por Michel Foucault, em especial o de heterotopia, a partir do qual podemos pensar sobre relações de poder e saber e de discurso que permeiam este espaço museal estudado. A metodologia aplicada nesta pesquisa foi elaborada fundamentada a partir da teoria dos conceitos de precauções de métodos e análise do discurso foucaultianos. Sendo assim, foram realizadas sete visitas aos espaços do MPCF entre os anos de 2008 e 2023. Nas ocasiões foram observados, registrados e analisados o acervo do museu, o espaço dedicado à instituição, a modo de visita, o direcionamento ao público e eventuais discursos produzidos então. Nestas visitas, observaram-se três aspectos elementares, cada um deles a fim de responder respectivamente uma das questões de pesquisa: 1) a constatação dos seis princípios da heterotopologia – espécie de ciência da heterotopia de Foucault – durante às idas ao museu; 2) as modificações amplas ocorridas no arranjo do espaço museal, tendo em vista o contexto histórico de cada época, que por sua vez interfere em aspectos como a organização do espaço, a disponibilidade ao público e o sentido que se dá às visitas; e 3) as mudanças ocorridas quanto à história, à geografia e ao acesso em cada uma das sete visitas, balizadas por uma perspectiva foucaultiana, a fim de verificar o aprofundamento heterotópico deste espaço. Dentre as principais constatações feitas ao longo das visitas, as mais intrigantes foram o fato de que, embora geralmente o ganho de institucionalização gere um ganho de burocracia, no MPCF ocorre o movimento contrário. Também foi constatado que a institucionalização não foi capaz de conter a heterotopia do museu, também contrariando o que ocorre geralmente. Esse movimento pode ser explicado pelas formas de exercício de poder propostos por Foucault, que por sua vez impactam em pontos importantes quando pensamos em Ensino de Ciências, como a divulgação científica, propostas de aplicações curriculares e engajamento da curiosidade popular.

Palavras-chave: Ciências Forenses; Museu; Ensino de Ciências; Heterotopia; Paraná.

ABSTRACT

SIERRA, Cristine Lois Coleti. **Museu Paranaense de Ciências Forenses**: a study based on Foucault's concepts. 2024. 206 f. Thesis (Doctorate in Science Teaching and Mathematics Education) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Educação Matemática, State University of Londrina, Londrina, 2024.

The *Museu Paranaense de Ciências Forenses* (MPCF – Paranaense Museum of Forensic Sciences), although it only underwent its formal institutionalization in the year 2022, for a few decades it has collected in its collection a lot of anatomical pieces, instruments used in criminal investigations and carried out technical visits that helped in the academic training of several professionals in the areas of Health and Law in the region. However, in recent years, its movement towards opening up to the public has given the possibility for knowledge, previously restricted to a part of the population, to be able to circulate among other people. Observing this circulation of knowledge, of scientific knowledge, is interesting and productive for those who want to think about Learning and Teaching Science. Therefore, the research consisted of seeking answers to three research questions: 1) Can the MPCF be characterized as a heterotopia?; 2) What movement is carried out by the MPCF between the years 2008 and 2023 with regard to its spatiality?; and 3) To what extent is there a deepening of the heterotopic character of the MPCF between the years 2008 and 2023? To carry out the research, concepts developed by Michel Foucault were generally used, in particular that of heterotopia, from which we can think about relations of power and knowledge and discourse that permeate this studied museum space. The methodology applied in this research was developed based on the theory of precautionary concepts of Foucauldian methods and discourse analysis. Therefore, seven visits were made to the MPCF spaces between 2008 and 2023. On those occasions, the museum's collection, the space dedicated to the institution, the method of visitation, the direction to the public and any speeches were observed, recorded and analyzed. produced then. During these visits, three elementary aspects were observed, each in order to respectively answer one of the research questions: 1) the observation of the six principles of heterotopology – a kind of science of Foucault's heterotopia – during visits to the museum; 2) the broad changes that occurred in the arrangement of the museum space, taking into account the historical context of each era, which in turn interferes with aspects such as the organization of the space, availability to the public and the meaning given to visits; and 3) the changes that occurred in terms of history, geography and access in each of the seven visits, guided by a Foucauldian perspective, in order to verify the heterotopic deepening of this space. Among the main findings made during the visits, the most intriguing were the fact that, although generally the gain in institutionalization generates a gain in bureaucracy, in the MPCF the opposite occurs. It was also found that institutionalization was not able to contain the heterotopia of the museum, also contradicting what happens as a rule. This movement can be explained by the forms of exercising power proposed by Foucault, which in turn impact important points when we think about Science Teaching, such as scientific dissemination, proposals for curricular applications and engagement of popular curiosity.

Keywords: Forensic Science; Museum; Science Teaching; Heterotopia; Paraná.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
MinC	Ministério da Cultura
MPCF	Museu Paranaense de Ciências Forenses
PCP/PR	Polícia Científica do Estado do Paraná
PCPR	Polícia Civil do Paraná
PECEM	Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina
PMPR	Polícia Militar do Paraná
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE FIGURAS¹

Figura 1 – Unidade Tarumã da Polícia Científica do Paraná.....	25
Figura 2 – Interior do Museu Paranaense de Ciências Forenses, na Unidade Tarumã da Polícia Científica do Paraná.....	25
Figura 3 – Unidade Centro da Polícia Científica do Paraná.....	26
Figura 4 – Mensagem de Boas-Vindas, no interior do Museu Paranaense de Ciências Forenses, na Unidade Centro da Polícia Científica do Paraná.....	27
Figura 5 – Linha do tempo da Polícia Científica do Paraná, marca na parede, na Unidade Centro da Polícia Científica do Paraná.....	28
Figura 6 – Museu Móvel do Museu Paranaense de Ciências Forenses.....	29
Figura 7 – Joel Camargo e uma das peças mais icônicas do museu, o Paraibinha.....	78
Figura 8 – Postagem das redes sociais convidando para as atividades do MPCF no litoral e instalações das atividades no dia 18 de janeiro em Caiobá.....	81
Figura 9 – Fachada do Antigo Instituto Médico Legal e Visita Noturna ao Museu Paranaense de Ciências Forenses, no Centro de Curitiba.....	83
Figura 10 – Câmara Fria no Antigo Instituto Médico Legal, registrada durante a Visita Noturna ao Museu Paranaense de Ciências Forenses.....	85
Figura 11 – Postagem no Instagram sobre a Exposição “A Evolução da Perícia no Mundo Digital”	86
Figura 12 – Galeria de Diretores, novas imagens e placas nas paredes e no acervo do espaço do Museu Paranaense de Ciências Forenses.....	87
Figura 13 – Armário com materiais antigos de desenho técnico e de retratos falados, máquina de escrever e escrivania, máquinas fotográficas, livros e novos instrumentos periciais nas maletas de campo no Museu Paranaense de Ciências Forenses no Tarumã.....	90
Figura 14 – Instrumentos Cirúrgicos, amostras de medicamentos e artifícios de uso e transporte de drogas no Museu Paranaense de Ciências Forenses no Tarumã.....	92
Figura 15 – Aparelhos forenses, disquetes, zip drives e laptops e celulares na Exposição “A Evolução da Perícia no Mundo Digital” no Museu Paranaense de Ciências Forenses no Tarumã.....	96
Figura 16 – Reprodução de reportagens e propagandas do início dos anos 2000 na Exposição “A Evolução da Perícia no Mundo Digital”	97
Figura 17 – Postagem no Instagram divulgando a Programação do Museu Paranaense de Ciências Forenses na 21ª Semana Nacional de Museus.....	100
Figura 18 – Barras de sabão simulando o poder de destruição de cada tipo de projétil, no acervo do Museu Paranaense de Ciências Forenses.....	107

¹ No Apêndice tem-se informações a respeito da autorização para a utilização de todas as figuras relacionadas nesta lista.

Figura 19 – Espaço Kids no Prédio da Polícia Científica, na Unidade do Tarumã.....	107
Figura 20 – Paisagismo da recepção do Prédio da Polícia Científica, na Unidade do Tarumã.....	108
Figura 21 – Banner Institucional na recepção do prédio na Unidade do Tarumã da Polícia Científica.....	109
Figura 22 – Perfil no Instagram do cão de trabalho Raman.....	115
Figura 23 – Carrinho com materiais sobre drogas, em palestra do Museu Paranaense de Ciências Forenses no Tarumã.....	119
Figura 24 – Recepção do evento de Lançamento do livro Roxo e público no espaço do Museu Paranaense de Ciências Forenses.....	126
Figura 25 – Livro de presenças do Museu Paranaense de Ciências Forenses, no espaço do Centro de Curitiba.....	127
Figura 26 – Público ouve atentamente a vereadora Maria Letícia, juntamente com Fabíola e Andréa no Espaço do Museu Paranaense de Ciências Forenses no espaço do Centro de Curitiba.....	128
Figura 27 – Visita mediada e coquetel nas mesas ao fundo – Centro de Curitiba.....	129
Figura 28 – Público adquirindo o livro “Roxo”, sobre as antigas mesas de necrópsias – MPCF Centro de Curitiba.....	129
Figura 29 – Cadáveres de Frederico, Fred e Paraibinha no Museu Paranaense de Ciências Forenses – Tarumã.....	132
Figura 30 – Partes Anatômicas – Acervo do Museu Paranaense de Ciências Forenses – Tarumã.....	133
Figura 31 – Foto da sala de necrópsia do Antigo Instituto Médico Legal – Visita Noturna ao Museu Paranaense de Ciências Forenses.....	135
Figura 32 – Banhistas visitando as atividades e as atividades infantis do Museu Paranaense de Ciências Forenses no Calçadão de Caiobá.....	139
Figura 33 – Imagem de instrumentos comumente usados nos exames de necrópsia – Visita Noturna ao Museu Paranaense de Ciências Forenses.....	141
Figura 34 – Sala de Anatomia do Antigo Instituto Médico Legal – Visita Noturna ao Museu Paranaense de Ciências Forenses – Centro de Curitiba.....	147
Figura 35 – Ofício com a carta solicitando a visita ao Museu Paranaense de Ciências Forenses.....	155
Figura 36 – Estandarte de Arthur Bispo do Rosário na Capa do CD Severino...	183

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparação das Traduções feitas para os termos originais localisation, étendue e emplacement na obra de Michel Foucault.....	43
Quadro 2 – Relação, por uma perspectiva foucaultiana, entre os Períodos Históricos, a compreensão do Espaço e a noção da caracterização de uma heterotopia.....	66
Quadro 3 – Visitas realizadas aos espaços do Museu Paranaense de Ciências Forenses.....	69
Quadro 4 – Estratégia Metodológica para a Primeira Questão de Pesquisa.....	71
Quadro 5 – Estratégia Metodológica para a Segunda Questão de Pesquisa.....	71
Quadro 6 – Estratégia Metodológica para a Terceira Questão de Pesquisa.....	72
Quadro 7 – Síntese das Concepções de Poder Foucaultianas em relação ao tempo e ao espaço.....	185
Quadro 8 – Síntese do Movimento de aprofundamento heterotópico do Museu Paranaense de Ciências Forenses.....	186

SUMÁRIO

1.	MEMÓRIAS PÓSTUMAS.....	20
	APRESENTANDO O OBJETO DE PESQUISA: O MUSEU	
1.1.	PARANAENSE DE CIÊNCIAS FORENSES.....	23
	A MALETA DOS PERITOS: PONDERAÇÕES SOBRE CIÊNCIAS	
1.2.	FORENSES.....	30
	BATALHA DOS PERITOS: APRESENTAÇÃO DO MOVIMENTO	
1.3.	DE PESQUISA.....	34
2.	ENTERRO DE JOÃO GRILO.....	39
2.1.	HETEROTOPIA.....	42
2.2.	DISPOSITIVO.....	49
2.3.	PODER E SABER-PODER.....	52
2.4.	DISCURSO.....	56
2.5.	PRECAUÇÕES DE MÉTODO.....	60
2.6.	ANÁLISE DO DISCURSO.....	62
2.7.	MUSEUS E HETEROTOPIAS.....	63
3.	AS TRAGÉDIAS QUE SE CONTA.....	67
	ESTRATÉGIA METODOLÓGICA PARA A PRIMEIRA QUESTÃO	
3.1.	DE PESQUISA.....	70
	ESTRATÉGIA METODOLÓGICA PARA A SEGUNDA QUESTÃO	
3.2.	DE PESQUISA.....	71
	ESTRATÉGIA METODOLÓGICA PARA A TERCEIRA QUESTÃO	
3.3.	DE PESQUISA.....	72
4.	O MUSEU PARANAENSE DE CIÊNCIAS FORENSES PODE SER	
	CARACTERIZADO COMO UMA HETEROTOPIA?.....	73
4.1.	AS VISITAS.....	73
4.1.1.	Segundo Semestre de 2008.....	73
4.1.2.	30 de março de 2022.....	77
4.1.3.	28 de janeiro de 2023.....	80
4.1.4.	23 de fevereiro de 2023.....	82
4.1.5.	27 de março de 2023.....	86
4.1.6.	15 a 18 de maio de 2023.....	99
4.1.7.	19 de maio de 2023.....	125

4.2.	OS PRINCÍPIOS DA HETEROTOPOLOGIA.....	130
4.2.1.	Primeiro Princípio – Não há nenhuma cultura no mundo que não deixe de criar as suas heterotopias: as heterotopias de crise e de desvio.....	131
4.2.2.	Segundo Princípio – Uma sociedade, à medida que a sua história se desenvolve, pode atribuir a uma heterotopia existente uma função diversa da original.....	137
4.2.3.	Terceiro Princípio – Consegue sobrepor, num só espaço real, vários sítios que por si só seriam incompatíveis.....	142
4.2.4.	Quarto Princípio – Estão ligadas a pequenos momentos, pequenas parcelas de tempo, por analogia, como heterocronias.....	149
4.2.5.	Quinto Princípio – Pressupõem um sistema de abertura e encerramento que as torna tanto herméticas como penetráveis.....	153
4.2.6.	Sexto Princípio – Possuem função específica ligada ao espaço que sobra.....	158
5.	QUE MOVIMENTO É REALIZADO PELO MUSEU PARANAENSE DE CIÊNCIAS FORENSES ENTRE OS ANOS DE 2008 E 2023 NO QUE DIZ RESPEITO A SUA ESPACIALIDADE?.....	165
5.1.	CONTEXTO HISTÓRICO.....	165
5.1.1.	Espaço.....	166
5.1.2.	Público.....	168
5.1.3.	Sentido.....	169
5.2.	ARRANJO DO ESPAÇO MUSEAL CUMPRINDO UMA FUNÇÃO....	171
6.	EM QUE MEDIDA HÁ UM APROFUNDAMENTO DO CARÁTER HETEROTÓPICO DO MUSEU PARANAENSE DE CIÊNCIAS FORENSES ENTRE OS ANOS DE 2008 E 2023?.....	173
6.1.	HISTÓRIA.....	174
6.2.	GEOGRAFIA.....	176
6.3.	ACESSO.....	177
7.	MUSEU A CÉU ABERTO.....	179
8.	O LOUCO SÓ FICA BOM QUANDO SE LIVRA DESSE MORTO	183
	A GÊNESE.....	190
	REFERÊNCIAS.....	192
	APÊNDICE.....	198

1. MEMÓRIAS PÓSTUMAS

“Ao curvar-te com a lâmina rija de teu bisturi sobre o cadáver desconhecido, lembra-te que este corpo nasceu do amor de duas almas; cresceu embalado pela fé e esperança daquela que, em seu seio, o agasalhou; sorriu e sonhou os mesmos sonhos das crianças e dos jovens; por certo, amou e foi amado e sentiu saudades dos outros que partiram; acalentou um amanhã feliz e, agora, jaz na fria lousa, sem que por ele tivesse derramado uma lágrima sequer, sem que tivesse uma só prece. Seu nome, só Deus o sabe; mas o destino inexorável deu-lhe o poder e a grandeza de servir a humanidade que, por ele, passou indiferente”

Oração do Cadáver Desconhecido

Karl Rokitansky

Ao cadáver, respeito e agradecimento

Ao verme que primeiro roeu as frias carnes do meu cadáver dedico como saudosa lembrança estas Memórias Póstumas.

17 de maio de 2024

06:00: Despertador.

07:30: Início da Jornada de Trabalho da Manhã.

11:30: Fim da Jornada de Trabalho da Manhã.

11:55: Almoço.

12:30: Tese.

13:08: Boa tarde a todos! É com o profundo pesar e tristeza, que venho comunicar o falecimento da nossa aluna. É momento de unirmos força em oração para confortar os corações por essa perda. QUE DEUS conforte o coração de todos os familiares! Quando tivermos alguma informação sobre o velório, comunicarei a todos!

15:12: Pessoal, Só para avisar, velório vai ser na Capela. A aluna vai chegar próximo das 22hrs hoje. E o sepultamento vai ser em Campo Largo as 15hrs amanhã.

16:00: Palestra “Anatomia Humana como ferramenta educacional e sua interface com a ciência forense”.

18:35: Dar um cheiro no Francisco.

19:45: Início da Jornada de Trabalho da Noite.

22:45: Fim da Jornada de Trabalho da Noite.

22:50: Velório.

23:35: Banho.

23:45: Cachorro-Quente e Refrigerante.

23:55: Com o peito apertado, começo a refletir como a morte preencheu boa parte desse dia. Na verdade, não só desse dia, mas como a morte tem preenchido demasiadamente vários dias dos meus últimos anos.

Algun tempo hesitei se devia abrir estas memórias pelo princípio ou pelo fim, isto é, se poria em primeiro lugar o meu nascimento ou a minha morte. Suposto o uso vulgar seja começar pelo nascimento, duas considerações me levaram a adotar diferente método.

Tal como Brás Cubas em suas Memórias Póstumas, passei dias pensando qual seria a melhor maneira de reestruturar esta tese a fim de que ao ser

lida pudesse ser mais bem compreendida. Optei começar pela morte.

A morte aqui não é apenas um dos assuntos centrais deste trabalho. Não é a morte de minha aluna, que de tantas maneiras me atravessa e me dói nesse momento crucial que é finalizar um doutorado. É a morte de uma outra pesquisa, de um outro texto que existiu para que este hoje estivesse aqui. É a morte de outras Cristines para que hoje a Cristine-autora possa estar aqui escrevendo.

Deixo então para o final aquilo que era uma abertura. O nascimento, a gestação, a infância, a vida, motivações de uma primeira tese ficam eternizadas em um posfácio. Me recuso a sepultá-las, da mesma forma como Fred, Frederico e Paraibinha seguem insepultos. Faço desse texto meu próprio museu. Introjeto formol nos mais profundos capilares do que foi escrito e produzido para que os vermes não roam a carne fria daquela pesquisa-morta, mesmo depois de já terem se regozijado do meu próprio sofrimento.

E a quem interessar saber o que pessoalmente me trouxe a estudar cadáveres, nada mais foi do que uma série de desdobramentos do sentir e pensar a vida.

Foi estudando e pesquisando sobre gestar e parir, nascer e crescer atrás das grades que fui capturada pelo sistema prisional. Fiquei anos orbitando esse assunto, mas não encontrava a adesão das ciências nesse universo.

Assistindo à série “O Caso Evandro” ficou escancarada a dinâmica operada pela ciência na investigação, bem como os discursos elaborados sob e sobre o bárbaro crime tinham muitos aspectos em comum com o que já havia observado sutilmente ao estudar a maternidade e a infância no sistema prisional. No entanto, como estava pesquisando especificamente o espaço da prisão, eu acabava perdendo tudo que ocorria antes do encarceramento, onde a ciência tinha uma evidência e força muito maior nessa relação de poder.

Para enxergar a ciência na heterotopia da prisão, que insistia em separar o que raríssimas vezes deveria ser separado, precisava voltar meu olhar do portão para fora da penitenciária. Precisava entender sobre a vontade de verdade que sustenta o poder de abrir e fechar as grades da heterotopia do cárcere. Precisava olhar para a Ciência Forense.

A leitura do dossiê “Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...” apoiou-me a corroborar sobre essa dinâmica, pormenorizando os personagens envolvidos nessa disputa. Consegui perceber sobre alguns outros

personagens e discursos que precisava ir em busca para me fundamentar na pesquisa.

Lembrei, então, de uma visita técnica ao Museu do Instituto Médico Legal realizada em 2008, no segundo semestre da graduação, com o Professor Dr. Mauricio Gomes de Andrade (*in memoriam*) e a turma da Licenciatura e Bacharelado em Química da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) de Curitiba, na qual eu estudava. Refiz essa visita em março de 2022, em um novo espaço, e encontrei ali, a Ciência alocada na heterotopia que por anos persegui sem conseguir alcançar. Foi esse espaço que me proporcionou ligar pontos que estavam soltos na minha rede.

Em várias outras leituras pude ir juntando o que estava vendo – na série e no museu – com a teoria, com o que já havia sido dito sobre. O próprio Foucault tocou nesse tema em sua aula inaugural no Collège de France, quando disse que

[...] penso ainda na maneira como um conjunto tão prescritivo quanto o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade. (Foucault, 1996)

Olhar, então, para o Museu foi a decisão da direção para a qual eu apontaria a pesquisa.

Troquei a vida pela morte no tema da pesquisa.

Posso dizer, portanto, que embora essa tese não traga mais em seus objetos analíticos a maternidade e a infância em si, foram elas que me trouxeram até aqui. Sem estudar a maternidade e a infância nas prisões, eu não teria chegado nessa rede na qual a Ciência se envolveu nos processos judiciais. Deixo-as solenemente eternizadas na Gênese desta pesquisa, epitáfio deste texto.

Obrigada, Brás Cubas.

1.1. APRESENTANDO O OBJETO DE PESQUISA: O MUSEU PARANAENSE DE CIÊNCIAS FORENSES

A Polícia Científica do Paraná mantém sob sua curadoria um curioso acervo que resgata a história do trabalho de perícia e investigação criminal no Estado.

Segundo o site da própria PCP/PR, as

[...] peças que servem para exemplificar e aprimorar o conhecimento de grupos de profissionais e de estudantes de áreas como Medicina, Odontologia, Direito, Enfermagem e Farmácia. Os exemplares de fetos, cadáveres mumificados, caveiras e outros materiais relacionados ou resultantes de crimes têm caráter didático. (Paraná, 2023)

Nomeado atualmente de Museu Paranaense de Ciências Forenses (MPCF), o patrimônio estava, num primeiro momento, alocado juntamente com o antigo Instituto Médico Legal da cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná. Naquela época, a visita técnica dos interessados começava no museu, conhecendo os artefatos que permitiam investigar, desvendar e relatar os mais diversos tipos de crimes e terminava com uma visita ao espaço do necrotério, observando cadáveres recentes e aprendendo sobre os exames de necrópsia e conservação dos corpos nos morgues frigoríficos.

De acordo com a plataforma museusbr o museu foi criado em 1975

[...] é dedicado à conservação da história da Polícia Científica do Paraná e à divulgação das ciências forenses, e possui em seu acervo instrumentos e equipamentos utilizados desde o início das atividades periciais no Estado do Paraná, além de livros, documentos, arquivos fotográficos e centenas de ossos e outras peças anatômicas. (Ibram, 2024)

Ainda de acordo com a plataforma, o MPCF possui quatro trabalhadores, aproximadamente 1500 bens culturais museológicos, se propõem a promover atividades educativas e culturais para estudantes do Ensino Médio, Técnico, Superior e Professores. Além disso, há uma biblioteca e um acervo histórico disponível apenas para uso interno (Ibram, 2024). O Museu Paranaense de Ciências Forenses hoje está registrado no Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) sob o código identificador 1.21.14.9080.

Figura 1 – Unidade Tarumã da Polícia Científica do Paraná



Fonte: A própria autora.

Ao longo dos anos, o museu foi evoluindo e hoje em dia possui uma estrutura diferenciada, ocupando dois espaços principais, separados do necrotério, que acaba por restringir o acesso a este último. O primeiro deles está localizado no novo complexo da Polícia Científica (Figura 1), denominado de Unidade Tarumã, construído no bairro Tarumã, em Curitiba. A organização interna da sala destinada ao MPCF pode ser vista na Figura 2.

Figura 2 – Interior do Museu Paranaense de Ciências Forenses, na Unidade Tarumã da Polícia Científica do Paraná



Fonte: G1 PR (2022). AEN (2022).

O antigo espaço mencionado ainda existe e é chamado de Unidade Centro, localizado no centro da cidade. Neste prédio (Figura 3), até os dias atuais funcionam alguns trabalhos de caráter administrativo e parte do acervo do Museu

Paranaense de Ciências Forenses é abrigado ali – incluindo o próprio imóvel que, de alguma forma, faz parte da coleção.

Figura 3 – Unidade Centro da Polícia Científica do Paraná



Fonte: A própria autora.

As paredes do corredor de entrada do espaço do antigo necrotério hoje contam um pouco da história do museu ao longo dos anos. As letras brancas sobre a tinta verde abacate das paredes (Figura 4) iniciam dando as boas-vindas aos visitantes e demarcando aquela alocação atual e a sua mantenedora: Museu Paranaense de Ciências Forenses e Polícia Científica do Paraná.

Figura 4 – Mensagem de Boas-Vindas, no interior do Museu Paranaense de Ciências Forenses, na Unidade Centro da Polícia Científica do Paraná



Fonte: A própria autora.

Próximo às boas-vindas, há uma linha do tempo (Figura 5) que narra vários acontecimentos que marcaram a história das Ciências Forenses e da Polícia Científica no Estado do Paraná. Entre as datas de 1878 e 2018 ficam registrados os seguintes fatos:

1878: Primeira perícia em um cadáver encontrado em local de crime é realizada pelo Dr. Antonio Carlos Pires de Carvalho e Albuquerque, capitão-mor do Exército paranaense, e o Dr. Joaquim Pereira da Silva Continentino, nomeados pelo Chefe de Polícia do Paraná, Dr. Carlos Augusto de Carvalho. O “Auto de Exame de Cadáver” foi realizado na sede da Secretaria de Estado e Chefatura da Polícia, situada na Rua Aquidabã, atual Rua Emiliano Pernetá.

1880: Primeiro Necrotério do Paraná é instalado no Hospital Santa Casa pelo Dr. José Candido da Silva Muricy. O espaço era considerado muito moderno para a época, e em visita a Curitiba para a inauguração do Hospital, o imperador Dom Pedro II relata que: “Além de uma linda capelinha, uma espaçosa sala de recepções e um vestíbulo nobre, tem ainda em lugar convenientemente edificado um necrotério feito ao gosto do Rio de Janeiro”.

1892: Sancionada a Lei nº15 de 21 de maio que tratava da Organização e Divisão da Justiça Estadual, criava o cargo de “Médico da Polícia” e estabelecia suas atribuições legais. Esses peritos seriam responsáveis por realizar os exames de corpos de delito, sanidade e autópsia, além de visitar diariamente a cadeia da capital e providenciar sobre sua salubridade e higiene. O primeiro médico nomeado

para o cargo foi o Dr. Antônio Rodolpho Pereira Lemos.

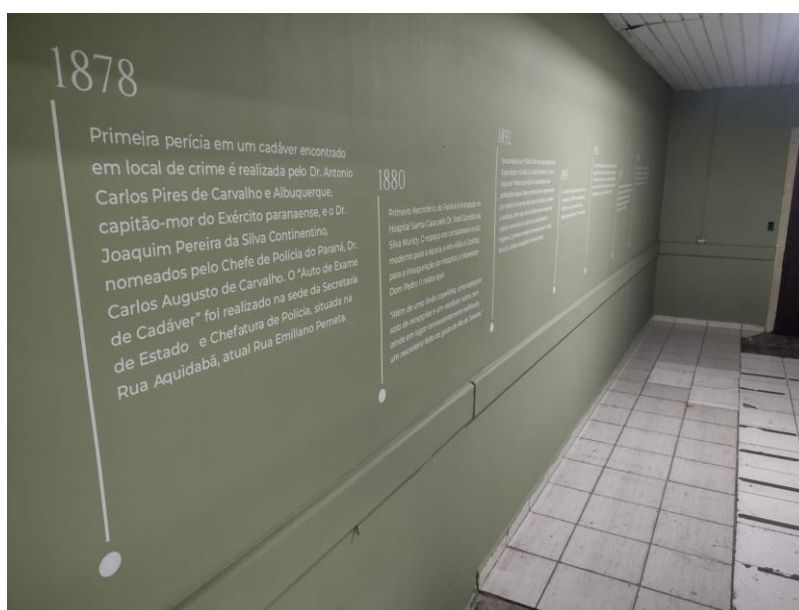
1899: Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva, nomeado em 1897 como Médico da Polícia, inicia o primeiro livro de registro de laudos, em 1º de setembro.

1936: O Necrotério, juntamente com o Gabinete Médico-Legal, o Instituto de Identificação e o Laboratório de Polícia Técnica passam a ocupar o prédio da Rua Marechal Floriano Peixoto, esquina com a Av. Sete de Setembro, onde hoje é situada a UTFPR.

1975: Inaugurado o prédio do Instituto Médico Legal no Centro de Curitiba. Na época foi considerado mais bem equipado do Brasil, com uma edificação de três andares e mais de 2.500m².

2018: Inaugurado o novo prédio da Instituto Médico Legal no bairro Tarumã em Curitiba. A edificação possui três vezes o tamanho do prédio do Centro e abriga, além do Necrotério, diversos laboratórios.

Figura 5 – Linha do tempo da Polícia Científica do Paraná, marca na parede, na Unidade Centro da Polícia Científica do Paraná



Fonte: A própria autora.

Até meados de 2022, a visita ao MPCF era restrita aos estudantes de áreas afins à Medicina Legal, porém, desde então, o espaço do novo museu no Tarumã está aberto à visitação pública gratuita uma vez ao mês. Mensalmente, também tem sido feita uma visita ao antigo espaço do Instituto de Criminalística e do necrotério, no Centro, gratuitamente. No começo, as visitas precisavam de

agendamento, depois de um período houve dispensa desse procedimento, mas devido à grande procura, voltou a ser exigido essa formalidade, situação que segue desta forma até agora, em 2024.

Figura 6 – Museu Móvel do Museu Paranaense de Ciências Forenses



Fonte: Redes Sociais (2024).

Além dos dois imóveis destinados ao museu, entre final de 2023 e início de 2024 foi inaugurado a Unidade Móvel do Museu Paranaense de Ciências Forenses (Figura 6), que consiste em um veículo do tipo van com materiais para mostras itinerantes, levando o conteúdo do museu para além dos limites da capital paranaense.

O Museu Paranaense de Ciências Forenses atualmente é dirigido pela Perita Criminal Fabíola Schützenberger Machado, que juntamente com uma equipe de profissionais como museólogos e peritos de áreas diversas são responsáveis pela manutenção do acervo, a promoção e divulgação do museu. Nas redes sociais, a página no Instagram (@museuforense) é o maior veículo de interação com o público interessado.

Sobre a mantenedora do Museu, de acordo com o Artigo 46 da Constituição Estadual do Paraná, a Segurança Pública no Estado é exercida por três órgãos policiais: a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Polícia Científica, sendo que esta última, de acordo com o Artigo 50 da mesma legislação prevê uma estrutura própria,

ficando “incumbida das perícias de criminalística e médico-legais e de outras atividades técnicas congêneres” (Paraná, 1989). A Polícia Científica (PCP/PR) é responsável por centralizar o trabalho de perícias oficiais do âmbito criminal e pelas “atividades de ensino, pesquisa, tecnologia e inovação técnico-científicas de Ciências Forenses que forem legalmente atribuídas em todo o Estado do Paraná” (Paraná, 2023).

A PCP/PR é composta por dois institutos: o Instituto de Criminalística, que se dedica às questões de estabelecer materialidade das provas, como por exemplo, para determinar a autoria ou não de um crime por um suspeito, e o Instituto Médico Legal, que se dedica aos exames cadavéricos, em pessoas vivas e exames laboratoriais complementares. No Instituto de Criminalística há vários laboratórios como os de DNA, de Balística, Perícias Audiovisuais, Computação Forense, de Documentoscopia e de Química (Paraná, 2005, 2015).

No Mapa Estratégico para o período de 2023 a 2026, a Polícia Científica destaca em seu décimo objetivo a intenção de “Incentivar a preservação do patrimônio histórico-cultural e a divulgação das Ciências Forenses através do Museu Paranaense de Ciências Forenses” (Paraná, 2024), deixando transparente seus dois intuitos atuais com a manutenção do MPCF.

1.2. A MALETA DOS PERITOS: PONDERAÇÕES SOBRE CIÊNCIAS FORENSES

Não quisemos de maneira nenhuma fazer nesse livro uma análise psicológica, psicanalítica ou linguística de Pierre Rivière, mas sim fazer aparecer a maquinaria médica e judiciária que cercou a história. (Foucault, 2018)

Quando é denominada de Polícia Científica, o “Científica” se refere às Ciências Forenses, obviamente. E se Foucault tinha sua Caixa de Ferramentas, os peritos da PCP/PR têm suas maletas: as Ciências Forenses.

O documento que pauta o conhecimento das Ciências Forenses hoje em dia é a Declaração de Sydney, na qual sete princípios fundamentais são estabelecidos “para conduzir a avaliação forense” (Rodrigues *et al.*, 2022). Um dos nomes mais importantes na história das Ciências Forenses foi Edmond Locard, responsável por estabelecer o Princípio da Troca de Locard, que diz que “Todo contato deixa uma marca”, ou seja, nada ocorre que não deixe um rastro ou que tampouco, leve algo consigo.

Historicamente, o desenvolvimento teórico e tecnológico de diversas áreas também contribuiu para as Ciências Forenses, principalmente no âmbito da medicina, biologia, física, química e engenharias. Cada vez mais solicitadas nos tribunais, as Ciências Forenses se debruçam basicamente em promover a materialidade das provas para auxiliar os julgamentos, papel importantíssimo tendo em vista que com frequência amparam decisões que envolvem privação de liberdades, punições e seguridade social (Giovanelli, 2020).

O termo “forense” é originário do latim *forensis*, que tem relação com o fórum, o grupo de pessoas conclamadas a julgar e argumentar sobre um crime desde a Roma Antiga. Hoje em dia esse conceito carrega consigo implícito a defesa de um argumento por meio de uma prova legal. No entanto, é importante destacar que Ciências Forenses não é sinônimo de Ciências Criminais, tendo em vista que a primeira está focada em resolver casos e apoiar o gerenciamento da justiça, enquanto a última está interessada no estudo do crime, incluindo estratégias que o diminuam e aumentem a segurança da sociedade. Porém, a maioria dos registros que se tem das Ciências Forenses estão frequentemente ligadas à área criminal (Rodrigues *et al.*, 2022).

Os registros históricos acerca do uso das Ciências para corroborarem acusações e defesas em julgamentos são conhecidamente antigos, sendo que os registros orientais, como dos chineses e bizantinos, são ainda anteriores aos ocidentais. Na Europa, os primeiros registros sobre o assunto datam da Idade Média, com destaque, sobretudo, ao exercício das avaliações médico-legais (Rodrigues *et al.*, 2022).

Antes da Ciência, estratégias mágicas, esotéricas e espirituais eram frequentemente utilizadas nos fóruns, assim como testemunhos e confissões eram tidos como provas. Foi no período do Iluminismo e com a publicação do Discurso do Método de Descartes que a Ciência e o método científico passaram a ganhar força. No século seguinte, com a disseminação do pensamento positivista, a Ciência passa a ser a protagonista quando o assunto era encontrar a verdade (Rodrigues *et al.*, 2022).

Essa movimentação toda ocorrida na história das Ciências Forenses pode ser compreendida pelo estudo do Caso de Pierre Rivière, um jovem camponês nascido 24 de janeiro de 1815, em Courvadon, departamento de Calvados, localizado na região histórica da Normandia, na França. Era filho de Pierre-Margrin Rivière e de

Victoire Brion, trabalhadores de vida simples da parte rural do interior francês, onde viviam juntamente com seus filhos. O fato de ter assassinado sua mãe, sua irmã e seu irmão degolados dentro da casa onde moravam na época, na comuna de Aunay, chocou a vários e tornou-o conhecido pelo seu crime. Passado mais de um século, o caso de Pierre Rivière acaba sendo brilhantemente estudado por Michel Foucault em sua obra “Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...”, que ilustra com primor a crescente convocação (ou seria invocação? talvez evocação?) das Ciências Forenses.

A particularidade que levou esse caso a chamar a atenção do filósofo francês foi a descoberta de um memorial escrito pelo próprio Pierre, de aproximadamente quarenta páginas, sobre diversos aspectos que orbitavam seu crime. Foucault conta que encontrou este texto por acaso, procurando sistematicamente em documentos de medicina-legal, de direito penal e revistas dos séculos XIX e XX. E embora o caso de Rivière tenha lhe chamado atenção pela peculiaridade de seu memorial, ele explica que ficou espantado ao descobrir que era relativamente comum nessa época a escrita sobre vivências e lembranças nas prisões. Era importante para os profissionais acessarem os pensamentos e a mente do criminoso para optar pela melhor conduta terapêutica a fim de recuperar esse indivíduo conflituoso. Esse tipo de interesse não era observado, por exemplo, no século XVIII, época na qual bastava saber se um crime havia ou não sido cometido por alguém para aplicar a punição (Foucault, 2018).

É importante destacar que, embora as escritas destes textos tenham sido incentivadas pelos profissionais da psiquiatria, psicologia e psicanalítica, o objetivo do Foucault ao estudar esse caso não era de fazer nenhum tipo de análise acerca de Pierre Rivière, mais especificamente de “fazer aparecer a maquinaria médica e judiciária que cercou a história” (Foucault, 2018).

Segundo Foucault, a motivação para este estudo foi “estudar a história das relações entre psiquiatria e justiça penal” e o caso de Pierre era interessante nesse sentido devido ao fato de conter um “certo número de elementos extraordinários”, que são, no caso: 1) três relatórios médicos com origem e estatutos médicos distintos (um relatório do médico da província, outro de um médico de um asilo da cidade e um terceiro de renomados psiquiatras e médico-legais da capital), que utilizaram gênero de análise distintos e obtiveram diferentes; 2) um conjunto de peças judiciais com declarações de testemunhas; e 3) um memorial escrito pelo

próprio assassino. Ou seja, um acerca de um mesmo crime havia diversos discursos que viriam a se entrecruzar. E embora todos aparentemente falassem sobre o mesmo fato de 3 de junho, não há uma homogeneidade discursiva entre eles (Foucault, 2013).

Nessa batalha que vem a se travar, as armas – de defesa e de ataque – são estes discursos produzidos. O dossiê acaba, por exemplo, por demonstrar como discursos, incluindo o científico, são acionados política e estrategicamente pelos tribunais, fazendo com que o réu acabe por transitar entre a loucura e a criminalidade, a depender do uso que se faz do que é dito (Foucault, 2013).

No Brasil, a movimentação inicial que se teve das Ciências Forenses foi semelhante ao relatado no caso Pierre Rivière, com o acionamento dos médicos especialistas para auxílio de casos na esfera criminal. O período da monarquia brasileira foi especialmente de desenvolvimento científico, incluindo a área da medicina legal, pois era necessário atender os anseios sociais da população da época, principalmente da corte real que havia migrado para a colônia. No entanto, passou algum tempo para que a polícia se profissionalizasse e o trabalho pericial passasse para as forças policiais. Esse movimento da época causou um embate entre a academia e a polícia e colocou em xeque a isenção dos peritos (Giovanelli, 2020).

Outro fato histórico interessante de ser observado foi que na década de 90, com o advento da genética, houve um *boom* do apelo social pelo seu uso nas investigações criminais, passando assim a serem frequentes os usos de análises genéticas no esclarecimento de casos até então, inconclusos (Giovanelli, 2020).

Do ponto de vista epistemológico, as Ciências Forenses se debruçam a investigar qualquer “evento anômalo de interesse público”. Alguns debates nessa seara têm sido realizados e pontuá-los aqui é de algum modo importante. Foi observado por exemplo, que enquanto no exterior é muito comum o termo *forensic science*, no singular, no Brasil é mais comum seu uso no plural, Ciências Forenses. Aliás, como o objeto de estudo dessa tese é o Museu Paranaense de Ciências Forenses, com o termo no plural, é assim que optarei por denominá-la ao longo do texto, mesmo diante das limitações epistemológicas que podem ser acarretadas, conforme mostrado a seguir. Essa diferenciação de termos revela que, enquanto no exterior esse campo do conhecimento tem um caráter interdisciplinar, de coesão de saberes científicos, estabelecendo uma perspectiva integrada da Ciência Forense, caminhando até mesmo para uma transdisciplinaridade, onde os conhecimentos ultrapassam as fronteiras de suas disciplinas rumo a um novo campo do saber, aqui

o uso do termo no plural revela uma perspectiva mais multidisciplinar, ou seja, o tratamento das Ciências Forenses de modo compartimentado, como um conjunto de outras Ciências. Um dos prejuízos dessa visão é o esvaziamento deste campo do saber como uma Ciência autônoma (Rodrigues *et al.*, 2022).

1.3. BATALHA DOS PERITOS: APRESENTAÇÃO DO MOVIMENTO DE PESQUISA

E nos meses que se seguiram o texto suscitou uma batalha de peritos, provocou hesitações do júri, apoiou a defesa de Chauveau na Corte de Apelação, motivou, sob a caução de Esquirol, de Marc e de Orfila, o pedido de indulto, serviu de documento para um artigo dos Annales d'hygiène no longo debate da monomania. Um movimento evidente de curiosidade e muita indecisão. (Foucault, 2013, p. 285)

O título desse subcapítulo é inspirado na própria alcunha dada por Michel Foucault para o fenômeno que ele observava se desenrolar no caso de Pierre Rivière. No texto, Foucault chama toda essa dinâmica de relação de poder que claramente é ali concebida como Batalha de Peritos.

Na época em que ocorreu o caso de Pierre, nos primórdios da relação entre a psiquiatria e a justiça penal, havia um determinado contexto histórico – o pós-Revolução Francesa – que favoreceu para que a Ciência passasse a operar em rede com o direito. Atualmente, vivemos um momento histórico diferente, mas a Ciência segue em operação – aliás, ininterruptamente desde então (Vianna, 2005).

Naquela ocasião, uma batalha foi travada entre os peritos, de um lado os que defendiam o réu, de outro, os que o condenavam. Foucault denominou de Batalha **de** Peritos. Era a batalha da verdade **DE** um perito **CONTRA** a verdade de outro perito.

Este trabalho, por sua vez, tem como objeto de pesquisa os espaços do Museu Paranaense de Ciências Forenses, as experiências vivenciadas em algumas visitas que foram ofertadas por ele, perpassando pelo trabalho realizado pelos peritos da Polícia Científica do Estado do Paraná. O MPCF – antigamente conhecido como Museu do IML – é um espaço provocador, de produzir, de causar, de atrair (Ferreira, 2008).

Nessa linha, tomei a licença de denominar esta introdução de Batalha **dos** Peritos. Não mais a batalha de um perito contra o outro, mas **DOS** peritos em busca de algo que dê algum tipo de suporte à concepção de um museu de Ciências Forenses.

E se nas pesquisas desenvolvidas anteriormente havia dificuldade de alinhá-las com os objetivos específicos do PECEM, o Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina, do qual faço parte enquanto doutoranda, agora temos um trabalho que se acomoda no quarto objetivo específico do programa, de “investigar como os diferentes espaços (salas de aula, laboratórios, centros e museus de Ciência) influenciam na elaboração dos saberes escolares” (Pecem, 2023).

Além disso, essa pesquisa justifica-se pelo fato de haver poucas pesquisas na área. Quando buscamos pelo termo “Museu do IML” no Google Acadêmico, temos o retorno de duas publicações: a tese de Flávia da Silva Clemente, “Novas Manifestações de Racismo e Sexismo Contra Mulheres Negras e Contradiscursos das Ativistas Digitais Negras”, em que uma breve nota se refere ao formalmente denominado Museu Antropológico Estácio de Lima, localizado em Salvador; e o capítulo “Medicina Legal”, de Décio Ernesto de Azevedo Marinho para o livro “Perícia Médica” publicado pelo Conselho Federal de Medicina do Estado de Goiás, onde o autor cita o Museu do IML de Niterói, no Rio de Janeiro. Já quando a busca é feita pelo termo “Museu de Ciências Forenses”, temos a resposta o artigo “Forensic Photography - Historical Aspects – Urgency of a new focus in Brazil”, de Pozzebon, Freitas e Trindade para a Revista Brasileira de Criminalística, citando brevemente em sua linha do tempo o Museu de Ciências Forenses do Departamento da Polícia Federal, localizado em Belo Horizonte. Não há resultados quando a pesquisa é feita pelo termo “Museu Paranaense de Ciências Forenses”. A pesquisa que mais retorna resultados é por “Museu do Crime”, cujos trabalhos geralmente se referem a espaços localizados em São Paulo e Rio de Janeiro. No entanto, serei cautelosa e de forma alguma audaciosa de dizer, então, que a pesquisa é inédita, tendo em vista que tenho conhecimento de que o Museólogo Leonardo Bezerra da Silva, realizou residência há pouco tempo no MPCF e tem desenvolvido a dissertação de seu Mestrado fundamentado no museu. Contudo, do que tenho conhecimento somos os únicos atualmente realizando pesquisas acadêmicas sobre este espaço (Clemente, 2019; Almeida, 2012; Pozzebon; Freitas; Trindade, 2017; Silva, 2023).

Sobre a finalidade dessa pesquisa, onde isso se encaixaria no ensino de Ciências a que se propõem tal pós-graduação, é importante pensar o museu em questão como um espaço que sempre foi de produção de conhecimento da morte. Fazendo um apelo mais pragmático, com vistas a minha formação para formação de

outros professores e profissionais da área, incluindo potenciais peritos. Ou ainda, na própria Educação Básica onde leciono atualmente, pensando a atividade docente por outros olhos, ainda mais gentis e compreensivos de que os problemas que enfrentamos são frutos, se não na totalidade, na grande maioria, de relações assimétricas do poder e da docilidade dos corpos que se fabrica. Outro aspecto interessante é de se explorar a visão interdisciplinar que as Ciências Forenses possuem quando pesquisada sob o viés da educação, de acordo com a busca realizada já citada anteriormente.

Em tempo, poderíamos aqui parafrasear Foucault (2018), escrevendo que *não se pode compreender nada sobre o saber científico se não se sabe como se exercia, quotidianamente, o poder e o poder científico*.

Sendo assim, para balizar esta pesquisa, elaboramos algumas questões de pesquisa que motivam a investigação e os objetivos que partem delas que direcionam a investigação e a escrita deste texto.

- 1) O Museu Paranaense de Ciências Forenses pode ser caracterizado como uma heterotopia?
- 2) Que movimento é realizado pelo Museu Paranaense de Ciências Forenses entre os anos de 2008 e 2023 no que diz respeito a sua espacialidade?
- 3) Em que medida há um aprofundamento do caráter heterotópico do Museu Paranaense de Ciências Forenses entre os anos de 2008 e 2023?

Quanto a metodologia aplicada para responder a primeira questão, serão utilizados os seis princípios da heterotopologia constatados por Michel Foucault para verificar se (e de que maneira) o Museu Paranaense de Ciências Forenses é uma heterotopia. Será feita uma análise descritiva de cada um dos princípios, considerando cada uma das sete visitas realizadas aos espaços do MPCF.

Em seguida, para responder a segunda questão, para analisar e demonstrar as mudanças ocorridos nesses espaços entre os anos de 2008 e 2023, serão avaliados o espaço, o público e o sentido de cada uma dessas visitas, afinal, segundo Valverde (2020), estas características estão intimamente relacionadas com os respectivos momento e contexto históricos. Em tempo, é importante destacar que segundo Foucault – e reforçado por Valverde (2020) – e suas observações sobre heterotopias, a organização de um espaço ocorre com o intuito de cumprir uma função. Logo, olhando para estes espaços e as mudanças ocorridas em dadas particularidades destes espaços pode nos mostrar alterações importantes de aspectos

sociais.

Por fim, para responder a terceira questão, sobre o aprofundamento do caráter heterotópico do MPCF, será feito um paralelo do movimento localização-extensão-alocação observado por Foucault (e outros autores inspirados pelo filósofo) com o que ocorreu no museu ao longo dos anos visitados.

É importante destacar que, tendo em vista o entendimento foucaultiano da concepção de que um discurso é proferido a partir de vários outros anteriores, sendo a originalidade nada mais que uma ilusão, tenho (cons)ciência de que as discussões feitas a diante são de alguma forma comentários do que Foucault e seus colegas já postularam anteriormente. A novidade está em trazer a discussão para a minha localidade, para a minha periferia. Tirar os olhos da eurocêntrica e revolucionária França de 1835 e colocá-los para o Brasil de 2000 e alguma coisa.

Quanto à estrutura textual proposta para esta tese, apresento oito capítulos.

O primeiro deles, Memórias Póstumas, é a introdução desta pesquisa. Nele é possível encontrar uma apresentação dos objetos fundamentais da investigação: o Museu Paranaense de Ciências Forenses e as próprias Ciências Forenses. Além disso, outras informações fundamentais são anunciadas, como motivações, justificativas, finalidades e questões de pesquisa.

O segundo capítulo, O Enterro de João Grilo, é a apresentação do referencial utilizado como aporte teórico desta pesquisa. Além do conceito central desta tese, a heterotopia, há também apresentação de outros importantes para este trabalho: Dispositivo; Poder e Saber-Poder; Discurso; Precauções de Método; e, Análise do Discurso. Por fim, também traz o paralelo estabelecido entre Museus e Heterotopias por outros autores.

No terceiro capítulo, As tragédias que se conta, são explicitadas as estratégias metodológicas adotadas para a realização da investigação desta tese. Estas estratégias já foram brevemente relatadas na página anterior e são explicadas com maiores detalhes neste terceiro capítulo.

O quarto, o quinto e o sexto capítulos se dedicam a responder as primeira, segunda e terceira questões de pesquisa, respectivamente. Optei por deixar como título de cada um dos capítulos exatamente a pergunta à qual cada um deles se dedica a responder. Logo, o quarto capítulo – O Museu Paranaense de Ciências Forenses pode ser caracterizado como uma heterotopia? – dedica-se a analisar e

discutir acerca da primeira questão de pesquisa, ou seja, acerca especificamente da caracterização do Museu Paranaense de Ciências Forenses enquanto heterotopia. O quinto capítulo – Que movimento é realizado pelo Museu Paranaense de Ciências Forenses entre os anos de 2008 e 2023 no que diz respeito a sua espacialidade? – presta-se a analisar e discutir a segunda questão de pesquisa, ou seja, a partir da caracterização deste espaço do MPCF, realizada na questão anterior, apontar e examinar as mudanças ocorridas neste espaço entre os anos de 2008 e 2013. O sexto capítulo – Em que medida há um aprofundamento do caráter heterotópico do Museu Paranaense de Ciências Forenses entre os anos de 2008 e 2023? – empenha-se em analisar e discutir a terceira questão de pesquisa, ou seja, entender a movimentação do Museu enquanto característica das demais heterotopias.

No sétimo capítulo, Museu a céu aberto, as primeiras reflexões que se tem do objeto deste estudo, o Museu Paranaense de Ciências Forenses, a partir da pesquisa realizada.

No oitavo capítulo, O louco só fica bom quando se livra desse morto, as considerações desta pesquisa são apresentadas, sobretudo do ponto de vista com as relações da área do Ensino de Ciências.

Por fim, A Gênese, antiga primeira abertura deste trabalho, torna-se um capítulo de encerramento, em memória das mães e crianças encarceradas que me moveram até aqui no doutorado. Fecha a sepultura deste momento de morte para que novos momentos de vida possam nascer.

2. O ENTERRO DE JOÃO GRILLO

Aqui, sinto interromper a conversa de dois atores tão importante, mas é preciso arrumar novamente a cena para o enterro de João. Estamos novamente na terra. Levem seus tronos, por favor, enquanto se ajeita o resto do cenário e o espetáculo continua. (Suassuna, 2004)

Não foi à toa que Ariano Suassuna está imortalizado na 32ª cadeira da Academia Brasileira de Letras. O paraibano soube como ninguém simplificar o erudito, ou erudir o simples. Em sua obra, consagrou o que havia de mais profano e profanou o que estava sacramentado. Humanizou os deuses e divinizou os humanos. De família abastada e formação erudita, deixou com a cara do Brasil movimentos artísticos originalmente europeus. Para enterrar João Grilo no Auto da Compadecida, o Palhaço – que cumpre ali o papel de narrador – interrompe o caos formado no palco, entre o purgatório, o céu e terra, para que seja possível reorganizar o cenário para que o espetáculo possa continuar para a estimável plateia.

Então peço um pouco da paciência do leitor para que possa neste capítulo registrar alguns conceitos teóricos que permeiam esta tese. Inspirada por Suassuna, uso no Brasil do Século XXI os conceitos cunhados no Velho Mundo há mais de quatro décadas, viajando entre o céu e a terra, o humano e o divino, o mexerico e a Ciência.

Um dos conceitos mais popularizados de Michel Foucault foi a Caixa de Ferramentas. Em diversos momentos o filósofo deixou claro que queria suas ideias sendo postas em funcionamento. Em 7 de janeiro de 1976, diante dos alunos do Collège de France, Foucault contou sobre suas pesquisas inacabadas e pede que sigam com elas, autorizando que os outros pegam seus rastros deixados e sigam a diante. “Eram como linhas pontilhadas; cabe a vocês continuarem-nas ou modificá-las, a mim eventualmente dar-lhes prosseguimento ou uma outra configuração” (Foucault, 2018).

Em entrevista à Revista Hérodote, o filósofo é muito claro quando diz que não quer e não tem a pretensão de ser um árbitro universal, e que cabe aos que estão imersos em outros campos investigativos que estudem os próprios. E que se o que ele escreveu serve para contribuir com os trabalhos, é ótimo. E se não servir, se for o caso de precisar corrigi-lo, ele também se beneficia disso (Foucault, 2018).

Desse modo, ele tira o próprio peso que podiam depositar sob suas costas – “por que não estudou isso, por que não estudou aquilo, Foucault?” –

pontuando a inviabilidade de estudar tudo, todos os campos, todas as nuances, todos os aspectos que ele até julga serem importantes, mas que fugiriam da sua possibilidade estudar. Ao mesmo tempo, tira também nosso peso, nosso medo de seguir em frente, de colocar seus textos para funcionar, nos encoraja a fazer aquilo que quisermos ou entendermos ser produtivo ou necessário.

É importante também destacar que ele tem Ciência de que sua obra acabe tendo um uso inesperado, mas ele não tem uma preocupação com isso.

Meu discurso é, evidentemente, um discurso intelectual e, como tal, opera nas redes de poder em funcionamento. Contudo, um livro é feito para servir a usos não definidos por aquele que o escreveu. Quanto mais houver usos novos, possíveis, imprevistos, mas eu ficarei contente. Todos os meus livros [...] podem ser pequenas caixas de ferramentas. Se as pessoas querem mesmo abri-las, servirem-se de tal frase, tal ideia, tal análise, como de uma chave de fenda, ou uma chave-inglesa, para produzir um curto-circuito, desqualificar, quebrar os sistemas de poder, inclusive, eventualmente, os próprios sistemas de que meus livros resultaram... pois bem, tanto melhor! (Foucault, 2006)

E assim, não é preciso ter receio de revirar a caixa de ferramentas, pegar dali o que me interessasse, o que servisse. Que eu, reles mortal, marinheira de primeira viagem nas leituras de Foucault, não cometerei nenhum tipo de sacrilégio contra o seu saber ao fazer uso de suas ideias, muito pelo contrário, fazia exatamente aquilo que ele dizia deixá-lo feliz – colocando suas ideias para funcionar em algo novo. Quando Foucault fora questionado se ele próprio se entendia como um autor, ele responde que “Imaginaría mis libros más bien como bolas que ruedan. Se paran, se toman, se relanzan... Y si esto funciona, tanto mejor” (Foucault, 2008).

Quando perguntado como se definia, Foucault se definia como pirotécnico. “Soy un artificiero. Fabrico algo que sirve, en definitiva, para un cerco, una guerra o una destrucción. No estoy a favor de la destrucción, sino de que se pueda seguir adelante y avanzar, de que los muros se puedan derribar” (Foucault, 2008).

Outra preocupação que havia era de que a pesquisa não fosse compatível com o referencial foucaultiano, porém, ele mesmo descreve para que serve sua obra. “Fabrico algo que sirve, en definitiva, para un cerco, una guerra o una destrucción. No estoy a favor de la destrucción, sino de que se pueda seguir adelante y avanzar, de que los muros se puedan derribar” (Foucault, 2008).

Para Foucault, ele imaginava que seus livros fossem como uma pancada, que arrebatasse qualquer bloqueio, sejam muros, portas ou janelas. Tão

explosivo quanto uma bomba e tão bonito quanto os fogos de artifícios (Foucault, 2008).

Outra apreensão que por algum momento me tomou enquanto pesquisadora era o medo de misturar suas “fases”, mas entendi que essa divisão se tratava mais de uma questão didática do que qualquer outra coisa. Foi uma maneira encontrada para sistematizar e facilitar o entendimento e os estudos dos textos de Foucault, embora ele mesmo não tivesse a pretensão de fazer essa organização de seus textos.

Ele explica que nem a escrita e nem a obra são o objetivo, elas são o meio. E para ele juntar seus livros por qualquer motivo não faz nenhum sentido, seja para formar uma obra completa, ou porque ele crê que são parecidos, ou porque são parecidos com os livros que estão cronologicamente próximos (Foucault, 2008).

Quando questionado por que não tinha vontade de escrever uma autobiografia, o filósofo explica que é exatamente essa a razão, de não dar uma organização absoluta e única de suas obras, respondendo que

Não quero fazê-lo porque poderia dar a impressão de agrupar o que fiz numa espécie de unidade que me caracterizaria e justificaria, e daria seu lugar a cada um dos textos. Vamos brincar melhor, se quiserem, com os enunciados: vêm assim, e alguns serão rechaçados e outros serão aceitos. [Tradução Nossa] (Foucault, 2008)²

Daniel Defert, companheiro de Foucault, encerra seu posfácio em “O corpo utópico, As heterotopias” reforçando essa posição com a seguinte provocação: “Foucault não declarara, tantas vezes, que almejava menos leitores que utilizadores?” (Defert, 2013).

Tendo estes pontos claros, posso seguir minha pesquisa utilizando seus conceitos, agora sem os medos de outrora. Posso ser uma “utilizadora” de seus textos e ideias. E está tudo bem.

Em tempos, gostaria de destacar que este levantamento de referencial bibliográfico não conseguirá esgotar a totalidade e a amplitude dos conceitos estudados por Foucault, tampouco todas as possibilidades de entendimento que se abrem deles. Por isso, serão abordados os que considero imprescindíveis para

² No quiero porque podría dar la impresión de agrupar lo que he hecho en una especie de unidad que me caracterizaría y justificaría, y daría su lugar a cada uno de los textos. Juguemos más bien, si lo desea, al juego de los enunciados: vienen así, y se rechazarán unos y aceptarán otros (Foucault, 2008).

o entendimento geral desta tese. Deixo aqui, então, apenas o que julgo ser indispensável para posicionar a tese para qualquer leitor – mesmo os não iniciados na obra foucaultiana.

2.1. HETEROTOPIA

A heterotopia foi o conceito que me despertou para o pensamento foucaultiano. Ao abrir a caixa de ferramentas foi a primeira que encontrei e que me serviria. Utopia realizada, foi ela que me fez caminhar para os estudos de Foucault. Versátil como uma chave de fenda, foi ela com essa sua noção espacial, que futuramente me fazer enxergar as relações de poder existentes entre as Ciências e o escopo investigativo-criminal que eu vinha estudando.

O próprio Foucault disse que “Reprovaram-me muito por essas obsessões espaciais, e elas de fato me obcecaram. Mas, por elas, creio ter descoberto o que no fundo procurava: as relações que podem existir entre poder e saber” (Foucault, 2018).

De alguma forma, foi o que aconteceu nessa tese. Foi a partir do estudo espacial que pude começar a enxergar as relações entre o saber científico e o poder penal. Foucault é direto quando diz que “A descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados” (Foucault, 2018). Desse modo, a heterotopia vai nos servir nesse sentido, de estudo espacial, estendo posteriormente para as discussões das relações de saber e poder.

Antes de nos aprofundarmos no conceito, é preciso relatar que houve, inicialmente e durante boa parte da pesquisa e dos estudos acerca da heterotopia, uma certa dificuldade desencadeada por inconsistências de tradução. Foucault explicou seu conceito de heterotopia no *Cercle d'Études Architecturales*, conferência realizada em 14 de março de 1967. Escreveu sobre este momento no mesmo ano na Tunísia, porém só autorizou a publicação do texto dezessete anos mais tarde, na primavera de 1984, pouco antes de sua morte. Originalmente, o texto foi intitulado de “Des espaces autres”.

Diante de diversas inconsistências e contradições encontradas com algumas expressões importantes nas traduções consultadas até então, acabei buscando o texto original em francês, que embora não seja minha língua materna, possuía entendimento suficiente para rastrear o que estava acontecendo – e o

espanto foi grande. Três termos chave para a compreensão do conceito de heterotopia estavam traduzidos com pouca precisão. Por exemplo, originalmente *localisation* fora traduzido na versão de Pedro Moura (o principal e único retorno do texto integral em português no buscador Google até alguns anos atrás) como **disposição** e em outro momento como **localização**, na mesma tradução. Já o termo *étendue* não apresentou adversidades, sendo traduzido como **extensão**. No entanto o maior dos problemas estava com o termo *emplacement*, que na versão em português de Pedro Moura apareceu ora como **sítio**, ora como **base** e, o pior, ora como **disposição**. Ou seja, na versão em português estudada até aquele momento, o termo disposição era utilizado tanto como tradução para *localisation* como para *emplacement*. E a compreensão destes três termos cunhados por Foucault (*localisation*, *étendue* e *emplacement*) são fundamentais para compreender como se deu a mudança da compreensão do espaço ao longo dos séculos (Foucault, 1967, 1994).

Ainda incrédula de que tamanha inconsistência estava ocorrendo, comecei a buscar outras versões do texto a fim de resolver a confusão que estava ocorrendo e, principalmente, de começar a pensar quais termos utilizaria na tese. Utilizaria os termos traduzidos, assumindo o risco de ser compreendida de forma equivocada por algum leitor que passou despercebido por esta questão ao estudar o texto traduzido para o português? Faria uso dos termos originais, em língua francesa, mas perdendo também no entendimento de leitores que leram as versões traduzidas? Traduziria por contra própria estes três termos de maneira que julgasse mais adequada, acrescentando mais um pouquinho de confusão em torno destes três conceitos?

Realizei uma busca e levantamento de versões em português, inglês, espanhol e o original em francês. A sistematização de toda essa busca deixei registrado no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Comparação das Traduções feitas para os termos originais *localisation*, *étendue* e *emplacement* na obra de Michel Foucault

REFERÊNCIA		IDIOMA	LOCALISATION	ÉTENDUE	EMPLACEMENT
(Foucault, 1967)		francês	localisation	étendue	emplacement
(Foucault, 1994)	Dits et écrits	francês	localisation	étendue	emplacement
(Foucault,	Tradução Pedro	português	disposição	extensão	sítio

1967)	Moura		localização		base disposição
(Foucault, 2009)	Ditos e Escritos. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa	português	localização	extensão	posicionamento localização local
(Foucault, 2013)	Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser	português	localização	extensão	alocação
(Foucault, 1997)	Editado por Neil Leach	inglês	localization	extension	arrangement position zone location ordering
(Foucault, 1986)	Tradução de Jay Miskowiec	inglês	emplacement localization	extension	site ground placement
(Foucault, 2019)	Tradução de Marie Lourdes	espanhol	localización	extensión	emplazamiento colocación

Fonte: A própria autora.

Diante do exposto, a bem da desambiguação e das relações feitas entre Foucault e outros autores que escrevem sobre heterotopias, devo pontuar quais foram as escolhas para este texto. Primeiramente, gostaria de pontuar que duas opções me pareceram muito boas.

A primeira delas foi utilizar ao longo deste texto os termos **localisation**, **étendue** e **emplacement**, em francês, tais como foram colocados por Foucault em 1967. Desisti desta ideia em prol de buscar opções que sejam mais acessíveis a todos os leitores e que dialogue com outras produções em nosso idioma nativo.

Outra opção, que me pareceu igualmente boa foi o uso dos termos traduzidos **localização** e **extensão** – para *localisation* e *étendue*, respectivamente – e a versão em espanhol **emplazamiento** para *emplacement*, já utilizado em outros textos em português, como os do autor Alfredo da Veiga Neto (2007). Aqui já temos termos mais acessíveis aos falantes do nosso idioma e dialogam com outros autores e produções em português.

Porém, tendo em vista o ótimo trabalho de tradução realizado por Ana Cristina Arantes Nasser – que inclusive justificou coerentemente ao fim de sua versão as devidas escolhas feitas – e com o intuito fomentar o uso dos termos em português adequadamente e sem confusões daqui em diante, optei nesta pesquisa em usar o texto desta como referência em português – comparei o texto integralmente com o original em francês e apresenta fidedignidade adequada ao rigor que se espera de um

trabalho de doutorado – e os termos **localização**, **extensão** e **alocação**.

Em tempo, então, friso que o termo alocação aqui neste texto assume os usos de *emplazamiento* – e suas derivações – já muito bem-feitos por outros pesquisadores e outros tradutores, tanto em português quanto em espanhol.

Encaro essa desambiguação de conceitos para nossa língua materna de algum modo, como uma primeira contribuição desta tese, que embora não tivesse este objetivo, acabou por registrar para aqueles que daqui em diante queiram estudar heterotopias em nosso idioma as possibilidades de termos que podem ser utilizados. Não tenho pretensão de dizer a todos “Façam como eu fiz. Escolham como escolhi”. Mas digo “Esta foi a minha escolha. Existem outras exploradas aqui. Escolham como julgarem melhor. Mas, ao menos, a confusão está desfeita”.

Ambiguidades e confusões desfeitas, iniciamos com a heterotopia propriamente dita. Para apresentar esse seu conceito, Foucault primeiramente traz a definição das utopias, que são

[...] as alocações sem lugar real. São as alocações que mantêm com o espaço real da sociedade uma relação geral de analogia direta ou invertida. É a própria sociedade aperfeiçoada, ou é o inverso da sociedade; mas, de toda forma, essas utopias são espaços fundamentalmente, essencialmente, irreais. (Foucault, 2013, p. 115)

A utopia nos movimenta, já dizia Galeano (2001). Nós somos movidos por nossas utopias. Ouso dizer que até mesmo aqueles que não sabem o que é a utopia a vivenciam.

Porém, a partir da irrealidade da utopia, Foucault constrói a Heterotopia. “Não sabendo que era impossível, foi lá e fez”. Não sei se Jean Cocteau falava ou pensava sobre a heterotopia quando formulou esta frase. Mas ela me remete bastante às heterotopias. Utopias realizadas.

Foucault define que as heterotopias são

[...] lugares reais, lugares efetivos, lugares que são desenhados na própria instituição da sociedade e que são espécies de contra-alocações, espécies de utopias efetivamente realizadas, nas quais as alocações reais, todas as outras alocações reais que podem ser encontradas no interior da cultura, são simultaneamente representadas, contestadas e invertidas; espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora sejam efetivamente localizáveis. (Foucault, 2013, p. 115-116)

E para realizar seus estudos de heterotopias, Foucault pontuou a

heterotopologia, que ficou definida como a

[...] descrição sistemática que teria por objeto, em uma sociedade determinada, o estudo, a análise, a descrição, a “leitura” – como se gosta de dizer hoje – desses espaços diferentes, esses outros lugares, uma espécie de contestação simultaneamente mítica e real do espaço onde vivemos. (Foucault, 2013, p. 116)

Esta heterotopologia é pautada em seis princípios descritos a seguir.

O primeiro deles, de que “provavelmente, não existe uma só cultura no mundo que não constitua heterotopias” (Foucault, 2013, p. 116). Segundo Foucault, “as heterotopias assumem evidentemente formas muito variadas, e talvez não se encontre uma única forma de heterotopia que seja absolutamente universal” (Foucault, 2013, p. 116). No entanto, existem aqui duas categorias de heterotopias. A primeira delas ele pontua como sendo as heterotopias de crise, que são

[...] lugares privilegiados, ou sagrados, ou proibidos, reservados aos indivíduos que, em relação à sociedade e ao meio humano no interior do qual vivem, se encontram em estado de crise: os adolescentes, as mulheres na época dos ciclos menstruais, as parturientes, os idosos etc. (Foucault, 2013, p. 116)

Estas têm desaparecido para dar lugar a segunda categoria, as heterotopias de desvio. Segundo Foucault, estas são os lugares onde

[...] se alocam os indivíduos cujo comportamento é desviante em relação à média, ou à norma exigida. São as casas de repouso, as clínicas psiquiátricas; e são, certamente também, as prisões. (Foucault, 2013, p. 117)

O segundo princípio, enuncia que “uma sociedade pode fazer funcionar de um modo muito diferente uma heterotopia que existe e que não deixou de existir” (Foucault, 2013, p. 117). Aqui, Foucault define que “No curso de sua história, toda sociedade pode perfeitamente diluir e fazer desaparecer uma heterotopia que constituíra outrora, ou então, organizar uma que não existisse ainda” (Foucault, 2013, p. 117). Ou seja, em outras palavras, “cada heterotopia tem um funcionamento preciso e determinado no interior da sociedade, e a mesma heterotopia pode, segundo a sincronia da cultura em que se encontra, ter um funcionamento ou outro” (Foucault, 2013) e exemplifica este princípio com o espaço do cemitério.

O terceiro princípio da heterotopologia, traz que uma heterotopia “tem

o poder de justapor em um único lugar real vários espaços, várias alocações que são em si mesmas incompatíveis” (Foucault, 2013). Aqui, Foucault exemplifica com os exemplos do teatro, cinema, jardim/tapete e zoológico.

O quarto princípio, as heterotopias “estão associadas, muito frequentemente, a recortes do tempo; isto é, elas se abrem para o que se poderia chamar, por pura simetria, de heterocronias” (Foucault, 2013). Neste princípio, Foucault explica que o funcionamento pleno de uma heterotopia ocorre “quando os homens se encontram em uma espécie de ruptura absoluta com o seu tempo tradicional” (Foucault, 2013). Nele, as heterotopias podem ser caracterizadas de duas formas. A primeira delas, como os museus e as bibliotecas, são aquelas onde o tempo que se acumula indefinidamente. Ali, “o tempo não cessa de se amontoar e de se sobrepor a si mesmo” (Foucault, 2013). A segunda delas, ao contrário, são as heterotopias crônicas, de modo que estão “ligadas ao tempo, não ao modo da eternidade, mas ao modo da festa: heterotopias não eternitárias” (Foucault, 2013). Exemplos destas são as feiras e os circos. E, por fim, as heterotopias de passagem, “ligadas à [...] transformação, ao labor de uma regeneração. No século XIX havia os colégios e as casernas que deviam fazer de crianças, adultos, de camponeses, cidadãos, e de ingênuos, espertos. Em nossos dias, há sobretudo, as prisões” (Foucault, 2013).

No quinto princípio, “as heterotopias pressupõem sempre um sistema de abertura e de fechamento que simultaneamente as isola e as torna penetráveis” (Foucault, 2013). Como as heterotopias geralmente não são lugares públicos, elas envolvem alguma forma entrada. A entrada pode ser: por coação, como acontece nas prisões (Foucault, 2013); por rituais e purificações, onde precisa se obter permissão e repetir certos gestos para adentrar (Foucault, 2013); as ilusões, que parecem aberturas, mas são formas veladas de exclusões, onde segundo Foucault, “Todo mundo pode entrar, mas, na verdade, uma vez que se entrou, percebe-se tratar-se de uma ilusão e que se entrou em parte alguma. A heterotopia é um livro aberto, que tem, contudo, a propriedade de nos manter fora” (Foucault, 2013) e por último, aquelas que parecem abertas, onde “Só entram verdadeiramente os já iniciados. Acredita-se que se teve acesso ao que há de mais simples, de mais exposto, quando, de fato, se está no coração do mistério”, tal como Aragon nas casas de tolerância (Foucault, 2013).

O sexto e último princípio, as heterotopias tem uma função em relação ao espaço restante (Foucault, 2013). Que são aqueles lugares constituídos para “a

contestação de todos os outros espaços, uma contestação que pode ser exercida de duas maneiras” (Foucault, 2013). Ambas são de modo a criar um espaço, mas uma delas, é o que se define como espaço ilusório, como os bordeis ou um espaço tão real e perfeito, como uma compensação, como as aldeias jesuítas (Foucault, 2013).

Daniel Defert, o companheiro que esteve ao lado de Foucault até seus últimos dias, escreveu o posfácio de “O corpo utópico, As heterotopias” deixando vários apontamentos relevantes sobre o assunto. Ele lembra que ao trocar a muvuca parienne, onde era visto tão glorioso quanto polêmico, pela serenidade de Sidi Bou Saïd, na Tunísia, o filósofo pode ter tido sua vivência heterotópica (Defert, 2013).

Segundo ele, uma evidente característica das heterotopias é de que “estes contra espaços, [...] são interpenetrados por todos os outros espaços que eles contestam [...] [onde] há reverberação dos espaços, uns nos outros, e, contudo, descontinuidades e rupturas”. E embora não seja possível universalizar a formas de heterotopias – que vão do bordel ao cemitério – existe, “ao menos uma universalidade de sua existência” (Defert, 2013).

Quanto ao interesse pelos temas relacionados ao espaço, Foucault insistia neles pois acreditava que a história dos espaços estava relacionada com a história dos poderes, desde suas perspectivas micro quanto macroestruturais (Defert, 2013).

Segundo Foucault, “No final do século XVIII, novos problemas aparecem: trata-se de utilizar a organização do espaço para alcançar objetivos econômico-políticos” (Foucault, 2018). Para ele, era importante estudar sobre o espaço, na medida em que

Seria preciso fazer uma “história dos espaços” – que seria ao mesmo tempo uma “história dos poderes” – que estudasse desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do habitat, da arquitetura institucional, da sala de aula ou da organização hospitalar, passando pelas implantações econômico-políticas. (Foucault, 2018)

Defert conta que em uma entrevista, Foucault contou que foi através de sua verdadeira obsessão pelo espaço – algumas vezes tendo sido até mesmo tachado como tendo uma perspectiva reacionária dos assuntos sociais – que ele chegou às relações entre poder e saber, às quais considerava tão importantes. Na mesma entrevista, Foucault teria dito que “o espaço é o lugar privilegiado de compreensão de como o poder opera” (Defert, 2013).

No entanto, para Foucault era importante ir além da visão determinista do espaço – “É preciso dar continuidade a ela e não ficar somente dizendo que o espaço predetermina uma história que por sua vez o modifica e que se sedimenta nele” (Foucault, 2018).

De acordo com o filósofo, os médicos e os militares foram grandes organizadores do espaço. Os médicos das moradias e de cidades; os militares das campanhas, das fortalezas e de passagem (Foucault, 2018).

Outro ponto que merece destaque é a observação feita por Foucault de que Rousseau sonhava com uma sociedade tão transparente, legível, iluminada, que fosse impossível ser regulada pelo poder real. Mas o panóptico, por sua vez, de tão iluminado e visível, deu ainda mais força ao poder. No mínimo, uma grande ambiguidade (Foucault, 2018).

2.2. DISPOSITIVO

Chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos. (Agamben, 2005)

Em uma entrevista, Michel Foucault demarca três pontos sobre o seu conceito de dispositivo. Primeiramente, o dispositivo é para ele uma rede que se estabelece entre diversos elementos – linguísticos e não linguísticos, ditos e não ditos – de “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (Agamben, 2005).

Um segundo ponto destacado pelo autor é sobre como essas relações se dão, sobre a natureza delas. Para Foucault, um

discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar reinterpretação dessa prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. (Agamben, 2005)

A terceira característica de um dispositivo destacada por Foucault é

de que ele é “um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (Agamben, 2005).

E é justamente sobre a formação, a gênese de um dispositivo que o autor percebe dois momentos. No primeiro deles, essa urgência a ser resolvida que culmina na destinação estratégica de um dispositivo. Num segundo momento, uma vez já instaurado, “o dispositivo se constitui como tal e continua sendo dispositivo à medida que engloba um duplo processo”, de “sobredeterminação funcional” e de “preenchimento estratégico”. Naquele, os efeitos gerados pelo dispositivo, independentemente de terem sido desejados ou não, ressonam ou contradizem os outros elementos da relação estabelecida, exigindo um novo ajuste nela. Neste, o próprio dispositivo passa a preencher as lacunas deixadas pelos efeitos causados por ele próprio (Agamben, 2005).

Foucault destaca que, desse modo, o dispositivo sempre está “inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam”. Desse modo, conclui-se que os dispositivos sustentam e são sustentados pelos tipos de saberes nas relações de força (Agamben, 2005).

Ampliando a discussão foucaultiana, Giorgio Agamben inicia destacando três pontos já abordados por Foucault sobre os dispositivos: 1) Eles são compostos por um conjunto heterogêneo de elementos, sendo propriamente a rede estabelecida entre eles; 2) “Tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder”; 3) São responsáveis por “distinguir o que é aceito como um enunciado científico daquilo que não é científico” (Agamben, 2005).

Segundo Agamben, o objetivo de Foucault quanto aos estudos dos dispositivos era investigar como estes “atuam nas relações, nos mecanismos e nos ‘jogos’ de poder”. Outro ponto importante destacado pelo autor é que os dispositivos estão sempre conectados com a práxis – o termo surgiu do latim dispositivo, que por sua vez derivou de oikonomia, que tinha relação com a prática, a práxis, da administração de uma casa, com a gestão dela. Outros filósofos usam termos próximos e o que os une é a noção de “um conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é de administrar, governar, controlar e orientar, em um sentido em que se supõe útil, os comportamentos, os gestos e os pensamentos dos homens” (Agamben, 2005).

É interessante observar como Giorgio Agamben demonstra que são os dispositivos se relacionando com os seres vivos que formam um sujeito. Segundo ele,

[...] os dispositivos visam através de uma série de práticas e de discursos, de saberes e de exercícios, a criação de corpos dóceis, mas livres, que assumem sua identidade e a sua “liberdade” enquanto sujeitos no processo mesmo do seu assujeitamento. O dispositivo é [...] uma máquina que produz subjetivações. (Agamben, 2005)

Agamben ressalta que a consolidação máxima do capitalista está relacionada com “uma gigantesca acumulação e proliferação dos dispositivos” (Agamben, 2005). Em tempo, também é importante destacar que, atualmente, os dispositivos não apenas têm atuado na subjetivação, mas também na dessubjetivação – capturado por horas, por exemplo, pelo celular ou pela televisão.

Daqui a futilidade daqueles discursos bem-intencionados sobre a tecnologia, que afirmam que o problema dos dispositivos se reduz àquele de seu uso correto. Esses discursos parecem ignorar que, se todo dispositivo corresponde a um determinado processo de subjetivação (ou, neste caso, de dessubjetivação), é de tudo impossível que o sujeito do dispositivo o use de “modo justo”. Aqueles que têm discursos similares são, de resto, a seu tempo, o resultado do dispositivo midiático no qual estão capturados. (Agamben, 2005)

Quanto a questão da dessubjetivação que também pode ocorrer na fase atual do capitalismo, lembro de Byung-Chul Han em “Sociedade do cansaço”, quando ele discute que se, em outros tempos, éramos vigiados, subjetivados pela negatividade da proibição, nos formando enquanto sujeitos da obediência, produzindo loucos e delinquentes, agora estaríamos na sociedade do desempenho, na qual a positividade dessa sociedade acaba por produzir seus depressivos e fracassados, ao meu ver, dessubjetivados de nós mesmos. Na sociedade do desempenho, os dispositivos postos são capazes de fazer com que nós mesmos estejamos nos vigiando, como se fossemos empresários de nós mesmos, nos exigindo uma onipotência, ao passo em que sempre estaremos aquém do que se esperava de produtividade (Han, 2015).

“O excesso de positividade se manifesta também como excesso de estímulos, informações e impulsos” (Han, 2015). Na sociedade do desempenho, ser multitarefa, estar focado em muitas coisas simultaneamente, produzindo tudo ao mesmo tempo, ao contrário do que se parece, não é um avanço. Retrocedemos a

níveis animalescos, quando estamos vigilantes o tempo todo. “Trata-se de uma técnica de atenção, indispensável para sobreviver na vida selvagem. Um animal ocupado no exercício da mastigação de sua comida tem de ocupar-se ao mesmo tempo também com outras atividades. Deve cuidar para que, ao comer, ele próprio não acabe comido. Ao mesmo tempo tem de vigiar sua prole e manter o olho em seu(sua) parceiro(a). Na vida selvagem, o animal está obrigado a dividir sua atenção em diversas atividades”. Nossa capacidade simplesmente contemplativa deveria ser o que temos de mais evoluído enquanto espécie, mas a sociedade do desempenho jamais será capaz de admitir isso. Os dispositivos da positividade atuam para a atual dessubjetivação do sujeito, fazendo-o beirar à produtividade de uma máquina (Han, 2015).

E é dentre estes e outros aspectos que Byung-Chul Han vai demonstrando como a sociedade do desempenho está produzindo a sociedade do cansaço, que por sua vez, poderia acabar concebendo a sociedade do *doping* – com o amplo acesso ao uso de fármacos para melhoramento cognitivo, a concorrência e a competição estariam então na indústria farmacêutica. Ou seja, como se novos dispositivos, como medicamentos, comesçassem a operar a fim de fazer com que o sujeito funcione não mais de modo próprio, mas dessubjetivado de si, subjetivado em máquina (Han, 2015).

Por fim, uma observação importante feita por Agamben é de que dispositivos como as impressões digitais, as vídeo câmeras, transformaram o público numa imensa prisão (Agamben, 2005).

2.3. PODER E SABER-PODER

Foucault defende que só faz sentido estudar uma história que tenha eficácia política se esse estudo estiver atento aos combates que existem no domínio estudado (Foucault, 2018).

O poder para Foucault é uma relação que pode ser estabelecida por três maneiras: por soberania (ou Poder Soberano), por disciplina (ou Poder Disciplinar) e por biopolítica (Biopoder), sendo estes dois últimos frequentemente associados ao que chamamos de poder normalizador. Toda essa dinâmica é encontrada de maneira extensa em sua obra mais popular, “Vigiar e Punir: Nascimento da prisão” (Foucault, 2014).

O Poder Soberano é aquele que está relacionado com as monarquias, onde o Rei exercia de forma autoritária e absoluta seu poder sobre os súditos. Esse tipo de poder foca nos modos de exclusão daqueles indesejados da sociedade, e imageticamente está relacionado com a figura do suplício, da pena de morte (Foucault, 2014).

Após as Revoluções Burguesas e a ascensão do Iluminismo, entra em vigência o Poder Disciplinar. Torna-se mais conveniente adotar estratégias de vigilância às violências físicas chocantes. Esse tipo de poder se concentra em adestrar os indivíduos e está muito presente na figura de prisão (Foucault, 2014).

Tanto o Poder Soberano quanto o Poder Disciplinar atuam sobre o corpo individual. Já o Biopoder, típico da atualidade, possui como característica a atuação sobre a coletividade e o caráter regulatório. Nele, ao invés de adotar estratégias para vigiar, são adotadas regras para que o poder se exerça com o melhor aproveitamento, menos investimento em vigilância e maior alcance dele (Foucault, 2014).

Diante desse panorama geral, é imprescindível perceber que de uma perspectiva foucaultiana o poder pode ser exercido de maneiras muito particulares e diversas. Quando estudamos o poder, é muito fácil identificá-lo, por exemplo, numa relação de um rei com seus súditos, de um chefe com seus empregados, mas que na verdade, “O poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de Estado” e que há uma relação de sustento mútuo nas hierarquias piramidais de poder (Foucault, 2018).

Foucault coloca que

[...] o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder. O poder não tem por função única reproduzir as relações de produção. As redes da dominação e os circuitos da exploração se recobrem, se apoiam e interferem uns nos outros, mas não coincidem. (Foucault, 2018)

Isso não significa que o filósofo desconsidere o poder exercido pelo Estado, mas que ao se atentar apenas para ele, “corre-se o risco de não se dar conta de todos os mecanismos e efeitos de poder que não passam diretamente pelo aparelho de Estado, que muitas vezes o sustentam, o reproduzem, elevam sua eficácia ao máximo” (Foucault, 2018).

No período anterior à Revolução Francesa, por exemplo, o poder era acumulado na figura do rei, mas que ao mesmo tempo deixava diversas brechas para que as pessoas burlassem a lei, pois não era possível se exercer o poder de maneira contínua. Foi no período pós-Revolução que se instala todo um aparato policial, administrativo e estatal que forma uma rede contínua de exercício de poder, diminuindo as brechas para que se escapasse desse controle (Foucault, 2006).

A opressão ganha contornos de repressão, que nada mais é do que a própria opressão, mas seguindo algumas regras de um contrato social, dentro de uma pseudo-paz, prolongando as relações de força (Foucault, 2018).

Quanto ao indivíduo, Foucault explica que não se exerce ou se retira o poder dele, mas que os sujeitos são produtos das relações de poder existentes (Foucault, 2018).

A partir do século XIX, de acordo com Foucault

O poder não é substancialmente identificado com um indivíduo que o possuiria ou que o exerceria devido a seu nascimento; ele se torna uma maquinaria de que ninguém é titular. Logicamente, nessa máquina, ninguém ocupa o mesmo lugar; alguns lugares são preponderantes e permitem produzir efeitos de supremacia. De modo que eles podem assegurar uma dominação de classe, à medida que dissociam o poder do domínio individual. (Foucault, 2018)

Ainda sobre o sujeito e o poder, é preciso ter o entendimento da dobra que é criada na interioridade, por exemplo, quando o sujeito é atravessado pelo poder. Desta forma “la interioridad no sería más que un pliegue del afuera” (Droit, 2008). Ainda nessa questão, é importante destacar que justamente pelo fato de o poder ir se modificando ao longo da história, o sujeito se torna um sujeito histórico, na medida em que as dobras geradas por esse poder são igualmente históricas, bem como as subjetividades produzidas. “El saber, el poder y el sí varían con la historia” (Droit, 2008).

Desse modo, até mesmo a identidade é vista como um produto do poder (Foucault, 2008).

O sujeito, idêntico a si mesmo, com a sua historicidade, a sua gênese, as suas continuidades, os efeitos da sua infância prolongada até o último dia da sua vida etc., não é o produto de um certo tipo de poder que se exerce sobre nós, nas antigas formas jurídicas e nas atuais formas policiais? Não é o sujeito, idêntico a si mesmo, com sua historicidade própria, sua gênese, suas continuidades, os efeitos de sua infância prolongados até o último dia de sua vida etc., o produto de um determinado tipo de poder que

se exerce sobre nós, nas formas jurídicas antigas e nas formas policiais atuais?³ [Tradução Nossa] (Foucault, 2008)

Uma das instâncias desse poder não tão perceptível ao olhar desatento do qual Foucault fala e que, de alguma forma é importante termos em vista para esta tese, é a opinião. Segundo Foucault (2018), hoje a opinião é um fator de regulação, de disciplina.

Esse reino da “opinião”, invocado com tanta frequência nessa época, é um tipo de funcionamento em que o poder poderá se exercer pelo simples fato de que as coisas serão sabidas e de que as pessoas serão vistas por um tipo de olhar imediato, coletivo e anônimo. [...] um “poder exercendo-se por transparências”, de uma dominação por “iluminação”. (Foucault, 2018)

É como se a sociedade tão transparente, legível e iluminada idealizada por Rousseau – que visava diminuir o poder do rei – tivesse cooptado o poder na forma, dentre outros dispositivos, da opinião (Foucault, 2018).

A opinião ainda pode se apresentar, de acordo com Foucault, de forma materializada, que é que ele chama de media – a imprensa, a edição, o cinema e a televisão (Foucault, 2018).

E que esses media seriam necessariamente comandados por interesses econômico-políticos. Eles não perceberam os componentes materiais e econômicos da opinião. Eles acreditaram que a opinião era justa por natureza, que ela se difundiria por si mesma e que seria um tipo de vigilância democrática. No fundo, foi o jornalismo – invenção fundamental do século XIX – que manifestou o caráter utópico de toda essa política do olhar. (Foucault, 2018)

Ao falar, por exemplo, sobre o sucesso obtido pelas prisões no “recrutamento para o exército dos delinquentes” (Foucault, 2006), ele especifica que

A psicologia e a psiquiatria criminais correm o risco de ser o grande álbi para, no fundo, se manter o sistema. Elas não poderiam constituir uma alternativa séria para o regime da prisão, pela simples razão de que nasceram com ele. A prisão que se instala logo após o Código Penal, se presta desde o início, a um empreendimento de correção psicológica. É já um lugar médico-judiciário. Pode-se então colocar todos os encarcerados nas mãos de psicoterapeutas, e nada mudará no sistema de poder e de vigilância generalizada, estabelecido no início do século XIX. (Foucault, 2006)

³ ¿No es el sujeto, idéntico a sí mismo, con su historicidad propia, su génesis, sus continuidades, los efectos de su infancia prolongados hasta el último día de su vida, etcétera, el producto de un determinado tipo de poder que se ejerce sobre nosotros, en las formas jurídicas antiguas y en las formas policiales actuales? (Foucault, 2018)

E é importante colocar aqui que, Foucault muito mais do que falar sobre a prisão como uma forma de vigiar e controlar os supostos delinquentes, ela é um modo encontrado para lucrar – econômica e politicamente – e controlar todo o restante da população. Cita, por exemplo, o lucro obtido com a existência do tráfico de drogas, ou com a melhor aceitação da atuação policial pela sociedade. Inclusive, ele defende que os dispositivos legais não impedem determinados comportamentos – como é a justificativa dada amplamente – mas apenas organiza os espaços onde se pode burlar essa lei, ou onde ela pode ser ignorada (FOUCAULT, 2006, 2018).

Não podemos terminar esse capítulo sobre poder sem falar de sua relação com o saber. Segundo Foucault (2008), “El saber aparece vinculado en profundidad a una serie de efectos de poder” e ele chama esse processo de arqueologia. A busca pelos discursos verdadeiros, pela verdade, tem ligação com fenômenos e relações de poder, culminando em efeitos práticos e políticos (Foucault, 2008).

Foucault (2018) explica que chama de saberes dominados dois tipos de saberes. Primeiramente, conteúdos que foram escondidos sob outros que estavam em funcionamento, que ficaram sepultados ao longo dos anos. Em segundo, saberes de alguma forma desqualificados, abaixo dos discursos eruditos, científicos, como dos delinquentes dentre outros.

Sendo assim,

A genealogia seria, portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios a ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico. A reativação dos saberes locais – menores, diria talvez Deleuze – contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos intrínsecos de poder. (Foucault, 2018)

Desse modo, se por um lado, “a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local” (Foucault, 2018) por outro, a genealogia é, então, “a tática que [...] ativa os saberes libertos da sujeição que emergem dessa discursividade” (Foucault, 2018).

2.4. DISCURSO

Foucault percebeu que houve um ponto de virada na sociedade

quando se percebeu que era mais interessante vigiar do que punir, sendo necessário para tal a retirada da figura do Rei e da Corte. Para o capitalismo era preciso separar os cidadãos de bem dos delinquentes, e para isso, surgiram todos os registros policiaescos e criminais, da literatura às matérias jornalísticas (Foucault, 2018).

Além disso, para julgar e penalizar os réus, cada vez mais se fez necessário, a partir do século XIX, o apoio do discurso científico. “Daí a necessidade de passar a tarefa para pessoas que vão formular, sobre o crime e sobre os criminosos, um discurso que poderá justificar as medidas em questão” (Foucault, 2018).

Foucault concorda que o discurso criminológico é “útil apenas para dar boa consciência aos juízes” e tornou-se “indispensável para permitir que se julgue” (Foucault, 2018).

A partir do entendimento inicial dessa relação existente entre narrativas, policiais, criminais e científicas, e o julgamento e as penalizações nos processos judiciais, é importante, então, deixarmos à mão, aqui no bolso do jaleco, algumas considerações teóricas sobre discurso e autor.

É importante ter a compreensão de que para Foucault, o sujeito não profere um discurso, não há discursos inéditos. O que se diz é concebido numa rede discursiva, de conhecimentos anteriores. Tem-se a ilusão de estar proferindo algo original, quando na verdade, o sujeito está sendo cooptado pelo discurso, encadeado em uma correia de transmissão (Foucault, 1996).

Tendo em mente as relações de poder e de saber-poder, é fácil compreender a “metodologia” que guia uma investigação pela perspectiva foucaultiana, o interesse em fazer emergir discursos que outrora foram solapados. Esse soterramento de determinados discursos ocorre porque, embora os discursos sejam fenômenos aleatórios, há mecanismos de controle dele. “Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlado, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 1996).

O Foucault analista do discurso, então, quando está preocupado em fazer aparecer esses discursos, se atenta, na verdade, em mostrar como operam esses dispositivos de controle discursivo (Foucault, 1996).

Segundo Foucault, “o trabalho, em minha maneira de entender,

consiste antes em fazer aparecer esses discursos em suas conexões estratégicas do que constituí-los excluindo outros discursos” (Foucault, 2018).

Desse modo, abordaremos a seguir, então, os dispositivos de controle discursivo.

Há, primeiramente, os procedimentos de exclusão, que são exercidos do exterior do discurso, de fora dele. Eles são três: 1) a interdição, que faz referência à palavra proibida, a ideia de que não se pode falar de tudo; 2) a separação e rejeição, que está ligada a ideia de segregação da loucura, ou seja, é feita uma separação entre a razão e loucura e, dessa fora, o discurso do louco não circulava como os outros, ou era totalmente desacreditado, ou ao contrário, era tido como o mensageiro das verdades secretas; e 3) a vontade de verdade, que é uma oposição do verdadeiro contra o falso (Foucault, 1996).

Foucault explica que nos tempos anteriores, os dois primeiros procedimentos têm perdido força progressivamente, à medida que o terceiro se fortalece. Para ele, a vontade de verdade tem exercido formas de pressão e coerção sobre outros discursos. O discurso do verdadeiro é extremamente valorizado socialmente, sendo inclusive suportado e distribuído por instituições (Foucault, 1996).

Nossa vida é regrada por discursos de verdade: somos cobrados pela produção da verdade. Essa produção adquire uma posição de gabarito, numa régua moral da sociedade, onde só ela importa, é verdadeira e será propagada.

Porém,

Assim, só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura. (Foucault, 1996)

Para driblar esses procedimentos de exclusão do discurso, precisamos, então, questionar a nossa vontade de verdade (Foucault, 1996).

Em segundo lugar, há os procedimentos exercidos no interior do discurso a fim de controlá-lo, aos quais Foucault atribuiu a denominação de princípio de limitação, de rarefação. São eles: 1) o comentário; 2) a autoria; e 3) a disciplinarização (Foucault, 1996).

Quanto ao comentário, Foucault explica sobre a noção de que não se

tem de um lado os textos originais, primeiros, e de outro os comentários, textos segundos. É um movimento em que novos discursos não param de ser formulados acerca de um primeiro, e em algum momento, pode até mesmo, tomar o lugar do texto referência, mas sem escapar desse discurso anterior. Paradoxalmente, a infinitude de possibilidades aparentes de comentários, acaba por se tornar uma limitação, no sentido de conter outras perspectivas (Foucault, 1996).

Poderíamos aqui citar o que Foucault chama dos “instauradores de discursividade”, como Karl Marx e Sigmund Freud, a partir dos quais, é “possível um certo número de diferenças em relação aos seus textos, aos seus conceitos, às suas hipóteses, que dizem todas respeito ao próprio discurso psicanalítico” (Foucault, 2001).

No que concerne à autoria, Foucault percebeu que, na Idade Média, havia um movimento em que, para circular, o discurso científico precisava de uma autoria, enquanto a literatura circulava socialmente mesmo quando o autor era anônimo. No entanto, a partir do século XVII esse cenário mudou, e discurso científico passou a circular mesmo anônimo (ou com autoria pouco conhecida), e a literatura passou a precisar da assinatura de alguém relevante. (Foucault, 1996, 2001).

Além disso, na questão de autoria, é interessante observar que o nome do autor serve para agrupar um conjunto de discursos. “O autor é aquele que dá à inquietante linguagem da ficção suas unidades, seus nós de coerência, sua inserção no real” (Foucault, 1996), e isso de alguma forma limita alguns discursos em detrimento de outros.

Além de agrupar, dizer que algo é escrito por alguém ou que alguém disse algo é tirar a característica fugaz de um discurso e lhe atribui um determinado status (Foucault, 2001).

Quanto à disciplinarização, ela “é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (Foucault, 1996) é como se o discurso estivesse à mercê da polícia discursiva, mediando o que pode (ou não) ser dito sobre algo. Isso ocorre na prática porque a disciplina se opõe aos outros dois princípios de limitação. Se opõe ao autor porque a disciplina é, por excelência, anônima. Ninguém é o dono de uma ou outra disciplina, ela é constituída sob uma égide coletiva. É um campo de domínio de diversos saberes técnicos e teóricos que organizado pelos próprios participantes de dada disciplina. E se opõe ao comentário

porque dela partem diversos novos discursos, novas possibilidades, e não o contrário, onde um comentário é realizado a partir de um discurso anterior.

Para escapar esses procedimentos de limitação do discurso, é preciso “restituir ao discurso seu caráter de acontecimento” (Foucault, 1996). Ou seja, encarar o discurso como um evento que acontece por si só, que vai circular, tal como um acontecimento que é (Foucault, 1996).

O terceiro mecanismo de controle do discurso consiste nos procedimentos de sujeição dos discursos: 1) os rituais, que definem características inerentes aos sujeitos para que seus discursos circulem, como qualificação, gestos, comportamentos e circunstâncias; 2) as sociedades do discurso, que produzem ou conservam os discursos e determinam as regras de distribuição deles, restritos a um determinado grupo de indivíduos; e 3) as apropriações sociais, que se refere a questão de que, em determinadas circunstâncias, um discurso é mais aceito que outro, e por isso, é mais propagado, e deixando seus contrários, seus opostos, ou outros discursos, desconhecidos (Foucault, 1996).

Neste último mecanismo, para desviá-lo é preciso “suspender, enfim, a soberania do significante” (Foucault, 1996). Ou seja, as palavras que estão contidas em um discurso não são informações passíveis de uma interpretação rígida, única. O que está posto num discurso, o significado dele, vai muito além do que as palavras por si só.

2.5. PRECAUÇÕES DE MÉTODO

Foucault explica que para ele o campo do direito deveria ser encarado como um desencadeador de procedimentos de sujeição. Dado esse ponto, em suas pesquisas, suas questões não estavam pautadas na soberania das leis e na obediência dos sujeitos a elas, mas “fazer aparecer em seu lugar o problema da dominação e da sujeição” – coerente então, com o modo como ele enxergava esse campo. Diante disso, ele apresenta suas chamadas precauções de método, que são como pontos importantes a serem observados ao se realizar uma pesquisa que se propõem a entender os fenômenos sob a mesma perspectiva que ele aventava (Foucault, 2018).

A primeira precaução metodológica faz referência à localidade, ou seja, é necessário “captar o poder em suas extremidades, em suas últimas

ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais”. É estar com o olhar atento, como Foucault tantas vezes disse quando falou sobre poder, para suas formas menos visíveis, para os aspectos mais microssociais quanto for possível (Foucault, 2018).

A segunda precaução metodológica fala sobre a exterioridade, ou seja, nem tudo que é feito por um sujeito tem uma intenção – como preconiza, inclusive, a psicanálise, uma vez que muito do que é feito pelos sujeitos tem relação com o inconsciente. Sendo assim, é mais sensato olhar mais para como os fenômenos se dão e menos em porque se dão. É preciso “estudar o poder em sua face externa, onde ele se relaciona direta e imediatamente com aquilo que podemos chamar provisoriamente de seu objeto, seu alvo ou campo de aplicação, quer dizer, onde ele se implanta e produz efeitos reais” (Foucault, 2018).

A terceira precaução de método reporta à circularidade, considerando que o poder não está nas mãos de uma pessoa, bem como não há ninguém fora do poder, não está em um lugar específico e nem é um bem, pois ele está sempre em circulação. Segundo Foucault, “O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. [...] O poder funciona e se exerce em rede” (Foucault, 2018).

A quarta precaução de método, faz alusão à ascensão, ou seja, o poder não deve ser visto de cima para baixo, mas ao contrário, das extremidades para o centro, deve ser analisado a partir das periferias. De acordo com Foucault, é preciso “fazer uma análise ascendente do poder: partir dos mecanismos infinitesimais [...] e depois examinar como esses mecanismos de poder foram e ainda são investidos [...] por mecanismos cada vez mais gerais” (Foucault, 2018).

Por fim, a quinta precaução metodológica faz referência à não ideologização, que “significa que o poder para se exercer nesses mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e pôr em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são construções ideológicas” (Foucault, 2018). O analista ao invés de se concentrar em buscar possíveis falseamentos da realidade destinados a controlar os indivíduos, deve se ater a buscar compreender os instrumentos de poder do cotidiano (Foucault, 2018).

2.6. ANÁLISE DO DISCURSO

Para Foucault, a análise do discurso deve ser entendida como um jogo de rarefação e de afirmação dos discursos, sem a menor pretensão de encontrar um sentido único para o que foi expresso (Foucault, 1996).

Essa análise pode ser realizada por dois conjuntos: o conjunto crítico, que se dedica a investigar o recobrimento do discurso, seus fenômenos de exclusão, limitação, dentre outros; e o conjunto genealógico, que, ao contrário, se aplica em analisar a formação do discurso, com seus fenômenos de aparição, crescimento, apoio etc. (Foucault, 1996).

Quanto ao conjunto crítico, Foucault traz que o analista deve “procurar cercar as formas da exclusão, da limitação, da apropriação [...] como se modificaram e se deslocaram, que força exerceram efetivamente, em que medida foram contornadas” (Foucault, 1996). Sendo assim, a “análise liga-se aos sistemas de recobrimento do discurso, procura detectar, destacar esses princípios de ordenamento, de exclusão, de rarefação do discurso” (Foucault, 1996).

Já quanto ao conjunto genealógico, ele explica que a preocupação deve estar em “como se formaram, através, apesar, ou com o apoio desses sistemas de coerção, séries de discursos; qual foi a norma específica de cada uma e quais foram suas condições de aparição, de crescimento, de variação” (Foucault, 1996). Desse modo, Foucault fala que a “análise se detém, em contrapartida, nas séries da formação efetiva do discurso: procura apreendê-lo em seu poder de afirmação” (Foucault, 1996). Esse poder de afirmação não é o contrário do poder de negação, “mas o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas” (Foucault, 1996).

Para fazer uma análise pela perspectiva do conjunto crítico, é colocado em prática o princípio da inversão, o qual diz que “é preciso reconhecer [...] o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso” (Foucault, 1996).

Para analisar pelo viés do conjunto genealógico, outros três princípios são colocados em prática: o da descontinuidade, segundo o qual, “Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam, mas também se ignoram ou se excluem” (Foucault, 1996); o da especificidade, que traz que “Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso” (Foucault, 1996); e o da exterioridade, no qual “a

partir do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, passar às suas condições externas de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras” (Foucault, 1996).

Sendo assim, Foucault destaca que “Entre o empreendimento crítico e o empreendimento genealógico, a diferença não é tanto de objeto ou de domínio, mas, sim, de ponto de ataque, de perspectiva e de delimitação” (Foucault, 1996).

Realizar uma descrição crítica não elimina a possibilidade de realizar outra genealógica, ao contrário, elas devem “alternar-se, apoiar-se umas nas outras e se completarem” (Foucault, 1996).

2.7. MUSEUS E HETEROTOPIAS

A Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, estabelece que, da perspectiva legal brasileira, os museus são aqueles

[...] instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (Brasil, 2009)

Já do ponto de vista cultural o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) assume que há de modo natural uma curiosidade, uma “vontade de memória”, que leva as pessoas a buscarem pelos museus e seus registros antigos e novos. Segundo a instituição, “a museologia é hoje compartilhada como uma prática a serviço da vida”, (Cultura, 2024) tendo em vista que é nesse trabalho de recuperação da dimensão humana da vida social que ocorre no museu que cada um que por ali passa acaba descobrindo mais de si mesmo.

Valverde (2020) destaca que para atender as diversas inspirações e objetivos, os museus podem passar pelas mais diversas conformações, como arranjos e financiadores.

As mudanças que ocorrem nos museus são capazes de refletir as mudanças da própria sociedade. O espaço do museu, o público que o frequenta e o qual se busca atingir, bem como o sentido do que é exposto está sempre ligado de modo íntimo ao período histórico vigente. Infelizmente, no Brasil recente o que se observa é um risco de desaparecimento dos museus, tanto pela deterioração, como

ocorridos nos Museus da Língua Brasileira e no Museu Nacional, quanto por questões de sentido público-político, como ocorrido no Santander Cultural após a exposição “Queermuseu” (Valverde, 2020).

Quanto às questões de heterotopia, pode-se considerar, segundo Valverde (2020), que os museus possuem duplo caráter heterotópico, além obviamente, da própria definição de Foucault, sobre um espaço onde o tempo se acumula indefinidamente. Esse duplo caráter se refere ao fato de que o museu se propõe a classificar (e encontrar classificações) para tudo, ao mesmo tempo em que desloca a racionalidade. O autor também considera que este estado de heterotopia é um meio do caminho entre uma sociedade utópica e distópica.

Esse desconforto causado pela heterotopia do museu entra em conflito com a sociedade e a instituição estatal dos últimos anos, com a notável escalada conservadora por assim dizer, o que implica em diversas “dificuldades em retomar a sua proeminência como instituição cultural” (Valverde, 2020).

Além disso, a organização espacial do museu sempre é feita para atender uma função, que aliás passa por sutis transformações ao longo do tempo. No Museu e Biblioteca de Alexandria (cerca de 300 a.C.), por exemplo, o espaço era aberto apenas aos instruídos e a função do museu era promover o acúmulo máximo do conhecimento da época. Já no Palácio de Latrão (313 d.C.), o espaço estava aberto apenas para aqueles que possuíam “capacidade” de interpretar corretamente o que ali estava exposto havia também um controle rígido do que era exposto, se condizia com os valores da Igreja Católica da época. Por fim, na Galeria dos Escritórios (1581 d.C.), o público que acessa o espaço era limitado aos cortesãos e simbolizava uma erudição e poder da família proprietária, estabelecendo uma hierarquia social e definindo um status de poder para os senhores (Valverde, 2020).

Ou seja, independente do controle de acesso que existia, antes da modernidade os museus (assim como a política, a Ciência e a cultura que margeavam suas coleções) eram inacessíveis a todos, inclusive teoricamente. Foi apenas com a modernidade que a Ciência e a república ganham força. A partir de então, a burguesia passa a ter acesso à política, cultura e Ciência. Foi também com o advento da modernidade surgiu a necessidade de criar uma memória social, a fim de reestabelecer a coesão social, buscando limitar confrontos entre a classe trabalhadora e a burguesia (Valverde, 2020).

Nesse movimento de passagem da Monarquia para a República, os

museus atenderam esses interesses didáticos e documentais de criar uma memória, sem monarcas ou religião, mas que tampouco fervesse revoltas populares. Nessas épocas, os espaços e coleções reais e eclesiásticos passaram a ser públicas ou foram estatizadas (Valverde, 2020).

Um exemplo desse movimento ocorreu no Museu do Homem, onde a arte passou a ter um caráter técnico e a Ciência tida como neutra. Desse modo, as coleções expostas visam contar a história culminando no seu ápice: a própria modernidade. Valverde (2020) explica que o Museu do Homem foi uma heterotopia que reforçou o poder e normalizou a violência institucional.

Com o sucesso da República, observa-se um relaxamento da censura, que causa um aumento da subjetividade do artista nas exposições museais. Desse modo, os artistas começam a questionar o poder burguês, o academicismo e as belas artes. Os museus passam a ter um novo desafio: congregar no mesmo espaço a conflituosa relação entre a visão tecnicista dos documentos e as novas exposições temporárias mais subjetivas dos questionadores artistas. A arte passa a ser uma questão de Geografia, de localização, de onde está, e a heterotopia do museu passa a ser um espaço do conflito (Valverde, 2020).

No entanto, com o tempo o conflito no espaço museal foi escalando e passou a ser um problema das relações estabelecidas, ou seja, um problema da alocação. No Brasil mais recente, duas exposições mostram esse mostram essa questão. O Queermuseu, que se torna um espaço de conflito político entre setores progressistas das sociedades, sobretudo ligados à pauta LGBTQIAPN+, e movimentos reacionários como os membros do Movimento Brasil Livre (MBL) e seguidores da família Bolsonaro. E La Bête, que se propõe a ser uma exposição com interação, relação entre artista-obra-público, quebrando a fronteira do objeto-espectador. Mais uma vez ataques do MBL fomentam protestos e disputas políticas, deslocando o embate para as redes sociais (Valverde, 2020).

Por fim, a heterotopia do museu acaba sendo causada pelo desconforto provocado pelo museu que clama pela desconstrução do que já era sólido na sociedade, pulverizando a arte e a Ciência. Para resistir aos movimentos reacionários, os espaços museais dão um passo atrás, suavizam as polêmicas, trazem exposições mais leves, ingênuas, a fim de garantir que o espaço siga existindo. Inegavelmente, a economia acaba ditando a curadoria do museu (Valverde, 2020).

O Quadro 2 apresenta uma síntese desse movimento que caminha

para o aprofundamento do caráter heterotópico dos museus. Além desse movimento descrito no artigo, acrescentei as noções de caracterização do espaço, da Geografia, que Foucault já havia pormenorizado em seus trabalhos de conceituação das heterotopias.

Quadro 2 – Relação, por uma perspectiva foucaultiana, entre os Períodos Históricos, a compreensão do Espaço e a noção da caracterização de uma heterotopia

HISTÓRIA	ANTIGUIDADE	MODERNIDADE	ATUALIDADE
GEOGRAFIA	LOCALIZAÇÃO	EXTENSÃO	ALOCUÇÃO
Exemplos	• Biblioteca de Alexandria • Palácio de Latrão • Galeria dos Escritórios	• Museu do Homem	• Queermuseu • La Bête
Acesso ao Espaço Museal	Acesso Limitado	Acesso da Burguesia	Acesso Público
REPÚBLICA Criar nova memória social e atender os interesses da burguesia INTERNET O sucesso da República aumentou a subjetividade dos artistas			

Fonte: A própria autora.

A síntese desse movimento apresentado no Quadro 2 é produtiva para compreender como outros autores estabeleceram análises dos espaços museais a partir do conceito de heterotopia foucaultiana. Em tempo, o estabelecimento dessa movimentação auxiliou esta tese no sentido de contribuir para compor estratégias metodológicas desta pesquisa.

3. AS TRAGÉDIAS QUE SE CONTA

É assim que tais relatos poderão fazer o papel de cambiadores entre o familiar e o notável, entre o cotidiano e o histórico. E nessa troca efetuam-se três operações essenciais: o que as pessoas viram com seus próprios olhos, o que disserem uns aos outros verbalmente, tudo o que se conta dentro dos limites de uma aldeia ou de um cantão, tomando a forma do extraordinário, torna-se contável a todos, universalmente transcritível, digno, enfim, do papel impresso: é a passagem para a escrita. Ao mesmo tempo, a narrativa muda de estatuto: não é mais o contar incerto que se transmite de *parada em parada*, é a notícia fixada de uma vez por todas, em todos os seus detalhes canônicos: ela é recebida do alto, o boato que corre transforma-se em anúncio. (Foucault, 2013, p. 291)

Quando foi discutir teoricamente o caso de Pierre Rivière, Foucault denominou seu capítulo de “Os assassinatos que se conta”, para discorrer sobre como os textos – tanto o memorial de Pierre quanto todos os outros documentos e notícias produzidos à época – tem o poder de fixar uma história, elevando um degrauzinho a escala do que é percebido e recebido por verdade.

Para jogar com as palavras, ao descrever as visitas realizadas aos espaços do Museu Paranaense de Ciências Forenses, optei então por utilizar neste capítulo o título de “As tragédias que se conta”, parafraseando outra vez mais o autor. O Museu, tal como os textos, acaba por fixar as tragédias. Acontecimentos chocantes e extremamente lamentáveis, que por si mesmos em razão do tempo certamente cairiam no esquecimento, mas que a partir do momento que foram cooptados pelo museu, tornaram-se eternos, tanto materialmente quanto em narrativa.

Compreendo que possa causar algum estranhamento que eu chame de tragédia o que me propus a pesquisar a fim de buscar um título de doutora, algo que sem dúvidas é enriquecedor para mim enquanto indivíduo. Porém, não posso deixar de considerar que grande parte do acervo do museu são tragédias. As Ciências Forenses não são tragédias. Minha tese não é uma tragédia. O museu tampouco é uma tragédia. Tragédia é o que infelizmente aconteceu com cada ser humano, cada filho e filha, mãe e pai, irmão, amor, para que, como num passe de mágica (mas que de mágica não tem nada, e sim de um processo de dessubjetivação humana), sua vida encerre e pedaços de seu corpo acabem na prateleira do Museu. E são sobre essas tragédias que narrativas e discursos são construídos, são contados.

Então as tragédias que se conta são exatamente essas tristes histórias que os “objetos” nas prateleiras do MPCF acabam narrando, esses discursos que se criam e recriam sob o cadáver. Minha postura é de extremo respeito a todos

que ali estão, que um dia já foram amados e amaram, tal como o ensejo da oração ao cadáver desconhecido que abre os trabalhos deste texto.

E sobre essas narrativas, as separei em tempo e espaço. Divido as experiências nos espaços do Museu em sete momentos, sete marcações do tempo elencados a seguir. Em cada um deles, específico o espaço e resumo o panorama do que ocorria na ocasião.

1) 2º semestre de 2008: Visita realizada pela manhã com a turma de Graduação em Química da Universidade Tecnológica Federal do Paraná ao Museu do IML e ao Necrotério da mesma instituição. Ambos os espaços ficavam localizados no mesmo endereço, na Avenida Visconde de Guarapuava, nº 2652, no Centro de Curitiba.

2) 30 de março de 2022: Visita agendada individualmente, realizada na companhia do meu irmão, ao novo espaço do Museu, localizado na Rua Paulo Turkiewicz, nº 150, no bairro do Tarumã, também na cidade de Curitiba. Nessa mesma manhã também conheci o trabalho recente que vem sendo desenvolvido pela Academia de Ciências Forenses.

3) 28 de janeiro de 2023: Visita à mostra “O Museu vai à praia”, que ocorreu durante a tarde no Calçadão de Caiobá, localizado no município de Matinhos, litoral do Estado do Paraná. A exposição estava aberta ao público e naquela tarde estava acompanhada de meu esposo Milton e meu filho Francisco.

4) 23 de fevereiro de 2023: Visita noturna e aberta ao público ao Museu localizado no antigo Necrotério, no endereço da Avenida Visconde de Guarapuava, nº 2652, Centro, Curitiba. Nesta visita eu estava desacompanhada de amigos, colegas ou familiares.

5) 27 de março de 2023: Visita aberta ao público ao Museu da Rua Paulo Turkiewicz, nº 150, Tarumã, Curitiba, onde na ocasião estava acontecendo a exposição “A evolução da perícia no mundo digital”. Nesta breve visita realizada à tarde estava acompanhada do meu esposo.

6) 15 a 18 de maio de 2023: Participação nas palestras promovidas pelo Museu em ocasião da 21ª Semana Nacional de Museus. As palestras ocorreram no período noturno, no endereço da Rua Paulo Turkiewicz, nº 150, Tarumã, Curitiba, não exatamente na sala do Museu, mas no anfiteatro, localizados no mesmo andar do prédio, em lados opostos. A participação nas palestras foi realizada sem a companhia de amigos, colegas e familiares, exceto no dia 16 em que tive a companhia

de meu irmão e meu filho. Nesta mesma semana estava ocorrendo, após as palestras, visitas guiadas à exposição “A evolução da perícia no mundo digital”, das quais participei no dia 18.

7) 19 de maio de 2023: Lançamento do livro “Roxo”, de Andréa Berriell, encerrando a 21ª Semana Nacional de Museus, no espaço do Museu do Antigo Necrotério, na Avenida Visconde de Guarapuava, nº 2652, Centro, Curitiba, ocorrido à noite desta data.

Para facilitar o acompanhamento destas visitas ao leitor, tendo em vista que em muitos momentos as histórias e as geografias podem vir a se cruzar de alguma forma entre eles, deixo toda essa conjectura organizada no Quadro 3.

Quadro 3 – Visitas realizadas aos espaços do Museu Paranaense de Ciências Forenses

VISITA	1	2	3	4	5	6	7
DATA	2º sem./2008	30/03/2022	28/01/2023	23/02/2023	27/03/2023	15 a 18/05/2023	19/05/2023
LOCAL	Museu e Necrotério IML Centro – Curitiba	Novo Museu e Academia de Ciências Forenses Tarumã – Curitiba	Calçadão de Caiobá Litoral do Paraná	Antigo Necrotério Centro – Curitiba	MPCF Tarumã – Curitiba	MPCF Tarumã – Curitiba	Antigo Necrotério Centro – Curitiba
OCASIÃO	Visita Técnica	Visita Técnica	“O Museu vai à praia”	Visita Noturna	“A Evolução da Perícia no Mundo Digital”	Palestras da 21ª Semana Nacional de Museus	Lançamento Literário na 21ª Semana Nacional de Museus
ACESSO	Visita da Turma de Química	Visita Individual	Visita Aberta ao Público	Visita Aberta ao Público	Visita Aberta ao Público	Visita Aberta ao Público	Visita Aberta ao Público

Fonte: A própria autora.

Com base nestas visitas, busquei com esta tese responder as seguintes questões de pesquisa:

- 1) O Museu Paranaense de Ciências Forenses pode ser caracterizado como uma heterotopia?
- 2) Que movimento é realizado pelo Museu Paranaense de Ciências Forenses entre os anos de 2008 e 2023 no que diz respeito a sua espacialidade?
- 3) Em que medida há um aprofundamento do caráter heterotópico do Museu Paranaense de Ciências Forenses entre os anos de 2008 e 2023?

Para responder cada uma destas questões foram adotadas

estratégias metodológicas distintas, elaboradas a partir do conceito de heterotopia foucaultiano. Estas estratégias estão devidamente explicitadas a seguir, nas subseções deste capítulo.

É importante salientar que as questões de pesquisa desta tese e as estratégias metodológicas elaborados para respondê-las possuem adequação com as precauções de método foucaultianas já abordadas anteriormente. Ou seja, os objetivos dessa tese concentram-se em compreender mais o que ocorre e como ocorre no Museu, ao invés dos porquês elas ocorrem. Também se mantêm as análises atentas à circularidade do poder no MPCF, como ele foi trocando de mãos ao longo de sua história. É partindo da observação desse poder atuando no cotidiano, local e perifericamente que podemos ir compreendendo sua operação de modo mais amplo, alto e central, então.

Em tempo, destaco que as imagens do acervo do Museu Paranaense de Ciências Forenses utilizadas nessa tese foram devidamente autorizadas pela atual Diretora do MPCF, a Perita Criminal Fabíola Schützenberger Machado, conforme documento constante no Apêndice A.

3.1. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA PARA A PRIMEIRA QUESTÃO DE PESQUISA

Na primeira questão desta tese, para responder se o MPCF é uma heterotopia, foram utilizados os seis princípios da heterotopologia, já detalhadamente mostrados no item 2.1 desta tese.

Estes princípios são ferramentas produtoras para caracterizar heterotopias e, sendo possível essa caracterização para o espaço estudado, obviamente constata-se que o Museu Paranaense de Ciências Forenses é, também uma heterotopia.

A pergunta pode parecer ingênua se pensarmos como uma resposta de sim ou não. Foucault deixou claro em seus estudos de heterotopia que os museus, por si só, heterotopias, pois são espaços onde o tempo se acumula indefinidamente. Nesse sentido, um simples SIM responderia essa pergunta, se ingênua fosse.

Porém, o objetivo é compreender de que modo esse espaço é heterotópico, quais características das heterotopias se manifestam no museu e de que forma isso acontece.

Desse modo, a estratégia metodológica elaborada para essa pergunta

foi sistematizada no Quadro 4. A proposta é fazer uma espécie de varredura de cada um dos princípios da heterotopia baseada nas sete experiências de visitas realizadas ao MPCF. A partir desse levantamento, é possível verificar a ocorrência da heterotopia no museu, bem como as suas particularidades.

Quadro 4 – Estratégia Metodológica para a Primeira Questão de Pesquisa

PRINCÍPIOS \ VISITAS								
	1	2	3	4	5	6	7	
1º	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Análise e Descrição do 1º princípio
2º	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Análise e Descrição do 2º princípio
3º	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Análise e Descrição do 3º princípio
4º	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Análise e Descrição do 4º princípio
5º	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Análise e Descrição do 5º princípio
6º	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Análise e Descrição do 6º princípio

↓

VERIFICAÇÃO DA HETEROTOPIA

Fonte: A própria autora.

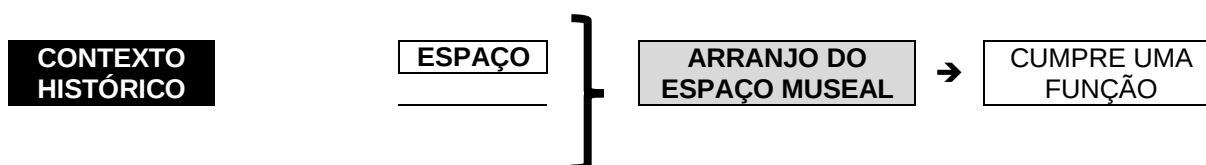
3.2. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA PARA A SEGUNDA QUESTÃO DE PESQUISA

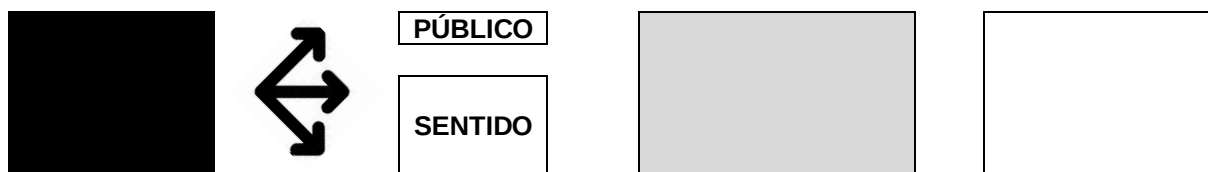
Para responder a segunda questão desta tese, ou seja, para compreender as mudanças ocorridas nesse espaço museal entre os anos de 2008 e 2023, serão observadas as modificações ocorridas em três pontos característicos dessa alocação: o espaço físico do MPCF, o público atendido/cooptado e o sentido (aparentemente percebido ou declaradamente dito) das exposições realizadas pelo museu.

Conforme Valverde (2020), essas características estão relacionadas com o contexto histórico, o solo arqueológico foucaultiano, e são capazes de descrever o arranjo do espaço museal, que pelo próprio sexto princípio de uma heterotopia, tem o objetivo de cumprir uma função.

Desse modo, por fim, é possível olhar com critérios para as modificações ocorridas nesse espaço, compreendendo de algum modo o que ali ocorre. Esse movimento metodológico descrito para a segunda questão de pesquisa pode ser conferido no Quadro 5.

Quadro 5 – Estratégia Metodológica para a Segunda Questão de Pesquisa





Fonte: A própria autora.

3.3. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA PARA A TERCEIRA QUESTÃO DE PESQUISA

Para compreender em que medida há um aprofundamento do caráter heterotópico no espaço do Museu Paranaense de Ciências Forenses, é preciso olhar para o caminho percorrido pelo museu ao longo do período histórico proposto.

É importante destacar que cada momento histórico (a história) teve a sua concepção de espaço (a geografia), segundo a constatação das heterotopias feita por Foucault. Logo, compreender essa movimentação é produtora no sentido de entender se há e, principalmente, em que medida há o aprofundamento do caráter heterotópico do espaço do MPCF.

Nesse sentido, sistematizei essa estratégia metodológica no Quadro 6. Ao olhar como a história e a geografia do museu se modificaram ao longo dos últimos anos, entre 2008 e 2023, assim como o acesso a esse espaço também mudou, podemos compreender se e como houve o aprofundamento da heterotopia no MPCF.

Quadro 6 – Estratégia Metodológica para a Terceira Questão de Pesquisa

VISITA	1	2	3	4	5	6	7
HISTÓRIA	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
GEOGRAFIA	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
ACESSO	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
MUDANÇAS							

Fonte: A própria autora.

4. MUSEU PARANAENSE DE CIÊNCIAS FORENSES PODE SER CARACTERIZADO COMO UMA HETEROTOPIA?

Para analisar se o Museu Paranaense de Ciências Forenses pode ser caracterizado como uma heterotopia, preciso começar contando sobre cada uma das visitas realizadas aos espaços do museu. Cada as visitas são descritas no subcapítulo 4.1 As Visitas. O Quadro 3, já mostrado anteriormente na página XX, mostra uma síntese da data, local, ocasião e acesso de cada uma destas visitas agora narradas. Elas estão divididas em itens ainda menores dentro do subcapítulo para facilitar que sejam encontradas pelo leitor, sendo que as palestras correspondentes à 21ª Semana Nacional de Museus também foram separadas em subitens.

Em seguida, rastrearei cada um dos seis princípios da heterotopologia a fim de verificar a constatação da heterotopia no Museu Paranaense de Ciências Forenses em cada uma destas sete visitas no subcapítulo 4.2 Os Princípios da Heterotopologia.

4.1. AS VISITAS

Entre os anos de 2008 e 2023 voltei ao MPCF algumas vezes, que serão narradas com detalhes a seguir. A intenção é que seja possível ao leitor acompanhar o movimento que fiz com passar dos anos visitando os espaços em que a instituição do museu se fez presente.

4.1.1. Segundo semestre de 2008

Minha história com o que hoje é o Museu Paranaense de Ciências Forenses começa quando eu cursava o segundo período da primeira turma do curso de Bacharelado em Química Tecnológica com ênfase Ambiental e Licenciatura em Química da Universidade Tecnológica Federal do Paraná em Curitiba. Era um dia ameno do segundo semestre do ano de 2008, durante uma aula do Professor Doutor Maurício Gomes de Andrade que lecionava a cadeira de Química Inorgânica na ocasião. Naquele dia nós, estudantes, fantasiávamos sobre a vida após formados, sobre quais carreiras profissionais desejávamos seguir. Alguns de nós – inclusive eu – sinalizávamos a vontade de sermos peritos. Ficamos alguns minutos nesse papo, e

o professor, acredito hoje que em um ímpeto misto de tentar nos trazer de volta à realidade e nos incentivar profissionalmente, falou “Vocês querem mesmo conhecer o trabalho de um perito? Eu tenho um contato no IML. A Leila é uma grande amiga minha e posso ligar para ela tentar agendar uma visita ao IML para vocês conhecerem”. Instalou-se ali uma euforia generalizada entre pós-adolescentes sonhadores e deslumbrados com o curso recém-iniciado. Consentimos com a visita ao IML sem pestanejar. Na semana seguinte o Professor Maurício voltou com a data e o horário em que a visita ocorreria, dentro de algumas semanas.

Sobre esta visita não tenho nenhum registro além do discurso que sou capaz de produzir a partir da memória.

Saímos todos cedo, a pé, do Campus Centro da UTFPR em direção ao prédio do Instituto Médico Legal, uma curta caminhada de três quadras. Chegando lá, fomos recebidos pelo Joel, funcionário de carreira da Polícia Científica que há muitos anos é responsável pela curadoria do espaço e se tornou muito estimado por seu trabalho fundamental para a estruturação do museu. Ele começa a nos mostrar o acervo museológico que entesourou ao longo dos anos de exercício da profissão. Não havia um espaço do Museu do IML propriamente dito, as peças eram distribuídas por algumas salas improvisadas, corredores e escadas. Essa própria distribuição espacial dos itens já era algo interessante de observar, o trajeto que partia de um andar superior e descia as escadas em direção ao necrotério nos contava histórias imagéticas enquanto ouvíamos Joel. Leila nos encontra no meio do percurso e nos acompanha em parte dele.

De todas as anedotas ouvidas naquele dia, a primeira que me vem a mente é sobre a garrafa PET de 2L do refrigerante Fanta Laranja exibida ali como parte do acervo do Museu. Segundo o curador do espaço, aquela garrafa havia sido retirada de um rapaz que faleceu durante uma masturbação anal com o artefato, que destampado e pela ação do vácuo, acabou sendo puxado pelo intestino.

Na mesma toada, segue com a história de um rapaz que durante o carnaval decidiu se fantasiar de vagalume e, para isso, utilizou uma lanterna por dentro da roupa na região dos glúteos. Entre uma birita e outra, cambaleou e caiu. O adereço luminoso da fantasia acabou perfurando seu intestino, matando o folião algum tempo depois pela infecção causada no acidente.

Ao descer as escadas, recordo de uma caixa cheia de calcinhas. Joel nos conta que se tratava da triste coleção encontrada na casa de um estuprador, que

tinha como *modus operandi* levar as peças íntimas de suas vítimas embora após cometer seus crimes sexuais. Na caixa era possível encontrar desde sensuais fios-dentais até peças infantis, passando por grandes calçolas de cores pouco atraentes – o que indicava a falta de qualquer critério de perfil na escolha das vítimas pelo criminoso.

Seguindo a caminhada, encontramos Paraibinha, a múmia de um criminoso de décadas passadas. A imagem choca. De tudo que Joel nos conta, o que mais nos deixa mais interessados na história é seu relato de cuidado com aquele corpo. Segundo ele, cabelos, unhas e pelos pubianos do cadáver ali exposto seguem crescendo, o que lhe exige apará-los e cortá-los com frequência. O profissional nos explica que, para realizar esse trabalho em paz é preciso tratar o morto com o devido cuidado e conversar para que o defunto coopere com a higiene. A imagem esquelética e fraca faz parecer inofensivo aquele que outrora cometeu bárbaros assassinatos.

Seguimos mais um pouco e paramos em frente à uma porta. O guia da nossa visita informa que estamos prestes a entrar no necrotério, na sala das necrópsias. Ele abre a porta, pede licença. A enorme claridade espanta a imagem soturna que eu havia criado daquele espaço previamente. De longe tenho outro choque vendo aqueles humanos, mortos, nus, com tudo que há de mais íntimo exposto, dos genitais às vísceras.

Paramos ao lado de uma mulher muito parecida com a minha avó. Corpo forte, volumoso, cabelos curtos e muito grisalhos, a pele clara já toda manchada pela ação do sol ao longo do tempo. O semblante sereno destoava de sua calota craniana aberta que expunha seu cérebro rosado. Um corte vertical, pouco abaixo do pescoço até próximo ao púbis deixava exposto suas entranhas. Ali Joel nos explica sobre como o exame é realizado: todas as mortes que ocorrem fora de ambiente hospitalar precisam passar pelos procedimentos da perícia no IML para liberação. No hospital, o próprio médico pode atestar a causa mortis, mas fora dele, é essencial que uma investigação minuciosa descarte que o cometimento de um crime passe despercebido – ou por outro lado, garanta que as circunstâncias dele foram a razão do falecimento.

Por uma porta entreaberta é possível ver ao lado parte de outra sala, muito menos iluminada do que a que estávamos. Um paredão com várias portinhas metálicas. Joel nos informa que ali ficam as gavetas refrigeradas e que devido à uma superlotação não iríamos adentrar, que ali estava um espaço realmente ruim de visitar

pelas condições que a crise espacial, superficialmente explicada por ele, causava.

Em seguida, tornamos a subir e vamos aos laboratórios de cada área pericial, onde nossa jovem curiosidade pode ver que o trabalho da Polícia Científica extrapolava o sangue, as tripas, os crimes mais repulsivos que chegavam a causar ojeriza.

Pudemos conhecer o luminol, que no escuro revelava o mais ínfimo vestígio de sangue no local de um assassinato. Outras substâncias de efeito semelhante eram capazes de detectar traços de cocaína e maconha.

Conhecemos outros campos de atuação que sequer sabíamos da existência na Ciência Forense: a sala da fonoaudiologia, onde os peritos passavam horas ouvindo gravações e comparando a voz com a de suspeitos; na de engenharia se faziam testes desde balística até cálculo de velocidade de veículos em colisões; economistas e contadores se debruçavam sob crimes contra o patrimônio.

Antes de partirmos, Joel dá uma dica de proteção às meninas: em caso de um ataque, cravar as unhas fortemente no agressor. Segundo ele, um dos primeiros vestígios que se buscam nas vítimas são restos de materiais biológicos debaixo das unhas, que indicam uma possível luta contra o agressor e permite a comparação do material genético com o de suspeitos. Vou embora preocupada com meu vício de onicofagia.

Naquela manhã saímos de lá nocauteados. De conhecimento, de realidade, de informação, de horror. Naquele dia não almocei e durante algum tempo não consegui comer carne lembrando do cérebro da senhorinha que se assemelhava à minha vó.

Visitei aquele espaço do IML antigo outras duas vezes nos anos que se passaram antes de iniciar o doutorado: para dar aula particular em um intervalo de almoço para uma perita que na época fazia mestrado e precisava de ajuda com a disciplina de cálculo e outra para fazer exame de corpo de delito, quando um aluno fraturou meu dedo com uma voadora. Friso este detalhe nesse momento pois certamente, de alguma forma, estas outras duas passagens por este espaço modificam a minha percepção sobre ele daqui em diante, inclusive em visitas futuras.

No mais, passados tantos anos, posso pensar nos primeiros sinais que já eram esparzidos de que o Museu do IML é uma heterotopia.

4.1.2. 30 de março de 2022

Manhã de 30 de março de 2022. R. Paulo Turkiewicz, 150. Entro no primeiro prédio, mais próximo de onde estacionei o carro e pergunto ao recepcionista sobre o Museu de Ciências Forenses, sobre o Museu do IML. Ele me responde que não tá sabendo de nada, que ali era apenas o prédio de Instituto Médico Legal, onde guardavam os corpos e eventualmente recebiam as famílias para reconhecimento os corpos de seus parentes desaparecidos. Ele me aponta para o segundo prédio, para onde me dirijo.

Na segunda recepção pergunto novamente sobre o Museu. Sou informada de que ele estava fechado em reformas. Acho um pouco estranho, pois havia um agendamento. Pedem para aguardar na recepção. Aguardo.

Na televisão, um programa policial qualquer e duas pessoas aguardam por perícia assustados. Os funcionários que ali estavam conversam entre eles amenidades do trabalho: liberação de máscaras, que o telefone estava quebrado e por isso o atendimento estava totalmente via Whatsapp, que um colega estava vindo de São Luiz do Purunã para fazer uma perícia. Reclamam de estarem com um ramal que já fora do necrotério, que aparece gente de todo lado perguntando por irmão, pai, tio.

Os periciados saem de seus exames e solicitam uma declaração de comparecimento.

Chega um médico legista e o papo é interrompido. “Bom dia, Doutor”.

Mais gente chega para perícia: mulheres, famílias inteiras, gestantes.

Conheço e sou recebida então pela diretora do Museu. Subo as escadas e encontro o novo Museu do IML, o Museu Paranaense de Ciências Forenses.

Mais de uma década depois, reencontro Joel, agora no novo espaço. É impossível pensar no espaço do Museu Paranaense de Ciências Forenses e não lembrar dele. Sua experiência de anos de trabalho é expressa em suas histórias contadas, muitas delas curiosas e intrigantes.

A ideia é de que o visitante saia do museu com três novos panoramas de conhecimento: o do trabalho dos peritos criminais, o de crimes que marcaram a história do Estado e o da história da instituição (Paraná, 2022).

Figura 7 – Joel Camargo e uma das peças mais icônicas do museu, o Paraibinha



Fonte: A própria autora.

Discussões atuais sobre a finalidade da manutenção de museus versam para além da conservação e preservação de patrimônio, mas também sobre suas funções sociais e educativas, passando por aspectos como colaboração na formação da consciência histórica e da noção de temporalidade, do diálogo, da criticidade, da noção de pertencimento, da identidade e da diversidade cultural (Figurelli, 2011).

Sob a perspectiva de Michel Foucault, podemos conceber um museu como um espaço heterotópico. Para ele, experimentamos o mundo “como uma rede que liga pontos e entrecruza seu emaranhado” e o espaço se constitui enquanto uma alocação, que pode ser “definida pelas relações de vizinhança entre os pontos ou elementos”. Para Foucault, embora o tempo tenha sido dessacralizado no século XIX, o espaço sofreu uma dessacralização apenas teórica, sinalizada pelas especulações de Galileu, movimento não alcançado na prática. Os espaços são vividos ainda sob o comando de certas oposições intocáveis e sagradas, entre espaços público e privado, do social e da família, do útil e do cultural, do trabalho e do lazer, por exemplo.

E se Bachelard estava preocupado com o espaço de dentro, das nossas primeiras percepções, dos nossos devaneios e paixões, Michel Foucault estava mais interessado no espaço de fora, para onde “somos lançados para fora de nós mesmos, no qual se desenrola precisamente a erosão de nossa vida, de nosso tempo e de nossa história, esse espaço que nos corrói e nos erode”. Dessas alocações, existem aquelas que estão em relação com todas as demais, “mas, de um

modo tal, que elas suspendem, neutralizam, ou invertem o conjunto das relações que são por elas designadas, refletidas ou reflexionadas”. Elas podem ser irreais, as utopias. Ou reais, as utopias realizadas, as heterotopias. Nas heterotopias, todas as demais alocações encontradas em uma dada cultura “são simultaneamente representadas, contestadas e invertidas; espécies de lugares que estão fora de todos os outros lugares, embora sejam efetivamente localizáveis”.

Nesse sentido, já podemos encontrar uma evidência de que o Museu de Ciências Forenses se constitui enquanto heterotopia. Ali a matéria dos pequenos fetos que não chegaram a nascer, sem uma história de vivência extrauterina, estão expostos ao lado dos cadáveres mumificados dos criminosos mais impiedosos. As caveiras das vítimas e os corpos dos algozes repousam tranquilamente, com tamanho sossego que chegam a ocultar biografias barulhentas. Com a vida erodida diante de nossos olhos, o que resta nas prateleiras do museu são apenas a contemplação e a imaginação do que ocorreu provocada pelo que se escolhe narrar de cada peça. No museu, a antiga máquina fotográfica que procurava preservar a cena de um crime para o perito é ligada ao tacho de ferro onde os corpos eram cozinhados por um longo tempo, a fim de prepará-los para futuras análises quali e quantitativas, preconizadas pela Química Analítica. Naquele espaço, os objetos do passado são um ponto na rede da história da própria Polícia Científica, capazes que nos conduzem para a atualidade e, até mesmo, para as projeções do futuro da instituição.

Para identificar, caracterizar e/ou descrever as heterotopias, Foucault lança mão da heterotopologia, que é a forma pela qual é possível sistematizá-las, a fim de estudá-las, descrevê-las, etc. A heterotopologia é orientada por seis princípios, que serão apresentados a seguir e como eles podem ser observados no Museu de Ciências Forenses.

Naquela manhã a visita termina no andar acima, onde sou convidada a conhecer a incipiente Academia de Ciências Forenses.

Lá um dos peritos me explica que as áreas de teste não mudam muito ao longo do tempo: DNA, balística, tóxico, droga, dosagem de álcool.

Ele explica ainda que muita gente confunde o papel da Polícia Científica, que as pessoas esperam que se eles descubrem “uma verdade”, eles precisam punir os responsáveis, ou que eles recebam denúncias de crimes e atuem, mas que na verdade, eles são apenas um órgão de perícia, sendo esta sua única função. Para explicar a diferença, dá o exemplo de um órgão de fiscalização, o IBAMA.

Este último sim tem a função de fiscalizar, de receber denúncias, e que no caso de que em uma dessas investigações seja preciso trabalho pericial, aí então a Polícia Científica entra em ação.

O perito se orgulha em mostrar que o juiz chega com um problema e a Polícia Científica entrega uma solução. Ele ainda conta que até alguns anos atrás, o perito possuía fé pública, mas que atualmente é necessário embasar ainda mais seus laudos em comprovações demonstradas.

Em seguida ele cita alguns dos muitos objetos que são foco de perícias: documentos, balística, veículos, informática, ambiental, financeiro, engenharia, e assim por diante.

O policial vai finalizando sua fala explicando que estão estruturando a Academia e o Comitê da Polícia Científica, para aperfeiçoar a formação dos peritos e encontrados novos métodos analíticos mais seguros. Conta ainda sobre alguns casos durante sua trajetória na PCP/PR em que o trabalho dos peritos foi importantíssimo, na detecção de chumbo em algumas amostras de maquiagem, projéteis e baterias e de testes efetuados em amostras de leite em pó que se acreditava ser cocaína.

Antes de eu ir embora, ele me fala que se precisar de alguma outra informação basta consultar o site da transparência da Polícia Científica, onde consta um documento completos das ações realizadas nos últimos anos.

E eu termino este capítulo percebendo o quanto precisei recorrer a informações disponíveis na Internet para escrevê-lo.

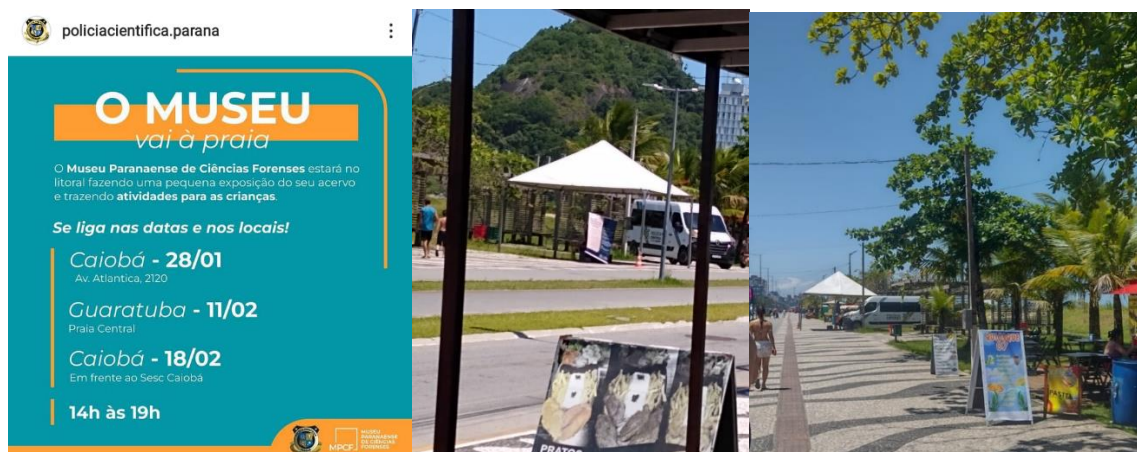
4.1.3. 28 de janeiro de 2023

Quando já havia finalizado a análise do espaço do museu localizado no Tarumã, me deparo com uma postagem nas redes sociais anunciando que o Museu Paranaense de Ciências Forenses iria expor parte de seu acervo e realizar atividades para as crianças no litoral paranaense em três datas.

Fiquei muito intrigada, pois para mim, até então, todo esse universo criminal, investigativo, que em muitas vezes tangenciava o horror, onde víamos a vida desmoronar num sopro, não combinava em nada com a beira da praia, em plena época de férias, verão, biquini, alegria, pagode, cerveja, festa e muito menos com as crianças, tão cheias de inocência, amor e vida. Mas eu não poderia deixar de ir atrás dessa oportunidade, de ver por mim mesmo como esse espaço ia se constituir, como

as coisas iam acontecer. Era óbvio para o meu olhar foucaultiano que o que estava acontecendo ali era uma vascularização do trabalho da Polícia Científica – e quanto mais vascularizado, maior o domínio do poder.

Figura 8 – Postagem das redes sociais convidando para as atividades do MPCF no litoral e instalações das atividades no dia 18 de janeiro em Caiobá



Fonte: A própria autora/Redes Sociais.

Então, na primeira data disponível, em 28 de janeiro de 2023, desci com o Francisco e meu esposo para a Praia de Caiobá, na cidade de Matinhos, para conhecer “O Museu vai à Praia”. Chegamos perto do meio-dia e escolhemos um restaurante próximo, que tinha vista para a montagem do espaço. Confesso que estava num misto de curiosidade e ansiedade e não queria perder o início das atividades.

Lembro que fiquei tão chocada com a visita ao museu e ao necrotério na primeira vez, há 15 anos atrás, que na época, além de desistir das ideias de prestar concurso para ser perita, não consegui almoçar e fiquei um bom tempo sem comer carne. De lá pra cá, virei vegetariana – não por causa do museu, mas por causa dos animais – e estar ali, almoçando justamente de frente para tudo aquilo que me remetia à falta de apetite só aumentava a sensação de estranhamento.

Além disso, abençoados por um dia de céu azul, muito sol e calor, a proposta parecia ainda mais esquisita para mim. O verde do Morro de Caiobá ao fundo, a porçãozinha de batata frita do restaurante, o pessoal de roupa de praia, chapéu, o pastel no calçadão, o barulho do mar, a galera ‘curtindo’ uma volta de bicicleta, o céu azul, nada combinava na minha cabeça. E de fato, não era precisava. “Combinar” era expectativa de Poliana minha, e seria muita pretensão querer que o

mundo a suprisse. O Museu ter ido à praia era um fato. Ponto. Estávamos ali vivendo a segunda heterotopia. E eu precisava estar aberta para aceitar, para registrar, entender e analisar toda a experiência depois, em casa.

Ao me aproximar das atividades, um banner me chamou muito a atenção, onde estava escrito sobre as visitas aos outros espaços do museu e o seguinte texto:

Museu Paranaense de Ciências Forenses
O Museu Paranaense de Ciências Forenses integra a Polícia Científica do Paraná, órgão responsável pela realização das perícias criminais do Estado, indispensáveis para a elucidação de crimes.
O espaço é dedicado à conservação da história da perícia e à divulgação das ciências forenses, e possui em seu acervo instrumentos e equipamentos utilizados desde o início das atividades periciais no Paraná, além de livros, documentos, arquivos fotográficos, móveis, centenas de ossos e outras peças anatômicas

Então, sem dúvidas, era um trabalho de divulgação científica, era a vascularização da Ciência Forense, e nenhum lugar melhor para isso em janeiro do que a beira da praia. Se aqui em Curitiba, é preciso um movimento ativo do visitante, de ir até o espaço do museu, de buscar, de ter o interesse de ir conhecer. Ali em Caiobá qualquer um que passasse pela frente veria o trabalho realizado pelos peritos – parar para conhecer mais ou não, era opcional, mas estar por ali e não ver a exposição era praticamente impossível. E de fato, muita gente parou para olhar.

Para seguir com a proposta de analisar este espaço pela perspectiva de uma heterotopia, outra vez mais faremos uso dos princípios da heterotopologia.

4.1.4. 23 de fevereiro de 2023

Menos de um mês depois, outro tipo de visita é anunciada nas redes sociais e acabo me dirigindo para lá atrás de entender o que tem acontecido com o MPCF. Contrastando com a visita anterior, cheia de luz, alegria, sol e curtição, a visita noturna à antiga sede do Instituto de Criminalística e Instituto Médico Legal de Curitiba, realizada em 23 de fevereiro de 2023. Uma visita quando as ruas já eram cobertas pela escuridão, um barulho de cidade a noite, um trânsito intenso de pessoas cansadas voltando do trabalho, a lua e as estrelas, um vento fresco.

A visita iniciou pontualmente às 19 horas, momento no qual uma aglomeração de pessoas, incluindo crianças, já se encontrava em frente ao espaço e

aguardava o evento. Os policiais que nos guiaram durante a visita começaram explicando para o grupo que o espaço funcionou entre 1975 e 2018, e embora hoje tudo pareça obsoleto, na época é o que havia de mais moderno.

Figura 9 – Fachada do Antigo Instituto Médico Legal e Visita Noturna ao Museu Paranaense de Ciências Forenses, no Centro de Curitiba



Fonte: A própria autora.

A entrada para as instalações do museu no Centro se dá por onde antigamente era a entrada das vítimas. E essa porta já me traz uma recordação que jamais será esquecida. Foi por uma rampa ao lado dela que subi para fazer meu exame de corpo de delito, no mesmo dia em que tive o dedo fraturado. Eu já estava chateada de passar pela agressão, de ter sido obrigada a trabalhar machucada por um período, já havia aguardo atendimento no hospital e agora, gasto muito dinheiro com os remédios que precisaria para dor nos próximos dias, e para finalizar, ainda precisava fazer esse procedimento para poder fazer um boletim de ocorrência que me resguardasse. Enquanto aguardava, chegaram vários camburões, com mais de sessenta detentos, todos de chinelo, uniforme laranja. Algemados, a maioria pelas mãos, alguns pelos pés. Como eles tinham prioridade de atendimento, eu precisei aguardar todos os atendimentos – e fiquei observando. Seguiam em linha reta, em silêncio, a maioria de cabeça baixa. Me lembrou da fala da minha aluna-perita, quando perguntei se ela não tinha medo de atender os detentos – ela trabalhava muito com esse público especificamente. Ela disse que não, que ali, algemados, eram todos bonzinhos como carneirinhos.

O cheiro de ureia era muito, muito forte. Nenhuma aula de laboratório, nenhuma visita técnica, nenhum experimento realizado anteriormente teve um cheiro tão forte e característica desse composto quanto esse dia no IML. Essa é uma

memória visual e olfativa que jamais vou conseguir apagar. Eu nunca pisei numa penitenciária, mas essa vivência me faz compreender um pouco de como se vive lá. E lembrar das crianças que precisam passar pelo sistema ainda é algo me traz muita tristeza.

Mas voltando para o dia em que aguardava os mais de sessenta exames dos internos, pela janela da sala de espera também vi chegar um rabecão que estacionou, de ré, exatamente onde esperávamos a visita. Dele, desceu um pacote preto que eu já podia imaginar o que era. Enfim, 14 de agosto de 2015 jamais será esquecido – até porque o dedo torto provavelmente me acompanhará para todo o sempre.

E conto tudo isso, para ser compreendida que esse espaço, para mim, significa mais do que apenas uma das alocações do Museu Paranaense de Ciências Forenses. E porque esse relato vai ao encontro de uma das primeiras falas que ouvimos ao entrar no prédio: “Vocês vão fazer o caminho que um cadáver faria ao chegar aqui”. E a explicação de que a viatura chegava, de ré, e entrava por aquela porta, tal como eu havia visto em 2015. Em seguida, é explicado que embora em todos as mortes violentas, como assassinatos, suicídios, acidentes de trânsito, domésticos e de trabalho, o corpo do cadáver precise passar por exame, a maioria dos exames que são realizados pelo Instituto Médico Legal são em pessoas vivas, os exames de corpo de delito. Aliás, todo corpo de morte violenta pertence ao Estado e, por isso, vai ao IML, independente de classe social, fama ou o que quer que seja, segundo palavras do guia que nos acompanha.

Outras informações curiosas seguem sendo dadas aos visitantes: o corpo que não está em estado avançado de putrefação passa pelo exame de necropsia (que aliás, ele reforça que é o termo correto a ser utilizado, e não autópsia, como é amplamente difundido, pois uma autópsia, seria fazer um exame em si mesmo), e em estado avançado, é direcionado à uma sala específica e, como fica difícil para realizar o reconhecimento facial, são necessários exames sobre a ossada. Essa ossada, para ser retirada dos tecidos moles, é cozinhada. Inclusive, muitos dos instrumentos utilizados nos procedimentos da Medicina Legal são utensílios de cozinha e ferramentas manuais, como conchas e serrotes.

Antes de seguir com a análise heterotópica desse espaço, preciso explicar o que levou à construção do novo complexo da Polícia Científica (que hoje abriga os Instituto de Criminalística e o Instituto Médico Legal), bairro no Tarumã.

A partir do ano de 2010, uma série de denúncias vieram a público por meio da imprensa de que corpos sem identificação e que não eram reclamados pelas famílias estavam sendo amontoados no, até então, IML de Curitiba. Na maioria das gavetas refrigeradas era comum serem mantidos 2 cadáveres e na câmara fria, muitos corpos ensacados e empilhados. Mais de 200 corpos chegaram a ser apinhados no local – mais que o dobro da capacidade (Franco, 2011; Anibal, 2011; Paraná, 2011).

Figura 10 – Câmara Fria no Antigo Instituto Médico Legal, registrada durante a Visita Noturna ao Museu Paranaense de Ciências Forenses



Fonte: A própria autora.

Embora a orientação legal seja de que, decorrido um curto prazo, os cadáveres fossem enterrados sem identificação – chamados popularmente de indigentes –, havia um imbróglio para encontrar vaga nos cemitérios e o custeio dos enterros pelos Prefeitura. Dessa situação, o odor oriundo do ambiente era muito forte e constantemente havia vazamento de necrochorume por debaixo das portas.

A situação, obviamente, causava uma enorme revolta dentre os trabalhadores da Polícia Científica, uma vez que além do desconforto do cheiro fétido, estavam expostos à contaminação pelo líquido que escorria da decomposição dos mortos mal armazenados.

Olhar para a câmara fria, literalmente caindo aos pedaços, nos faz ter uma ideia do que é que estava acontecendo naquela sede do IML até ser desativado. Mesmo depois de quase 5 anos desativado, o cheiro hoje ainda é forte, não chega a ser fétido, mas causa um certo desconforto. Inclusive, a recomendação dada era de não encostar em nada da câmara fria, pois ainda é um espaço contaminado.

Em umas das gavetas refrigeradas, também foi colocado um volume

em um saco plástico preto dando a dimensão de um corpo, dando a noção do espaço ocupado por ele. Por aí, já podemos imaginar como ficavam quando era preciso empilhar um corpo sobre outro. A fotografia interna da gaveta mostra que o estado de conservação delas estava começando a ficar precário, com bastante ferrugem. Algumas já não fechavam direito.

4.1.5. 27 de março de 2023

Passado um ano da primeira visita ao espaço do Museu do Tarumã, retorno lá dia 27 de março de 2023 para conversar com o Joel. Visitar o museu na praia e à noite no antigo IML me fez sentir que era preciso retornar para esta alocação e ver, tanto o que mudou, quanto aspectos que em outro momento não havia observado.

Figura 11 – Postagem no Instagram sobre a Exposição “A Evolução da Perícia no Mundo Digital”



Fonte: A própria autora/Redes Sociais.

Além disso, foi divulgado nas redes sociais a estreia da exposição “A evolução da perícia no mundo digital” e me interessei de ver essa nova movimentação no museu.

Na entrada da sala o museu ganhou uma bonita placa indicando que ali é o espaço dele. “Museu de Ciências Forenses”. Posso pensar que são sinais de uma institucionalização que está em vias de acontecer ou acontecendo. Ou pode ser

a sociedade fazendo funcionar uma heterotopia de um modo muito diferente que existia e não deixou de existir, segue existindo, mas de uma outra forma.

Dentro da sala, podemos observar paredes muito mais cheias de informações. Um ano antes, o espaço era constituído apenas dos armários preenchidos com os objetos, algumas máquinas maiores dispostas próximas às paredes, os três cadáveres, um sofá e uma poltrona. Agora, as paredes anteriormente cirurgicamente brancas possuem diversos retratos, imagens e placas que fazem parte de uma narrativa, que auxiliam a contar uma história.

Figura 12 – Galeria de Diretores, novas imagens e placas nas paredes e no acervo do espaço do Museu Paranaense de Ciências Forenses



Fonte: A própria autora.

Outro destaque que pudemos observar naquela ocasião já na entrada foi a construção de uma espécie de memorial com vinte retratos daqueles que dirigiram a Polícia Científica – homens brancos engravatados, sobriamente revelados em preto e branco e nobremente emoldurados.

Numa coluna próxima, outras novas fotos que não havia na visita anterior, quatro imagens em preto e branco relacionadas a crimes. A mais chocante se trata de um lenço ensanguentado, uma pistola e duas luvas. Abaixo dela, digitais coletadas em local de crime que mostram um dedo marcado por pequenos cortes superficiais na epiderme das falanges distais. Próximo dali uma sequência de notas de dinheiro antigas. Em seguida, a imagens de uma pistola desmontada evidenciando toda a complexidade do artefato.

No fundo da sala, na coluna onde antes havia a poltrona, agora duas placas antigas que contam a história da Polícia Científica do Paraná, que antes de ser uma instituição independente era uma seção da Polícia Civil.

Ainda pensando sobre as placas, o Museu de Ciências Forenses do Tarumã ganhou outras placas explicativas que também vão moldando os discursos acerca do acervo museológico, além de apresentar uma estética padrão, que vai configurando uma institucionalização do museu.

A primeira delas, fica nos já conhecidos tacho e conchas culinários utilizados pelos peritos para cozinhar defuntos, fazendo com que todos os tecidos moles dos corpos se soltassem e restasse apenas a ossada ao final do processo.

A mensagem impressa de maneira simples um ano antes, num sulfite A4 comum, agora ganhou as cores padrões do museu, os emblemas tanto do museu quanto do Polícia Científica e carrega agora a seguinte mensagem:

Equipamento para a Preparação de Ossadas
Estes equipamentos foram utilizados durante anos pelo servidor Joel Camargo para o preparo de ossadas humanas que continham partes moles, como cartilagens, ainda agregadas aos ossos.
Foi idealizado para fins culinários, mas facilitou o trabalho da limpeza das ossadas no Instituto Médico Legal. O trabalho era possível graças ao fogareiro alimentado a gás, acoplado abaixo do tacho.
O processo às vezes demorava dias, dependendo da quantidade de tecido mole agregado aos ossos que ficavam imersos em água.
Atualmente os ossos são tratados em recipientes plásticos contendo substâncias químicas. Esta é uma fase do preparo das ossadas para o desenvolvimento do trabalho pericial na Antropologia Forense.

Outras peças do acervo do museu que ganharam uma placa explicativa foram os três cadáveres: Fred, Frederico e Paraibinha. O novo discurso, agora posto no papel traz a seguinte mensagem:

Mumificação

A mumificação é um processo conservador do cadáver e pode ser natural ou artificial.

O processo de mumificação natural ocorre por desidratação do cadáver e acontece quando o corpo está depositado em um terreno seco e em uma região de clima quente. O dessecamento impede a ação dos microrganismos responsáveis pela putrefação e o corpo permanece preservado até mesmo por séculos. O processo completo de mumificação leva, em geral, de seis meses a um ano após a morte.

Já a mumificação artificial, é necessária a aplicação de produtos químicos que inibem a proliferação de bactérias e fungos.

Aqui no Museu, a mumificação dos cadáveres foi realizada pelo curador Joel Camargo no final da década de 1970. Neste processo, produtos como álcool, formol e glicerina foram aplicados nos corpos, impedindo a proliferação dos microrganismos responsáveis pela degradação do corpo. Os mesmos produtos são utilizados para a conservação das peças anatômicas menores, como os órgãos e fetos aqui expostos.

Você sabia?

Apesar de parecer, cabelos e unhas não crescem após a morte! A pele do cadáver desidrata e retrai, dando a impressão de que o cabelo e os pelos cresceram. O mesmo acontece com as unhas, uma vez que os dedos encolhem com a falta de água. No cadáver, não há metabolismo para proporcionar a hidratação da pele, nem os nutrientes necessários ao crescimento de pelos, cabelos e unhas.

Fontes: Local de Crime. Luiz Edurado Dorea. Ed. Millenium, 2012. Locais de crime. Jesus Velho, Karina Costa e Clayton Damasceno. Ed. Millenium, 2015.

Além do texto, a placa colocada num suporte de acrílico traz toda a padronagem estética utilizada no informativo do tacho, bem como o emblema do Museu Paranaense de Ciências Forenses e da Polícia Científica do Paraná. Uma imagem de uma mumificação natural ocorrida em um ambiente seco e de baixa umidade também foi colocada junto ao informe.

Outro item do museu que recebeu uma placa de explicativa foi a maleta com as réguas para desenho técnico. A placa descreve para que os materiais são utilizados e apresenta um exemplo de uso deles: o croqui de um acidente automobilístico ocorrido em 1945, justamente com as fotos do ocorrido na ocasião.

Observando atentamente esta prateleira, podemos começar a pensar nas diferenças e semelhanças encontradas nesse espaço ao longo do ano que separam as duas visitas, suas mudanças e suas permanências.

Os objetos exibidos nas prateleiras são os mesmos nesse caso,

mudando mesmo o fato de que agora contam com a placa padronizada relatada acima e uma segunda, com a mensagem de que é proibido tocar nos objetos ali contidos.

Ao lado desta estante, uma outra apresenta poucas mudanças. O armário onde estão o polígrafo e balanças de diversas épocas possuem o mesmo acervo anterior. Também não houve ganho de nenhuma placa explicando sobre o histórico, a aplicação ou o uso destes materiais, como houve com as guias de desenho técnico, os cadáveres ou o tacho. A única plaquinha nova que podemos ver é mais discreta, diminuta em texto e tamanho, trazendo a mensagem de não toque aos visitantes.

Figura 13 – Armário com materiais antigos de desenho técnico e de retratos falados, máquina de escrever e escrivaninha, máquinas fotográficas, livros e novos instrumentos periciais nas maletas de campo no Museu Paranaense de Ciências Forenses no Tarumã





Fonte: A própria autora.

O mesmo movimento de acrescentar placas orientando para que curiosos não mexam no acervo do museu pode ser vista também no armário das centrais de rádio comunicação, megafone e gravadores.

As máquinas fotográficas, que antes estavam dispersas em várias prateleiras de uma vitrine totalmente envidraçada na parte central da entrada do museu estavam agora todas juntas num novo armário, também na entrada, mas na lateral do espaço. Este armário em si não é novo, em idade, em tempo de manufatura, mas novo na forma em que está alocado no espaço do museu, bem como a disposição dos objetos nele. Com as portas devidamente fechadas, não há aviso de “não é permitido tocar”.

Os armários dedicados a constituir a biblioteca também seguem iguais, com a diferença de que agora é possível se aproximar dela com mais tempo, calma. Em meio a mais pessoas é possível se deslumbrar e deleitar com a observação dos títulos do acervo, fotografar mais de perto.

Vários volumes principalmente sobre medicina legal, criminalística, legislação, segurança pública, anatomia, medicina no geral. A grande maioria dos exemplares são em nossa língua materna, mas há também livros em italiano, francês, inglês e espanhol. Alguns poucos títulos são mais recentes – a maioria é nitidamente muito antiga, com marcas explícitas do tempo.

Quanto às peças que constituem o acervo do museu diferenças e semelhanças, mudanças e permanências, também podem ser encontradas comparando as visitas de 2022 e 2023 no Tarumã.

Nesse sentido, uma primeira diferença que é possível observar no acervo do Museu passados 12 meses é que embora já estivessem na exposição litorânea, as maletas utilizadas nos trabalhos periciais não eram mostradas ao público um ano antes no espaço do Tarumã.

Outra peça, não tão moderna quanto às maletas dos peritos, acrescentada ao acervo exposto ao público do museu foi uma mesa de desenho técnico. Composta de uma prancheta encapada com um plástico verde claro, uma banqueta verde militar e um tecnógrafo prateado. Assim como outras peças do acervo, também ganhou uma plaquinha padronizada contando sua história:

Mesa de desenho técnico

As mesas de desenho técnico Archimedes foram adquiridas por ocasião da inauguração da nova sede da Polícia Técnica no ano de 1976, localizada na Av. Visconde de Guarapuava, nº 2652.

Eram consideradas muito modernas para a época, pois dispunham de iluminação e um tecnógrafo acoplados em cada mesa. O tecnógrafo, um conjunto de réguas montadas em um transferido articulado, podia movimentar-se por toda a área da prancheta, auxiliando o desenhista na confecção dos desenhos técnicos dos locais atendidos pelos peritos.

As mesas foram utilizadas até meados de 2010 e atualmente os desenhos são feitos em programas de computador.

Além do texto, a placa também mostra imagens datadas das décadas de 1970 e 1980, onde mostram os peritos da época utilizando esta ferramenta em seus trabalhos.

Um armário metálico branco, que antes continha apenas alguns poucos instrumentos cirúrgicos e algumas substâncias, agora ganhou um novo arsenal de itens expostos.

Figura 14 – Instrumentos Cirúrgicos, amostras de medicamentos e artifícios de uso e transporte de drogas no Museu Paranaense de Ciências Forenses no Tarumã





Fonte: A própria autora.

Dentre esse novo arsenal, um primeiro que salta aos olhos é a variedade de cachimbos para consumo de droga. Desde alguns simples, produzidos de maneira artesanal, criados na improvisação e criatividade do usuário até alguns mais robustos e com bom acabamento. Um deles, ao fundo, chama atenção pelo seu tamanho inusitado e pela decoração, todo adornado com motivos antropomórficos e alguns pontos coloridos.

Ainda pensando na droga, ao lado dos cachimbos um curioso livro, cuja capa dura e íntegra escondia o interior de páginas puídas e perfuradas que serviam para realizar o transporte de drogas no interior de uma penitenciária.

Os temporizadores, utilizados antigamente para medir o tempo de uma reação química, saíram do armário de madeira, onde dividiam a prateleira com uma máquina fotográfica e agora estão próximos dos materiais cirúrgicos e das prateleiras cheias de substâncias, entre reagentes, medicamentos e drogas.

Aliás, substâncias estas que outrora eu só consegui me atentar pelas imagens publicadas nas notícias sobre o museu. Essa observação minuciosa, detalhada, calma, é mais difícil de fazer quando somos os únicos visitantes.

É de alguma forma uma contradição, pois ao mesmo tempo que temos toda a atenção daquele que nos acompanha, a exclusividade no permite poder fazer as perguntas que quiser tendo a garantia de que nosso guia está atento ao que perguntamos, por outro lado toda a vigilância recai sobre nós, coibindo de alguma forma o que estamos olhando, fotografando, fazendo. É uma visita que não tem

espaço para a pausa, para a contemplação ou a divagação. É tudo muito rápido, muito prático. Pá, pum, acabou.

Na visita de 2023 os demais visitantes são meus auxiliares, sem sequer saberem, sem se quer que alguém perceba. Os poucos funcionários que acompanham a visita do museu estão atentos ao todos, conversam com mais pessoas e sem sentir a vigilância constante, tenho mais liberdade para fotografar com calma, olhar detalhes, minúcias. Atentar para a diversidade de drogas criadas e apanhadas.

Na prateleira dos medicamentos, que antes também apenas tinha um retrato das notícias, posso ir além do Pervitin e do Scurocaine que a imagem do jornal destacou. Pantopon, Sedol, Demerol. Cocaína, Lidocaína, Atropina. Sulfato de Benzidrina. Opioides para diarreia, analgésicos e remédios para emagrecer. É a drogaria do museu.

Ao lado dos medicamentos, podemos ver algumas seringas, de vidro e metal, e logo abaixo, penas ampolas, ambas com placas do modelo mais antigo que havia no museu, indicando padrões analíticos, ou seja, que aqueles medicamentos, drogas e venenos eram utilizados em perícias toxicológicas, para fins de comparação com amostras que estavam sendo analisadas. Isso explica o grande acervo de substâncias reunidas ao longo dos anos e agora expostas nas prateleiras do museu.

Alguns itens que já estavam expostos, passaram a exibir um cenário, passando um aspecto mais real ao que está sendo ali mostrado. A antiga máquina de escrever ganhou uma escrivaninha de madeira cuja estética denuncia ter já algumas décadas. Encostada nela, uma cadeira também de madeira, onde podemos observar um colete funcional pendurado.

E embora a cena seja montada para impressionar, saltar os olhos uma realidade ao visitante, uma observação mais detalhada é capaz de abrir um sorriso, ao perceber que um cenário como esta jamais seria visto. Na época em que se utilizavam as máquinas de escrever, os uniformes funcionais não eram deste modelo mais recente de colete, e a própria instituição nem sequer era, ainda, a independente Polícia Científica do Paraná que é exibida no bordado da peça de roupa.

Alguns itens do museu mudaram a posição que ocupam no museu, mas permanecem expostos da mesma maneira que no ano anterior. Destaque para quatro grandes equipamentos dispostos no chão.

O primeiro deles está sem identificação, mas fazendo algumas pesquisas na internet podemos concluir que se trata de um *Multiphot Camera*

Microscope System, utilizado em décadas passadas para fazer imagens fotográficas de objetos muito pequenos.

Ao lado dele, um ampliador fotográfico e um marginador, devidamente identificados, que serviam para projetar os antigos negativos sobre os papéis fotográficos e orientar o papel fotográfico durante a exposição, definindo formato e tamanho da fotografia a ser revelada, respectivamente.

Num canto, próximo ao armário com diversas partes de ossadas, temos uma estação de rádio utilizada até a década de 1970 para a comunicação entre a central e as equipes nas ruas.

Em outro canto, mais uma peça que segue inalterada, uma estufa de secagem da década de 1960, utilizada na época para secar tanto vidrarias de laboratório utilizadas nas análises quanto outros vestígios úmidos, como roupas conforme indica a placa de identificação. Esta estufa serve ainda de apoio para uma caixinha contendo um paquímetro, igualmente identificado com uma placa e que, segundo as informações é utilizado na Antropologia Forense como instrumento de mensuração de peças anatômicas, importante na estimativa de dados do cadáver analisado, como “idade, sexo, estatura e ancestralidade” [sic].

Lá dentro, uma das estantes que anteriormente estava repleta de peças cadavéricas passava a dar lugar a diversos aparelhos tecnológicos, com banners explicativos sobre o uso da tecnologia nas perícias e a linha do tempo de como essa implementação se deu.

A explicação da exposição começa com o seguinte discurso:

O mundo de hoje está cada vez mais digitalizado. Organizações e pessoas estão conectadas o tempo inteiro e são inundadas de informações todos os dias. Temos mais informações ao nosso alcance do que nunca, e com isso, o volume de dados relacionados a um evento ou ação é muitas vezes esmagador.

Isso também é verdade para as agências de aplicação da lei e inteligência. As organizações criminosas também estão evoluindo e ficando mais complexas do que nunca, dificultando a resolução de casos e a realização de missões.

E finaliza com a seguinte mensagem:

A tecnologia forense também evoluiu para conseguir acompanhar as novas formas de comunicação das organizações criminosas, agregando novas

ferramentas para obter provas concretas no mundo digital, e ajudar a proteger as comunidades, levar justiça e o fechamento de casos às vítimas e aos inocentes. Estamos em busca de um mundo mais seguro e justo. Embarque nessa jornada com a gente.

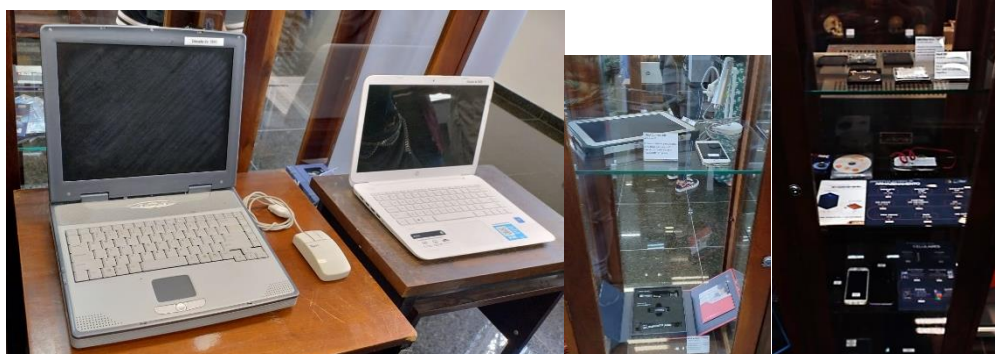
Entre elas, uma linha do tempo apresenta que de 2007 a 2022 diversos equipamentos digitais começaram a ser implementados nas investigações periciais a fim de acompanhar os avanços tecnológicos dos mais variados dispositivos. Para quem é leigo do assunto é difícil entender quais são as mudanças entre a aplicação de um novo aparelho.

As prateleiras do armário dividem os reprodutores de música digital, comuns a partir do ano de 2006 e que também possuíam a capacidade de armazenar arquivos com os primeiros pagers, mais conhecidos no Brasil como bips, que datam da década de 1970, uma espécie de avô do whatsapp. Abaixo, leitores de disquetes, de zip drives (que possuíam a incrível capacidade de armazenar o equivalente a 173 disquetes comuns, ou seja, 250 MB) e de CD. Todos esses aparelhos encontram-se em desuso atualmente.

Na vitrine ao lado, o Logicube Forensic Dossier, um equipamento capaz de duplicar todo o conteúdo de um HD para outro, em cima de uma prateleira com vários disquetes e zip drives. Embaixo, diversos modelos de celulares, dos mais antigos com antenas externas aos mais recentes smartphones, e uma moderna máquina para efetuar pagamentos por meio de cartão.

Figura 15 – Aparelhos forenses, disquetes, zip drives e laptops e celulares na Exposição “A Evolução da Perícia no Mundo Digital” no Museu Paranaense de Ciências Forenses no Tarumã





Fonte: A própria autora.

A transparência das vitrines de vidro não nos deixa esquecer o lado tétrico do ambiente em que estamos. Caveiras desdentadas e ossadas aparecem como um cenário no plano de fundo dos equipamentos tecnológicos.

Nas estantes ao lado é possível encontrar vários discos rígidos (HDs) e discos compactos (CDs), que outrora já foram os principais meios de armazenamento de dados. Além disso, também são exibidos ali alguns modelos antigos de celulares.

Ainda nos armários que alocam a exposição, uma das vitrines contém um laptop – termo mais utilizado na época, que vem sendo substituído por notebook –, computador portátil robusto, muito utilizado para diversas situações nos trabalhos de campo. Adicionalmente, é possível ver um equipamento que se tornou o queridinho dos peritos, unanimidade quando o assunto é perícia computacional – o Cellebrite, capaz de extrair dados de diversos tipos de dispositivos e aparelhos.

Na parte inferior há um conjunto de composto por diferentes tipos de cabos de dados de modelos antigos de celulares.

Mostrando que as tecnologias forenses acompanharam a criatividade dos criminosos ao longo dos anos, logo ao lado temos estão expostos uma variedade de modelos dos chamados Cellebrites, cujos a época de uso varia entre o ano de 2007 até os dias atuais.

Ainda demonstrando o quanto o desenvolvimento dos Cellebrites é importante para a área, no armário ao lado podemos encontrar diversos outros modelos de hardwares e de softwares da marca, estes últimos inclusive, se apoiam na Inteligência Artificial para revisar dados extraídos dos aparelhos periciados.

Atrás dos armários fechados, três mesas exibem a evolução da computação: à esquerda, um computador dos anos 80; no centro, um da década de

90; à direita, um dos anos 2000.

Figura 16 – Reprodução de reportagens e propagandas do início dos anos 2000 na Exposição “A Evolução da Perícia no Mundo Digital”



Fonte: A própria autora.

Em cima das vitrines a reprodução de duas reportagens do início dos anos 2000 e duas propagandas de dispositivos tecnológicos dos anos 90 situam o visitante de quais eram as novidades da época e as previsões feitas então.

No final da visita, me junto a um grupo que ouviu atentamente o Joel contar as histórias de sua experiência. Muitas delas, lembro já ter ouvido em visitas anteriores: cravar unhas no criminoso em caso de sofrer algum ataque para que pelos rastros do DNA do malfeitor possam ser encontrados em uma eventual perícia; esvaziar a bexiga com frequência suficiente a fim de não a deixar cheia – bater numa quina com a bexiga cheia pode perfurá-la e o vazamento de urina na corrente sanguínea pode ser fatal. É interessante ver como as pessoas se interessam pelos

causos – ele é ouvido por dez minutos a fio por uma aglomeração atenta.

Eu aproveito o final de sua fala para conversar com ele, que me cumprimenta feliz, falando simpaticamente que já sou de casa e que o museu está sempre de portas abertas para mim e a pesquisa. Nesse momento tenho a possibilidade de lhe fazer algumas perguntas que rondavam minha cabeça desde as últimas visitas realizadas às alocações do Museu Paranaense de Ciências Forenses.

Perguntei inicialmente como surgiu o museu, de quem foi a ideia, quando e por quê. Joel prontamente respondeu que a ideia foi dele. Em seguida digo que percebi que nesse último ano a dinâmica do Museu havia mudado bastante, e pergunto para ele como ele avalia isso. Ele me responde que é importante esse espaço estar aberto para o povo, pois é do povo. Quando pergunto de quem foi a ideia de ter ido à praia com o museu, ele me responde que foi diretor e da Fabíola. Por último, explicou para ele que o título do meu trabalho é Batalha de Peritos, baseado num livro de Foucault. Pergunto para ele qual é a grande batalha de peritos hoje e Joel me fala que é o local de crime sempre.

4.1.6. Palestras de 15 a 19 de maio de 2023

Em razão do Dia Internacional dos Museus, comemorado anualmente em 18 de maio, durante a semana de 15 a 19 de maio de 2023, o Museu Paranaense de Ciências Forenses participou, junto com outras mais de 1100 instituições, que juntas proporcionaram mais de 3500 ações por todo o país, da 21ª Semana Nacional de Museus, cujo tema na ocasião foi “Museus, Sustentabilidade e Bem-Estar”. O propósito foi destacar “a importância dos museus como espaços que promovem o bem-estar e a sustentabilidade, apoiando três dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas: Saúde e Bem-Estar Global, Ação Climática e Vida na Terra” (Cultura, 2023).

Nos quatro primeiros dias, o evento ocorreu no Auditório da Polícia Científica, que fica em frente ao espaço dedicado do Museu Paranaense de Ciências Forenses do Tarumã, e no último dia, no espaço do Antigo Necrotério, localizado no Centro da cidade de Curitiba.

Todos os dias, as atividades propostas pelo Museu Paranaense de Ciência Forenses para o evento ocorreram à noite e a divulgação das ações foi feita sobretudo por meio das redes sociais, nas quais o MPCF divulgou o seguinte

cronograma de atividades:

Figura 17 – Postagem no Instagram divulgando a Programação do Museu Paranaense de Ciências Forenses na 21ª Semana Nacional de Museus



Fonte: A própria autora/Redes Sociais.

É interessante destacar que após as palestras, nos dias 15, 16 e 17, houve visitas mediadas ao museu e no dia 18, uma visita mediada especificamente à exposição "A Evolução da Perícia no Mundo Digital".

Instigada e curiosa para conhecer as ações realizadas pela primeira participação do Museu nesse evento, acompanhei as ações ao longo da semana, relatadas abaixo.

Quanto às palestras, ocorridas nos dias 15, 16, 17 e 18 de maio, focarei menos na descrição e análise do espaço e mais no discurso, afinal, é uma das primeiras oportunidades de ouvir relatos diferentes, de pessoas que trabalham na Polícia Científica, mas que não estão diretamente ligadas ao museu. Não que o espaço não seja mais importante, afinal ele é peça fundamental no fomento nas palestras realizadas ao longo da semana – sem ele, não haveria participação na 21ª Semana Nacional de Museus – mas é preciso aproveitar a oportunidade de se atentar mais detalhadamente, agora, aos discursos.

No dia 19 de maio, em que ocorreu o lançamento do livro "Roxo", voltarei a focar mais no espaço, além da construção do discurso ali estabelecido.

4.1.6.1. Palestra de 15 de maio de 2023

Na segunda-feira de 15 de maio de 2023, o tema da palestra proposta foi “Armas de Fogo: O Universo da Balística Forense”, com o perito criminal Carlos Silveira de Barros.

Ele inicia a palestra comunicando que a sua fala naquela ocasião é direcionada para pessoas que não são da área e contando um pouco da sua formação – inicialmente formado em Economia, viu a necessidade de complementar seus conhecimentos com uma graduação em Ciências Contábeis após trabalhar como perito na Polícia Científica, onde atua desde 2009.

Carlos começa as explicações sobre balística aos leigos ali presentes esclarecendo que as armas, como qualquer utensílio, são passíveis de defeitos, e que um dos testes periciais que podem ser feitos na esfera da balística é comparando, justamente as ranhuras deixadas em um projétil por estes pequenos “defeitos”. Quando uma arma é considerada suspeita, é feito um disparo de um projétil de teste com ela e, este por sua vez, serve de comparação com os projéteis encontrados na cena de um crime. Se as pequenas marcas deixadas em ambos os projéteis, essas micro evidências chamadas de raiamentos, forem compatíveis, pode-se afirmar que os tiros efetuados em determinado crime foram disparados pela arma até então suspeita. Ele reforça então, a importância de que todas as evidências colhidas em uma averiguação pericial constem em laudo, que servindo então como provas em uma investigação criminal.

Em seguida, o perito apresenta um slide sobre a origem, a finalidade e o status da Polícia Científica. Em sua fala, ele explica que no Paraná há três instituições policiais, todas subordinadas à Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), sendo elas a Polícia Militar (PM), responsável pelas ações de repressão do crime, a Polícia Civil (PC), responsável pelas investigações e a Polícia Científica (PCP), que se encarrega da materialização das provas. Na Polícia Científica, há equipes de laboratório, como por exemplo a balística, e as equipes de Localística, que vão aos locais dos crimes.

Quando fala sobre o trabalho de materializar provas, um trecho da sua fala me chama atenção: “Até para dizer que uma faca corta precisa do laudo do perito, a assinatura dele”, reforçando a necessidade de um laudo, de um documento, de um papel, da palavra do perito para dizer algo mesmo que seja óbvio. Aliás, qualquer

obviedade pode não ser, ou ser falsa. E é nesse sentido que seu discurso se direciona. Por mais que uma lesão nitidamente efetuada por uma determinada faca encontrada ensanguentada na cena de um crime, por exemplo, é preciso testar se esse objeto, de fato, está apto a produzir tal ferimento, se não apresenta nenhuma possibilidade de tal hipótese ter sido forjada. Esse é o papel crucial do perito, portanto, de materializar as provas, de atestá-las. Esse ponto de sua fala é feito enquanto o palestrante do dia apresenta ao público dois slides, sobre quem é a seção de Balística Forense e os objetivos dela.

Carlos segue então apresentando para o público uma tela sobre os segmentos de análises balísticas: a interna, que foca nas armas de fogo e munições, especialidade da Seção de Balística Forense; a externa, que se dedica a estudar a trajetória dos projéteis entre a saída do cano e o alvejamento do alvo, especialidade da Seção de Localística; e a dos efeitos, que se concentra nos efeitos produzidos pelos projéteis nos alvos, como por exemplo os impactos, lesões e perfurações causadas por um tiro, especialidade tanto da Localística como das necrópsias feitas pelo Instituto Médico Legal.

Além de falar sobre o trabalho de balística feita em laboratório, interno, comparando projéteis, Carlos cita que o trabalho da balística externa é muito pesado, pois ao chegar na cena de um crime o perito se depara com a comoção dos familiares, com cadáveres, com os locais.

Enquanto apresenta um slide sobre a definição das armas de fogo, ele aproveita para falar sobre a mecânica de um tiro, onde a expansão dos gases oriundos da queima de um propelente arremessa os projéteis para um alvo, explicando para o público sobre a estrutura de uma bala.

Carlos aproveita esse ponto para explicar também que muitas das armas que são recebidas por eles são depreciadas, com números raspados, são armas que circulam no mundo do crime.

Explica também sobre a engenhosidade utilizada pelos bandidos, que a partir de uma pistola criam determinados mecanismos para tornar seu funcionamento automático, o que acaba por criar uma espécie de metralhadora de mão. Isso ocorre enquanto apresenta uma sequência de slides classificando as armas de fogo conforme três características básicas:

1) Mobilidade: podendo ser

a) não portátil, quando não é possível transportá-la por uma única

pessoa, como por exemplo as peças de artilharia;

- b) portátil, quando são transportáveis por um único indivíduo, mas que exigem ambas as mãos para realizar um tiro, como as espingardas; e

- c) de porte, também sendo transportável por um único indivíduo, mas que para realizar um disparo depende de apenas uma mão, como as pistolas e revólveres.

2) Funcionamento: podendo ser

- a) tiro unitário, quando a cada tiro deve-se retirar o estojo e colocar um novo cartucho manualmente, como nas espingardas;

- b) tiro de repetição, quando a cada tiro a ação mecânica da arma, pela força do atirador, torna a arma pronta para um novo disparo, como no exemplo dos revólveres;

- c) semiautomáticas, quando a cada tiro a arma realiza automaticamente todas as operações de preparo para o próximo disparo, através da força da expansão dos gases, como ocorre por exemplo nas pistolas; e

- d) automática, quando todas as operações de funcionamento ocorrem continuamente enquanto o gatilho estiver acionado, produzindo rajadas, como as metralhadoras.

3) Cano: podendo ser

- a) alma lisa, quando o interior do cano é liso, como nas espingardas;

- b) alma raiada, quando o interior do cano possui raiamentos, como os revólveres, pistolas, dentre outros.

É interessante observar que toda essa explicação teórica que é feita aos leigos que ali assistem a palestra parece ser importante para corroborar narrativas das vivências que o perito palestrante vai contando, como os testes feitos comparando as micro evidências deixadas nos projéteis causadas pelos raiamentos interno dos canos das armas ou sobre a criatividade dos criminosos ao elaborar uma arma automática a partir de uma semiautomática, criando uma arma de oficialmente não existe, que seria essa metralhadora de mão, capaz de efetuar tiros em rajadas com um armamento leve, manuseado com apenas uma mão.

Ainda cruzando em seu discurso os aspectos técnicos das armas e a sua vivência como perito criminal especializado em balística, Carlos aproveita para contar que as espingardas fazem um “shock” para soltar várias “balinhas”, e por isso é um armamento muito utilizado para a caça, mas que os criminosos acabam

utilizando para barbarizar, pois seu poder de destruição à vítima é grande.

Num slide seguinte, ele apresenta sobre os raiamentos dos canos das armas, cujos estes pequenos sulcos e ressaltos são importantes para conferir maior velocidade, alcance e precisão de um projétil, e que por outro lado também deixam suas marcas nos projéteis, ocasionando naquelas micro evidências já relatadas anteriormente.

Na sequência, ele apresenta ao público algumas marcas nacionais e importadas de armas de fogo, destacando que o mercado nacional tem se aperfeiçoado muito nos últimos anos, produzindo armas de bom custo-benefício. Também mostra para a plateia as imagens, definições e classificações de vários tipos de armamentos – revólver, pistola, garrucha, espingarda, fuzil, carabina, metralhadora e submetralhadora – salientando que por mais que muitas vezes utilizamos alguns desses termos como sinônimo, tecnicamente, são armas diferentes, cujo funcionamento acaba impactando na dinâmica de um crime e causando evidências diferentes em razão da mecânica e trajetória do projétil expelido.

Após toda a explicação técnica realizada sobre as armas de fogo ele começa, então, a explicar sobre os projéteis. Mostra em seus slides sobre os calibres, tanto das armas quanto das munições, os sistemas de nomenclatura utilizados para estes projéteis – podendo ser utilizado o sistema métrico, em milímetros, o sistema inglês, em polegadas, ou o calibre nominal para as armas de cano de alma lisa, sendo medidos em fração de libra. Ele mostra imagens desses projéteis e detalha que nos projéteis de armas de alma lisa, há um cartucho, recheado de balins, balotes ou slugs.

Ele segue explicando também que os projéteis podem ter o formato ogival, encamisado, de chumbo nulo ou mesclados, e lembra de convidar aos presentes que o Museu Paraense de Ciências Forenses conta agora com novas peças no acervo: um comparativo do poder de destruição de cada tipo de projétil, cujos disparos foram feitos contrabarras de sabão. Ainda seguindo o assunto dos projéteis, Carlos explica que além do calibre, outra característica importante de um projétil e seu poder de paragem, que significa o quão potente ele é para fazer cair uma vítima/alvo. Também passa algumas informações sobre as pontas planas e cantos vivos, que fazem com que os projéteis parem de vir e que é possível também fazer tiros espoletados, que são aqueles realizados apenas com o estojo do projétil.

E em meio a tantas informações técnicas, o perito aproveita para dar alguns sinais sobre seus possíveis objetivos ali. Segundo ele, o primordial de sua

palestra é falar sobre o trabalho dos peritos e faz uma piadinha com a série de televisiva CSI. Ele declara ainda que o seu trabalho serve para os clientes, que em primeiro lugar é o poder judiciário, e em segundo, a sociedade e as famílias, que buscam a verdade, as resoluções dos crimes. Ele ainda diz que considera essa uma carreira bonita, que resolve problemas pautados em um trabalho minucioso.

Logo após, ele faz uma sequência de explicações sobre os diversos tipos de exames que podem ser feitos pela Seção de Balística, sendo eles:

1) Constatação, que se concentra em descrever detalhadamente os materiais relacionados com uma ocorrência balística, verificar calibres de estojos e determina o tipo de projétil utilizado;

2) Eficiência e Prestabilidade, que se empenha em constatar a condição de uma arma de fogo utilizada em um crime, ainda que apenas para intimidação, bem como verificar se ela está em condições de produzir tiros compatíveis com os encontrados em uma ocorrência;

3) Revelação de Número de Série Suprimido, que com o polimento e o uso de um reagente química metalográfico (FRY), é capaz de revelar o número de série suprimido de maneira intencional de uma arma de fogo por uma ação abrasiva, um lixamento;

4) Coleta de Padrão, que visam obter projéteis e estojos padrões, utilizados em exames de micro confrontação balística, por meio da realização de tiros em tanques de água ou algodão, destacando que em seguida estes padrões são enviados para a Central de Custódia para posteriores confrontações;

5) Micro confrontação Balística, que são exames feitos com o uso de microscópio quando ocorre um homicídio com arma de fogo, onde o perito do local encaminha os estojos e projéteis colhidos na cena do crime, o médico legista encaminha aqueles retirados do cadáver e o delegado, o juiz ou o promotor envia as armas suspeitas, e com todos estes materiais, o perito balístico determina de qual arma partiu determinado tiro comparando marcas e micro evidências constantes nestes materiais. Nesse ponto, o perito dá uma ênfase grande em explicar toda a sequência de trabalho que envolve o trabalho neste tipo de exame;

6) Inserção no banco do Sistema Nacional de Perfis Balísticos (SINAB), que fornece as imagens de projéteis e estojos a um banco nacional no qual estados parceiros compartilham suas imagens, permitindo rastrear armas utilizadas em confrontos de outros Estados; e por fim,

7) Análises e Confirmações de Convergências Geradas, em que também usando o banco de imagens do SINAB, um algoritmo levanta imagens de possíveis convergências, as quais são em seguida comparadas pelo perito balístico, que confirma ou rejeita a hipótese de determinada arma.

No final, Carlos mais uma vez deixa seu contato de e-mail para que quem tiver interesse ou dúvidas entre em contato e aproveita para contar a todos que na ocasião, eles estavam na plateia com uma perita antiga e muito experiente da Polícia Científica, que nas palavras de Carlos, muitos julgamentos já foram feitos com laudos competentes realizados por ela. Então os colegas começam um bate-papo, contando vários casos ao longo da carreira e comentando sobre a parceria que acontece entre os peritos.

Antes de encerrar a palestra, uma informação curiosa e interessante é colocado para o público, que muitas vezes quando um perito balístico tem em mãos uma arma com a qual ele precisa realizar um teste de eficiência e estabilidade e por algum motivo ele não consegue atirar com ela, não dá pra afirmar em um laudo que a arma não funciona, apenas que ela não funciona mais, pois muitas vezes as armas que circulam no crime contam com algum tipo de defeito, de macete para atirar, que só quem tem experiência com aquela arma consegue, então, efetuar um disparo.

Antes de ir embora, aproveito para fotografar um espaço que me chamou a atenção já no ano anterior, na visita de março de 2022, mas que não tinha tido a oportunidade de fotografar na ocasião. Trata-se do espaço kids na recepção do prédio, que me faz lembrar da tristeza que é o fato de uma criança precisar passar por um espaço daquele, sobretudo para fazer um exame de corpo delito. Penso na tentativa mínima de humanizar esse momento pelo qual nenhuma criança deveria precisar passar, desse ambiente pelo qual nenhuma criança deveria precisar frequentar.

Encerrada a palestra, nos dirigimos para o espaço do museu, onde meu foco principal daquela noite é observar especificamente as peças de sabão que mostram o poder de destruição de cada tipo de projétil.

Figura 18 – Barras de sabão simulando o poder de destruição de cada tipo de projétil, no acervo do Museu Paranaense de Ciências Forenses



Fonte: A própria autora.

Figura 19 – Espaço Kids no Prédio da Polícia Científica, na Unidade do Tarumã



Fonte: A própria autora.

4.1.6.2. Palestra de 16 de maio de 2023

Meu olhar para o prédio da Polícia Científica no dia seguinte, na terça-feira de 16 de maio de 2023 começou onde a visita da noite anterior havia acabado. Tiro algumas fotos pois me chama a atenção a diferença ocorrida não apenas no

espaço do Museu ao longo dos 15 anos que separam 2008 e 2023, mas também do prédio da Polícia Científica como um todo, incluindo o espaço do IML o qual as pessoas precisam acessar em momentos de vulnerabilidade de suas vidas. Muito diferente do espaço antigo do necrotério visitado em 2008 com a turma de Química, muito diferente do espaço que acessei em 2012, num intervalo Inter jornada de trabalho de uma perita para lhe ajudar com a disciplina de Cálculo que ela cursava no mestrado, diferente da sala de espera do IML onde aguardava para fazer exame corpo delito em 2015.

Como já mostrado na foto do dia anterior, a sala de espera agora, continha um espaço dedicado às crianças. Isso não retira a rudeza social que implica em uma criança precisar fazer um exame dessa alçada (ou na falta de uma rede de apoio, acompanhar seus pais nesse tipo de evento). Mas é ao menos uma tentativa de retirar um pouco do peso do momento.

Mas para além do espaço kids, outras questões espaciais me chamam a atenção nesse momento e resolvo, então, registrar.

Figura 20 – Paisagismo da recepção do Prédio da Polícia Científica, na Unidade do Tarumã



Fonte: A própria autora.

Em contraposição a toda soturnez do antigo prédio da Polícia Científica, no Centro de Curitiba, a recepção desse novo espaço no Tarumã é todo muito bem iluminado. As fachadas e os parapeitos são de vidro, ampliando a

dimensão do espaço e permitindo a passagem da luz. O visitante encontra momentos de paz na contemplação do lindo trabalho de paisagismo feito em um grandioso jardim interno, que pode ser visto de todos os andares da construção – nesse ponto penso na estrutura do panóptico.

Atrás do jardim, um extenso banner traz o emblema do Governo do Estado do Paraná sob a imagem de uma cientista, vestindo um imaculado jaleco branco, trabalhando em uma bancada igualmente saneada, estéril. Sob a ótica do microscópio, muito atenciosa observa uma lâmina enquanto suas mãos, devidamente vestidas em luvas cirúrgicas enquanto manuseia os parafusos micrométrico e macrométricos.

Dois pontos aqui me chamam a atenção de imediato. O primeiro deles é o uso de um grande relógio de pulso enquanto usa as luvas cirúrgicas, sendo que o ideal preconizado pelas normas de biossegurança seria retirá-lo. O segundo, é a utilização de uma figura feminina trabalhando ali na imagem, provavelmente querendo mostrar a diversidade de gênero das trabalhadoras e dos trabalhadores da instituição, ao passo que ao entrar no museu, temos uma galeria toda dedicada aos homens que dirigiram a instituição ao longo dos anos. Me questiono sem ter uma resposta de quão igualitário é, de fato, em relação às questões de gênero, a instituição.

Figura 21 – Banner Institucional na recepção do prédio na Unidade do Tarumã da Polícia Científica



Fonte: A própria autora.

Ao lado da imagem, uma mensagem: “POLÍCIA CIENTÍFICA: Investigação e Ciência trabalhando pela segurança”.

Essa mensagem vai concordando com a mensagem passada nas últimas visitas realizadas, de começar colocar holofotes sobre o trabalho dos peritos, começar a fazer aparecer essa busca da instituição Polícia Científica em trabalhar com a Ciência para investigar crimes, trazendo a segurança para a sociedade.

Entro no auditório para o segundo dia de palestra, cujo tema é “Diálogos sobre Segurança na Internet”, com a perita criminal Sandra Cristina Balthazar.

Sandra inicia sua fala avisando ao público que a ideia é fazer naquela noite um bate-papo com os ali presentes. Já no começo, a perita conta que antigamente só se falava do IML, mas que agora eles são a Polícia Científica.

Ela conta para a plateia que a função da Polícia Científica é buscar vestígios para que se tornem provas que, por sua vez, servem para o judiciário poder tomar decisões. Sandra explica que a maioria do que acontece sempre deixa rastros, vestígios, que contam uma história. Essa história que ajuda o trabalho de quem vai julgar. A palestrante revela que nas mais diversas áreas ali da Polícia Científica, seja da química, das drogas, da balística, da antropologia, do audiovisual, eles acabam vendo, assistindo e ouvindo coisas horrorosas. E o celular, que era um instrumento para a comunicação foi evoluindo, assim como o seu uso, inclusive no mundo criminal.

Enquanto explica sobre esse trabalho, Sandra apresenta também aos ouvintes que um slide sobre o que é a Perícia Criminal, definida ali como uma “atividade típica de Estado, de cunho técnico-científico, prevista no Código de Processo Penal (CPP), que visa analisar vestígios, sendo indispensável para a elucidação de crimes”.

Hoje no setor em que ela trabalha, a Computação Forense, Sandra conta que o equipamento que se tornou o carro-chefe das investigações é o Cellebrite, que recupera os dados apagados de dispositivos eletrônicos – desde que estes dados não tenham sido sobrepostos.

No slide, a perita apresenta uma série de dispositivos que são analisados pela seção da Computação Forense, sendo eles: Computadores e Notebooks; Celulares e Tablets; Dispositivos de armazenamento (HD, SSD, Pendrive, etc.); Dispositivos de rede (roteador, Wi-Fi, etc.); Dispositivos de “internet das coisas” (Câmera de segurança, etc.); e outros eletrônicos (câmera, smartwatch, etc.).

Num slide seguinte ela apresenta ainda uma série de dispositivos pouco convencionais onde já foi necessário realizar perícia da Computação Forense: videogames, como Xbox e Playstation, SmartTV, maquininhas de cartão, UTI de Hospital, Máquina Caça-Níquel e Câmera Espiã.

Ela aproveita ainda para contar que atualmente há uma mistura entre o mundo real e o virtual, que tem ocorrido muitos problemas devido aos chamados golpe do amor e ao excesso de exposição. Por isso, a perita recomenda que os pais participem do mundo dos filhos, inclusive do universo digital em que as crianças e jovens estão inseridos.

Sandra explica que o *modus operandi* dos criminosos na Internet é ganhar a confiança da vítima para, em seguida, começar a fazer ameaças. No slide, ela mostra que os criminosos possuem uma abordagem “sutil” e que se adaptam ao perfil da vítima. Na fala, ela segue abordando a questão da insegurança à qual os jovens estão expostos, que muitos marcam encontros com pessoas que conheceram na Internet nos shoppings, crendo ser um espaço público e seguro, quando na verdade, algumas vezes esses jovens são levados às docas dos shoppings onde crimes são cometidos longe dos olhos do público.

Nesse ponto, ela apresenta num slide uma comparação entre a foto com a qual um criminoso se apresentava nas redes sociais para tentar se aproximar das vítimas menores de idade, um jovem magro e sem camisa, com cabelo penteado seguindo tendências modernas, e a foto dele na realidade, um homem nitidamente mais velho, careca, que em nada se parece com seu “fake”.

Na sequência de sua fala, ela conta sobre alguns fenômenos que viralizaram no ambiente virtual e acabaram causando transtornos no mundo real.

O primeiro caso que a perita exemplifica em sua fala é a Baleia Azul, uma espécie de jogo que, na época em que se popularizou entre crianças e adolescentes, esteve associada a um aumento nos casos de suicídio na faixa etária. O caso ganhou grande repercussão na mídia da época e alarmou pais e profissionais da infância do mundo todo, mas com a conclusão das investigações, ninguém achou um grupo onde o desafio de suicídio ocorria, chegando à conclusão de que eram apenas crianças e adolescentes já deprimidos.

Quanto aos boatos mais recentes, de que em 20 de abril haveria ataques às creches e escolas com massacres de estudantes, mais uma vez, nada foi comprovado de que havia um planejamento orquestrado para um grande

derramamento de sangue.

Lembra também do caso da personagem Momo, que supostamente aparecia em vídeos infantis ou chamadas telefônicas incentivando crianças e adolescentes a cometerem atos violentos e/ou suicídios. Segundo Sandra, tudo também não passou de uma lenda urbana.

Todos esses casos, segundo a perita, mostram como atualmente há muito valor para o que acontece no mundo virtual.

Seguindo nessa toada, ela explica ainda para a plateia que os aplicativos vão mudando de nome e é importante que os pais estejam atentos. Cita o caso específico do Discord, uma plataforma que tem reunido muitos jovens e que, conseqüentemente, tem servido para que muitos desafios e bullying ocorram. Por isso a importância de os pais acompanharem esses avanços, as mudanças, como e qual uso seus filhos fazem dos dispositivos eletrônicos.

A perita também reforça que o que está na Internet, fica eternizado, nunca mais sai. Por mais que a pessoa se arrependa e apague algo publicado, existem os prints, onde terceiros copiam essa publicação e ficando nas mãos deles o destino desse conteúdo, não mais de quem publicou originalmente.

Ela conta alguns desses casos, que por motivos individuais não vou detalhar na tese. Um dado, porém, que acredito ser interessante, foi de que ela explicou que baseado em sua vivência como perita da área de Computação Forense, as escolas particulares são as que mais trazem esse tipo de problema que culminam numa investigação criminal sobre crimes cibernéticos.

Ela encerra essa parte da palestra – haverá uma segunda parte que explicarei em seguida – dando algumas dicas para os presentes ali de como proteger e preservar as crianças e adolescentes de serem vítimas de cybercrimes. A primeira delas é ensinar aos menores que tudo que é postado, mesmo se arrependendo e existindo depois, não é possível de ser apagado e o bullying pode ganhar uma proporção gigante. No slide, ela apresenta um questionamento se os seguidores que veem suas publicações são confiáveis e estabelece um paralelo a ser feito com as crianças e jovens, mostrando que se eles não iriam para uma praça escura, a noite, ter um encontro com um desconhecido, o mesmo vale para manter conversas pessoais, expondo intimidade, no ambiente virtual.

Em segundo lugar, Sandra destaca que é preciso fazer com que os adolescentes tenham a consciência de que menores infratores precisam responder

por suas ações, e que em determinados casos, acabam indo para “mini cadeias”, com todos os tipos de menores infratores, e que este espaço não é suave – releitura minha da fala, na ocasião foram utilizados outros termos que também por questões individuais não publicarei neste texto. Sandra fala ainda sobre os riscos dos jovens e crianças que tem acesso durante a madrugada ao celular, pois em muitos dos casos que são atendidos, estes menores aproveitam o sono noturno dos pais e a madrugada para enviarem nudes. Ela destaca que não só o compartilhamento de fotos de menores é caracterizado como pornografia infantil, mas que o recebimento deste tipo de material também é, e que por isso, se alguém está num grupo onde algum outro usuário tem costume de enviar esse tipo de material, precisa ter cuidado, pois ambos estão infringindo a lei.

Por fim, ela faz uma crítica à imprensa, que muitas vezes faz alarmes ou se posiciona sobre alguns casos, que mais tarde se comprovam como inverídicos ou errados, mas eles não voltam para dizer que erraram no posicionamento anterior.

Nesse momento da palestra, como havia menores de idade na plateia, ela solicita que estes saiam do ambiente e aguardem lá fora, pois ela queria falar apenas com os adultos sobre temas inadequados a menores. E exatamente nesse ponto, meu filho que estava dormindo no carro sob a supervisão do meu irmão acabou acordando, chorando e me chamando. Precisei sair da palestra para atendê-lo, mas pedi para que meu irmão fizesse o repasse do que fosse dito.

Segundo ele, não foi mostrada nenhuma imagem pesada, mas que a fala foi feita relembrando um caso que se tornou notório, de domínio público na cidade, em que um hacker de Curitiba alterava as fotos das meninas para chantageá-las e a fim de estuprá-las. Ainda nessa fala restrita de Sandra aos adultos, meu irmão relatou que ela orienta que os pais utilizem aplicativos de segurança familiar nos celulares, computadores, tablets, dentre outros, para ter acesso ao que o filho faz ou acessa, para bloquear determinados aplicativos, pois há pedófilos em todos os lugares e sempre estão atrás das crianças. Ela cita ainda mais algum exemplo ocorrido que também opto por deixar privado na tese por questões individuais (Anibal, 2011).

No final da palestra, me reencontro com meu irmão justamente no espaço em que iniciou minha visita neste dia, o espaço kids do prédio da Polícia Científica, com uma criança muito mais calma, distraída e feliz brincando com a Galinha Pintadinha.

4.1.6.3. Palestra de 17 de maio de 2023

A palestra da quarta-feira, 17 de maio de 2023, inicia com meus olhos voltados outra vez para o prédio da Polícia Científica. Contemplo o amplo espaço do local, a luminosidade de seus jardins externos, sua fachada de vidro, agora vista por fora, que permite passar toda a luminosidade do espaço interno. Do alto de três mastros, bandeiras do Estado do Paraná, da República Brasileira e da Instituição da Polícia Científica tremulam com o pouco vento que faz naquela noite. Do estacionamento, podemos ver do outro lado da rua a nova Delegacia de Homicídios e Proteção a Pessoa, uma conveniência que as instituições mesmo independentes atualmente, fiquem próximas uma da outra.

O tema do dia era “O trabalho da perícia criminal no Laboratório de Química Forense”, com a perita criminal Isabella Ferreira Melo. Após a palestra, houve uma visita mediada ao Museu.

Isabella começa falando que não é ela quem prende os bandidos, que essa não é sua função, seu trabalho não é de ser uma Polícia Criminal, e sim de elaborar laudos pautados na metodologia. Aliás, falando sobre o laudo, ela explica que quando se apresenta um laudo de cocaína, por exemplo, é porque sabe-se que a amostra era realmente de cocaína, de forma inequívoca. Conversa um pouco também sobre toda a fantasia que existe por trás da profissão de perito criminal, principalmente divulgado por séries como o CSI.

Em seguida, mostra ao público por meio de um slide um pouco das atribuições e da estrutura da Polícia Científica, órgão público incumbido das perícias de criminalística e médico-legais, cuja instituição é subordinada à Secretaria de Segurança Pública, assim como a Polícia Penal, a Polícia Militar e a Polícia Civil.

No slide seguinte, ela mostra e comenta brevemente sobre cada uma das Áreas da Perícia: Balística; Localística; Computação Forense; Medicina-Legal; Documentoscopia; Audiovisual; Fonética; Toxicologia Forense; Química Forense; Genética.

Ela aproveita então para esclarecer aos leigos a diferença entre o Laboratório de Toxicologia e o Laboratório de Química dentro da estrutura da Polícia Científica: ambos trabalham com os mesmos analitos, porém em matrizes diferentes. Ou seja, enquanto a Toxicologia investiga a presença de determinados analitos em matrizes biológicas, como sangue, vísceras, a Química trata de investigá-los nas

matrizes brutas, sendo um laboratório bem generalista, que examina amostras de drogas, alimentos, medicamentos e uma série de outros produtos.

No slide, é apresentado então uma foto de um pequeno pedaço da bancada do Laboratório de Química, com suas vidrarias, estantes e suportes. 2 tubos de ensaio coloridos em primeiro plano, e um sistema com uma bureta e um Erlenmeyer ao fundo. Um laboratório de Química muito semelhante a vários outros da mesma especialidade. Em seguida, são apresentados equipamentos que fazem uso de outras técnicas analíticas: CG/EM, HPLC/DAD, IV-TF e RAMAN – este último, inclusive, batiza o cão de trabalho da instituição que tem se especializado em detectar sangue humano nos locais de crime e ganhou um perfil próprio no Instagram.

Figura 22 – Perfil no Instagram do cão de trabalho Raman



Fonte: A própria autora.

Isabella então dá exemplos da sua atuação dentro do Laboratório de Química. Ela conta que toda semana tem veneno para analisar, a maioria é chumbinho.

Alimentos contaminados e falsificados também é muito comum.

Medicamentos de cena, ou seja, medicamentos encontrados em cenas de crime como homicídios e suicídios, entorpecentes, rebites e anabolizantes vindos do Paraguai, medicamentos com apelo natural para emagrecer, que ela brinca com a metonímia do “Herbalife”, e medicamentos “fitoterápicos” (entre aspas pois na teoria são medicamentos que deveriam conter apenas extratos vegetais, mas que acabam sendo aditivados por outros compostos não oriundos de plantas).

Outro tipo de análise que foi muito recorrente na pandemia foi a análise de Álcool Gel, onde empresas oportunistas vendiam o produto com concentração muito inferior a do recomendado pelo Ministério da Saúde – uma amostra analisada chegou a ter apenas 14% de etanol enquanto era vendido com a porcentagem de 70%.

Também faz parte de seus trabalhos, analisar resíduos de incêndios para determinar possíveis causas, assim como vestígios de cenas de feminicídio também aparecem com alguma frequência.

Crimes contra o consumidor também é bem recorrente nas análises do Laboratório de Química – produtos vencidos, os famigerados “Herbalifes”, e Isabella começa a citar vários outros casos, como rato no leite, farelo de arroz como corpo estranho no alimento, produtos envazados de maneira inadequada e bebidas falsificadas (que acabam por vezes contendo o letalmente perigoso metanol).

Embora seja comum aparecerem estes tipos de análise citados e mostrados acima, a perita estima que 90% do trabalho dela e dos colegas da área são análises de drogas. Ela mostra então no slide sobre algumas drogas clássicas, como maconha e a cocaína, mas apresenta também a problemática das novas drogas que não cessam de serem criadas todos os dias.

Nessa altura da palestra, ela aproveita também para mostrar para o público um pé de maconha. Esse é um momento sem dúvidas de grande entusiasmo e curiosidade da plateia. Inicialmente até penso que o motivo deles cultivarem este pé da droga dentro do laboratório é por uma questão de ser um padrão analítico para comparações futuras, porém quando questiono se essa é a razão, a perita nega, pois para poder fazer os laudos baseado nos testes analíticos comparativos é preciso que se utilizem padrões certificados.

Seguindo no assunto sobre a maconha, Isabella apresenta um slide com informações como o nome científico da planta – Cannabis sativa – e os principais canabinoides encontrados nela: o THC (tetraidrocanabinol), o CBN (canabinol) e o

CBD (canabidiol). Ainda na apresentação projetada, a informação de que esta é uma droga perturbadora do Sistema Nervoso Central. Sobre o uso, duas formas são as mais populares: o cigarro e o haxixe. Na apresentação destinada ao fumo, ela começa a explicar para a plateia que o principal diluente da maconha é o esterco, utilizado para aumentar a rentabilidade da droga para os traficantes e na tentativa de despistar cães farejadores. Em seguida, sobre o haxixe, subproduto resinoso da maconha, ela destaca que, dentre vários usos, tem sido popularmente utilizado para fazer bolo.

No momento de falar sobre a cocaína, no slide da apresentação também são mostradas algumas informações básicas a respeito da droga: nome científico da planta – *Erythroxylum coca* – e que ela é estimulante do Sistema Nervoso Central. A perita começa, então, a explicar sobre as apresentações da cocaína e explica de maneira bem “cientifizada” o consumo de cada uma delas. Segundo a explicação, o característico pó branco é o sal da cocaína, e que justamente por ser um sal, apresenta alto ponto de ebulição, razão pela qual não é possível fumá-lo, levando os usuários a cheirarem-no. Já o crack é a base livre da droga, com baixo ponto de ebulição, permitindo seu consumo pelo fumo. No slide, ambas as moléculas são apresentadas, bem como as fotos das duas formas de apresentação.

Sobre os efeitos de ambas as drogas no organismo, ela explica que o craque metaboliza muito rápido no cérebro pois não tem o efeito de primeira passagem, ao mesmo tempo em que possui seus efeitos também mais rápidos. Já a cocaína quando inalada na forma de sal causa um vaso constrição no nariz, que por si só, já reduz a absorção da droga no organismo e prolonga seus efeitos no corpo.

Para fazer análise de amostras suspeitas de cocaína, utiliza-se primeiramente um método colorimétrico, com tiocianato de cobalto que, em contato com a cocaína, torna a solução azul. O aspecto desse tipo de teste salta aos olhos pois a mudança de cor atrai a atenção e é de fácil compreensão do resultado menos aos menos familiarizados com a química. Por outro lado, Isabella destaca que, embora seja um teste sensível, ele não é um teste específico, servindo apenas para triagem – dependendo de outros para confirmação da presença de cocaína amostral.

Nesse ponto, ela comenta sobre alguns casos curiosos, como de uma amostra de óleo automotivo que já positivou nesse tipo de teste para cocaína e outro de uma mãe cuja bebê que chegou para ser atendida em um Hospital Municipal Infantil com uma pequena quantidade de um pó branco no cantinho da boca e algum tempo depois acabou faleceu após três paradas cardíacas. Sob suspeita de ter

amamentado sua filha com cocaína, a mãe foi presa e submetida a diversas torturas durante seu encarceramento. Finalizado o laudo, constatou-se que não era cocaína na boca da criança (Paulo, Online, 2006)

Seguindo as explicações sobre drogas ilícitas, a perita mostra no slide as drogas inalantes, a mais popular é conhecida como Loló ou Lança Perfume, uma mistura de éter, clorofórmio, cloreto de etila, essência perfumada e solvente de isqueiro, capaz de causar sintomas depressores do Sistema Nervoso Central. Em sua fala, ela cita que também há adictos em cola de sapateiro e que as drogas inalantes causam a desmineralização da bainha de mielina dos neurônios, prejudicando a condução de informações neuronais.

Na sequência, a diversidade de drogas sintéticas começa a ser exposta para o público presente na palestra daquela noite, como os selos e o ecstasy. No slide as fotos mostram a variedade delas cujo apelo visual é destaque – das imagens carregadas nos selos às pluralidades de cores, tamanhos e formatos dos comprimidos.

Os selos são drogas de uso sublingual e a maioria deles não apresenta mais LSD, e sim, novas substâncias, que por sinal, são trocadas de maneira muito rápida. O slide apresentado explica que são consideradas novas substâncias psicoativas (NSP) aquelas “de abuso que não são controladas pela Convenção Única de 1961 sobre entorpecentes ou pela Convenção de 1971 sobre substâncias psicotrópicas, mas que podem representar risco à saúde pública (UNODC).”

Para exemplificar, Isabella cita a 25NB021, que ainda não possuía sequer um estudo toxicológico. E o problema dessas mudanças estão muito além de conseguir identificá-las, mas também pela sua regulamentação: como são substâncias que ainda não constam na portaria que determina quais são as drogas de uso ilícito, não se pode proibi-las. O regimento deste assunto é feito pela Lei 11.343/2006, conhecida como Lei de Drogas, e a Portaria 344/1998 e suas atualizações, e uma droga só passa a ser proibida depois de ser acrescentada na portaria. Por sua vez, essa inclusão causa um esvaziamento da disponibilidade dela, pois é muito mais seguro e vantajoso comercializar as substâncias que ainda não estão na portaria. Outro ponto é que a simples mudança de um átomo na molécula da substância psicoativa já a transforma em outra, o que automaticamente exclui essa nova molécula da portaria, ainda que muito semelhante à anterior.

A perita aproveita para explicar que são os Laboratórios de Química

Forense que, ao encontrar Novas Substâncias Psicoativas são responsáveis por notificar e reportá-las à ANVISA.

Falando em novidades, durante a pandemia, onde a visitação de pessoas ficou mais restrita aos presídios e o mecanismo de entrada das drogas nas cadeias foi afetado resultou numa nova droga sintética, o papel contendo canabinoide sintético.

Outros dois destaques muito interessantes feitos na ocasião foram sobre a potencialização que ocorre no uso concomitante de drogas e sobre a síntese dessas substâncias, suas rotas reacionais.

Por fim, ela encerra a apresentação contando que os peritos da Química costumam ir pouco aos locais, pois seus trabalhos consistem majoritariamente nos testes e análises laboratoriais. Por outro lado, quando há estufas de maconha eles precisam se deslocar até lá para averiguar, expondo-lhes aos riscos de cair em armadilhas e de explosões. No slide, Isabella apresenta ao público fotografias de um desses locais em que ela precisou ir para averiguar uma estufa de canabis.

No final da palestra, os interessados puderam olhar de perto o carrinho com o pé de maconha e outros materiais relacionados ao mundo das drogas.

Figura 23 – Carrinho com materiais sobre drogas, em palestra do Museu Paranaense de Ciências Forenses no Tarumã



Fonte: A própria autora.

4.1.6.4. Palestra de 18 de maio de 2023

O último dia de palestras promovidas pelo Museu Paranaense de Ciências Forenses em razão da 21ª Semana Nacional de Museus ocorreu na quinta-feira de 21 de maio de 2023, com o tema “As Ciências Forenses e o trabalho dos Peritos Criminais” apresentado pela perita criminal Beatriz Menezes Rodrigues. Segundo as postagens nas redes sociais, após a palestra haveria uma visita mediada ao Museu. A palestra que fecha esse ciclo tem um caráter amplo, abordando um panorama geral do trabalho realizado pela Polícia Científica do Paraná.

Beatriz inicia sua fala apresentando a sua formação acadêmica e a sua trajetória profissional dentro da PCP. A perita comenta ainda sobre o símbolo da Polícia Científica, que ela acha o máximo a mensagem contida nele. Nessa oportunidade, ela aproveita para explicar a dinâmica dos trabalhos nas diversas unidades da PCP. Na capital, pela maior demanda e quantidade de profissionais, os peritos acabam se especializando em alguma área, principalmente naquelas de sua formação específica, porém, nas unidades do interior os peritos acabam sendo “Severino” (nas palavras dela), “faz-tudo”, ou seja, acabam realizando trabalhos de todas as áreas. Ela explica que essa dinâmica ocorre porque na capital o volume de trabalho é muito maior, então as atividades são muito bem setorizadas. Já nas unidades do interior, o volume de trabalho é menor, acarretando que os profissionais destas unidades acabam atendendo demandas mais variadas. A perita destaca que isso de certa forma é bom, pois a maioria dos peritos acabam fazendo uma espécie de estágio em todas as áreas no início das carreiras – experiência que ela mesma teve em 2020 quando ingressou na corporação.

Enquanto mostra um slide cheio de obras de ficção que retratam o trabalho dos peritos criminais, como as séries Dexter, CSI, Cold Case e Criminal Minds ou os livros de Sherlock Holmes e Agatha Christie Beatriz fala da importância dos trabalhos dos peritos criminais, trazendo uma frase muito impactante para os ali presentes: “Pior do que não incriminar um culpado é incriminar um inocente”.

Na sequência, ela apresenta um slide em que mostra uma definição do que são as Ciências Forenses:

As ciências forenses são compostas por todos os conhecimentos científicos e técnicas utilizados para apurar crimes e assuntos legais diversos (cíveis, penais ou administrativos). Esse campo tem a função de estudar e interpretar

os vestígios que caracterizam as infrações para esclarecer os atos delituosos e colaborar com as autoridades responsáveis pela aplicação da lei. Nas investigações criminais, a principal tarefa do perito forense é confirmar a autoria do delito ou excluir o envolvimento do(s) suspeito(s) – evitando a condenação injusta de inocentes – por meio de métodos que permitem determinar com relativa precisão, por exemplo, se uma pessoa estava na cena do crime.

A imagem apresentada neste ponto demonstra a amplitude dos conhecimentos científicos de outras diversas áreas os quais as Ciências Forenses se apropriam para formar a sua própria área, a sua própria Ciência.

A seguir, Beatriz conta que foi no ano de 2001 que a Polícia Científica adquiriu a sua autonomia, pois todo esse trabalho anteriormente ficava sob a responsabilidades dos delegados da Polícia Civil. Ela aproveita para mostrar não apenas as sedes da PCP na capital, Centro e Tarumã, a última onde estávamos assistindo às palestras, mas também as demais sedes distribuídas por todo o Estado.

Sobre os cargos existentes, Beatriz explica que as equipes da Polícia Científica são compostas pelos Peritos Criminais e pelos Auxiliares de Remoção, aqueles que trabalham nos famosos rabecões. No dia a dia profissional, estes são sempre os últimos a chegar, pois são, também, os últimos a serem acionados, após as Polícias Militar e Civil terem realizados os trabalhos iniciais no local.

Em seguida, ela destaca que o perito é a autoridade máxima do local do crime, é ele quem diz quem pode ou não entrar, autoriza ações, dentre outras decisões, na cena do crime todas ficam a cargo deste profissional.

Ela mostra no slide que o trabalho do perito é guiado pelo Princípio da Troca de Locard, que diz que “Todo contato deixa uma marca” e pelo Heptâmetro de Quintiliano aplicado nas apurações de um fato (O quê? Onde? Como? Quando? Quem? Por quais meios? Por quê?).

Dando sequência a sua fala, Beatriz começa a explicar para o público ali presente que o trabalho da Polícia Científica do Paraná tem três áreas de atuação: Criminalística, Laboratórios e Medicina Legal.

A área da Criminalística é dividida na Localística e nos Laboratórios. A perita cita que a seção da Localística, como o nome já diz, fica encarregada de atividades que envolvem a análise dos locais de crime, as cenas que lá são encontradas. No caso de crimes contra pessoa - e nesse momento ela cita e explica brevemente o Caso Isabela Nardoni – além de verificar o local do crime, no momento da ocorrência, ele participa também da reconstituição futuramente. Esse setor

também fica responsável, por exemplo, pelos acidentes de trânsito e de Engenharia Forense, que além da Engenharia, faz também análises dos crimes contra o patrimônio.

Na seção dos Laboratórios da Criminalística são realizados trabalhos variados. A Documentoscopia e Grafotecnia, realiza por exemplo, a análise de rótulos. A Identificação Veicular se dedica a analisar adulterações diversas. na Balística Forense são realizados testes de portabilidade e eficiência, análise de armas, projéteis, munições e confrontos balísticos. Uma área que ampliou bastante seus trabalhos nos últimos anos foi a Computação Forense, que é a única que orienta na investigação, faz sugestões aos investigadores e indica caminhos por onde seguir. Há também um setor especializado na Perícia de Crimes Ambientais.

A área dos Laboratórios realiza o trabalho de analisar as amostras do Estado todo, sendo eles: o Laboratório de Toxicologia Forense, de Química Forense, de Genética Molecular Forense e de Patologia Forense. Enquanto vai citando cada laboratório, Beatriz explica a diferença entre os laboratórios de Química e Toxicologia Forenses. Conta também que muitas drogas novas chegam pelo Paraguai e são identificadas pelo Laboratório de Química da PCP. Sobre as análises realizadas no Laboratório de Genética, ela explica que os testes são sempre comparando amostras dos suspeitos com os vestígios encontrados. No Laboratório de Patologia, ocorre o diagnóstico póstumo de muitas doenças, pois há muitos exames de órgãos e tecidos.

Na área da Medicina Legal, a perita lembra que não há apenas exames de pessoas mortas, realizadas pelo Necrotério, mas muitos exames realizados pela IML são feitos em pessoas vivas, pela Clínica Médico, como exames de Corpo de Delito. Durante a explicação ela destaca que quando há um cadáver, ele mesmo é um vestígio do crime, talvez o mais importante, sendo analisado primeiro no local e, em seguida, no IML. A Antropologia Forense se dedica a analisar as ossadas que são encontradas e a Odontologia Forense tem sido fundamental nos últimos anos para a liberação de corpos, tendo em vista que atualmente não é liberado um corpo apenas com o reconhecimento da família, é preciso uma identificação confiável, como em exame da arcada dentária, uma papiloscopia ou um exame de DNA.

Além das três áreas apresentadas, a Polícia Científica do Paraná conta atualmente com outros setores de apoio. O primeiro citado por Beatriz é a Academia de Ciências Forenses, criada em 2019 e responsável por promover cursos de capacitação e formação, ou seja, quando um profissional é admitido na instituição

ele realiza um curso teórico. Também se responsabiliza pela realização de um estágio tutorado, onde o novo perito aprende a rotina de cada área da PCP durante cerca de 6 ou 7 meses antes de ser enviado para trabalhar no interior. Dois pontos importantes é que na Academia de Ciências Forenses todos os professores são peritos e o setor também realiza pesquisas, inclusive estabelecendo parcerias com Universidades. Além disso, eles auxiliam formando os peritos para obter o porte de armas – os peritos não são obrigados a terem o porte ou ter sua própria arma, mas se for do desejo, o profissional pode obtê-lo para sua maior segurança pessoal. A Polícia Científica não fornece o armamento para o profissional, mas oferece o curso.

Em seguida, ela explica brevemente sobre o Museu Paranaense de Ciências Forenses, que se empenha em promover a divulgação do trabalho da Polícia Científica. No slide, há uma foto do Joel organizando o acervo e outra mostrando o espaço do museu de modo geral. Também consta em destaque a informação de que cerca de 1000 visitantes por mês passam pelo MPCF, bem como informações visitasões, o e-mail e o Instagram do museu.

Um breve texto conta em linhas gerais sobre o Museu e creio ser pertinente acrescentá-lo aqui:

Foi criado na década de 1970 e tem suas sedes na Unidade Tarumã e Unidade Centro. O espaço é dedicado à conservação da história da Polícia Científica do Paraná e à divulgação das ciências forenses. Possui em seu acervo instrumentos e equipamentos utilizados desde o início das atividades periciais no Estado do Paraná, além de livros, documentos, arquivos fotográficos e centenas de ossos e outras peças anatômicas. As visitas ao Museu ocorrem somente na modalidade guiada, de modo a proporcionar uma proveitosa experiência aos visitantes.

Por fim, Beatriz conta para a plateia sobre o Laboratório de Inovação e Metrologia, que se dedica a avaliar especialmente a qualidade das armas de fogo adquiridas para as forças de segurança, estando em vias de obter a acreditação do INMETRO.

Ela finaliza a palestra conversando sobre a importância da prova pericial e do trabalho dos peritos. Sobre a prova pericial, a perita explica a objetivação de uma prova promove uma maior veracidade e imparcialidade a um processo de investigação. Segundo ela, o perito vem para trazer a verdade e precisa acompanhar a criatividade dos bandidos.

No slide apresenta ao público nesse ponto, há um destaque muito grande para a questão da verdade, inclusive reforçando o lema da instituição, citado

lá no começo da palestra: “Verdade, Ciência e Justiça”.

Sobre a importância do trabalho dos peritos, Beatriz cita vários casos em que os profissionais da perícia foram fundamentais para elucidar diversos crimes. No Caso Rachel Genofre, ela explica que na época do crime não se conseguiu identificar o estuprador, mas que com uma nova tecnologia que foi desenvolvida, foi possível elucidar a identificação do criminoso. No caso Renata Mugiatti, o trabalho pericial foi fundamental para provar que o marido havia jogado do alto do prédio, ocorrido de modo semelhante às investigações realizadas no Caso Nardoni. Por fim, uma notícia fresca, revelada no dia da própria palestra, por meio de DNA realizado na Aldeia Manoel Ribas foi possível identificar a estupro e matou uma indígena na ocasião.

No final, ela informa que os presentes que tivessem interesse em serem peritos poderiam realizar as inscrições para o concurso da Polícia Científica que estavam abertas até às 23h59min daquela data e deixa o convite para os ali presentes realizarem uma visita ao Museu.

Acompanho o grupo, mas foco menos no acervo, pois já havia visto muitas vezes. Me atenho a perceber a dinâmica da visita, pescar alguns comentários dos visitantes. A visita era acompanhada pelo museólogo e pela diretora do MPCF.

Nesta observação, me chama a atenção um momento em que um dos visitantes questiona sobre os crescimentos dos pelos e cabelos dos cadáveres ali expostos. Os mediadores da visita abrem um sorriso e explicam que esse é um fenômeno apenas aparente, que logo após a morte e no início do processo de decomposição, o corpo perde muita água. Nesse processo de desidratação, a pele retrai, expondo mais dos fios e dos pelos que antes ficavam para dentro desta pele. O visitante rebate, dizendo que ouviu ali mesmo no Museu sobre a manutenção constante que é preciso ser feita nas múmias, que o próprio curador do MPCF relatou que aparava a barba e os pelos pubianos dos corpos de Fred, Frederico e Paraibinha. Os mediadores tornam a dar um sorriso, entendendo que ele já havia conversado com o Joel em algum outro momento, e tentam desviar do assunto, comentando que o Joel tem muitos anos de perícia e muitas histórias do trabalho que por vezes se confundem com a fantasia. Observo a insatisfação contida do visitante, os sorrisos de graça da diretora e do museólogo e, por dentro, também tenho meu sorriso de graça, pois eu mesma já havia ouvido aquela história algumas vezes e achava ela um tanto quanto curiosa.

4.1.7. 19 de maio de 2023

Fechando as atividades do Museu Paranaense de Ciências Forenses na 21ª Semana Nacional de Museu, na sexta-feira de 19 de maio de 2023 houve o lançamento do Livro Roxo, o primeiro romance de mistério escrito por Andréa Berriell, que além de se dedicar a escrita, é professora de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná.

No anúncio feito nas redes sociais, o evento contaria com a presença da perita criminal Denise Berejuk, que por alguma coincidência do destino, eu já havia conhecido anos atrás, quando aceitei a proposta de lhe explicar alguns fundamentos de Cálculo para ela que na época de seu mestrado. Confesso que fiquei empolgada com a possibilidade de revê-la, pois não a via desde a ocasião das aulas.

No entanto, por algum motivo que posso ter perdido durante a fala, Denise não pode comparecer ao evento, mas foi lembrada pela amiga de Andréa, que contou para a plateia sua amizade de longa data com a perita, desde que moravam na mesma cidade na infância, no interior do estado. Aliás, o livro Roxo é dedica aos pais de Andréa e Denise, almoxarife e auxiliar de almoxarife – acredito eu que ambos trabalhavam juntos inclusive.

Além do lançamento do romance, foi anunciado também que haveria uma visita mediada ao espaço naquela ocasião.

O lançamento aconteceu no espaço do antigo necrotério, e já na entrada havia um grupo numeroso de pessoas aguardando. Além do banner contendo informações institucionais do Museu Paranaense de Ciências Forenses, havia também um do próprio livro Roxo.

Em alguns instantes chegam para recepcionar os visitantes Andréa Berriel, trajada toda nos tons que dá título à sua obra, e Fabíola Schützenberger Machado, diretora do Museu, também com uma echarpe da tonalidade roxa. Ao fundo, contamos com a presença de Leonardo, que está trabalhando com museólogo do MPCF e a dentista responsável pelos trabalhos da Antropologia Forense.

Ali na entrada do prédio, Andréa e Fabíola explicam brevemente ao público sobre a ideia de lançar o livro naquela ocasião e sobre a parceria que a autora estabeleceu com alguns peritos da Polícia Científica que se prontificaram a ler seu livro antes de ser publicado para auxiliar nas passagens em que há apelo técnico-científico na obra, tendo em vista que a trama do livro se passa com a investigação

criminal que ocorre após duas crianças encontrarem o corpo de uma monitora morta num banheiro de um acampamento escoteiro.

Figura 24 – Recepção do evento de Lançamento do livro Roxo e público no espaço do Museu Paranaense de Ciências Forenses



Fonte: A própria autora.

Em seguida, os que estavam ali presentes foram convidados a entrar. O espaço era pequeno para que acomodar a todos, mas pouco a pouco o público foi conseguindo entrar.

Logo na entrada, me deparo com uma novidade: logo abaixo da mensagem de bem-vindos há um livro de presenças, onde os visitantes do museu podem assinar e registrar sua passagem pelo espaço ao mesmo tempo em que os administradores do museu conseguem fazer um levantamento um pouco mais preciso de quantos visitantes os espaços recebem.

Figura 25 – Livro de presenças do Museu Paranaense de Ciências Forenses, no espaço do Centro de Curitiba



Fonte: A própria autora.

Somos todos alocados na antiga sala de autópsias. Lá, além de Andréa e Fabíola, encontramos também a vereadora de Curitiba Maria Letícia, médica ginecologista e legista aposentada do Instituto Médico Legal. Em sua legislatura, além de estar engajada com questões ambientais, Maria Letícia é atuante no enfrentamento à violência contra a mulher, sobretudo na questão dos direitos seus e dos filhos.

Na ocasião, a vereadora contou sobre sua longa carreira no IML, sobretudo o quão era difícil atender casos de violência às mulheres e crianças, feminicídios e infanticídios. Ela relata vários casos famosos que passaram pela sua avaliação e exame médico e sobre as marcas que isso lhe causou, acarretando na sua luta incansável na Câmara para pensar políticas públicas a fim de prevenir, coibir e punir aqueles que às cometem. Alguns visitantes aproveitam a presença da vereadora para tirar fotos com ela – que é muito bem quista por eleitores mais identificados com o campo progressista da cidade – e a autora do livro.

Figura 26 – Público ouve atentamente a vereadora Maria Letícia, juntamente com Fabíola e Andréa no Espaço do Museu Paranaense de Ciências Forenses no espaço do Centro de Curitiba



Fonte: A própria autora.

É interessante destacar que não falta na ocasião deste lançamento no mínimo inusitado, nada que teria em algum outro lançamento literário. Outro banner igual da entrada divulga o livro na parte de dentro do prédio e há até um coquetel e champanhe para brindar oferecido no corredor do antigo necrotério, que consigo fotografar apenas de longe devido ao número de pessoas que circulam no local. Preciso admitir que para mim beira a ser indigesto pensar em fazer qualquer tipo de lanche no local – sensação à qual estamos sujeitos ao adentrar uma heterotopia.

Em seguida, os interessados são chamados a participar da visita mediada ao espaço, que tal como da última vez, sempre desperta muito interesse dos visitantes. A responsável pela Antropologia Forense vai guiando o público e contando sobre a história da instituição.

Figura 27 – Visita mediada e coquetel nas mesas ao fundo – Centro de Curitiba



Fonte: A própria autora.

Enquanto alguns participam da fala, outros se dirigem para a sala onde há as antigas gavetas refrigeradas. Ali foi colocada uma das antigas mesas de necrópsias portáteis foi coberta com uma toalha roxa de TNT e serviu de apoio para a compra e venda dos livros – além do inédito Roxo, havia também o Mulheres que Plantam a Lua, da mesma autora.

Figura 28 – Público adquirindo o livro “Roxo”, sobre as antigas mesas de necrópsias – MPCF Centro de Curitiba



Fonte: A própria autora.

Uma dupla de rapazes fica responsável por vender o livro aos interessados e fazia a orientação e organização dos compradores em relação a solicitação de autógrafos para a autora. Enquanto alguns estão interessados no romance de mistério, outros já estão visitando o espaço livremente.

Em questão de minutos a sala onde estão sendo vendidos os livros também lota de pessoas vindas da visita mediada, numa amálgama de lançamento de livro, coquetel, necrotério desativado, visita, museu, tudo acontecendo de modo tão híbrido onde seria impossível dissociar as ações que ali ocorrem.

Nesse dia, conforme fui visitando o espaço mais uma vez pude perceber novos detalhes que não havia visto nas visitas anteriores, seja por questão de que cada vez que voltamos nos atentamos a detalhes diferente, seja por constantes mudanças do acervo que agrega pouco a pouco novos itens ao espaço.

Um detalhe que certamente já havia nas visitas anteriores, mas que não havia me atentado é que na sala disponível para que as famílias orassem aos entes recém reconhecidos, além do crucifixo já comentado anteriormente, na janela do espaço há também um vitral em com a imagem de Maria, mãe de Jesus, numa estética artística semelhante àquela encontrada nas igrejas católicas.

Outro objeto do acervo que eu já havia tentado me aproximar mais em outras ocasiões e não tinha tido sucesso, fora o equipamento para incineração de drogas. Desta vez, consegui ver como é a porta do forno e os botões mais de perto.

De todo o acervo já observado em fevereiro de 2023, percebo que um item foi adicionado nesse movimento de criar uma cena mais realística – ainda – do espaço: uma bandeja para carregar corpos, apoiada verticalmente em uma das paredes da sala de necrópsia, do dotada de puxadores para possa ser erguida e rodinhas que facilitam o deslocamento dela no chão, se necessário.

4.2. OS PRINCÍPIOS DA HETEROTOPOLOGIA

Quando Michel Foucault dissertou sobre suas ideias de heterotopias, ele deixou para os leitores os já discutidos anteriormente, no subcapítulo 2.1, princípios da heterotopologia. Para o filósofo, a heterotopologia é uma espécie de Ciência da Heterotopia, de descrição que pode ser feita destes espaços, de caracterização deles. Para caracterizar então o MPCF como uma heterotopia, passarei a analisá-lo sob a ótica de cada um destes princípios.

4.2.1. Primeiro Princípio – Não há nenhuma cultura no mundo que não deixe de criar as suas heterotopias: as heterotopias de crise e de desvio.

O primeiro dos princípios da heterotopologia é de que todas as culturas constituem suas heterotopias. Embora essas heterotopias se apresentem das mais variadas formas, há dois grandes tipos delas: as heterotopias de crise e as heterotopias de desvio. As de crise são destinadas “aos indivíduos que, em relação à sociedade e ao meio humano no interior do qual vivem, se encontram em estado de crise”. Como exemplos dados por Foucault, os espaços para os adolescentes, mulheres menstruadas ou em trabalho de parto, os idosos, entre outros. Já nas heterotopias de desvio são dedicados aos “indivíduos cujo comportamento é desviante em relação à média, ou à norma exigida”, como por exemplo as casas de repouso e as clínicas psiquiátricas.

Quando chegamos em um grupo de graduandos em Química nos corredores do Antigo IML, no segundo semestre de 2008, é possível observar que as peças em exposição no museu, observamos de um padrão na escolha delas. São itens de pessoas cujas histórias fogem da norma, constituindo o museu como uma heterotopia de desvio. Um morto com uma garrafa de refrigerante no ânus desvia da norma, tanto em vida quanto em morte. Em vida porque a sociedade não concebe como normal a masturbação anal de um homem, muito menos utilizando de uma garrafa de refrigerante. Em morte, porque não se espera encontrar alguém morto nestas circunstâncias. A morte que em sua norma é tida como passagem para um plano divino ou espiritual, diverge quando acontece numa situação profundamente profana.

Podemos pensar ainda no próprio espaço visitado onde são realizadas as necrópsias sob essa perspectiva de desvio. As mortes que desviam de uma norma atual, de uma previsibilidade – morrer no hospital – precisam, obrigatoriamente passar pelo processo.

O padrão na escolha das peças que desviam da normalidade segue na visita de 30 de março de 2022. Os restos mortais ali expostos não estão dentro da média. Se nas Catacumbas de Paris o amontoado de ossos e caveiras não são capazes contar singularidades biográficas, no museu cada cadáver exposto conta uma história.

As costelas expostas revelam a ferida causada pelo golpe de foice em

Paraibinha, temido serial killer dos anos 70 que matou, do mesmo modo como foi morto, dezenas de pessoas na região de Curitiba. Joel conta que a manutenção desse corpo exige um tratamento contínuo e especial: corte de cabelos, pelos pubianos e barba, uso de produtos que evitam a sua decomposição, esmaltação nas unhas, dentre outros.

O cadáver Fred, nomeado assim pelo curador do museu, não possui sinais externos de ter tido uma morte violenta. Juntamente com o relato de Joel, seu corpo regular indica o falecimento causado por um fator interno – ataque cardíaco.

Já a corda no pescoço de Frederico, também intitulado assim pelo funcionário do museu, e o pescoço caído para trás anunciam o suicídio como causa mortis.

Figura 29 – Cadáveres de Frederico, Fred e Paraibinha no Museu Paranaense de Ciências Forenses – Tarumã



Fonte: G1 PR (2022).

O crânio com um furo na parte direita frontal, respectivamente etiquetado com a palavra “saída” inscrita em uma seta remonta a vulnerabilidade da

vida diante de um tiro tão certo. Especulando ainda mais em busca de uma narrativa daquele resto mortal, ao contrário de Frederico, essa vítima dificilmente foi um suicida – um projétil que saiu pela parte frontal da cabeça seguramente teve a entrada pela parte posterior, oriundo de um disparo efetuado por terceiros.

Figura 30 – Partes Anatômicas – Acervo do Museu Paranaense de Ciências Forenses – Tarumã



Fonte: G1 PR (2022).

Por trás da calota craniana fincada por um prego, a curiosa história de um senhor com deficiência intelectual que martelou a própria cabeça. Embora a imagem nos faça crer que a causa da morte é óbvia, este exemplar escapa das expectativas médias outra vez – uma meningite foi responsável por arrebatá-lo a vida.

O peixe acastanhado conservado no formol, que mais parece fazer parte de uma coleção pífia escolar, está no museu para lembrar a história de uma mulher que resolveu brincar com o peixe vivo, colocando-o em sua boca e acabou falecendo engasgada por ele.

Em outro vidro antigo de café solúvel, um emaranhado de fiapos de tecidos coloridos e cabelos, provenientes da autópsia de um estômago remonta aspectos da saúde mental de uma mulher acometida por tricotilofagia, transtorno psicológico que leva pessoas a ingerirem fios de cabelo, pelos e outros materiais semelhantes.

Sobre os diversos exemplares de fetos que compõem o acervo do

museu, dois casos contemplam a imensa maioria dos relatos: fetos com mal formações congênitas que não evoluíram, cujas mães utilizaram drogas durante a gravidez, ou fetos de mães que morreram enquanto gestavam – como é o caso, por exemplo, de gêmeos cuja mãe grávida foi baleada em uma importante rua da cidade durante um tiroteio.

Dentre todos estes restos mortais que recontam diversas histórias, observamos que em todas elas há desvio da média proposto por Foucault neste princípio da heterotopia. Desvios do que é considerado normal pela sociedade. Desvios durante a vida, como as deficiências intelectuais, distúrbios mentais, drogadição, comportamentos criminosos, violência. Desvios do que se espera de uma morte, comum, tranquila – são mortes incômodas, trágicas, violentas, perturbadoras. Retomando as Catacumbas de Paris, embora certamente haja entre as ossadas diversas peculiaridades biográficas que igualmente desviam da normalidade social, tais vestígios não são capazes de nos fornecer maiores detalhes, diferentemente do que acontece no museu.

Na praia, em 28 de janeiro de 2023, muito do acervo já descrito da visita de 30 de março do ano anterior se repete, com o acréscimo de que, ali, definitivamente tudo é ainda mais desviante do ambiente. As mórbidas ossadas oriundas de assassinatos, os fiapos estomacais, os equipamentos ultramodernos para utilização em perícias, tudo desvia da tranquilidade de andar no calçadão, observando a natureza do morro e da paz do barulho do mar. Os objetos que ali deveriam lembrar aos transeuntes a crise que nossa sociedade se encontra, parece despertar a curiosidade e entreter a população de férias.

No mês seguinte, em 23 de fevereiro de 2023, na visita noturna ao Antigo IML, uma foto, datada de 1999, mostra a sala de necrópsia em uso, com três corpos, nus, deitados sobre macas, lado a lado enquanto são examinados pelos peritos. Podemos ver nessa foto a heterotopia de crise, “um lugar reservado aos indivíduos que, em relação à sociedade e ao meio humano no interior do qual vive, se encontram em crise”. Os momentos após a morte são a última crise de qualquer ser humano. um corpo que ainda lhe pertence, mas fica totalmente vulnerável a terceiros: depende da família para reclamar um corpo, depende de um perito em caso de morte violenta, depende do Estado para determinar o que fazer com os restos mortais, depende de um cemitério para decompor em paz, depende que fungos e bactérias se alimentem de si, para poder desintegrar sua matéria, ou que o serviço seja realizado

pela combustão de uma cremação. Aos que creem, da piedade divina para ser levado aos céus.

Figura 31 – Foto da sala de necrópsia do Antigo Instituto Médico Legal – Visita Noturna ao Museu Paranaense de Ciências Forenses



Fonte: A própria autora.

Na volta ao Museu do Tarumã, em 27 de março de 2023, nas paredes novas fotos em preto e branco de cenas dos crimes e de armas encontradas naquelas ocasiões, no estado exato em que então estavam revelando as marcas das carnificinas, mostram o estado de crise e desvio de tais situações.

Retornando os olhos para o acervo, agora no temporizador e nas amostras, intimamente ligados com corresponder a padrões ou desviá-los. O tempo de uma dada reação química envolvendo uma amostra desconhecida medida no temporizador era capaz de revelar ao perito, por meio de comparação com amostras padrões, o que nela continha, por uma dinâmica de normalização ou desvio. Temporizador e padrões trabalhando juntos em busca dos rastros de ciência.

Sobre as palestras que ocorreram no espaço do MPCF do Tarumã em Razão da 21ª Semana Nacional de Museus entre os dias de 15 e 18 de maio de 2023, é interessante observar que elas de algum modo sempre destacam para o público, em seus discursos, como a Ciência Forense opera em uma investigação a partir de

desvios – de mesmo modo que o crime se reinventa sempre em novos desvios para que siga ocorrendo.

Por exemplo, se toda arma possui uma numeração que é impressa no projétil no momento do tiro exatamente para a finalidade auxiliar em investigações criminais futuras, por outro lado, os criminosos raspam essa identificação. Os peritos, por sua vez, encontram uma maneira de catalogar as armas encontradas com as ranhuras que elas imprimem em projeteis no momento dos disparos, causadas pelas imperfeições de cada cano. Sendo assim, com auxílio da computação e de ferramentas de inteligência artificial, é possível que a origem até então desconhecida de um projétil seja desvendada.

De forma semelhante, os bancos de dados de materiais genéticos, que contém informações genéticas de amostras biológicas encontradas em cenas de crimes. Um dos exemplos explanados na semana de palestras, por exemplo, foi do caso Rachel Genofre, garotinha encontrada brutalmente morta em uma mala na Rodoviária de Curitiba após ter sido estuprada. O paradeiro do criminoso só foi descoberto mais de uma década depois, quando as informações genéticas das amostras de sêmen coletadas foram cruzadas com as informações genéticas das bases de dados das Polícias de São Paulo, Distrito Federal e Paraná, onde o estuprador e assassino já cumpria pena por outros crimes e do qual havia sido coletado informações para abastecer estes sistemas. A mensagem passada ali é de que não há um crime isento de desvio que não seja perceptível pela Polícia Científica, se não hoje, em breve.

Quanto à última visita a qual me proponho a analisar nesta tese, em 19 de maio de 2023, o lançamento do livro “Roxo” no MPCF do Antigo Espaço do IML, o inusitado lançamento de um livro sob mesas de necrópsia, com coquetel, a celebração de uma conquista da autora, com visita mediada de um museu, que na verdade é um necrotério desativado, mas quis ser gentil e suave para e com a minha própria estranheza – é óbvio que esse evento carrega toda uma particularidade de uma heterotopia de desvio. A norma, de alguma forma até estereotipada, para o lançamento de um livro é uma livraria, ou uma outra sala com alguma decoração elegante para um momento solene, uma delicadeza, um desfrute. E mais uma vez, não que não seja um momento solene, que não seja uma celebração, uma divulgação de um trabalho literário, mas tudo isso pôr no espaço onde tantas tragédias passaram – contadas na fala da vereadora – é um desvio da norma.

4.2.2. Segundo Princípio – Uma sociedade, à medida que a sua história se desenvolve, pode atribuir a uma heterotopia existente uma função diversa da original

O segundo princípio traz que no decorrer da história, um espaço heterotópico pode passar a funcionar de uma forma diferente. Por exemplo, os cemitérios, que enquanto acreditava-se em ressurreição, era propício que ficasse no meio das cidades, próximo das pessoas e que, conforme a sociedade passou a acreditar menos nesse dogma e a entender mais sobre as doenças que levavam à morte, foi deslocado para as periferias das cidades, afastados.

Já na primeira visita, no segundo semestre de 2008, é possível pensar sobre as mudanças que ocorreram na morte. A morte natural, em casa, era tida como normal. “Chegou a hora do chamado de Deus”. Ninguém desconfiava da invocação divina. O acesso ao ambiente hospitalar era esporádico, a minoria teria acesso a morrer nesse espaço raro. Atualmente a morte em casa exige uma investigação minuciosa. A mudança da morte muda a heterotopia do IML.

Mas não apenas a morte mudou, mudando o espaço do IML. A heterotopia do MPCF mudou em pouco mais de uma década. No retorno, em 30 de março de 2022, o próprio Museu de Ciências Forenses se reinventado ao longo dos anos. Criado na década de 70 com o intuito de se ter um acervo capaz de agregar na formação de estudantes de áreas afins do trabalho realizado pela Polícia Científica, exemplificando o trabalho dos peritos e recontando pelos vestígios crimes que marcaram a história do estado, hoje o museu reconta a própria história da investigação criminal no Paraná. A comunicação em tempo real, que hoje é uma questão trivial dada a facilidade por meio dos smartphones, há meio século exigia o uso de estações de rádio (Paraná, 2021).

Com o smartphone, atualmente é possível fotografar um número muito grande de cenas, ângulos e evidências de um crime, salvas automaticamente na nuvem, possibilitando inclusive um backup. No entanto, há décadas era necessário ainda o uso de máquinas fotográficas analógicas que utilizavam rolos de filme fotográfico que possuíam uma capacidade bem limitada de armazenamento e eram mais vulneráveis às perdas das fotografias por acidentes.

A Representação Facial Humana, popularmente mais conhecido como Retrato Falado, antigamente requeria habilidades artísticas dos papiloscopistas responsáveis, que por meio de um desenho manual buscavam retratar a aparência

mais fiel possível de um criminoso baseado na descrição dada pela vítima. Atualmente, com o auxílio de bancos de imagens e softwares, é possível recriar a imagem sem a necessidade da habilidade artística apurada.

É importante destacar, acerca deste segundo princípio que, com a modificação da Ciência Forense ao longo dos anos, com a ampliação do acesso à diversos aparatos tecnológicos, modificou-se também a instituição da Polícia Científica, que por sua vez teve essa mudança registrada pelo museu. Em contrapartida, o próprio museu, espaço heterotópico, passou então a funcionar de uma forma diferente – tendo em vista que a intenção inicial de formação dos estudantes de cursos de áreas afins foi ampliada, passando a contribuir para a própria preservação e narração da história da Polícia Científica e da Ciência Forense. Essa mudança pode ser observada, inclusive, na questão da recente abertura do museu à população em geral, tornando-se assim um espaço de importância não somente de formação técnica, mas de divulgação e de diálogo com a sociedade, alastrando as redes atravessadas por esse espaço.

Gostaria de emendar esse ponto também com a ponderação de que, se no segundo princípio, “ao longo de sua história, uma sociedade pode fazer funcionar de um modo muito diferente uma heterotopia que existe e que não deixou de existir”, no dia 28 de janeiro de 2023, na beira da praia, podemos constatar essa mudança. Nesse ponto, penso no funcionamento do museu ao longo dos anos. Se em 2008 era muito difícil conseguir uma visita. Nós só conseguimos ir porque o nosso professor de Química Inorgânica, Maurício Gomes de Andrade, tinha o contato com a perita Leila da Polícia Científica, que fez a intermediação entre a nossa turma e o museu. Já no início de 2022 ele estava disponível para todos os estudantes das áreas afins, desde que com agendamento prévio. De lá para cá, a mudança foi radical, de um espaço todo restrito, estava agora disponível para qualquer banhista que passeasse pelo calçadão. A visita voltada contribuir na formação profissional dos estudantes, para conhecer técnicas específicas do trabalho pericial, agora estava funcionando como um espaço de divulgação científica.

Figura 32 – Banhistas visitando as atividades e as atividades infantis do Museu Paranaense de Ciências Forenses no Calçadão de Caiobá



Fonte: A própria autora.

A mesinha infantil, de plástico colorido, com uma latinha cheia de giz de cera e lápis de cor, repleta de atividades fofas para colorir pouco lembra os cadáveres feridos vistos anteriormente. Não acredito que o propósito de contribuir na formação profissional de alunos esteja abandonada pelo museu, muito pelo contrário, as visitas pelas turmas de estudantes seguem ativas mediante agendamento. O que acontece agora é uma ampliação de público atravessado e de funções.

No mês seguinte, em 23 de fevereiro de 2023, volto ao espaço do Centro de Curitiba, visitado em 2008 com a turma de Química. Agora transformado apenas em museu, passo a analisar que ele resume bem o que ocorreu com o espaço do antigo IML. Tudo que é visto nele já foi parte do IML, nada naquele local é estranho ao trabalho que era exercido ali, à rotina que se vivia lá, do imóvel às ferramentas, dos móveis aos restos mortais que se apresentam. No entanto, esse hoje funciona como museu. A função que nós como sociedade demos aquele conjunto espacial é outra.

Das salas que visitamos ao adentrar nesta alocação, a primeira delas é a sala onde eram recebidos os cadáveres. Espaço completamente azulejado que facilitam a limpeza e desinfecção. Alguns azulejos quebrados nos contam do tempo de uso do local. Não há janelas. Uma faixa central de madeira divide a parede na altura da maca metálica que contém a sala, a fim de proteger de impactos do dia a dia. A maca metálica, além de rodinhas para facilitar o transporte, possui um furo, como outras que serão vistos adiante, que provavelmente serve para escoar fluidos corporais. Na parede, um crucifixo. Para lembrar aos trabalhadores que, por mais

macabras que possam ser as situações que eles verão ao longo da jornada, Jesus estará sempre lhes acompanhando? Ou para guiar a alma do corpo recém-chegado?

Ao lado desta sala, temos a de necrópsia de putrefeitos, segundo indica uma placa no batente superior da porta. Uma sala igualmente azulejada, onde peças quebradas marcam a história do espaço. Uma faixa central de madeira também visa proteger as paredes de impactos, embora a maca dessa sala, especificamente, tenha os pés fixos. Nessa maca, uma pia com sistema de água e esgoto e uma mangueira facilitam a limpeza e desinfecção do local. Há também sistema de exaustão e janelas, dois refrigeradores e um foco cirúrgico que ilumina melhor o corpo que está sendo examinado.

Por um corredor perpendicular de onde estão estas duas salas, há uma sala muito maior, com várias macas, é a sala de necrópsia. Assim como as duas anteriores, ela é toda revestida com azulejos. Numa das paredes contém janelas e sistema de exaustão. As rachaduras dos azulejos e a ferrugem das portas não nos deixam esquecer dos anos em que o espaço foi utilizado. As macas desta sala também são de pés fixos, como da sala de necrópsia de putrefeitos, e contêm pias com sistema de água de esgoto. O espaço destinado ao corpo também é projetado para escoar fluidos corporais. Na base de cada maca, há um suporte que prende a cabeça do cadáver e facilita para os exames realizados intracranianos. Nas laterais da sala, há mais lavatórios, provavelmente para higienização das mãos dos funcionários.

Atualmente, para remeter ao tempo de funcionamento do espaço como Instituto Médico Legal, foi colocado um boneco, vestido com o pijama cirúrgico azul que se utiliza durante os trabalhos necroscópicos. Numa das macas, um saco plástico preto simula um corpo recém-chegado. Fotografias da época também ficam expostas no local, suspensas do teto por fios de nylon.

Na sala de necrópsia, uma foto de 2001 ilustra para os visitantes do museu as ferramentas que são utilizadas nos exames. Nela, é possível ver serrote, arco de serra, machado e régua em meio a instrumentos cirúrgicos. É uma variedade grande de equipamentos utilizados e, além de corroborar a fala inicial do guia, nos leva a lembrar do segundo princípio, onde o museu é capaz de oferecer novas funcionalidades para ferramentas que em nosso cotidiano, fora desta heterotopia, são utilizados de modo diferente.

Figura 33 – Imagem de instrumentos comumente usados nos exames de necrópsia – Visita Noturna ao Museu Paranaense de Ciências Forenses



Fonte: A própria autora.

Já quando vamos ao novo espaço do Complexo do Tarumã, em 27 de março de 2023, seque o prédio do Instituto Médico Legal, da Necrópsia, é o mesmo da Polícia Científica, das investigações, onde está alocado o novo Museu. Ali naquele novíssimo prédio de paredes branquíssimas e vidraças impecavelmente transparentes, o museu, de fato, passa a funcionar de maneira muito diferente: ele passa por uma institucionalização, agrega novos personagens e peças em seu acervo, passa a atender um público diferenciado, o que implica em uma mudança na acessibilidade. O museu que antes se dedicava ao mistério de só compartilhar suas histórias para com os já iniciados estudantes de áreas afins, agora tinha o objetivo de promover – quanto mais, melhor – a história do museu. Ampliou as ações e o repertório de discursos e narrativas quando agrega novos personagens, para além do Joel que por tantos anos foi a única voz humana desse espaço.

Nas palestras ocorridas entre 15 e 18 de maio de 2023 também nesse novo espaço do Museu do Tarumã, podemos perceber que a função de (in)formação também muda. Se em 2008, a visita era restrita aos estudantes e ocorria de uma maneira mais informal, em 2022 ainda havia a restrição de público, porém com toda

uma formalidade, num processo de institucionalização do Museu Paranaense de Ciências Forenses, sendo por um lado possível conhecer a estrutura institucional da Academia de Ciências Forenses, num espaço acima do museu, porém ficando restrito outros espaços que em 2008, com alguma “sorte” era possível visitar. Já em 2023, com a institucionalização ocorrida, tanto *de jure* e quanto *de facto*, o museu passou a ficar aberto e para todo o público e passou a ter a função não apenas contribuir a formar aqueles graduandos de áreas afins, mas de informar a população no geral.

O mesmo processo ocorre, por exemplo, no lançamento do livro, em 19 de maio de 2023, no Antigo Espaço do IML. Sob as mesas de Inox, que em outrora corpos repousaram aguardando que pudessem contar a verdade sobre seus fins, agora pilhas de livros aguardavam ser comparados para que pudessem contar ficções de um romance policial.

A heterotopia vai se abrindo. Formação. Informação. Imaginação.

4.2.3. Terceiro Princípio – Consegue sobrepor, num só espaço real, vários sítios que por si só seriam incompatíveis

O terceiro princípio diz que “a heterotopia tem o poder de justapor em um único lugar real vários espaços, várias alocações que são em si mesmas incompatíveis”, muito bem exemplificado pelos jardins e ou pelos zoológicos, que podem concentrar num mesmo espaço espécies de diversas partes do mundo, ainda que originalmente isso fosse impossível, dadas questões geográficas, climáticas. Em um zoológico têm-se uma onça pintada e um leão, como primos felídeos excepcionais, vivendo em jaulas lado a lado, ignorando todo um Atlântico existentes entre eles.

Já em 2008 era possível rastrear este terceiro princípio pelos corredores do antigo IML. Onde ficavam justapostos fragmentos de vários outros espaços que, em nenhuma outra circunstância, estariam ligados. É o lúgubre assassino em série de décadas atrás dividindo a visita com a alegria carnavalesca do boêmio fantasiado de vagalume. A garrafa PET utilizada para o próprio prazer na masturbação malsucedida com a perversa coleção de calcinhas das vítimas de um estuprador.

Quando retorno em 30 de março de 2022, de todos os aspectos que me impressionam no novo espaço construído no Tarumã, um dos mais nítidos é fato de que, ele segue com a mesma capacidade intacta de manter em um só espaço

justaposições de alocações que de outra forma, exceto na heterotopia do Museu de Ciências Forenses, seriam inconcebíveis.

Pelo ângulo da imagem acima temos, num plano mais ao fundo, uma biblioteca, composta pelos dois armários clássicos de madeira e portas em arcos de vidro, cujas prateleiras estão preenchidas de cima a baixo com livros tradicionais que eram regularmente utilizados para consulta dos peritos em suas rotinas laborais.

Ao lado da biblioteca, muito bem conservados num bálsamo de formol, glicerina, ácido acético, ácido fênico e querosene, em pé, três cadáveres: o suicida, que escolheu o dia e a hora de sua morte; o infartado, que ao contrário, num ímpeto a morte lhe levou, sem escolha de hora ou lugar; por fim, o terceiro morto, que no meio termo dos anteriores, depois de tanto ceifar vidas com sua foice, reproduzindo com maestria o estereótipo da senhora morte, foi encontrado pelo mesmo destino. Alguém que levou nas costas tantas vidas, certamente estava – ou deveria estar – preparado para também morrer a qualquer momento, ainda que sem escolha.

De frente para os três cadáveres, um tacho de ferro e duas conchas grandes de alumínio, que justamente ao contrário do exposto há pouco, ao invés de preservar os cadáveres, era utilizado para cozinhá-los. Os métodos de preparo de amostra mais tradicionais da Química Analítica prescrevem esse tipo de processo como parte necessária para as análises quali-quantitativas que estão por vir. Por fim, era no tacho fervendo que o cadáver, cozinhando, se desintegrando, se preparava, então, para contar sua história, na análise, não psicoterapêutica, mas química.

O texto que acompanha o tacho traz um pouco mais sobre esse processo analítico:

Este tacho foi utilizado durante anos para o cozimento de ossadas humanas que continham restos de partes moles ainda agregadas aos ossos. Trata-se de um recipiente de ferro esmaltado em branco por dentro e preto exteriormente, método que evita a ferrugem, possibilitando facilidade de limpeza. Mede aproximadamente 64 centímetros na borda, com diâmetro de 45 centímetros no fundo e altura de 30 centímetros, com capacidade para 14 litros. Foi idealizado há centenas de anos para fins culinários em frituras e amplamente utilizado ainda hoje em restaurantes, bares, pastelarias, lanchonetes etc. O trabalho era possível graças ao fogareiro alimentado a gás, abaixo acoplado, e podia demorar dias, dependendo da quantidade de partes moles agregadas aos ossos que ficavam imersos em água. Atualmente são tratados em vasos plásticos contendo substâncias químicas que não alteram o DNA mitocondrial, sendo esta a terceira fase do preparo das ossadas para o desenvolvimento pericial na antropologia forense.

Ao lado do tacho, um armário envidraçado de estrutura metálica

contém diversos instrumentos cirúrgicos. As tesouras, cabos para bisturi, pinças e afastadores conectam o museu ao hospital. Afinal de contas, o visitante não poderia sair sem ter sua atenção voltada para o termo Medicina Legal – enfatizando a Medicina em todo esse processo que envolve uma perícia criminal.

Em frente ao armário hospitalar, outros dois armários envidraçados, mas com estruturas de madeira. Neles, uma coleção de ossos, crânios, tórax, mandíbulas e outros restos mortais. Ao contrário dos três cadáveres, estes restos mortais descansam sem suas identidades reveladas. Tal como nas Catacumbas de Paris, teríamos nesse espaço uma espécie de ossuário. Placas escritas “Ossos Hioide. Sem data. Ossos hioide de indivíduos adultos” ou “Mãos mumificadas. Sem data. Mãos amputadas encontradas em local de crime. Passaram pelo processo de mumificação no Museu” são suficientes para ditar o tom dessa seção. Sem muitas narrativas específicas, apenas contemplação. Um ou outro fêmur apresenta pinos ou placas metálicas, indicando uma cirurgia ortopédica em vida, mas sem biografias detalhadas como de Paraibinha.

Mais a frente, um armário e uma parede lateral dedicadas à exposição de tripés, câmeras fotográficas analógicas, flashes, filmes fotográficos, chassis e aparatos para revelação dos negativos. Entrar em contato com aparelhos tão antigos nos ancoram novamente o olhar e a percepção para o, que de fato, aquele espaço se denomina: museu. Sobre estes itens, muito mais detalhes do que sobre as ossadas do ossuário. “Máquina Fotográfica. 1947 a 1965. Marca Graphex. Modelo Pacemaker Crown Graphic. Acompanha objetivas 90mm/6.8 e 135mm/4.7”.

Próximo às máquinas fotográficas, ainda temos mais três artefatos que remontam a história da tecnologia ao longo das décadas: uma máquina de escrever manual, uma máquina de escrever elétrica e um computador modelo CP500. Outras exposições de objetos já discutidos no segundo princípio também nos remetem a esta percepção: a evolução das tecnologias utilizadas nas construções de Representações Faciais Humanas e o uso de rádios-comunicadores.

Ao lado do armário dedicado aos retratos falados, temos, um último armário com objetos históricos, dos quais dois deles são bem curiosos. O primeiro deles tratasse de uma balança de precisão de pratos. Ela guarda alguma semelhança com os modelos atuais, como por exemplo, a redoma de vidro que protege contra o vento que pode interferir nas medidas. O grande diferencial nesta balança são os pesos, os quais o analista vai equilibrando no prato contrário à amostra com o intuito

de chegar no valor exato do analito.

E, por fim, o Polígrafo, que ficou popularmente conhecido como Detector de Mentiras. Trata-se na verdade de um equipamento capaz de aferir e registrar diversas variáveis fisiológicas, como pressão sanguínea, batimentos cardíacos e frequência respiratória, e quando utilizado durante a prestação de um depoimento seria capaz de indicar se uma pessoa estava mentindo ou não, dependendo de como essas variáveis se comportassem. Atualmente no Brasil, por se tratar de um aparelho que se utiliza de uma metodologia científica frágil e pouco consistente, seus resultados não são admitidos como provas durante os processos judiciais e, por isso, o equipamento acabou por entrar em desuso, restando para ele, o ostracismo mesmo do museu (Goiás, 2007).

A descrição específica e rica em detalhes dos itens expostos e o deslocamento no tempo causados por estes objetos não nos deixa esquecer que apesar das peculiaridades, estamos, enfim, em um museu.

No verão seguinte, sob o sol escaldante de 28 de janeiro de 2022, o sentimento de estranheza relatado há pouco se amplifica. Ali no Calçadão de Caiobá espaços até então incompatíveis se juntavam, onde um panorama da Ciência Forense desenvolvida entre as quatro paredes dos laboratórios do Instituto de Criminalística estava ali, debaixo de uma tenda aberta, na beira da praia, sentindo a brisa do mar, dividindo espaço com as bicicletas, o carrinho de churros. Todo a concentração e o silêncio de um laboratório parecem ser incompatíveis com o pagode rolando alto na JBL dos banhistas. A tensão da investigação de um crime horroroso entra em conflito com o clima de descontração compartilhado entre todos que passavam ali.

Encostada na lateral da tenda, a porte de um veículo toda baleada – cinco tiros na lataria e outros dois no vidro. Acima deles, o dizer já comentado anteriormente: Verdade, Ciência e Justiça. Abaixo deles, numa fita adesiva anotações que indicam que a porta passou pelas mãos da Ciência, que certamente muito trabalhou no caso para entregar a Verdade para a Justiça.

Começo a concatenar o que ocorreu naquela ocasião. Um tiroteio, obviamente. Alguém atirou, alguém foi alvo. O atirador foi pego? O alvo ficou ferido? O atirador foi parar atrás das grades? O ferido no hospital? onde estão estes indivíduos, em desvio e em crise? As heterotopias têm esse poder, quando não nos justapõem em várias alocações simultâneas, nos liga em uma rede de outras alocações.

A história – meramente criada na imaginação de quem visitou – da porta perfurada no piso de petit pavê nos desloca para estes espaços outros.

Na visita noturna de 23 de fevereiro de 2023, a imagem de três salas, que na época de funcionamento do IML, apoiavam o trabalho dos peritos: a sala de radiografia, a sala com o equipamento para análise de narcóticos e a sala de anatomia.

A sala de radiografia é muito semelhante com várias outras que podemos encontrar pelas clínicas e hospitais. Como nos demais espaços, azulejos que facilitam a higienização do local – aqui mais bem conservados que das salas anteriores. Uma maca para o paciente se deitar, o aparelho de Raio-X, um aparato – muito frágil e certamente insuficiente – para que o radiologista se mantenha de alguma forma distante da radiação e um cabideiro com os aventais de chumbo que protegem contra a radiação pendurados – nesse caso, embora tenham dois coletes, um para o profissional que opera o equipamento é suficiente, tendo em vista que mesmo para realizar uma radiografia de cabeça, em quem já está morto não faz sentido proteger o restante do corpo da radiação (Franco, 2011).

Na sala com o equipamento para análise de narcóticos, uma máquina que, de acordo com a explicação do guia, promete queimar todo tipo de droga e, no final, indicar se há algum componente ilícito e qual seria. Nessa sala verde de forro caindo a curiosidade dos visitantes era geral. Muitas perguntas eram feitas e todos queriam ver tudo muito de perto, inclusive as crianças.

Figura 34 – Sala de Anatomia do Antigo Instituto Médico Legal – Visita Noturna ao Museu Paranaense de Ciências Forenses – Centro de Curitiba



Fonte: A própria autora.

Uma ossada humana real chama a atenção de todos na sala de anatomia, também um dos espaços mais disputados entre os visitantes. que também enchem a funcionária que estava na sala de perguntas. A sala conta com uma maca de material cimentício, para se dispor dos ossos de forma organizada durante o trabalho, uma mesa com documentos onde é possível assinalar características do material que está sendo analisado e dois banners didáticos na parede – um deles bem antigo, provavelmente da época em que o IML ainda funcionava ali, e outro mais recente, já com o logo recente do Museu Paranaense de Ciências Forenses.

Essas três salas me chamam a atenção para a justaposição de espaços incompatíveis por alguns motivos. O primeiro deles, é de que temos, lado a lado duas salas antagônicas. Numa delas, um equipamento não invasivo, no qual a Ciência opera por meio das radiações para ver basicamente ossos, sem necessidade de abrir o cadáver. Na outra, uma sala dedicada apenas aos ossos, que a própria

Ciência na própria natureza deu conta de revelar seu interior.

Além disso, as drogas que são ainda um assunto de grande tabu social, ali no museu dividem espaço com crianças, que podem ver de perto e ouvir histórias sobre elas. Não consigo conceber em minha mente outros espaços onde crianças ouviriam sobre drogar com tanta naturalidade com ampla aprovação social.

Na visita de 27 de março de 2023, com a institucionalização já efetivada, do MPCF, novidades vão sendo agregadas ao acervo, algumas delas já haviam sido vistas na praia. É possível, por exemplo, estabelecer um paralelo entre as maletas dos peritos e a prancheta, que retratam a rotina laboral dos peritos, com os cachimbos e o livro furado, que revelam a criatividade dos criminosos. Os primeiros, buscam alcançar a função de divulgar a perfeição do bom trabalho feito pelos profissionais da Polícia Científica, enquanto os últimos apontam para a crise e o desvio vividos por aqueles que estão em conflito com a lei. E ambos, juntos naquele espaço, passam a compor realidades que só se tornam compatíveis na heterotopia do museu.

Entre 15 e 18 de maio, nas palestras que ocorreram no MPCF do Tarumã pela 21ª Semana Nacional de Museus, é interessante entender como o museu pode cooptar tantos outros espaços, com tantos discursos para falarem sobre si, ao mesmo tempo que falam sobre algo em comum – as Ciências Forenses. O ciclo de palestras atrai na plateia estudantes de áreas afins, colegas de trabalho, curiosos, interessados no tema. Tudo sob uma chancela institucionalizada, inclusive fomentada pelo Ministério da Cultura. Passa a ser não apenas mais a formação geral de graduandos e graduandas de áreas correlatas, mas divulgação científica e momento de cunho cultural. Essas camadas vão ali se sobrepondo de maneira cada vez mais interessantes.

No lançamento do livro “Roxo”, em 19 de maio de 2023, toda a sobreposição de espaços é levada aos extremos. O museu alocado no que já um museu, os livros dispostos sobre mesas de necrópsias, lanchinho disposto na mesa que já assinou diversos laudos de causas mortis, celebração no corredor que há poucos anos escorria necrochorume, é um reforço extremo do sentido de justapor num único lugar várias alocações que em si mesmas, seriam incompatíveis – conforme o terceiro princípio da heterotopia.

4.2.4. Quarto Princípio – Estão ligadas a pequenos momentos, pequenas parcelas de tempo, por analogia, como heterocronias

O quarto princípio refere-se à questão de as heterotopias estarem “associadas [...] a recortes de tempo”, as chamadas heterocronias, onde o ser humano experimenta uma ruptura com o tempo tradicional. Temos aqui três formas como esse tempo pode ser vivenciado nas heterotopias: as heterotopias do tempo que se acumula indefinidamente, como nos museus e bibliotecas, onde o tempo parece se amontoar diante dos olhos; as heterotopias crônicas, onde o tempo é fugaz, vivido como um festival, uma feira, um evento com dia e hora para acabar, desaparece, retorna; e heterotopias de passagem, que também estão relacionadas com a finitude do tempo, mas diferenciando no objetivo deste tempo, que é fundamentalmente atrelado à regeneração do ser, como as colégios do século XIX.

Pela própria definição, no segundo semestre de 2008, podemos compreender outras vez mais o museu ali no Antigo IML como uma heterotopia do tempo que se acumula indefinidamente. Naquele espaço, as peças das mais variadas datas se dispõem, lado a lado, constituindo um acervo no tempo presente. O passado congela e fica preservado no museu, tal como os corpos nas câmaras frias do necrotério. Necrotério esse que divide o espaço, localizado e alocado na visita que se realiza ao museu.

Da mesma forma, em 30 de março de 2022, o Museu de Ciências Forenses em processo de institucionalização no Tarumã é nitidamente uma heterotopia do tempo que se acumula indefinidamente. Observamos o tempo se amontoando quando olhamos a prateleira de câmeras fotográficas. Viajamos no tempo ao observarmos as câmeras fotográficas das décadas de 70 e 80, que dependiam de um rolo de filme fotográfico que limitava o trabalho em campo do perito – ou ao menos dificultava, precisando carregar vários tubos extra. Depois, retornando do trabalho em campo, era preciso revelar os negativos para se ter a foto – e torcer para que tivesse ficado boa. Por volta dos anos 2000, com o advento da câmera digital, que embora guarde semelhanças quanto ao formato com a sua antecessora, ampliou a quantidade de fotos que podem ser feitas em campo pelos peritos, possibilitando simultaneamente a verificação da qualidade do registro, se atende às necessidades do investigador. As imagens obtidas digitalmente são arquivadas em um determinado número de bytes e capazes de serem compartilhadas com outros

dispositivos eletrônicos, ou ainda, fazer a impressão das mesmas para tê-las fisicamente.

Ao olhar para a prateleira dos fármacos, uma caixa com ampolas de Scurocaine – nome comercial da época para a Procaína – da década de 30. Buscando sua aplicação naquele tempo, encontramos a recomendação do Dr. Vicente de Módena do seu uso em anestésias raquidianas para pacientes a partir de 2 anos de idade. O renomado médico da época alega ter feito um estudo com 355 observações dessa aplicabilidade, com morte de dois pacientes, dos quais apenas um poderia estar associado ao uso da procaína. O médico considera também que esse procedimento anestésico é mais seguro que os demais encontrados para a época.

Estudos das décadas seguintes, em 1956, mostram seu uso com sucesso também em bovinos. Com o passar do tempo, a procaína passou a ser muito utilizada por dentistas, e ganhou ainda outras prescrições – questionáveis, diga-se em tempo – como tratamento para depressão, aumento de disposição e libido, diminuição do estresse, emagrecimento e rejuvenescimento. O desuso do anestésico ocorreu com a síntese de alternativas mais seguras e com aumento das evidências de que a eficiência para outros usos não é consistente cientificamente (Bulcão *et al.*, 2011; Stopiglia, 1956).

Ao lado da caixa de Scurocaine, dois frascos pequenos de Pervitin, antiga apresentação comercial da metanfetamina. O fármaco iniciou como uma opção de tratamento para quadros como do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, mas passou a ser consumido por estudantes em busca aumentar seus rendimentos passando noites em claro estudando e até mesmo por exércitos inteiros de soldados constantemente alertas, sem apetite e eufóricos. Estima-se que o exército nazista, durante a segunda guerra mundial tenha utilizado mais de 30 milhões de comprimidos da droga (Pereira, 2019; Psicobiologia, 2023).

Outra observação dessa acumulação do tempo está, por exemplo, no cadáver de Paraibinha. Se ainda estivesse vivo, já seria um idoso. Por outro lado, morto na década de 70, sem o processo de conservação, seria no máximo um amontoado de ossos. Mas através da mumificação realizada no museu, Paraibinha parou no tempo, da vida e da morte. Não envelheceu além dos anos que tinha quando morreu, não se decompôs como seria esperado de um corpo morto há tanto. Acumula o tempo em si mesmo, com uma mão de ajuda do curador do museu.

Ou seja, o Museu de Ciências Forenses rompeu com o tempo

tradicional, especificamente acumulando-o sob três formas. A mais simples delas, dispondo lado a lado, por exemplo, equipamentos utilizados para um mesmo trabalho em épocas diferentes. Uma segunda, trazendo moléculas em suas diferentes épocas. O arranjo molecular da procaína ou da anfetamina mantidas ali são os mesmos por todos esses anos. Os efeitos fisiológicos que podem causar, idem. O que mudou ao longo do tempo foi o olhar sobre esses efeitos. Por fim, a terceira ruptura sob a conservação dos cadáveres, mantendo-os íntegros, inertes ao envelhecimento, mas sem devolver-lhes a vitalidade.

Em 28 de janeiro de 2023, quando visitamos a praia e pensamos nas heterotopias estando ligadas a um recorte de tempo, por outro lado, a proposta de ter levado o museu para a praia é nitidamente uma heterotopia crônica. Tal como um festival, uma festa, uma feira, que chega, acontece, acaba, vai embora, retorna, acontece, acaba e assim por diante, as três datas em que ocorreram essas atividades no litoral paranaense demonstram visivelmente essa característica.

Mas o museu, em sua concepção mais essencial, não deixou de ser, de alguma forma também uma heterotopia do tempo que se acumula indefinidamente. O modo mais notório de perceber isso é pelos diferentes instrumentos levados para a exposição.

Ali naquelas mesas, o Cellebrite, aparelho capaz de desbloquear e rastrear arquivos apagados de dispositivos eletrônicos, tecnologia de importante uso nos tempos recentes, divide bancada com a arcaica caixa de madeira contendo peças com imagens de pedaços de rostos, utilizado antigamente para realizar a Representação Facial Humana. Os famosos retratos falados há algum tempo são feitos por meio de softwares, indicando a obsolescência dos materiais contidos na caixa. Quanto ao Cellebrite, embora seja muito mais recente do que a maleta, na ocasião da visita os peritos que estavam ali fazendo a explicação dos materiais nos informaram que hoje em dia há aparelhos ainda mais modernos sendo utilizados pela polícia, mas que não estavam expostos – o que me leva a reflexões sobre qual o tempo necessário para que algo faça parte do acervo e sobre o que é escolhido mostrar, inclusive por questões de segurança.

Na visita noturna de 23 de fevereiro de 2023, ao Antigo Espaço do IML, é nítida a intersecção entre uma heterotopia acumulativa do tempo, onde tanto o acervo exposto quanto o próprio espaço estão ali alocados de modo acumulado, e uma heterotopia festival, onde esse acontecimento, essa “festividade”, esse

acontecimento ocorre uma vez ao mês, mas tão logo ocorre já se encerra e só retorna no mês seguinte.

Passado um ano, em 27 de março de 2023, o novo espaço do MPCF no Tarumã passa a apresentar uma espécie de galeria com as fotografias dos figurões na parede, bem como os emblemas e placas antigas da polícia, criando naquelas paredes mais uma acumulação do tempo, uma espécie de metamuseu.

Quando olhamos para aparelhos como o Multiphot Camera Microscope System, o ampliador fotográfico com o marginador e a estação de rádio, começamos a refletir sobre a substituição dessas tecnologias por outras, como as expostas na exposição “A evolução da perícia no mundo digital”, estas que por sua vez serão substituídas por outras, e assim sucessivamente. Não há uma estagnação, é um movimento contínuo. Esses aparelhos operam numa dinâmica crônica, onde chegam oferecendo uma tecnologia que atuará durante um tempo, e em breve vão embora, dando espaço para as novas que chegam.

A observação dessa dinâmica crônica do tempo, inclusive, é reforçada pelas propagandas colocadas em cima dos armários, vendendo novíssimas tecnologias, mas que em questão de décadas tornaram-se incrivelmente obsoletas.

Nas palestras da 21ª Semana Nacional de Museus, que ocorreram entre 15 e 18 de maio de 2023, também é possível observar o movimento de uma heterotopia de festival. Afinal, além da festividade óbvia que consiste participar de uma semana em que há a comemoração e a celebração aos espaços museais, existe também o fato de que há, então, uma previsibilidade de que esse evento passe a ocorrer anualmente promovido pelo Museu Paranaense de Ciências Forenses.

Na ocasião do lançamento do livro “Roxo”, em 19 de maio de 2023, no Antigo IML, ainda sobre o tempo e o quarto princípio, podemos pensar no caráter crônico que esse museu começa a assumir. A visita ao mesmo ocorre uma vez a cada mês. Alguns dias antes é lançado um link do Google Forms, divulgado nas redes sociais do museu, onde os interessados podem agendar a visita – é uma maneira encontrada para adequar o número de visitantes aos metros quadrados do espaço. Então é uma visita que acontece, se encerra e retorna no próximo período. Se pensarmos, no lançamento do livro, é ainda mais passageiro.

4.2.5 Quinto Princípio – Pressupõem um sistema de abertura e encerramento que as torna tanto herméticas como penetráveis

O quinto princípio expõe sobre os modos com que se entra e sai de uma heterotopia, tornando esses espaços ora penetráveis, ora isolados. Desse modo, o acesso às heterotopias pode ser por: coação/obrigação, como é o caso das prisões e das casernas; por ritos e purificações, como as casas para banho turco ou as saunas escandinavas, onde há uma permissão para entrar após cumprir certas formalidades; àquelas que possuem simples aberturas, mas que escondem uma exclusão, como era antigamente o caso dos quartos para viajantes nas casas da América do Sul, onde qualquer um que ali passasse, podia entrar e pernoitar, embora esse quarto não desse acesso ao restante da casa; e por fim, as que parecem abertas, onde acredita-se que qualquer um possa entrar, mas que na verdade, apenas os já iniciados podem adentrar.

Em 2008 já era possível observar o fato de que para esta visita houve todo um ritual de abertura daquele espaço a nós. Nós, estudantes de Química, só adentramos àquele espaço após uma conversa do nosso professor com a amiga perita que fez a solicitação à equipe do museu. Sozinhos, dificilmente teríamos tido a oportunidade de conhecer aquele espaço.

Além disso, nós ingenuamente acreditávamos que, acessando o museu e até mesmo o necrotério, estávamos conhecendo tudo, mas na verdade, nos era escondido muita coisa, como as câmaras frias. Nós olhávamos apenas o que era permitido e querido que fosse visto. Acreditávamos na abertura daquele espaço, mas estávamos excluídos do que era conveniente.

Com o processo de institucionalização que começa a entrar em operação, em 30 de março de 2022 é possível observar sobre a questão da exigência de agendamento para a visita ao museu, um protocolo a ser seguido para obter a permissão para adentrar àquela heterotopia. A própria restrição que havia até um tempo atrás sobre a permissão exclusiva de visitação por aqueles que eram estudantes de áreas de interesse no trabalho investigativo da Polícia Científica era um tipo de isolamento. A decisão recente de abrir uma vez ao mês para o público em geral, é uma permeabilidade desse espaço. No entanto isso não significa que tudo, então, esteja agora descoberto. O próprio fato de o museu ter uma curadoria – o que é inevitável, é uma prerrogativa dos museus, nada chegou ali sozinho – é uma

exclusão. O que é exposto é escolhido, por motivos claros ou nem tanto. O que deixou de ser exibido, foi excluído. Dentre tantos mortos na década de 70 na região da cidade, apenas três estão no museu para contar uma narrativa. Dentre tantas técnicas investigativas utilizadas outrora e que hoje estão em desuso, optou-se pela exposição de um polígrafo, que foi uma grande sensação, até mesmo nos programas de televisão dos anos 90 que fizeram diversas gincanas com famosos usando o aparelho e sendo questionados sobre os mais diversos assuntos espinhosos. De todos os métodos de preparo de amostra possíveis para a análise toxicológico de um finado, opta-se pelo cozimento do mesmo em um tacho de cozinha industrial. Num espaço limitado, o incomum não deixa de ser uma estratégia para despertar o interesse da população e capturar a atenção do visitante.

É na praia, em 28 de janeiro de 2023 que a acessibilidade do museu se modifica por completo. Pois bem, em geral, não se acede a uma alocação heterotópica como a um local onde é possível entrar e sair sem restrições”. Nesse sentido, ao primeiro olhar, pode parecer um pouco contraditório o movimento de abertura que o Museu Paranaense de Ciências Forenses tem feito.

Para as vistas de 2008 e de março de 2022 foi preciso todo um ritual para acessar a alocação do museu. Há 15 anos, foi preciso o contato do Professor Maurício com a Leila que trabalhava na Polícia Científica, para que ela formalizasse o pedido ao curador do museu. Ano passado, acessei o museu com uma carta expedida por meio de um ofício pelo meu orientador, Moises, e a coordenadora do programa de pós-graduação na época, Mariana. Ou seja, em ambas, foi necessária toda uma formalidade, além do que, o acesso ainda era restrito apenas à estudantes das áreas afins, de tal modo que nas duas situações foi preciso explicar a importância da visita para a minha formação.

Figura 35 – Ofício com a carta solicitando a visita ao Museu Paranaense de Ciências Forenses



Fonte: A própria autora.

Pode-se pensar, então, que de alguma forma, aqui o quinto princípio da heterotopia começou a falhar, mas não. Foucault previu uma outra forma de acesso às alocações heterotópicas, de tal modo que consiste, aparentemente, em uma pura e simples abertura, mas que por fim esconde uma exclusão.

Não é preciso mais o ritual, a formalidade, a carta, a ligação. O convite nas redes sociais, a tenda aberta nos faz crer que qualquer um pode agora conhecer o trabalho pericial, mas na verdade, não passa de uma ilusão. Foucault disse, “Todo mundo pode entrar, mas, na verdade, uma vez que se entrou, percebe-se tratar-se de uma ilusão e que se entrou em parte alguma”.

Para quem é leigo no assunto, como a maioria dos visitantes que passou pelas atividades naquela data, passa a acreditar que com a passagem ao estande, agora era possível conhecer muito do trabalho pericial, mas, na verdade,

segue-se conhecendo muito pouco. Por um lado, pela falta de conhecimento técnico prévio. Por outro, muito mais determinante, penso eu, pelo museu escolher o que mostrar. Nesse sentido, até mesmo as visitas anteriores ao museu podem ser consideradas exclusões: acreditamos que saímos sabendo muito sobre as técnicas e as tecnologias envolvidas nas perícias, mas saímos sabendo apenas aquilo que foi escolhido que saíssemos sabendo.

Nessa relação tendemos muitos mais a estarmos caindo numa armadilha, sendo cooptados pelo discurso da Ciência Forense para vascularizá-la do que ela própria esteja se mostrando por completo a nós.

Na visita noturna de 23 de fevereiro de 2023 um novo tipo de acesso, não exatamente ao que o museu é hoje, mas ao que ele foi um dia naquele espaço aparece. O sistema de obrigação. Durante a fala inicial, o guia que nos acompanhou enfatizou que todo corpo vítima de morte violenta pertence ao Estado e obrigatoriamente passa pelo Instituto Médico Legal, independente de riqueza, fama, ou qualquer outro tipo de status. A entrada de um cadáver que morreu violentamente deve entrar compulsoriamente pelo espaço, o que lhe caracteriza neste tipo de heterotopia.

Após entrar, o morto passa inicialmente pela sala onde os corpos são recebidos, para após uma triagem, ser decidido que será encaminhado para a necrópsia comum ou de putrefeitos. É como um método, um ritual, que precisa ser cumprido logo na chegada, para seguir adiante em sua “estadia”. Aqui, caracterizamos uma segunda forma de se adentrar em uma heterotopia.

No entanto, por fim, vejo que eu mesma caí no jogo do museu. Envolta em todo a explicação sobre o trabalho desenvolvido pelos peritos no IML, como era o funcionamento, olhando para todo aquele espaço, eu mesma fiz uma análise sobre o funcionamento do espaço ignorando o fato de que, neste exato momento, ele não é mais o Instituto Médico Legal, mas sim o Museu Paranaense de Ciências Forenses. Eu me vi de alguma forma ludibriada, na ilusão de, juntamente com todos os outros visitantes que certamente ficaram tão envolvidos nas histórias quanto eu, que estávamos adentrando ao IML, mas a verdade, entramos no que um dia foi aquele espaço. O que era uma simples e pura abertura, não é hoje para nós, visitantes, mais que uma exclusão. Compramos os discursos da Ciência Forense como se tivéssemos visto tudo com os próprios olhos, mas não vimos de verdade quase nada.

Segundo Foucault, as heterotopias estão relacionadas com recortes

de tempo. Ali, no relato do amontoado de cadáveres, somos transportados para essas heterotopias. O Instituto Médico Legal, que deveria ser para aqueles corpos apenas uma heterotopia crônica, por onde eles passariam um curto intervalo de tempo, antes de irem ao cemitério, uma heterotopia de passagem, ligada à regeneração, da alma e dos átomos que voltam para a natureza após a decomposição, acaba se tornando uma heterotopia do tempo que se acumula indefinidamente. Cadáveres de dias, semanas, meses e anos, convivendo, muito juntos, naqueles espaços.

No retorno ao espaço do Tarumã um ano depois, em 27 de março de 2023, a primeira grande mudança que podemos observar é quanto ao sistema de visitação. No ano anterior, para adentrar no museu do Tarumã foi preciso todo um ritual: entrar em contato por e-mail, receber a respostas solicitando uma carta do programa de pós-graduação, solicitação dessa carta ao orientador, recebimento da carta, envio dela aos responsáveis do museu para agendamento da visita. Uma visita personalíssima, exclusiva, reservada aos que preencheram os requisitos. Passado um ano, temos uma visita completamente diferente, aberta ao grande público, sem necessidade de agendamento. Não apenas estudantes das áreas afins, que passavam por todo um protocolo de liberação podiam então adentrar à sala do museu, mas todo tipo de entusiasta e curioso que tivesse aquela segunda-feira à tarde livre poderia realizar a visita.

Falando nessa mudança, percebo que a comunicação visual do museu foi alterada. A placa na entrada indicando que ali estava o Museu Paranaense de Ciências Forenses passa a mensagem de que ali está a abertura para aquele espaço, mas que na verdade, esconde uma exclusão. Por mais aberto que seja, há datas e horários determinados para que a visita ocorra, um misto de ilusão de inclusão e todo um ritual que precisa ocorrer para que alguém ali acesse. Outra exclusão velada está nas placas de não toque, que com a abertura mais ampla do museu, com visitas mais soltas, cumprem o papel de disciplinar o visitante.

As máquinas fotográficas que agora estão todas reunidas e trancadas no armário, e a maior facilidade de aproximação do armário que constitui a biblioteca do museu guardam numa medida exata, calculada, a abertura e a exclusão aos objetos ali contidos. Revelam uma abertura, mas sem abrir de fato o acervo.

Por fim, pensamos no discurso do Joel. Suas histórias que, em 2008 eram restritas apenas aos estudantes de áreas afins, aos iniciados. Em seguida, em 2022, ainda a visita presencial era restrita, porém seu discurso começa a vazar para

os meios de comunicação. Em 2023, as visitas são abertas e começam a atingir um público ainda maior. Devemos pensar na permeabilidade de seu discurso socialmente, nas funções que ele passa a adquirir, nas relações que ele estabelece.

Sobre as palestras ocorridas entre os dias 15 e 18 de maio de 2023, pela 21ª Semana Nacional de Museus, podemos refletir sobre seus sistemas de aberturas e encerramentos como uma ilusão, pois, se por um lado, acreditamos que estamos adentrando às verdades, ao conhecimento produzido ali pela Polícia Científica, pelo trabalho realizado, por como as coisas são feitas, na verdade nosso acesso é, na verdade, limitado. O que é mostrado para a palestra é uma parcela – muito interessante, mas uma parcela – do trabalho investigativo. Até mesmo por uma questão de segurança, não é de acesso público toda informação, todo conhecimento sobre os assuntos que são debatidos ali nas palestras. São mais momentos para promoção do trabalho da Polícia Científica, divulgação científica e um momento cultural do que um momento de formação de caráter estritamente acadêmico de fato – e isso em nenhum momento retira a importância desse tipo de realização.

Em 19 de maio de 2023, no lançamento do livro “Roxo”, também é possível pensarmos sobre o sistema de fechamento e abertura desse museu, todo ritual que existe para participar do momento, da divulgação nas redes sociais, à espera na recepção do evento, às falas que ali são aguardadas e celebradas, conforme o quinto princípio.

4.2.6. Sexto Princípio – Possuem função específica ligada ao espaço que sobra

O sexto princípio se refere a função que essas heterotopias desempenham em relação a todas as demais espaços, sendo uma contestação desses. Essa contestação pode se dar por ilusão, transformando todo o espaço ainda mais ilusório, “alocações nas quais a vida humana é compartimentada”, como nos bordeis; ou por perfeição, criando tamanha ordem que contrasta com nosso mundo caótico, como se davam as colônias jesuítas e suas rotinas perfeitas.

Pensando sobre funções e sobre aquele primeiro contato com o MPCF, ainda tão jovem. Qual a função da visita? Penso no interessante movimento da visita às salas das perícias especializadas, que conseguem ordenar a desordem da cena de um crime, e por meio dessa ordenação, determina o discurso que se produzirá dele. Quem, quando, como, por quê. O mistério de um crime caótico ganha

contornos de milimetricamente exatos e status de verdade dentro da sala do perito.

Voltando ao MPCF, agora como doutoranda, em 30 de março de 2022, observo como o espaço do museu contesta os outros espaços. O silêncio daquele espaço onde repousam exemplares que narram histórias violentas, contrasta com o barulho das ações perturbatórias que os levaram ali. A delicadeza com que Paraibinha morto ainda tem suas unhas aparadas pelo curador do museu se opõe a tamanha crueldade cometida por ele vivo para com suas vítimas. As câmeras fotográficas tranquilamente aposentadas após anos registrando as mais diversas atrocidades. O tacho de cozimento, hoje impecavelmente limpo, se opõe ao seu passado fétido e sujo com o que sobrou das últimas secreções cadavéricas. Toda essa organização do museu cria uma névoa sob o caos do passado dos itens mostrados.

Em 28 de janeiro de 2023, na praia, a caixa preta com livros que eu via com frequência na minha infância ao visitar a biblioteca da escola em meados dos anos 90, sobre anatomia humana para crianças divide a mesma tenda com crânios perfurados por tiros, outros ossos humanos, o emaranhado de cabelo e fios de cobertor encontrado no estômago humano e um feto. Uma estátua de extraterrestre guardada como se fosse material biológico – fazendo jus a performance inicial que levou a população local a acionar a polícia quando a encontrou, em 2018. Vemos também o já citado Cellebrite, um detector de metais e sacos plásticos para guardar possíveis evidências nos locais do crime. Tudo isso, disposto em mesas plásticas que são mais facilmente encontradas num barzinho à beira mar. De cantinho, vejo ainda o pezinho mais inconfundível do mundo – pelo menos para mim – daquele que não queria saber de nada daquilo que eu estava vendo, só me pedia para ir brincar na “água gelada” (Curitiba, 2018).

É praia, é crime, é biblioteca. Fantasia e tecnologia. Polícia, criança e curioso. Antiguidades e novidades. Tudo sob uma mesma tenda num forte calor de janeiro. É a mais pura criação de uma “aldeia jesuítica” na América do Sul como diria Foucault, criando a função de demonstrar a perfeição como tudo pode funcionar em compensação do caos dos crimes que ocorrem – entremeado com outros princípios já descritos anteriormente. Muitas vezes eles se emaranham, entrelaçam e é difícil dissociar em que momento encerra um e começa outro, ainda bem.

Paro para pensar também nos equipamentos utilizados no trabalho de perícia que foram levados ali para o calçadão. Tem-se: a caixa de madeira antiga com

as imagens para Representação Facial Humana, uma maleta para revelação de impressões digitais (maleta de papiloscopia), uma maleta para exames em local de crime, um rolo de fita zeburada, uma máquina fotográfica, um detector de metais, um Cellebrite, sacos plásticos para armazenamento de provas e uma régua com escala. Os equipamentos mais modernos aparecem nesta ocasião pela primeira vez ao público.

Ao lado destes materiais uma placa com o seguinte texto:

O que tem na maleta dos peritos?

O papel da perícia é analisar os vestígios materiais produzidos e deixados na cena do crime, buscando entender como ocorreu e identificando os possíveis autores.

Para auxiliar na análise e na coleta de vestígios, os profissionais estão sempre equipados com uma maleta que contém equipamentos essenciais para o trabalho.

Esses equipamentos são utilizados em procedimentos como determinar a trajetória de projéteis de arma de fogo e analisar a dimensão da perfuração causada por eles, pesquisar a presença de sangue, pesquisar impressões digitais, coletar vestígios biológicos (sêmen, saliva, fios de cabelo, pelos, sangue etc.) roupas, objetos, itens pessoais e qualquer prova material de um crime.

Outra vez mais, a criação de uma heterotopia de perfeição. É no nosso espaço bagunçado que ocorrem as atrocidades. Elas próprias deixam bagunça espalhada. Alguém despreparado não consegue absorver nada da cena de um crime. Mas quando a perícia é convocada, tudo é organizado. Parece não existir crime perfeito, nada fugirá aos olhos atentos e bem equipados. Nenhuma prova, impressão digital ou gota de sangue será desperdiçada. A bagunça encontrada, enquanto vai sendo organizada, conta uma história. História do que aconteceu, quando e quem eram os envolvidos.

Na maleta de papiloscopia, materiais capazes de revelar as impressões digitais patentes, que são aquelas visíveis a olho nu, e as latentes, que exigem técnicas apropriadas para a revelação. As patentes, geralmente marcada por sangue e ou tinta, ficam impressas em alto relevo na superfície. As latentes, exigem que sejam cobertas de pós específicos, de acordo com composição da superfície onde estão. Em seguida elas são fotografadas e coletadas como provas, por meio de cartões ou fitas adesivas.

Essa coleta das impressões digitais me faz retomar o terceiro princípio

da heterotopologia. Em seu texto, por exemplo, Foucault falou sobre os jardins, com suas amostras de flores do mundo todo. São flores que já não estão em seus lugares originais, em outras circunstâncias, seria incompatível vê-las juntas, mas que no jardim ficam alocadas no mesmo espaço.

O mesmo com a coleção de impressões digitais que são levadas como provas de um crime. Quando são copiadas, não são pedaços da cena do crime, são cópias do que se viu ali, seja pela fotografia, seja pelo decalque. Porém se materializam de alguma forma a corroborar uma tese que explique o que ocorreu naquele espaço outro. Não tem nada do criminoso ao mesmo tempo que tem tudo. Lá no laboratório de perícias, se juntam a tantas outras cópias de impressões digitais, coletadas de tantos espaços distintos, longínquos, mas que agora se conectam de alguma forma. Arquivados.

Aqui ponderando sobre as impressões digitais, sobre como elas são valiosas para uma perícia, sobre sua singularidade que permite identificar se um crime foi cometido por suspeito x ou y, sou levada ao início desse texto, falando da maternidade.

As impressões digitais são uma das poucas características que não herdamos geneticamente. E isso explica que mesmo gêmeos idênticos, que compartilham até o mesmo DNA, possuem impressões digitais diferentes. Elas dependem exclusivamente do espaço que ocupamos no útero de nossas mães. Dependem de onde encostamos enquanto ainda éramos fetos, de quanto líquido amniótico girou em torno daquele dedinho logo nas primeiras semanas de gestação. Os gêmeos idênticos, dividindo o mesmo útero, podendo dividir até a mesma bolsa amniótica, mas o local onde os dedinhos encostaram exatamente quando se formavam as digitais, não era o mesmo (Vaz, 2020).

E é daí que temos a singularidade da impressão digital. Uma casualidade, um acontecimento, desenho feito pelo acaso, que carrega um significado tão importante na vida extrauterina.

Significado dado por nós mesmos. Nós criamos esse significado. Da mesma forma que criamos as impressões que são levadas para os arquivos das policiais. Carimbamos elas nos documentos, na hora de prestar o vestibular. De algum modo, o registro do acaso nos dedos agora significa algo importante para nós. Tão importante que na cena um crime os peritos sempre irão atrás delas – e mostram com orgulho essa técnica de coleta para a sociedade.

Seria o arquivo de impressões digitais um grande acervo de pinturas intrauterinas de mulheres que possivelmente nunca se encontraram, mas tem ali retratos de suas gestações juntos, alocados no mesmo espaço.

Na maleta para exames de local de crime, vários equipamentos para nos retornar aquela ideia de não haver crime perfeito para uma perícia. Tudo sera descoberto. A verdade será encontrada. Aqui estão todas as ferramentas necessárias para o trabalho. A heterotopia do museu ali na praia nos conta que possivelmente nada é capaz de passar despercebido pela Ciência Forense, para cada mistério, uma nova ferramenta, uma nova técnica. Dos crimes sanguinolentos ao furto de energia elétrica, o famoso gato.

A vontade de verdade será saciada pela Ciência Forense.

Terminamos a visita ao museu na praia e sua análise heterotopológica com esse registro turístico de lembrança, do Francisco e o pai, na menor das heterotopias da qual falaremos nessa tese, pelo menos em metragem quadrada, mas de experiência reflexiva tão rica quanto as demais.

É por meio desse espaço heterotópico que a Ciência Forense vai ganhando (mais) espaço para adentrar à sociedade. Se vascularizar. Reforçar seu poder.

Lembro que estudando sobre vascularização e poder, desenhei em meu caderno uma gaussiana. Penso que Foucault nunca imaginou em retratar esse movimento por meio da estatística, mas relembrar das aulas de probabilidade foi o modo que eu encontrei para entender esse fenômeno e o que isso tem a ver com a heterotopia do museu. Quanto mais escondido da sociedade, restrito para os leigos, fechado, com a entrada dificultada para que as pessoas conheçam esse campo científico, o poder desse saber fica muito concentrado, mas nas mãos daqueles poucos que tem acesso a ele. Quanto mais difundido socialmente, aparentemente aberto, vascularizado, esse saber poder em concentração, mas ganha em territorialização.

Imagens de 23 de fevereiro de 2023, na visita noturna ao antigo IML, mostram a parte burocrática, administrativa do trabalho dos peritos. Nas mesas os papéis dispostos, com croquis anatômicos impressos, serão preenchidos com as informações acerca das evidências encontradas durante o exame necroscópico. A escrivaninha muito bem arrumada, a chapelaria organizada, jalecos brancos impecavelmente limpos, contrastam com a situação narrada anteriormente, que era

encontrada nas salas ao lado, de amontoamento de cadáveres em decomposição, necrochorume escorrendo.

Essas imagens desse espaço específico parecem ter a função contestar todo o restante da desordem: da acumulação dos corpos à violência que atravessa as causas mortis daqueles que ali são periciados. É nitidamente o sexto princípio da heterotopologia.

Daniel Defert disse, inclusive, que “O espaço é o lugar privilegiado de compreensão de como o poder opera” e que foi através dos estudos sobre o espaço que Foucault encontrou o que havia de mais fundamental para ele, que são as relações entre o poder e o saber. E por isso é tão rico pensarmos sobre o espaço. Entender a história de um espaço é entender a história de um poder. Olhar para o Museu Paranaense de Ciências Forenses nos ajuda a compreender como essa parte da Ciência opera como dispositivo de poder – e cumpre com primor esta função.

E estar ali no interior do que foi o IML é pensar no que restou de uma vida sendo esmiuçado até as últimas entranhas pela Ciência em nome da verdade, alocado numa gaveta, compartimentado e arquivo num número.

Dali, resta apenas o cemitério.

E que descanse em paz.

As novas placas informativas nos objetos do museu, que podem ser vistas em 27 de março de 2023 no novo espaço do Tarumã, mostrando a institucionalização já devidamente ocorrida do museu, auxiliam a criar narrativas. As histórias passam da possibilidade cambiante da oralidade do Joel para a fixação do papel, trazem certo ordenamento para o caos temático do ambiente – se direciona para uma criação de perfeição.

Ainda pensando na divulgação da perfeição com a qual os peritos desenvolvem seus trabalhos, podemos pensar na criação da cena com a máquina de escrever, que agora conta com escrivaninha, cadeira e colete. Ali é vendido ao público esse ar extremamente criterioso das atividades desenvolvidas. Na exposição “A evolução da perícia criminal no mundo digital” essa função também é carregada de algum modo, quando acompanhamos que a astúcia dos peritos e desenvolvedores de novas tecnologias acompanha a criatividade dos criminosos. Não há crime perfeito. Nenhum mistério fica sem solução nas mãos dos peritos.

É importante também pensarmos sobre as funções às quais estão ligadas a heterotopia do Museu Paranaense de Ciências Forenses quando se

propõem a participar da 21ª Semana Nacional de Museus com um ciclo de palestras. veja bem, um espaço que até pouco tempo atrás era tão restrito, agora que ganhara a institucionalidade, resolvera abrir as portas era, no mínimo, inusitado. Qual a função que está por trás desse movimento? Isso com certeza pode ser explorado com mais afinco na próxima questão, que terá um, capítulo inteiro dedicado à ela, no entanto, o que podemos perceber nesse primeiro momento é de que a visão que sempre é mostrada é do mundo do crime como um mundo caótico, ilusório, e as Ciências Forenses, como um mundo da realidade e da perfeição – e isso é demonstrado, por exemplo, nos discursos que são postos inclusive nas palestras.

Seguindo pensando sobre a ilusão, no lançamento do livro “Roxo” em 19 de maio de 2023, no espaço do MPCF do Antigo IML, o ambiente caótico montado ali nas cenas, naqueles cenários criados pela imaginação, tal como da ficção escrita no romance policial, num misto de acaso dos anos de trabalho que o espaço abrigou e de cenas meticulosamente montadas para encantar aos que ali adentram.

5. QUE MOVIMENTO É REALIZADO PELO MUSEU PARANAENSE DE CIÊNCIAS FORENSES ENTRE OS ANOS DE 2008 E 2023 NO QUE DIZ RESPEITO A SUA ESPACIALIDADE?

Ao responder a primeira questão de pesquisa, além de obviamente podermos afirmar que o Museu Paranaense de Ciências Forenses é uma heterotopia, é possível perceber o quanto esse museu mudou ao longo desses anos.

Quando questiono “Que movimento é realizado pelo Museu Paranaense de Ciências Forenses entre os anos de 2008 e 2023 no que diz respeito a sua espacialidade?” nessa tese, falo especificamente sobre espacialidade, sobre o arranjo do espaço museal, que envolve o espaço físico, o público e o sentido que o museu vai adquirindo nesses dezesseis anos. Esse arranjo, conforme Valverde (2020), está intimamente ligado com o contexto histórico vigente, o que Foucault chamou em seus estudos de solo arqueológico, e, via de regra, tem o objetivo de algum modo cumprir uma função, reforçando o último dos princípios da heterotopologia.

5.1. CONTEXTO HISTÓRICO

Algumas mudanças históricas ocorridas entre os anos de 2008 e 2023 são notáveis e facilmente perceptíveis.

Em 2008 o Orkut era a única Rede Social utilizada em larga escala aqui no Brasil, e ainda sim as instituições e empresas não se preocupavam em manter páginas oficiais nela. Ainda na internet, a comunicação entre as pessoas era muito feita por e-mail ou, mensagens mais rápidas, pelo MSN Messenger. Os celulares eram analógicos e a comunicação era basicamente realizada por ligações e mensagens de texto via SMS.

Já em 2023 as principais Redes Sociais eram o Facebook e o Instagram, com grande apelo para a criação de páginas de instituições e empresas. A comunicação na internet ainda segue muito firme pelos e-mails, no entanto, com o advento dos smartphones, o Whatsapp substitui quase por completo ligações e SMS, e também é muito utilizado nos computadores. Além disso, nos celulares atuais uma infinidade funcionalidades e aplicativos podem ser instalados com as mais diversas finalidades – tudo ao alcance da mão.

Além disso, algo que indiscutivelmente mudou nossa forma de nos relacionarmos, nos comunicarmos e aprendermos foi a pandemia de Covid-19. Com ela, não houve outra opção que não fosse acelerar ainda mais os processos já virtualizados pelos smartphones.

Para manter o contato vivo, as videochamadas. As aulas, o Google Meet. Os shows, as lives no YouTube. As visitas aos museus, os acervos digitais. Um dos quais eu poderia citar aqui é o do Museu Bispo do Rosário de Arte Contemporânea (mBrac), que funciona anexo ao centro de saúde mental popularmente conhecido como “Colônia”, no Rio de Janeiro. Eu sou uma admiradora da arte de Arthur Bispo do Rosário desde a adolescência, mas foi na pandemia que encontrei o documentário de sua vida (“Eu preciso destas palavras escrita”) e a tour virtual pelo museu que hoje leva o seu nome. Na ocasião, pude inclusive escrever sobre a construção da loucura, por uma perspectiva foucaultiana do que foge da normalidade, e do encarceramento manicomial de pessoas, como foi o que ocorreu com Bispo do Rosário, artista incompreendido em vida.

Mas nem só os museus de artes se mantiveram vivos na pandemia devido aos tours virtuais. Os museus de Ciências também precisaram se reinventar em tempos pandêmicos.

Freitas *et al.* (2020) mostraram, por exemplo que o Museu da Vida, da Fiocruz, por meio de diversos recursos digitais, incluindo as redes sociais, seguiu promovendo atividades de divulgação científica e educativas durante o período da pandemia. Ainda assim, os autores destacam que, por se tratar de um museu, a interatividade e o sensorial são aspectos importantes deste espaço e que uma parcela considerável é perdida nesse tipo de exibição. Obviamente, durante a pandemia não havia outra opção, porém, o ideal, segundo os autores, é de que após esse período, a parte digital seja um complemento para as visitas físicas.

Além disso, em tempos em que a informação é criada, propagada e apita para boa parcela da população ao alcance de um clique, a Ciência entrou numa luta importante contra a divulgação das tão famosas e destrutivas fake News.

5.1.1. Espaço

Quanto ao espaço do Museu Paranaense de Ciências Forenses, podemos perceber que em 2008 não havia uma estrutura física do museu em si. Seu

acervo era organizado pelo Senhor Joel Camargo em salas avulsas, por espaços convenientes nos corredores do prédio do Instituto de Criminalística. Na época, além de dividir o prédio com os trabalhos do Instituto de Criminalística, o museu também dividia o espaço com o Instituto Médico Legal.

O prédio fica localizado na Avenida Visconde de Guarapuava, 2652, no Centro de Curitiba, em frente à Câmara Municipal e muito próximo de pontos extremamente movimentados da cidade, como a Praça Rui Barbosa, a Rodoviária e a Santa Casa. Também fica próximo ao Shopping Estação e à UTFPR, sendo também uma área muito transitada por jovens. A região é de fácil acesso por transporte público, embora o acesso de carro possa ser um pouco conturbado pelo trânsito e os estacionamentos disponíveis na região são apenas pagos com valor acima da média. Caso queira estacionar na rua, as vagas são disputadas e o visitante também precisa realizar o pagamento do Estacionamento Regulamentado para a Prefeitura.

A divulgação desse espaço era feita basicamente no “boca a boca”, ou seja, os professores das áreas da saúde e do direito da cidade já sabiam do funcionamento desse espaço e como o agendamento de uma possível visita poderia ser feito e essa informação circulava restrita nessa bolha profissional. Assim, o conhecimento da existência desse espaço também era algo muito restrito a esse nicho.

Em 2023, o principal espaço do MPCF fica localizado no complexo do Tarumã, que hoje abriga os trabalhos da Polícia Científica como um todo em dois prédios, um voltado para a Divisão de Laboratórios e outros para a área do Instituto Médico Legal. Nesta ocasião o museu já estava alocado em uma sala exclusiva e destinada estritamente para esta finalidade. Embora também seja de fácil acesso, menos linhas de transporte público atendem a região do bairro Tarumã, que fica distante cerca de 8 km do Centro da cidade. Por outro lado, no complexo há um amplo estacionamento gratuito que atende bem os visitantes que vão até o Museu, além de ser fácil também de estacionar em vagas na rua.

Além da sala no bairro Tarumã, o espaço do antigo necrotério, que ficava abaixo dos corredores onde o Senhor Joel organizava sua curiosa coleção, também já estava ativamente funcionando como um segundo espaço físico do MPCF, realizando visitas periódicas.

Além desses dois espaços físicos fixos, o MPCF começa a estabelecer novas relações espaciais. Exposições itinerantes, como por exemplo, “A

Evolução da Perícia no Mundo Digital” que passou pelas Unidades da Polícia Científica nas cidades de Londrina, Maringá e Francisco Beltrão, ampliando suas alocações.

Outra relação espacial estabelecida pelo museu que ampliou suas alocações foram as ações realizadas durante o período de férias de verão, em três finais de semana no Litoral do Estado, nas praias de Caiobá e Guaratuba, denominadas de “O Museu vai à Praia”. Nelas, parte do acervo do museu levado ali para a beira mar também foi um modo de levar o museu para além dos limites da cidade de Curitiba.

Em 2023, o MPCF já estava oficialmente institucionalizado, possuía a própria página no Instagram onde divulgava seus espaços, além de ter muitas matérias veiculadas em diversas mídias a respeito do Museu Paranaense de Ciências Forenses, como Rádio, TV, sites e canais do YouTube.

5.1.2. Público

Na visita realizada em 2008 era nítido que o público que possuía o acesso à visita ao museu era extremamente restrito. Nós, graduandos de Química, apenas conseguimos a nossa autorização por meio do Professor Maurício que, por acaso, possuía contato direto com uma perita do Instituto de Criminalística, a Leila. Ela, por sua vez, conversou com o Senhor Joel, que já cuidava do espaço e do acervo na época e, então, autorizou nossa ida, agendou a visita e nos recebeu.

Fora esse tipo de exceção, conversada caso a caso, individualmente, as visitas eram restritas a estudantes de áreas específicas relacionadas às Ciências Forenses, sobretudo da saúde (Medicina e Enfermagem) e do Direito. Ainda que houvesse muitos outros laboratórios, das mais diversas áreas ali no Instituto de Criminalística, como de Engenharia, Economia e Contabilidade, Informática, Química e Fonoaudiologia, inclusive visitados por nós, era pouco comum o espaço atender estudantes de outros cursos.

Em 2022, no meu retorno ao novo espaço do MPCF, no complexo da Polícia Científica, no bairro do Tarumã, o público seguia sendo restrito. As visitas ainda eram restritas a estudantes de áreas relacionadas às Ciências Forenses, e para conseguir a permissão e o acesso ao espaço, precisei de uma carta do Programa de Pós-Graduação informando que estava realizando uma pesquisa a respeito do Museu.

No entanto, essa informação já não era mais restrita à boba a boca, e já estava disponível no site da Polícia Científica do Paraná, para que qualquer um que se enquadrasse nessa condição tivesse acesso aos meios de agendamento.

Em 2023, por outro lado, o acesso já estava irrestrito. Exceto pelo espaço dos laboratórios, que seguia e segue sendo restrito a estudantes de áreas específicas – eu mesma como estudante da Pós-Graduação não tive acesso em 2022 –, tanto o MPCF do Tarumã, quanto o MPCF do Centro (Antigo IML), quanto outras ações realizadas pela instituição museal, como as exposições itinerantes, as semanas nacionais dos museus, palestras, dentre outros, são livres para o público. Em 2023, o funcionamento estava organizado da seguinte forma: o Espaço do Tarumã abria semanalmente para o público geral, numa visita diurna; o Espaço do Centro abria mensalmente para o público geral, numa visita noturna; o Espaço do Tarumã abria mediante agendamento para turmas de estudantes, com acesso aos laboratórios, em horários específicos; ações diversas, conforme cronograma divulgado nas redes sociais e outros meios de comunicações.

5.1.3. Sentido

Quando falamos em sentido aqui, precisamos deixar claro que não é possível acessar os motivos pelos quais levaram, por exemplo, a instituição Museu Paranaense de Ciências Forenses ou a Polícia Científica realizar movimento X ou Y, afinal, qualquer tipo de afirmação que se realizasse nessa direção se trataria de mera especulação. No entanto, ao constatar o MPCF como uma heterotopia, podemos constatar o que ocorreu ali. E ponto. Fazer movimentos de arqueologia e genealogia desse museu pode nos dar informações valiosas para analisar o que tem acontecido ao longo dos anos em que se observou este museu. Encontrar sentido no museu não é procurar entender o porquê algo ocorreu nele, mas como algo ocorreu nele e as suas posteriores consequências.

Observando o museu em 2008, podemos perceber que seu sentido de existir era, primeiramente, uma paixão do Senhor Joel pelas Ciências Forenses e sua aptidão nata de colecionador e contador de causos. Seguido a isso, era a importância de que a experiência e o contato com as Ciências Forenses fizessem parte da educação formal de profissionais que atuariam em áreas correlatas, incluindo possíveis futuros peritos oficiais daquela instituição. Ou seja, o sentido do museu era

puramente formativo.

Em 2022, embora já no novo espaço, no bairro do Tarumã, com um pouco mais de divulgação sobre os agendamentos no site, uma equipe responsável pelo Museu e uma estrutura institucionalizada, o sentido do museu segue o mesmo: a formação de novos profissionais de áreas correlatos às Ciências Forenses.

Passado um ano, já em 2023, o sentido do MPCF foi ampliado em diversas direções. O sentido formativo segue firme. As visitas pelas turmas de estudantes não pararam de acontecer e, muito pelo contrário, são divulgadas agora nas redes sociais do Museu Paranaense de Ciências Forenses, permitindo que os estudantes se marquem nas fotos, stories, atraiam o interesse de outros estudantes e assim por diante. Porém, com a abertura do museu para a população no geral e o estabelecimento de novos espaços e novas relações, novos sentidos também são criados.

Um deles eu chamaria de informativo, ao passo que são movimentos que trazem o sentido de informar a população sobre as Ciências Forenses e o trabalho dos peritos. Além do acesso agora ser público aos espaços do museu – e divulgar isso publicamente –, as novas propostas espaciais do museu, de levá-lo à outras alocações, exposições temporárias, a manutenção de um perfil bem ativo nas redes sociais do MPCF, a concessão de entrevistas para meios de comunicação, tudo isso faz parte desse novo sentido de informar.

Outro que não podemos desconsiderar é o sentido cultural. Com a institucionalização do Museu Paranaense de Ciências Forenses, ele passa agora a figurar oficialmente entre as entidades do Ibram. Está catalogado junto ao MinC, recebendo o status oficial de Museu e todas as benesses, direitos e incentivo que isso possa lhe permitir e garantir. Desse modo, um museu é oficialmente uma instituição de caráter cultural, a fim de ser um espaço promotor e fomentador de cultura. Uma das ações que simboliza isso, por exemplo, é a participação na 21ª Semana Nacional de Museus e a ação de Lançamento do Livro “Roxo”, que passa longe de ser uma obra de caráter formativo ou informativo, mas de valor cultural inestimável, sem dúvidas.

Por fim, um outro sentido que não pode ser ignorado é o próprio interesse institucional advindo da própria Polícia Científica. A partir do momento que a própria PCP/PR instaura em seu Mapa Estratégico para o período 2023-2026 o Objetivo de “Incentivar a preservação do patrimônio histórico-cultural e a divulgação

das Ciências Forenses através do Museu Paranaense de Ciências Forenses”, há sim, de fato, um interesse claro da instituição de preservar a sua história e a sua cultura, de manter seu acervo e conhecimento, bem como divulgá-los para a população. Esse sentido de interesse institucional declarado está ligado com o sentido de formar, informar e cultural já citados anteriormente, se sombra de dúvidas, solidificando os mesmos.

5.2. ARRANJO DO ESPAÇO MUSEAL CUMPRINDO UMA FUNÇÃO

Quando pensamos no movimento realizado pela espacialidade do museu, considerando espaço, público e sentido, atentando inclusive para o seu caráter heterotópico, segundo Valverde (2020), essas mudanças ocorrem e cumprem uma função – reforçando assim, como já dito anteriormente o sexto princípio da heterotopologia.

Nesse caso do Museu Paranaense de Ciências Forenses o que podemos observar é que com as mudanças ocorridas entre 2008 e 2023, houve uma diminuição do poder e do saber do museu concentrado sobre uma pessoa única, o Senhor Joel, e acabou espalhando por toda uma equipe.

Hoje o MPCF é capaz de funcionar independentemente da vocação de uma única pessoa. Caso qualquer membro por qualquer razão não esteja mais presente na equipe, a institucionalização garante a continuidade de existência do museu e de todo o seu saber. Isso aumentou o poder de museu – ainda que passe despercebido aos olhos menos atentos.

O Senhor Joel, por sua vez, deixa de ser apenas o apaixonado colecionador e talentoso contador de causas para entrar para a história do museu como peça chave nessa trajetória. Engana-se quem pensou que ele perdeu seu status. Joel será para sempre uma lenda do MPCF, talvez a maior delas.

O conhecimento que o museu também podia divulgar deixou de estar concentrado e se espalhou. O que antes circulava restrito, mas mais secretas rodas de conversas dos acadêmicos de Medicina, Enfermagem ou Direito, agora estava dando o que falar, na boca do povo, “na mesa do bar” – ou seria na beira da praia?

Enfim, esse movimento cumpre a sua função: fortalece, de maneira discreta e sutil, o poder MPCF e espalha seu saber perante a sociedade. Em tempos de luta contra fake news, pseudociências e charlatanismos, todo movimento feito

nessa direção é válido e importante.

6. EM QUE MEDIDA HÁ UM APROFUNDAMENTO DO CARÁTER HETEROTÓPICO DO MUSEU PARANAENSE DE CIÊNCIAS FORENSES ENTRE OS ANOS DE 2008 E 2023?

Veja bem, quando pergunto, na primeira questão de pesquisa, “O Museu Paranaense de Ciências Forenses pode ser caracterizado como uma heterotopia?”, uma resposta simples, ingênua, objetiva e extremamente correta seria “Sim!”. “Não está óbvio?”. Alguém num ímpeto de revolta pode até mesmo se questionar como uma doutoranda pode se propor a perguntar algo tão simplório assim.

Mais uma vez, veja bem. Sim, Michel Foucault deixou explícito em seu quarto princípio de heterotopologia que “De modo geral, em uma sociedade como a nossa, pode-se dizer que há heterotopias que são heterotopias do tempo quando ele se acumula ao infinito: os museus e as bibliotecas, por exemplo” (Foucault, 2013). Ou seja, é óbvio, pela própria caracterização da instituição museal que um museu sempre será uma heterotopia. Não há dúvidas quanto a isso.

O grande, porém, a grande particularidade, é que o Museu Paranaense de Ciências Forenses vai além. Com o passar dos anos ele me mostrou que conseguiu aprofundar seu caráter heterotópico. O MPCF me mostrou que ele é ainda mais heterotópico do que boa parcela dos museus se propõe a ser. E foi descrevendo essa heterotopia ainda maior do MPCF na primeira questão que todo o restante da análise pode ser feita. E mais, que as relações de poder e saber nessa espacialidade puderam começar a emergir nessa análise. Foi nessa descrição de heterotopia do Museu Paranaense de Ciências Forenses que foi possível esmiuçar o que Foucault queria dizer em cada pedacinho do texto para buscar rigor técnico que levou por caminhos importantes. Ter parado no “Sim, é óbvio”, não teria aberto todo um leque analítico discursivo que se mostrou agora produtivo.

Desse modo, me proponho então, agora nesta terceira questão entender em que medida houve o aprofundamento do caráter heterotópico do Museu Paranaense de Ciências Forenses entre os anos de 2008 e 2023. Para analisar o aprofundamento destas mudanças serão observados três aspectos: a História, a Geografia e o Acesso.

6.1. HISTÓRIA

Michel Foucault em seus estudos fala sobre os períodos históricos da Antiguidade, da Modernidade e da Atualidade para descrever as três formas de relações de poder, o Poder Soberano, o Poder Disciplinar e o Biopoder, respectivamente, e toda a imagética que envolve estes três. Então quando vamos descrever a História do Museu Paranaense de Ciências Forenses, estaremos atentos sobre este funcionamento, sobre tal imagética, sobre estas relações de poder que, consequentemente, interferirão nas relações de saber.

A História do MPCF começa muito antes da coleção apaixonada do Senhor Joel. Começa com a própria História das Ciências Forenses no Estado do Paraná. A primeira perícia cadavérica realizada aqui no Estado foi realizada em 1878, como conta as paredes do Antigo Necrotério do IML, por oficiais do exército, em um órgão da Polícia, na época. O primeiro paranaense só viria a ser instalado dois anos depois, na Santa Casa da capital. Em 1892 é criado o cargo de “Médico da Polícia”, os primórdios do trabalho dos Médicos Legistas no Paraná e apenas em 1899 os laudos advindos destes exames cadavéricos começaram a ser registrados e arquivados.

Ou seja, nesse início, e durante muitos anos, o que se pode observar é toda uma movimentação típica do Poder Soberano, em que podemos fazer um paralelo com o período histórico da Antiguidade. O controle era realizado por meio da exclusão: pouquíssimas pessoas tinham acesso a esse ambiente de investigação *post mortem* e tudo era restrito aos médicos e policiais da área, feitos em ambiente policial inicialmente, e sem registro arquivado dos achados por algum tempo. Tudo muito privado e escondido. O segredo só seria revelado para quem lá dentro já estivesse.

Com o passar dos anos, as Ciências Forenses foram ganhando suas próprias casas, primeiro no prédio onde hoje fica a UTFPR no Centro de Curitiba, em 1936. Depois, em 1975, mudaram para algumas quadras de distância, onde hoje está o MPCF do Antigo IML.

A partir do momento em que o Senhor Joel começa a colecionar o acervo do Museu Paranaense de Ciências Forenses e receber visitas, ainda que restritas dos estudantes, o museu passa para um momento histórico de Poder Disciplinar, em que podemos estabelecer um paralelo com o momento histórico da Modernidade. Se lá atrás, a Modernidade foi instaurada pelos interesses da burguesia

pós-Revolução Francesa, movimentadas pelos ideais Iluministas, aqui no Paraná esse movimento de criar um acervo capaz de auxiliar na formação profissional de estudantes – muito bem selecionados e articulados – agendados, num horário estabelecido, visitando o espaço em fila, organizados, sabendo cada detalhe do que cada um estava vendo e ouvindo sobre os causos ali narrados era a nova forma como esse espaço começou a funcionar.

A primeira visita, com a turma de graduação em Química em 2008, revela bem essa dinâmica. Nós dependíamos de uma articulação do Prof. Maurício com a Perita Leila, sua conhecida amiga, que entrou em conta com o Joel, que por sua vez agendou dia e horário. Chegando lá, visitamos o Museu em organizados em fila, escutamos todas as mesmas histórias, vimos todos os mesmos objetos. E, de alguma forma, fazíamos parte de alguma burguesia, de alguma elite, de algum grupo privilegiado para ter acesso àquele espaço – estudantes de alguma graduação que passamos pelo crivo interno de estarmos apto a recebermos as informações e os conhecimentos que recebemos na ocasião.

Quando retorno para o Museu, em 2022 no espaço do Tarumã, consigo ver exatamente a transição entre o Poder Disciplinar e o Biopoder, pois as visitas ainda estavam restritas aos estudantes da graduação de áreas afins às Ciências Forenses, ainda era necessário todo um agendamento para acesso ao MPCF e uma solicitação formal do Programa de Pós-Graduação. Por outro lado, a informação de agendamento de visitas ao museu já não era mais realizada na boca a boca e o Museu estava em processo de institucionalização.

Início de 2023 enxergando o que podia haver de mais heterotópico até então – característica tipicamente do Biopoder e do período histórico da atualidade –do Museu Paranaense de Ciências Forenses: “O Museu vai à Praia”. Ali é cristalino que o conhecimento furou a bolha da burguesia – ao menos intelectual – e atingiu a internet, as redes sociais, as relações. No mês seguinte, a visita noturna ao Antigo Espaço do IML, com a mesma dinâmica pública, livre, cheia. Passado outro mês, a exposição itinerante também aberta para a sociedade, amplamente divulgada nas redes sociais e cheia de todos os tipos de interessados no assunto. Dois meses depois, palestras públicas sobre conhecimentos das Ciências Forenses no Anfiteatro da Polícia Científica, participação do MPCF na 21ª Semana Nacional de Museus e o lançamento do livro “Roxo” no que um dia já foi o Necrotério. Ufa!

Não resta opção que não regulamentar mesmo o Museu e colocá-lo

para se relacionar com a população, contabilizar os acessos. Entrar no jogo político, no sentido de fazer parte das políticas públicas mesmo, o que só é possível através da institucionalização.

Então, é óbvio, o museu sempre foi uma heterotopia, mas ter entrado no período histórico da atualidade e em funcionamento do Biopoder aprofundou seu caráter heterotópico.

6.2. GEOGRAFIA

Quando falamos da Geografia, estamos falando especificamente do que Michel Foucault trouxe em seus textos sobre a heterotopia, sobretudo no que diz respeito às três formas de espacialidade, de relações com o espaço: a localização (*localisation*), a extensão (*étendue*) e a alocação (*emplacement*).

No princípio da História das Ciências Forenses no Estado do Paraná, quando ainda não havia o acervo do Museu Paranaense de Ciências Forenses – nem seus ancestrais –, o trabalho que era feito de necrópsia era restringido a um dado espaço, muito bem localizado: a primeira necrópsia foi numa Secretaria de Polícia, depois foi aberto um espaço de Necrotério na Santa Casa de Curitiba, em seguida, um espaço próprio para este fim na Marechal Floriano Peixoto (Atual UTFPR), anos depois, a criação do Instituto Médico Legal na Avenida Visconde de Guarapuava (onde hoje está localizado um dos espaços do MPCF). Tudo que era referente às Ciências Forenses ficava restrito a estes espaços específicos, é uma questão de espaço tido como uma localização, um lugar finito na espacialidade.

É com a criação de um acervo museológico, de uma coleção, das atividades do Senhor Joel de receber os estudantes das Graduações de áreas afins das Ciências Forenses para conhecer mais sobre o trabalho dos peritos e ouvir as mais diversas histórias criminais que ele tinha para contar que esse espaço científico se expande, se estende. O espaço das Ciências Forenses no Estado do Paraná passa então a contar esse adendo do Museu e, graças a ele, muda sua concepção espacial. Seu espaço que até então era finito, localizado, passa então a ser estendido, um espaço de extensão, uma vez que os estudantes que ali visitam levam para fora dele o conhecimento que antes estava ali dentro restrito. De alguma forma houve essa expansão geográfica através do saber, do conhecimento propagado, das histórias difundidas no imaginário de quem ali passou.

Por fim, quando o Museu se institucionaliza e se abre para a população em geral, se coloca em relações com outras instituições, com outros espaços, com outras cidades, ele é capaz de atingir seu nível máximo de heterotopia. Não é mais uma questão de ser um espaço de localização ou de extensão, mas de alocação. O poder e o saber do Museu estão agora intimamente relacionados com a maior capacidade relações que podem estabelecer, com a maior capacidade de limites que podem ultrapassar, com o maior número de pessoas que consegue atingir e contabilizar, cooptar para o seu espaço.

Interessante de observar que Foucault constatou, por exemplo, que conforme as pessoas foram perdendo suas crenças religiosas e com o avanço dos conhecimentos da Medicina, os cemitérios passaram a figurar cada vez mais distantes dos centros das cidades, cada vez mais próximos das bordas e das periferias. Se antes a morte era o início da sagrada vida eterna, Amém, e os mortos deveriam ficar próximo das Igrejas, no coração das cidades, dos entes queridos, agora ninguém mais queria estar próximo da morte, da doença, daquela tristeza do fim. Curiosamente, o Museu de Ciências Forenses (e praticamente tudo que envolve esse universo da Polícia Científica) também perdeu seu espaço do Centro da Cidade. Ali restou apenas o turismo mesmo ao museu. Quem precisar reconhecer o corpo de um familiar, precisará ir para o bairro, numa ruazinha mais tranquila e pacata.

Uma vez mais, é óbvio, então, que o museu sempre foi uma heterotopia, mas ter entrado na geografia das alocações aprofundou o caráter heterotópico já existente do museu.

6.3. ACESSO

Quanto ao acesso, já pudemos discutir as mudanças que foram ocorrendo ao longo dos anos ao falarmos da História e da Geografia, até mesmo porque esses três aspectos estão intimamente ligados e, muitas vezes, não faz sentido ou é difícil falar de um sem falar do outro.

No entanto, a caráter de destacar alguns pontos específicos sobre o acesso, traremos eles aqui.

Uma primeira observação que podemos ter é que antes de existir a ideia de um museu, as divulgações das Ciências Forenses no Estado do Paraná ficavam sob um regime de exclusão da população. Ninguém tinha acesso a esse tipo

de conhecimento, um ou outro médico que em meados do século XIX começou a trabalhar com necrópsias. O arquivamento dos laudos só começou a ser feito para consultas *a posteriori* na virada para o século XX, com o Dr. Victor Ferreira do Amaral. Esse tipo de controle de acesso, tanto aos espaços quanto aos conhecimentos, se dá por meio do controle dos corpos individuais – e pensando assim, eram pouquíssimos que tinham esse acesso, apenas os funcionários do local, conforme o *script* do poder soberano.

Com o início da organização do museu e o recebimento de turmas de estudantes de áreas afins às Ciências Forenses, começa a entrar em vigor o Poder Disciplinar, que já faz parte de um dos tipos do Poder Normalizador. Desse modo, o acesso continua sendo de algum modo restrito, mas com uma certa abertura – cumprindo determinadas normas (ser estudante de uma área afim, possuindo contatos articuladores, realizando agendamentos, se comportando em fileiras), é possível acessar esse espaço e esse conhecimento que ali estava, ainda com um certo controle sobre o corpo individual.

Por fim, com a institucionalização do museu, houve a regulamentação do mesmo via Legislação e isso lhe confiou poderes de passar a existir também *de jure*, o que é importantíssimo para se estabelecer as relações tão necessárias para que a abertura ao público em geral se desse. Segue em vigência um poder normalizador, mas agora do tipo Biopoder, que atua sob o corpo coletivo – ficaria impossível controlar cada indivíduo dentro do museu, de qualquer uma das alocações. Colocam-se avisos: Não toque! Não mexa! Não fotografe! Não use o Flash! Proibido Menores! A palavra-chave passa ser a da regulação.

7. MUSEU A CÉU ABERTO

Agora precisamos aprender como sair dessa. Talvez a primeira medida seja simplesmente abrir a porta do carro e cair fora. Eu adoraria fotografar um imenso cemitério de automóveis, o museu a céu aberto de uma civilização extinta, uma Machu Picchu de alumínio e combustível fóssil. (Bellotto, 2013)

Também preciso aprender a como sair dessa.

É interessante observar o movimento de ganhos e perdas do Museu Paranaense de Ciências Forenses ao longo do tempo, uma espécie de economia do poder. Aquele museu, extremamente confidencioso, que em 2008 era praticamente a materialização de uma utopia nascida no coração do Sr. Joel, uma junção de itens sem muito critério além da curiosidade deste curador, criado nos corredores do antigo prédio do Instituto de Criminalística, com pouca luminosidade, pouca ventilação e muita paixão, em 2022 acaba ganhando um espaço exclusivo. Uma ampla sala, própria para alocar os itens que Joel coletou ao longo dos anos, no novíssimo prédio da Polícia Científica do Paraná. Paredes branquíssimas, muito iluminada e ventilada. Este fora o primeiro passo para que em 2023 já houvesse ganho sua institucionalização e publicização. Espaço que cada vez se torna mais público, mais fácil ao acesso de visitantes, mais disponível a qualquer um que tenha curiosidade, vontades e meios para chegar ali na Rua Paulo Turkiewicz, nº 150. E, se no geral outros espaços quando ganham institucionalização, ganham burocracia, houve no museu aparentemente um movimento contrário, um ganho espacial, ganho de institucionalidade e a perda da burocracia – o que chega a ser uma contradição. O museu parece passar da masmorra foucaultiana para o panóptico, da escuridão, do escondido, para a clareza, o transparente.

Outra observação inicial que pode ser feita é pensar o espaço do Museu como um movimento de localização – extensão – alocação. Embora todo museu seja, por definição uma heterotopia, e eu não tenho nenhuma pretensão de dizer o contrário, o que observo no MPCF é que há um aprofundamento do caráter heterotópico ao longo dos anos, ainda que tenha havido esse ganho de institucionalização. Nem mesmo a institucionalização foi capaz de breca a heterotopia cada vez mais latente do Museu. Primeiro o museu carregava em si uma certa medievalidade, de um espaço extremamente hierarquizado, onde o Joel era o soberano desse espaço. É ele quem arbitrava quem entrava, quando entrava, o que era dito, por onde esse espaço ia crescendo, ganhando os corredores daquele antigo

prédio. Com o ganho de uma sala exclusiva, de um espaço próprio, o museu ganha maior segurança de existência. Passa do patamar de quase utopia, de paixão de um curioso curador, para ganhar o infinito de possibilidades que o museu pode ser – ainda que guardasse um monopólio do Joel sob o acervo e o discurso, começava agora a ganhar novos personagens, como a diretora do espaço, ganhando formalidade, mas sem precisar passar pela indicação de um conhecido, da indicação boca-a-boca. E com a institucionalização do Museu, atingimos o grau máximo de heteropização desse espaço. O agora oficial Museu Paranaense de Ciências Forenses abre semanalmente para qualquer visitante, sem precisar de papéis rogando permissão, ampliando as visitas. Com a chegada da institucionalização chega também uma ampliação das relações estabelecidas pelo MPCF – ida à praia, acolhimento de exposições itinerantes capazes de levar o Museu para outras cidades por meio do seu acervo, participação na Semana Nacional dos Museus, em uma dinâmica coordenada com outros espaços semelhantes. Ganha novos funcionários, novos discursos, nova forma de organizar e pensar o museu, que depende cada vez mais do discurso e da paixão do Joel para existir, que pouco a pouco vai perdendo a soberania sobre o espaço.

Porém, é importante frisar que essa diminuição de soberania não é uma perda de importância. Joel passa de ser um aficionado colecionador de peças atrozes para pouco a pouco se um personagem importantíssimo, parte da própria história do Museu, uma lenda, tal como todas aquelas que por tantos anos ele sempre gostou de contar os que visitavam sua coleção.

E penso que se engana quem crê que o Sr. Joel perdeu poder nesse processo. Numa espécie de gaussiana do poder, ele diminuiu esse poder soberano que recaía sobre si mesmo, mas ganha com a vascularização de seu discurso estabelecendo novas redes. Ganha com seu discurso sem dito, redito, refeito por mais pessoas, por outras pessoas.

Inclusive o fato da própria institucionalização do Museu ter trazido com ela uma diminuição da burocracia para que as visitas pudessem ser realizadas é capaz de explicar esse fenômeno, de quando o museu sai do castelo soberano, sai da masmorra escondida, e se joga no estabelecimento de relações com o povo, se deixar ser visto, ele aumenta seu poder por vascularizar socialmente seu discurso. Aliás, discurso esse que inicialmente era muitíssimo focado nas histórias sanguinolentas, no medo, no horror, e nos últimos movimentos tem sido cada vez mais de valorizar o trabalho realizado pelos peritos criminais da Polícia Científica. Esse

museu panóptico só é produtivo e interessante à PCP/PR porque é panóptico não dos criminosos (para isso já se tem o jornalismo pinga-sangue), mas das atividades desempenhadas pelos peritos.

A propósito, até penso que o público que se atrai de visitar estes espaços do MPCF muito provavelmente tem a mesma atração pelas notícias de horror, pelas séries criminais, mas ao chegar no museu acaba recebendo de presente mais sobre o magnânimo trabalho dos peritos do que a barbaridade da qual os criminosos podem ser capazes. São atraídos ao espaço por um apelo macabro e recebem uma interessante propaganda institucional. E isso é fundamental, pois o valor do trabalho do perito está no valor que é dado do conhecimento, não há como dissociar esse ofício do saber, do conhecimento.

Outro aspecto interessante de pensar acerca do museu são os movimentos de subjetivação e dessubjetivação que podem ser observados nas histórias que se contam através dele.

Quando um pedaço de um sujeito, uma mão, um fêmur, uma calota craniana ou um cadáver completo, são colocados numa prateleira, ele passa pela sua dessubjetivação. Por outro lado, uma novíssima molécula, numa novíssima substância descoberta numa amostra de um carregamento de drogas só é subjetivada, só passa a existir como droga que de fato é a partir de sua inclusão numa portaria – e o responsável por denunciar, por fazer esse processo é ali os peritos do laboratório de química forense. É preciso o papel para existir. Da mesma maneira que é preciso o papel para morrer. Apenas depois de um laudo, de um relatório, de um papel. Antes disso é apenas algo sem vida. Mas para morrer, de fato, é preciso o papel.

E falando em morrer, que dizer de Paraibinha? Impiedoso assassino em série, que de tanto matar, despertou da sociedade um desejo fervoroso de que seu sangue fosse derramado, que fosse morto, aniquilado. Tal qual Franco, que tanto matou e teve seus últimos dias prolongados por aparelhos em estado vegetativo, por ironia do destino, Paraibinha acabou por se tornar eternidade no museu. Não morreu. Segue dando o que falar. Idem o suicida, que tampouco teve seu último desejo – o de morrer – respeitado, tornando-se também eternidade no museu.

E nesse movimento vai se criando um movimento de museu (a céu) aberto.

Ganha-se institucionalização, perde-se burocracias?

Aumenta-se o público, diminui-se o poder? Será?

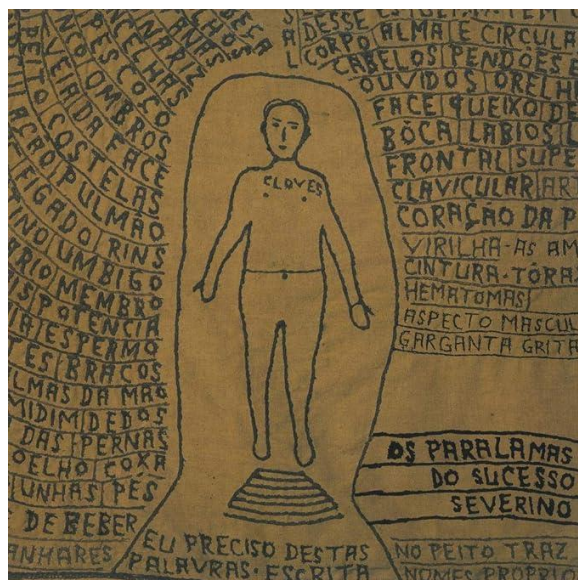
De que modo isso pode interferir na divulgação de conhecimento científico para a população?

8. O LOUCO SÓ FICA BOM QUANDO SE LIVRA DESSE MORTO

“Cada louco é guiado por um cadáver. O louco só fica bom quando se livra desse morto.”,

afirmou certa vez Arthur Bispo do Rosário, que durante quase meio século esteve internado na Colônia Juliano Moreira, do Rio de Janeiro. Para livrar-se desse cadáver, que é a loucura, só havia para Bispo dois caminhos: a morte (que ali, verdadeiro “cemitério dos vivos”, como diria Lima Barreto, é lenta e deprimente) ou a criação. Optou por esta última, e de modo tão intenso, que criar tornou-se para ele sinônimo de vida, razão de viver. Como escreveu num dos seus estandartes, legendando a imagem costurada de um corpo, cujas partes descrevia: ‘Eu preciso destas palavras escritas’. Assim, pela vida da arte, deu um sentido criador aos seus delírios, administrando sua loucura. Ao morrer, em 1989, com 77 anos, deixou para a cultura brasileira e universal, um dos mais impressionantes e pungentes testemunhos sobre a importância do ato criador como veículo de afirmação da dignidade humana.

Figura 36 – Estandarte de Arthur Bispo do Rosário na Capa do CD Severino



Fonte: Arthur Bispo do Rosário, Os Paralamas do Sucesso (1993)

Estas são as palavras de Frederico de Moraes na contracapa do CD Severino da banda Os Paralamas do Sucesso, maior fracasso de vendas de uma banda de uma banda que conseguiu o almejado sucesso nacional. Fracassar numa lógica mercadológica feroz nem sempre quer dizer muita coisa. Ou quer. Quais discursos estão postos em circulação? Quais estão retirados dela?

Arthur Bispo do Rosário só teve seu talento enquanto exímio artista reconhecido de maneira póstuma. Hoje um Museu de Arte Contemporânea carrega o nome do artista do manicômio que carregou consigo todas as marcas da marginalização. Seu estandarte que ilustra a capa do CD foi trocado por uma dedetização de seu acervo que estava sendo comigo pelas pragas.

Cada louco guiado por um cadáver, e eu exposta diante da minha da minha própria loucura, sou guiada pelo meu cadáver. Pelos meus. Cadáveres e loucura que até aqui me guiaram em texto e psiquê. Mas que é a loucura senão um constructo social? Assim como Arthur Bispo do Rosário precisava daquelas palavras escritas, cá preciso eu das minhas. E assim como eu precisei das palavras dele, se alguém precisar das minhas, aqui estão.

A primeira consideração que advém desta tese é o estabelecimento de uma relação das perspectivas de Michel Foucault sobre o poder e seus textos sobre a heterotopia. Durante muito tempo Foucault se dedicou a descrever com uma riqueza de detalhes, inclusive, como ele percebia as relações de poder ao longo da história, no decorrer do tempo. Passados alguns anos, porém, por muitas vezes ele declarou estar dedicado a estudar a geografia, o espaço.

Em geral, o primeiro conceito foucaultiano acionado para discutir questões de espaço são os relacionados a Território e Territorialidade. Nada mais natural, foi sobre eles que Foucault mais escreveu dedicando até mesmo extensas e completas obras sobre eles.

No entanto, foi lendo e relendo os textos sobre heterotopia, originais e suas confusas traduções, que percebi uma interessante relação, como se Foucault houvera deixado uma síntese espacial, um resumo geográfico sobre as relações de poder que outrora tanto discuti historicamente.

Confesso que essa relação, tal como demonstrarei a seguir não encontrei em outros trabalhos. Obviamente que outras aplicações e perspectivas com e sobre o conceito da heterotopia já foram feitas, são riquíssimas e não apenas são inspirações, mas também referências para esta tese. No entanto, por não ter encontrado qualquer indício de que algum autor tenha se aproximado de tal relação, até mesmo tenha desconsiderado alguns pontos que eu considere importante, acredito que esta é uma relação inédita.

Conforme mostrado no Quadro 7, Michel Foucault considera três formas de relações de poder, Poder Soberano, Poder Disciplinar e Biopoder, atrelados respectivamente cada um deles a um momento histórico, a Antiguidade, a Modernidade e a Atualidade (ou a Pós-Modernidade).

Cada um desses modos de relação de poder está ligado com uma determinada imagética, que é a palavra que utilizei para descrever em linhas gerais as características principais de cada um desses poderes, já descritos anteriormente.

Quando na parte inicial de seu texto “Des espaces autres – Hétérotopies” o autor utiliza termos claramente diferentes para se referir às suas concepções espaciais, *localisation étendue* e *emplacement* (localização, extensão e alocação, respectivamente nas devidas traduções escolhidas nesta tese) e vincula muito claramente cada um destes a um período histórico específico. A *localisation* (localização) com o período da Idade Média, associada com a Antiguidade e, conseqüentemente, com o Poder Soberano; a *étendue* (extensão) com o período de Galileu Galilei, ou seja, a Modernidade e o Poder Disciplinar; e o *emplacement* (alocação), associada com o que Foucault na ocasião chamou de atualidade, Século XX.

Quadro 7 – Síntese das Concepções de Poder Foucaultianas em relação ao tempo e ao espaço

PODER NORMALIZADOR			
Poder	SOBERANIA	DISCIPLINA	BIPODER
Controle	EXCLUSÃO	ADESTRAMENTO	REGULAÇÃO
Atuação	<i>Corpo Individual</i>	<i>Corpo Individual</i>	<i>Corpo Coletivo</i>
História	ANTIGUIDADE	MODERNIDADE	ATUALIDADE
Geografia	LOCALIZAÇÃO <i>localisation</i>	EXTENSÃO <i>étendue</i>	ALOCÇÃO <i>emplacement</i>
Imagética	• Rei • Escondido • Privado • Secreto	• Cerca • Quadriculamento • Fila • Horário • Articulação	• Demografia • Política • Urbanismo • Ecologia • Relações

Fonte: A própria autora.

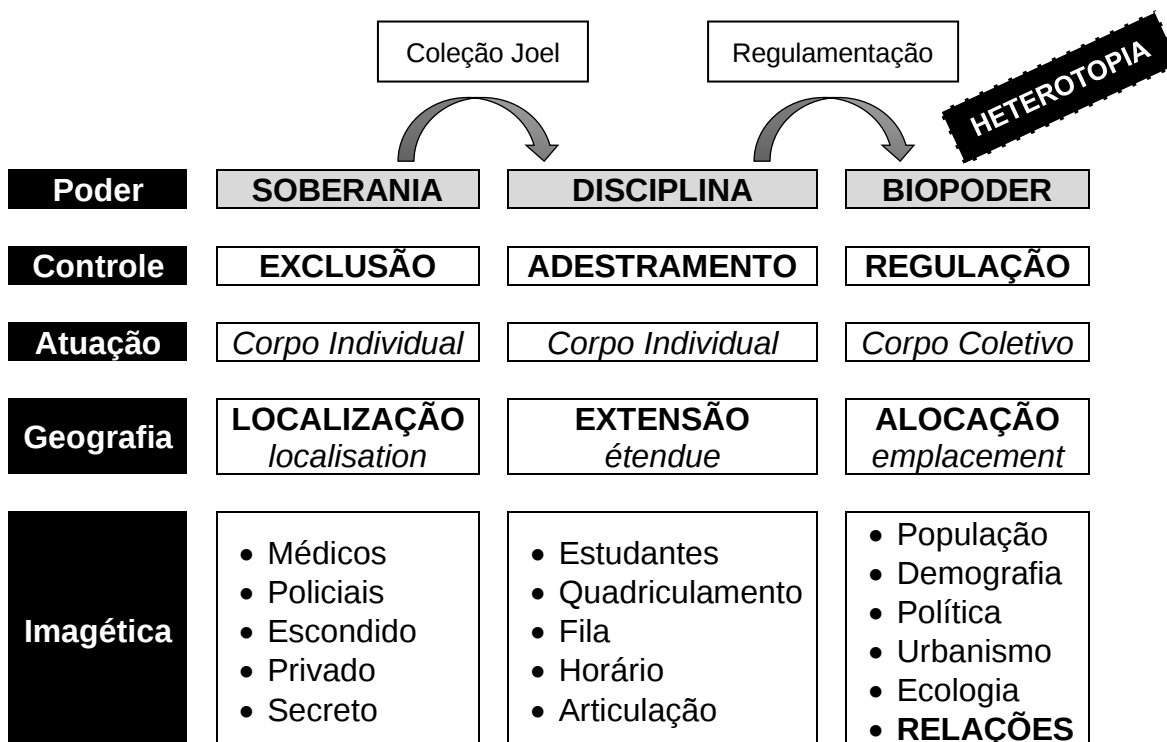
Esses três termos distintos utilizados para o estudo do espaço e tão bem estabelecidos com três tempos históricos diferentes por Foucault ficam claramente associados aos três tipos de relações de poder.

Logo, sempre que falarmos das heterotopias estaremos falando de alocações, e conseqüentemente, de biopoder e tudo que o envolve.

Tendo esse entendimento claro em mente, podemos concluir, em um

segundo ponto, como esse mesmo movimento pode ser observado no Museu Paranaense de Ciências Forenses. O Quadro 8 revela a síntese desse movimento e do aprofundamento heterotópico que ocorre.

Quadro 8 – Síntese do Movimento de aprofundamento heterotópico do Museu Paranaense de Ciências Forenses



Fonte: A própria autora.

Antes de existir qualquer movimento de criação de um acervo de Ciências Forenses, e conseqüentemente a visita de estudantes ao ambiente do Instituto Médico Legal, o conhecimento, o saber dessa área científica específica era realizado longe dos olhares outros. Apenas aqueles que ali trabalhavam sabiam o que acontecia e como aconteciam os exames de necrópsias.

Com a criação de um acervo e o recebimento dos estudantes, tanto os trabalhos dos peritos passa a ser observado quanto passa a ser contado para fora das paredes do IML. O conhecimento científico colocado ali reproduzido é aprendido e reproduzido outra vez mais do lado de fora do necrotério.

No entanto, é com a institucionalização do MPCF, sua devida regulamentação que o museu se abre por completo ao público, ao mesmo tempo em que coloca seu conhecimento em circulação de modo muito mais amplo na sociedade. Também propaga e divulga o trabalho dos peritos, o que é sempre positivo para o

ofício, principalmente tendo a narrativa contada por eles mesmo.

E aqui explica a aparente contradição – mas que na verdade, não o é – de um espaço que ganha institucionalização, mas perde burocracia (quando via de regra o que acontece é o contrário). O MPCF ganhou sim a burocracia. O fato de agora estar aberto ao público e não precisar mais de agendamento, não significa que perdeu a burocracia. Talvez, a burocracia esteja escondida ou despercebida de nossos olhos, atrás das cortinas. O museu ganhou burocracia quando ganhou a lei que o institui, quando agora as pessoas que ali trabalham precisam ter formação específica na área em que vão atuar na curadoria e conservação do museu, quando faz parte de uma coletividade de museus, o Ibram, prestando de algum modo, contas para o Ministério da Cultura. Também ganhou burocracia quando colocou placas e mais placas nas paredes com avisos de Proibições e Restrições, controlando sim esse espaço, mas de modo coletivo, e não mais individual. Ganhou burocracia na curadoria do acervo que agora é numerado e catalogado.

E ganhou poder. Ganhou biopoder. Ele está vascularizado, tal como o conhecimento agora, difundido e difundindo cada vez mais na sociedade.

Quando imagino esse movimento ocorrendo de alguma forma imagética, imagino como uma gaussiana. No início, todo saber-poder das Ciências Forenses estava concentrado nos médicos e policiais específicos – uma gaussiana alta e muito fina. Em seguida, quando os estudantes começaram a adentrar naquele espaço, esse saber-poder das Ciências Forenses espalhou um pouquinho – ainda uma gaussiana não tão alta e um pouco mais larga. Num terceiro momento, quando o MPCF se institucionaliza e se abre para o público, o saber-poder se espalha completamente pela sociedade, estabelecendo diversas relações, vai ocupando os espaços que lhe derem – a gaussiana abaixa, mas alarga tanto que quase perde de vista aonde chegam suas extremidades.

E se, concluímos que, de fato, o Museu Paranaense de Ciências Forenses realizou esse movimento e aprofundamento de caráter heterotópico ao longos dos últimos anos, podemos também começar a evidenciar e enxergar os próximos passos – e este seria aqui para mim um terceiro ponto: o Museu Paranaense de Ciências Forenses é um importante espaço de divulgação científica do Estado do Paraná, com potencial para configurar entre os mais importantes do país dentro de algum tempo por vários fatores.

No dia 17 de maio de 2024, o Prof. Dr. Edson Antonio Tanhoffer,

professor da cadeira de Anatomia da Universidade Federal do Paraná, realizou no espaço do MPCF do Antigo IML a palestra “Anatomia Humana como ferramenta educacional e sua interface com a ciência forense”. Na ocasião, ele contou sempre houve uma demanda para dissecações públicas, verdadeiros shows, com caráter didático e artístico, e que a construção de anfiteatros eram, muitas vezes, para contemplar esta procura. Nestas demonstrações, quanto mais ensanguentado saísse, quanto mais suja a roupa do executor, melhor era para o público. De alguma forma esse assunto atrai a curiosidade das pessoas, talvez até mesmo pela mística do desconhecido. Pouco a pouco, esse costume foi sendo abandonado, mas a necessidade de corpos para o ensino de medicina seguiu, e aí entrou a importância da conservação de peças anatômicas – onde se aplica um dos trabalhos do MPCF, principalmente de peças anatômicas que fogem da normalidade, como discutido.

Nesse sentido, o MPCF presta tanto esse trabalho importante na formação técnica mesmo, profissional, que há muito realiza, como tem usado da curiosidade humana pelo assunto da morte para realizar seu trabalho de divulgação científica para a população comum.

Hoje o museu já conta com o Museu Móvel e em pouco mais de um ano percorrendo escolas, já atendeu mais de quinhentos alunos. Além do mais, essa relação de alocação do museu tirou a sua exclusividade de Curitiba, e está fazendo o conhecimento dele circular, tanto pelas já citadas escolas (que tem sido um dos principais focos da equipe do Museu neste ano de 2024), quanto pelas outras cidades do Estado, tanto no Litoral como no Interior, bem como do traslado das exposições itinerantes que vão ocorrendo Paraná afora.

Além disso, o Museu Paranaense de Ciências Forenses é mantido pela Polícia Científica, podendo captar recursos deste para sua manutenção. Além disso, por estar agora devidamente, regulamentado, pode começar a pleitear outros recursos que sejam possíveis, via incentivos destinados para a cultura. Ou seja, é uma instituição que pode vir a ter uma via de captação de recursos adicionais.

Um quarto ponto que me leva a pensar, enquanto professora, é o quão produtivo é começar a olhar para as Ciências Forenses diante do que está sendo posto quanto ao Novo Ensino Médio e a BNCC. Com as componentes curriculares cada vez mais integradas e a carga horária das disciplinas cada vez mais enxuta, utilizar de um conhecimento integrador, e as Ciências Forenses tem um potencial enorme para esse movimento em sala de aula, para ensinar os conhecimentos

específicos pode ser enriquecedor, não só no sentido de colocar para o aluno a aplicabilidade de um conhecimento ali aprendido, mas de poder fazer vários conceitos conversarem em torno de uma mesma temática e otimizar conteúdos ao longo das aulas. E ter os espaços do MPCF como aliados, sejam os espaços fixos, o museu móvel ou as exposições itinerantes, é, no mínimo, incrível para nós professores e para os alunos.

Um quinto ponto interessante é perceber como o conhecimento científico divulgado por meio do MPCF nos mais diversos ambientes – praias, feiras, exposições e nos próprios espaços do Museu – torna-se atraente para os olhares curiosos. Eu seria capaz de divagar longe nesse ponto, pensando em milhares de formas didáticas e projetos para explorar o espaço do museu. Ver os olhos brilhantes, atentos e curiosos das pessoas é o que mais me encanta na minha profissão, e é exatamente isso que vejo todas as vezes quando visito o MPCF. Não teve uma vez se quer que tenha visitado e ouvido alguém falando que não gostou, que o que é mostrado é chato ou desinteressante. É tudo sempre muito legal! Das crianças aos adultos. Das palestras às exposições.

O passado educacional do museu já está esquadriado nessa tese. Os caminhos que o fizeram chegar até aqui já estão postos. Espero que em breve, mais pessoas se dediquem a ver tanta beleza no ensino que o Museu Paranaense de Ciências Forenses é capaz de proporcionar da mesma forma como eu enxerguei.

A GÊNESE

Ele não deve ter mais que 7 anos. As mãos passam fácil por dois buracos das grades quadriculadas lilases da portaria da Penitenciária Feminina do Butantã, em São Paulo. O rostinho fica entre elas, com o nariz e a boca encaixados em uma abertura. Há trinta minutos ele está assim e não se move. Não se importa nem com o sol na cabeça. Olha fixamente para a porta do presídio, de onde vêm as presas do semiaberto para sua saidinha de Dia das Mães. [...]

Nada dessa agitação distrai o nosso pequenino da sua espera devota. Mas, como já faz 45 minutos que está ali, pergunta à tia quanto tempo falta para a mãe sair.

– Mais uns minutinhos.

Ele franze a testa, morde os dedos e olha para os pés que balançam sandalinhas novas azuis. Também ele usa o que deve ser sua melhor roupa: uma bermuda jeans e uma camiseta de um vermelho muito vivo. Contenta-se com a resposta e, disfarçadamente, entra um pouquinho pelo portão, encurtando em dois passos a distância da mãe que nem vê ainda. [...]

A mãe do nosso pequenino havia aparecido, cruza um portão, outro. Ele observa estático seus movimentos, como se ela fosse uma aparição sobrenatural. É uma mulher jovem, de pele cor caramelo e cabelos alisados até o ombro e um andar muito feminino. Tem os traços do rosto delicados, e um corpo apoucado magro ao qual ele se agarra. Fica com a cabeça escondida na barriga dela e os bracinhos ao redor do corpo, apertando-a bem forte. Em algum tempo a atenção da mãe se dispersa e ela começa a conversar com as outras parentes, mas ele não se importa. Continua firme com o nariz colado em sua blusa. Quando cansa da posição, uns dez minutos mais tarde, ele prende a mão dela entre as duas mãozinhas juntas, com uma força que parece desproporcional para um menino daquele tamanho.

Safira percebe que estou observando a cena e diz algo como ‘ele é um fofo’, mas minha cabeça já está longe. Estou pensando no que a Júlia uma vez me contou sobre as saidinhas.

– Você sabe o que é você voltar de uma saidinha? Na primeira vez, eu fiquei quatro dias em casa e, quando cheguei aqui, dormi o dia inteiro revoltada. Você tem nojo do lugar. Acorda e acha que ainda está na sua cama...

Mal a mãe tinha chegado, e o pequeno já estava prevendo a perda. Por isso devia agarrá-la tão forte, como se pudesse impedir que a separação chegasse. Eu viro pra ele e digo:

– Tudo bem, meu anjo, hoje ainda é Dia das Mães.

Dia das Mães – Presos que Menstruam: A brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras
Nana Queiroz. (Queiroz, 2018)

E foi assim que senti o que me chamava para a tese.

Foi aquele corpo utópico, grávido, simbiótico de Cristine-Francisco, imerso em um oceano de hCG, estrogênio e progesterona, que terminou esta leitura e entendeu finalmente, aos prantos, o que e por que deveria – e queria – fazer deste trabalho de doutorado.

Ali nasci para a tese.

Foi outro corpo utópico que pensou jamais conseguir voltar a escrever. Puerpério, boiando num mar de sangue e dor, camadas e camadas de entranhas costuradas – e outras tantas ainda abertas aguardando que a natureza operasse sozinha. Como alguém que mal conseguia levantar poderia voltar a ser

produtiva como cobram os sistemas?

Ali morri para a tese.

E o corpo, utópico por excelência e definição, metamorfoseando, nascendo, morrendo, é acionado a renascer. Apita o correio avisando que havia trabalho sendo aceito. Pouco importa se aquelas linhas foram escritas em cima de uma barriga-casa de 7 meses.

A vida acadêmica continuava.

Na atuação da prolactina, encharcado em leite, o corpo utópico, renasce. Produz. Traduz – artigo e amor. Traz pra superfície da vida o que conheceu de mais profundo. Com o filho pendurado no peito reconhece a potência que tem.

No renascimento do corpo utópico, a tese se materializa.

E o corpo, antes utópico, *eut érupté* em ocitocina, transbordando ternura – mas em crise – se corporifica enquanto espaço heterotópico de criação. Utopia realizada. Adquire uma função diversa da original. Sobrepe, em um só espaço, vários outros antes incompatíveis. Heterotópico, porque está, simultaneamente, hermético e penetrável para os diversos mundos: arranja seus próprios rituais para isso. Está de passagem. Acoplado a esta parcela de tempo de vida que se batiza DOUTORADO. É festival. Jogado no espaço que sobra. Contesta o imperativo.

Na heterotopia o corpo é potência – heterocrônico.

Cria.

Cria vida. Cria filho. Cria comida – alimento pro corpo e pra alma.

Cria empatia. Cria afeto.

Cria pesquisa.

A cabeça pensa onde os pés pisam, já dizia Frei Betto. E eu não conseguiria explicar os motivos que me levaram a escolha temática desta pesquisa sem contar como fui afetada por ela. E por isso nomeio este posfácio de A Gênese. Mais no sentido figurado, “série de fatos e causas que concorreram para a formação de alguma coisa” (Dicio, 2021), do que num sentido cristão, de ser o primeiro livro bíblico, aquele que narra a criação do mundo e o nascimento do ser humano – embora caiba também esta interpretação neste texto, pois etimologicamente, do grego *gênesis* é a “fonte de vida, nascimento, origem” (Dicio, 2021).

Nascimento, começo da vida.

A pesquisa que era sobre a vida, caiu na morte.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? **Outra travessia**, Ilha de Santa Catarina, n. 5, p. 6-16, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576>. Acesso em: 12 dez. 2022.

ALMEIDA, E. H. R. D. A perícia médica previdenciária no contexto atual. In: GOIÁS, C. R. D. M. D. E. D. **Perícia Médica**. Brasília: [s.n.], 2012. p. 163-168.

ANIBAL, F. Hacker usa internet para chantagear e estuprar jovem de 18 anos. **Gazeta do Povo**, 2011. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/hacker-usa-internet-para-chantagear-e-estuprar-jovem-de-18-anos-a5ebxyjrhes59wu7p41c0h4y6/>. Acesso em: 13 ago. 2023.

BELLOTTO, T. **Machu Picchu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

BRASIL. Estatuto dos Museus. **LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BULCÃO, R. P.; ARBO, M. D.; ROEHRS, M.; PANIZ, C.; CERVI, F. L.; THIESEN, F. V.; LEAL, M. B.; GARCIA, S.C. Procaína: Efeitos farmacológicos e toxicológicos. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**, v. 32, n. 3, p. 297-303, 2011.

CLEMENTE, F. D. S. **Novas Manifestações de racismo e sexismo contra mulheres negras e contradiscursos das ativistas digitais negras**. Recife: [s.n.], 2019.

CULTURA, M. D. 21ª Semana Nacional de Museus: Guia da Programação já está disponível. **Instituto Brasileiro de Museus – Ibram**, 2023.

DEFERT, D. “Heterotopia”: tribulações de um conceito entre Veneza, Berlim e Los Angeles. In: FOUCAULT, M. **O corpo utópico, As heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013. p. 33-51. Posfácio.

DICIO. GÊNESE. **Dicionário Online de Português**, 2021. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/genese/>>. Acesso em: 15 maio 2021.

DROIT, R. P. Un pensador, mil rostos. In: DROIT, R. P. **Entrevistas com Michel Foucault**. Buenos Aires: Paidós, 2008. p. 23-44.

FERREIRA, A. B. D. H. **Miniaurélio**: o minidicionário da língua portuguesa. 7. ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

FIGURELLI, G. R. Articulações entre educação e museologia e suas contribuições para o desenvolvimento do ser humano. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-**

Graduação em Museologia e Patrimônio, v. 4, n. 2, p. 111-130, 2011.

FOUCAULT, M. **De Outros Espaços**. Conferência proferida no Cercle d'Études Architecturales. [S.l.]: [s.n.]. 1967. p. 7. Traduzido por Pedro Moura *TEXTO 1*.

FOUCAULT, M. **Des espaces autres – Hétérotopies**. Conférence au Cercle d'études architecturales. [S.l.]: [s.n.]. 1967. p. 1-8. *TEXTO 8*.

FOUCAULT, M. Of Other Spaces. **Diacritics**, v. 16 (1), p. 22-27, Spring 1986. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/464648>>. Acesso em: 2 Outubro 2021. Tradução de Jay Miskowiec *TEXTO 5*.

FOUCAULT, M. Des espaces autres. In: FOUCAULT, M. **Dits et écrits**. Paris: Éditions Gallimard, v. IV, 1994. Cap. 360, p. 752-762. conférence au Cercle d'études architecturales, 14 mars 1967 *TEXTO 7*.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. Of Other Spaces: Utopias and Heterotopias. **Rethinking Architecture: A Reader in Cultural Theory**, p. 330-336, 1997. Disponível em: <<https://designpracticesandparadigms.files.wordpress.com/2013/01/leach-ed-rethinking-architecture.pdf>>. Acesso em: 2 Outubro 2021. Editado por Neil Leach *TEXTO 6*.

FOUCAULT, M. O que é um autor? In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos**: estética - literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, v. III, 2001. p. 264-298.

FOUCAULT, M. “Gerir os ilegalismos”. Sobre Vigiar e punir 1975. In: DROIT, R.-P. **Michel Foucault – Entrevistas**. São Paulo: Graal, 2006. p. 41-52.

FOUCAULT, M. “Soy un artificiero”, A propósito del método y la trayectoria de Michel Foucault. In: DROIT, R.-P. **Entrevistas com Michel Foucault**. Buenos Aires: Paidós, 2008. Cap. III, p. 71-104.

FOUCAULT, M. Outros Espaços. In: FOUCAULT, M. **Estética**: Literatura e Pintura, Música e Cinema. 2. ed. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 411-422. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa *TEXTO 2*.

FOUCAULT, M. As heterotopias. In: FOUCAULT, M. **O corpo utópico, As heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013. p. 19-30.

FOUCAULT, M. De espaços outros. **Estudos Avançados**, v. 27 (79), p. 113-122, Novembro 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/zz6cfdQBcxskMtMXDHPqT4G/?lang=pt>>. Acesso em: 2 Outubro 2021. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. *TEXTO 3*.

FOUCAULT, M. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. Tradução de Denise Lezan de Almeida e Revisão Técnica: Georges

Lamazière. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

FOUCAULT, M. O corpo utópico. In: FOUCAULT, M. **O corpo utópico, As heterotopias**. São Paulo: n-1 Edições, 2013. p. 7-16.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: Nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalheite. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FOUCAULT, M. Espacios otros. **Versión. Estudios de Comunicación y Política**, v. 9, p. 15-26, Fevereiro 2019. Disponível em: <<https://versionojs.xoc.uam.mx/index.php/version/issue/view/117>>. Acesso em: 4 Outubro 2021. Tradução de Marie Lourdes *TEXTO 4*.

FRANCO, A. IML de Curitiba armazena 150 corpos. **Folha de Londrina**, 2011. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/iml-de-curitiba-armazena-150-corpos-743072.html?d=1>. Acesso em: 15 Agosto 2023.

FREITAS, T. P. R.; SILVEIRA, J. B. A.; COSTA, P. M. M.; MICEL, B. S.; ROCHA, M. B. Museus de ciências em tempos de pandemia: uma análise no Instagram do museu da vida. **Revista Práxis**, v. 12, n. 1, p. 149-159, 2020.

GALEANO, E. Ventana sobre la utopia. In: GALEANO, E. **Las Palabras Andantes**. 5 ed. Buenos Aires: Catálogos S.R.L., 2001.

GIOVANELLI, A. As Ciências Forenses no Brasil Monárquico: Breve Histórico da Oficialização e Institucionalização da Função Pericial nas Investigações Criminais. **Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics**, v. 3, p. 394-418, 2020.

GOIÁS, P. C. D. Detector de Mentiras Vale como Prova. **Polícia Civil de Goiás**, 2007. Disponível em: <https://www.policiacivil.go.gov.br/artigos/detector-de-mentiras-vale-como-prova.html>. Acesso em: 2 jan. 2023.

HAN, B.-C. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

IBRAM. Museu Paranaense de Ciências Forenses. **MuseusBr**, 2024. Disponível em: https://cadastro.museus.gov.br/museus/museu-paranaense-de-ciencias-forenses/?perpage=12&order=DESC&orderby=meta_value&metakey=222&metaquery%5B0%5D%5Bkey%5D=214&metaquery%5B0%5D%5Bvalue%5D=Museu%20Paranaense%20de%20Ci%C3%Aancias%20Forenses&pos=0&source_li. Acesso em: 15 abr. 2024.

PARANÁ. Constituição do Estado do Paraná. [S.l.]: [s.n.], 1989. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=9779&codItemAto=97592>. Acesso em: 20 out. 2023.

PARANÁ, A. L. D. E. D. **Lei ordinária Nº 14678, de 6 de abril de 2005**. [S.l.]: [s.n.],

2005. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-14678-2005-parana-institui-o-quadro-proprio-dos-peritos-oficiais-do-estado-do-parana-qppo-conforme-especifica-e-adota-outras-providencias>. Acesso em: 20 out. 2023.

PARANÁ, B. Bem Paraná. **Situação no IML de Curitiba ainda é dramática**, 2011. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticias/parana/situacao-no-impl-de-curitiba-ainda-e-dramatica-174823/>. Acesso em: 19 jul. 2023.

PARANÁ, B. Com 40 anos de dedicação, curador do Museu de Ciências Forenses contribui para preservação da história. **Bem Paraná**, 2021. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/cultura/com-40-anos-de-dedicacao-curador-do-museu-de-ciencias-forenses-contribui-para-preservacao-da-historia/>. Acesso em: 07 jan. 2023.

PARANÁ, B. Museu que mostra cenas de crimes no Paraná abre para visitação pública a partir de segunda. **Bem Paraná**, 2022. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/cultura/museu-de-ciencias-forenses-do-parana-para-visitacao-publica-a-partir-de-segunda/>. Acesso em: 07 jan. 2023.

PARANÁ, P. C. D. Instituto de Criminalística do Paraná comemora 80 anos. **Polícia Científica do Paraná**, 2015. Disponível em: <https://www.policiacientifica.pr.gov.br/Noticia/Instituto-de-Criminalistica-do-Parana-comemora-80-anos>. Acesso em: 02 mar. 2023.

PARANÁ, P. C. D. **Polícia Científica do Paraná**, 2023. Disponível em: https://www.policiacientifica.pr.gov.br/sites/policia-cientifica/arquivos_restritos/files/styles/escala_1140_largura_/public/imagem/2020-10/ic-curitiba-fachada.webp?itok=Ks996sq7. Acesso em: 10 Fevereiro 2023.

PARANÁ, P. C. D. Conhecer o Museu de Ciências Forenses. **Polícia Científica do Paraná**, 2023. Disponível em: <https://www.policiacientifica.pr.gov.br/servicos/Seguranca/Ciencia-Forense/Conhecer-o-Museu-de-Ciencias-Forenses-JVN6EEoP>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PARANÁ, P. C. D. Quem Somos. **Polícia Científica do Paraná**, 2023. Disponível em: <https://www.policiacientifica.pr.gov.br/Pagina/Quem-somos>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PARANÁ, P. C. D. Unidades Regionais. **Polícia Científica do Paraná**, 2023. Disponível em: <https://www.policiacientifica.pr.gov.br/Pagina/Unidades-Regionais>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PARANÁ, P. C. D. Mapa Estratégico 2023-2026. **Mapa Estratégico**, 2024. Disponível em: <https://www.policiacientifica.pr.gov.br/Pagina/Mapa-Estrategico>. Acesso em: 15 abr. 2024.

PARANÁ, T. D. ‘Museu do IML’ de Curitiba conta histórias de crimes, com corpos mumificados e objetos da polícia; visite. **Tribuna**, 2022. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/museu-do-impl-de-curitiba->

conta-historias-de-crimes-com-corpos-mumificados-e-objetos-da-policia-visite/. Acesso em: 04 jan. 2023.

PARIS, L. C. D. L'ossuaire municipal des Catacombes est l'un des plus grands ossuaires du monde et un des seuls souterrains. **L'ossuaire**, 2018. Disponível em: <https://www.catacombes.paris.fr/lhistoire/lossuaire>. Acesso em: 03 jan. 2023.

PAULO, D. D. S.; ONLINE, O. G. Laudo inocenta mãe acusada de dar cocaína a bebê. **Gazeta do Povo**, 05 Dezembro 2006. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/laudo-inocenta-mae-acusada-de-dar-cocaina-a-bebe-aainkdclzkzxbtyfr3b3rj49a/>. Acesso em: 03 jan. 2023.

PECEM. Apresentação e Objetivos. **Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática**, 2023. Disponível em: <https://pos.uel.br/pecem/apresentacao-e-objetivos/>. Acesso em: 02 nov. 2023.

PEREIRA, J. Pervitin: a arma secreta para os super soldados de Hitler. **Aventuras na História**, 2019. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/pervitin-arma-secreta-para-super-soldados-de-hitler.phtml>. Acesso em: 12 jan. 2023.

POZZEBON, B. R. S.; FREITAS, A. C.; TRINDADE, M. B. Forensic Photography – Historical Aspects – Urgency of a new focus in Brazil. **Revista Brasileira de Criminalística**, v. 6, n. n. 1, 2017. 14-51.

PR, G. Veja fotos de peças expostas no Museu de Ciências Forenses do Paraná, em Curitiba. **Paraná RPC**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2022/06/03/veja-fotos-de-pecas-expostas-no-museu-de-ciencias-forenses-do-parana-em-curitiba.ghtml>. Acesso em: 07 jan. 2023.

PSICOBIOLOGIA, D. D. Anfetamina – Bolinhas – Rebites. **Centro Brasileiro de Informações**, 2023. Disponível em: https://www2.unifesp.br/dpsicobio/cebrid/folhetos/anfetaminas_.htm. Acesso em: 06 jan. 2023.

QUEIROZ, N. **Presos de Mentruam**: A brutal vida das mulheres - tratadas como homens - nas prisões brasileiras. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

RODRIGUES, C. H. P.; AMARAL, M. E. A.; MARIOTTO, L.; CASTRO, J. S. Ciência Forense ou Ciências Forenses? Uma análise conceitual. **Research, Society and Development**, 11, n. 12, 2022.

SILVA, L. B. D. Leonardo Bezerra da Silva. **LinkedIn**, 2023. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/leonardo-bezerra-da-silva-5873881a0/>. Acesso em: 02 nov. 2023.

STOPIGLIA, Â. V. Contribuição para o estudo da anestesia epidural nos bovinos. **Revista da Faculdade de Medicina Veterinária**, v. 5, n. n. 4, 1956. 639-652. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfmvusp/article/view/62402>. Acesso em: 02 nov. 2023.

SUASSUNA, A. **Auto da Compadecida**. 34. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

VALVERDE, R. R. H. F. A heterotopia dos museus brasileiros e os deslocamentos da Modernidade. **Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades**, 3, n. 5, p. 14-29, 2020.

VAZ, N. Impressões Digitais. **Sociedade Brasileira de Imunologia**, 2020. Disponível em: <https://sbi.org.br/sblogi/impressoes-digitais/>. Acesso em: 02 jan. 2023.

VEIGA-NETO, A. As duas faces da moeda: heterotopias e emplazamientos curriculares. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, 45, p. 249-264, 2007.

VIANNA, C. Canal Ciências Criminais. **Jusbrasil**, 2005. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/justica-e-psiquiatria-resenha-critica-sobre-pierre-riviere-de-michel-foucault/300493073>. Acesso em: 16 out. 2022.

APÊNDICE

Autorização da Diretora do Museu Paranaense de Ciências Forenses para uso das imagens referente à instituição nesta tese.



CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO
MATEMÁTICA

Londrina, 02 de maio de 2024.

Ilma. Fabíola Schützenberger Machado

Diretora do Museu Paranaense de Ciências Forenses

É com grande satisfação que eu, **CRISTINE LOIS COLETI SIERRA**, RG: **7.749.893-1**, CPF: **058786239-43**, devidamente matriculada sob nº **201912350008** no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina venho por meio desta comunicar que minha tese acerca do Museu Paranaense de Ciências Forenses como espaço de educação científica foi aprovada no exame de qualificação.

Agradeço todo o apoio que me foi fornecido por toda a equipe do MPCF neste processo e, para que o trabalho possa seguir para a defesa e divulgação pública, venho por meio desta verificar se há restrição no uso das imagens a que seguem neste documento.

Na tabela abaixo, é possível assinalar quais figuras podem ou não serem utilizadas no trabalho e se há alguma observação quanto a elas.

Muito obrigada pela disponibilidade mais uma vez,

Cristine Lois Coleti Sierra
Doutoranda em Ensino de Ciências e Educação Matemática

2

FIGUR A	Há permissão de uso na tese		OBSERVAÇÃ O
	SIM	NÃO	
1	x		
2	x		
3	x		
4	x		
5	x		
6	x		
7	x		
8	x		
9	x		
10	x		
11	x		
12	x		
13	x		
14	x		
15	x		
16	x		
17	x		
18	x		
19	x		
20	x		
21	x		
22	x		
23	x		
24	x		
25	x		
26	x		
27	x		
28	x		
29	x		
30	x		
31	x		
32	x		
33	x		
34	x		
35	x		
36	x		
37	x		
38	x		
39	x		
40	x		
41	x		
42	x		
43	x		
44	x		
45	x		
46	x		

FIGUR A	Há permissão de uso na tese		OBSERVAÇÃ O
	SIM	NÃO	
47	x		
48	x		
49	x		
50	x		
51	x		
52	x		
53	x		
54	x		
55	x		
56	x		
57	x		
58	x		
59	x		
60	x		
61	x		
62	x		
63	x		
64	x		
65	x		
66	x		
67	x		
68	x		
69	x		
70	x		
71	x		
72	x		
73	x		
74	x		
75	x		
76	x		
77	x		
78	x		
79	x		
80	x		
81	x		
82	x		
83	x		
84	x		
85	x		
86	x		
87	x		
88	x		
89	x		
90	x		
91	x		
92	x		

FIGUR A	Há permissão de uso na tese		OBSERVAÇÃ O
	SIM	NÃO	
93	x		
94	x		
95	x		
96	x		
97	x		
98	x		
99	x		
100	x		
101	x		
102	x		
103	x		
104	x		
105	x		
106	x		
107	x		
108	x		
109	x		
110	x		
111	x		
112	x		
113	x		
114	x		
115	x		
116	x		
117	x		
118	x		
119	x		
120	x		
121	x		
122	x		
123	x		
124	x		
125	x		
126	x		
127	x		
128	x		
129	x		
130	x		
131	x		

FIGUR A	Há permissão de uso na tese		OBSERVAÇÃ O
	SIM	NÃO	
132	x		
133	x		
134	x		
135	x		
136	x		
137	x		
138	x		
139	x		
140	x		
141	x		
142	x		
143	x		
144	x		
145	x		
146	x		
147	x		
148	x		
149	x		
150	x		
151	x		
152	x		
153	x		
154	x		
155	x		
156	x		
157	x		
158	x		
159	x		
160	x		
161	x		
162	x		
163	x		
164	x		
165	x		
166	x		
167	x		
168	x		
169	x		
170	x		

FABIOLA
SCHUTZENBERGER
MACHADO:03658586923

Assinado de forma digital por
FABIOLA SCHUTZENBERGER
MACHADO:03658586923

Dados: 2024.05.29 12:29:06 -03'00'

Fabiola Schützenberger Machado
Curitiba, 27/05/2024.

Figura 1 – Interior do Museu Paraense de Ciências Forenses – Tatuá



Foto: 12/11/2022

Figura 2 – Interior do Museu Paraense de Ciências Forenses – Tatuá



Foto: 14/11/2022

Figura 3 – Interior do Museu Paraense de Ciências Forenses – Castro



Foto: Paulo A. Costa e Silva

Figura 4 – Linha do tempo da Polícia Científica do Paraná – Curitiba



Foto: A. J. Costa e Silva

Figura 5 – Joel Cavengue e uma das peças mais icônicas do museu, o Paralelino



Foto: João S. Lima

Figura 6 – Cadáveres de Protona, Fred e Paralelino no Museu Paraense de Ciências Forenses – Tatuá



Foto: 01/09/2022

Figura 7 – Crânio perforado por um bico – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Tatuá



Foto: 01/09/2022

Figura 8 – Crânio com prego enfiado – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Tatuá



Foto: 01/09/2022

Figura 9 – Peneira que contém resíduo de uma mulher – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Tatuá



Foto: 01/09/2022

Figura 10 – Cabeças e fígado de coelho encontrado em cadáver humano – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Tatuá



Foto: 01/09/2022

Figura 11 – Feto – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Tatuá



Foto: 01/09/2022

Figura 12 – Estação de Rádio utilizada entre 1960 e 1970 pelos peritos da época – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Tatuá



Foto: 01/09/2022

Figura 13 – Material fotográfico utilizado entre 1947 e 1960 pelos peritos – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Tatuá



Foto: 01/09/2022

Figura 14 – Material antigo de Representação Fossil Humana – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Tatuá



Foto: Ben. R. C. e Silva

Figura 15 – Museu Paraense de Ciências Forenses – Tatuá



Foto: 14/11/2022

Figura 16 – Biblioteca – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Tatuá



Foto: A. J. Costa e Silva

Figura 17 – Tacho cárnico utilizado para aquecimento de corpos – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Tatuá



Foto: Autocorreção

Figura 18 – Instrumentos médico-cirúrgicos utilizados nos necróscopos – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Tatuá



Foto: A. J. Costa e Silva

Figura 19 – Instrumentos médico-cirúrgicos utilizados nos necróscopos – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Tatuá



Foto: T. Lima (2022)

Figura 20 – Caixa de coleta e preservação – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Tatuá



Foto: 12/11/2022

Figura 21 – Ossos e próteses de membros superiores e inferiores – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Tatuá



Foto: 12/11/2022

Figura 22 – Fêmur com implante metálico – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Tatuá



Foto: T. Lima (2022)

Figura 23 – Mão e vestes das mãos – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Tatuá



Foto: 12/11/2022

Figura 24 – Tripé antigo – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Tatuá



Foto: 12/11/2022

Figura 25 – Máquina fotográfica – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Tatuá



Foto: Autocorreção

Figura 26 – Máquinas de escrever e computador utilizados antigamente em investigações – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Tatuá



Figura 27 – Cronômetro, colcha, pilgrifa e balança antigas – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Tatuá



Foto: A. J. Costa e Silva

Figura 28 – Polígrafo – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Tatuá



Figura 29 – Equipamentos fotográficos – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Tatuá



Foto: T. Lima (2022)

Figura 30 – Fârmacos antigos – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Tatuá



Foto: 01/09/2022

Figura 31 – Início das montagens das atividades do Museu Paraense de Ciências Forenses na Calçada de Castro – Litoral de Paraná



Foto: A. J. Costa e Silva

Figura 32 – Fachada das atividades do Museu Paraense de Ciências Forenses na Calçada de Castro – Litoral de Paraná



Foto: A. J. Costa e Silva

Figura 35 – Banner informando a população sobre as atividades desenvolvidas pelo Museu Paraense de Ciências Forenses – Litoral do Pará



Fonte: Arquivo A. Silva

Figura 36 – Atividades do Museu Paraense de Ciências Forenses no Calceado de Curitiba – Litoral do Pará



Fonte: Arquivo A. Silva

Figura 43 – Simulação da uso do artigo material de Representação Facial Humana – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Litoral do Pará



Fonte: Arquivo A. Silva

Figura 41 – Parte do Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses exposto no Calceado de Curitiba – Litoral do Pará



Fonte: Arquivo A. Silva

Figura 42 – Parte do Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses exposto no Calceado de Curitiba – Litoral do Pará



Fonte: Arquivo A. Silva

Figura 47 – Detector de Metais – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Litoral do Pará



Fonte: Arquivo A. Silva

Figura 48 – Cadeado cilíndrico com corcova, usado para controle de acesso no Calceado de Curitiba – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Litoral do Pará



Fonte: Arquivo A. Silva

Figura 49 – Equipamentos expostos no Calceado de Curitiba – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Litoral do Pará



Fonte: Arquivo A. Silva

Figura 54 – Visitantes aguardando a Visita Noturna ao Museu Paraense de Ciências Forenses – Centro de Curitiba



Fonte: Arquivo A. Silva

Figura 55 – Sala onde foram recebidos os visitantes que chegaram ao Antigo Instituto Médico Legal – Visita Noturna ao Museu Paraense de Ciências Forenses – Centro de Curitiba



Fonte: Arquivo A. Silva

Figura 37 – Exatidão visitando as atividades do Museu Paraense de Ciências Forenses no Calceado de Curitiba – Litoral do Pará



Fonte: Arquivo A. Silva

Figura 38 – Atividades realizadas no "Museu no 3-Posto"



Fonte: Arquivo A. Silva

Figura 39 – Parte do Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses exposto no Calceado de Curitiba – Litoral do Pará



Fonte: Arquivo A. Silva

Figura 44 – Parte da autônoma bolada com marcações de peritos em trânsito no Calceado de Curitiba – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Litoral do Pará



Fonte: Arquivo A. Silva

Figura 50 – Kit de Psicofotografia – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Litoral do Pará



Fonte: Arquivo A. Silva

Figura 51 – Maleta para Exames de Local de Crime – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Litoral do Pará



Fonte: Arquivo A. Silva

Figura 52 – Entrada do lado do Hospital de Patólogos do Antigo Instituto Médico Legal – Visita Noturna ao Museu Paraense de Ciências Forenses – Centro de Curitiba



Fonte: Arquivo A. Silva

Figura 53 – Sala de Hospital de Patólogos do Antigo Instituto Médico Legal – Visita Noturna ao Museu Paraense de Ciências Forenses – Centro de Curitiba



Fonte: Arquivo A. Silva

Figura 58 – Vão Oeste da Sala de necropsia do Antigo Instituto Médico Legal – Visita Noturna ao Museu Paraense de Ciências Forenses – Centro de Curitiba



Fonte: Arquivo A. Silva

Figura 37 – Exatidão visitando as atividades do Museu Paraense de Ciências Forenses no Calceado de Curitiba – Litoral do Pará



Fonte: Arquivo A. Silva

Figura 38 – Cadeado – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Litoral do Pará



Fonte: Arquivo A. Silva

Figura 39 – Material antigo de Representação Facial Humana – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Litoral do Pará



Fonte: Arquivo A. Silva

Figura 45 – Parte da autônoma bolada com marcações de peritos em trânsito no Calceado de Curitiba – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Litoral do Pará



Fonte: Arquivo A. Silva

Figura 46 – Maleta de Psicofotografia, Maleta para Exames de Local de Crime, Máquina Fotográfica, Fluor Zetabrad – Acervo do Museu Paraense de Ciências Forenses – Litoral do Pará



Fonte: Arquivo A. Silva

Figura 52 – Terceira, partida e o labor da Polícia Científica – Museu Paraense de Ciências Forenses – Litoral do Pará



Fonte: Arquivo A. Silva

Figura 53 – Entrada do Antigo Instituto de Criminalística – Antigo Instituto Médico Legal – Visita Noturna ao Museu Paraense de Ciências Forenses – Centro de Curitiba



Fonte: Arquivo A. Silva

Figura 58 – Mesa de necropsia – Visita Noturna ao Museu Paraense de Ciências Forenses – Centro de Curitiba



Fonte: Arquivo A. Silva

Figura 60 – Sala de Radiografia do Antigo Instituto Médico Legal – Visita Noturna ao Museu Paraense de Ciências Forenses – Centro de Curitiba



Fonte: Arquivo A. Silva

Figura 61 – Equipamento para análise de materiais – Visita Noturna ao Museu Paranaense de Ciências Forenses – Centro de Curitiba



Foto: A. Cristóvão

Figura 62 – Sala de tratamento de Antigo Instituto Médico Legal – Visita Noturna ao Museu Paranaense de Ciências Forenses – Centro de Curitiba



Foto: A. Cristóvão

Figura 63 – Documentos utilizados para exame anátomo na Sala de Autópsia do Antigo Instituto Médico Legal – Visita Noturna ao Museu Paranaense de Ciências Forenses – Centro de Curitiba



Foto: A. Cristóvão

Figura 64 – Câmaras F&S onde eram armazenados corpos no Antigo Instituto Médico Legal – Visita Noturna ao Museu Paranaense de Ciências Forenses – Centro de Curitiba



Foto: A. Cristóvão

Figura 65 – Gavetas do necrotério no Antigo Instituto Médico Legal – Visita Noturna ao Museu Paranaense de Ciências Forenses – Centro de Curitiba



Foto: A. Cristóvão

Figura 66 – Vista interna de uma gaveta do necrotério do Antigo Instituto Médico Legal – Visita Noturna ao Museu Paranaense de Ciências Forenses – Centro de Curitiba



Foto: A. Cristóvão

Figura 67 – Mucilagem aplicada para os visitantes sobre os lábios marcados pela pericia, na sala de gavetas do necrotério no Antigo Instituto Médico Legal – Visita Noturna ao Museu Paranaense de Ciências Forenses – Centro de Curitiba



Foto: A. Cristóvão

Figura 68 – Imagem de instrumentos comumente usados nas exames de necropsia – Visita Noturna ao Museu Paranaense de Ciências Forenses – Centro de Curitiba



Foto: A. Cristóvão

Figura 69 – Foto da sala de necropsia do Antigo Instituto Médico Legal – Visita Noturna ao Museu Paranaense de Ciências Forenses – Centro de Curitiba



Foto: A. Cristóvão

Figura 70 – Documentos auxiliares para o exame de necropsia – Visita Noturna ao Museu Paranaense de Ciências Forenses – Centro de Curitiba



Foto: A. Cristóvão

Figura 71 – Chapeleiro a massas com documentos no Antigo Instituto Médico Legal – Visita Noturna ao Museu Paranaense de Ciências Forenses – Centro de Curitiba



Figura 72 – Foto da sala com as gavetas do necrotério no Antigo Instituto Médico Legal – Visita Noturna ao Museu Paranaense de Ciências Forenses – Centro de Curitiba



Foto: A. Cristóvão

Figura 73 – Foto da BIRCA de Museu – Teresina



Foto: A. Cristóvão

Figura 74 – Galeria de Tatuagem – Teresina



Figura 75 – Imagem de uma artefato documental – Teresina



Foto: A. Cristóvão

Figura 76 – Dúvida sobre o tipo de crime – Teresina

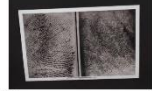


Foto: A. Cristóvão

Figura 77 – Notas de centros artísticos – Teresina



Figura 78 – Tatuagem em Teresina



Foto: A. Cristóvão

Figura 79 – Placa antiga – Teresina



Foto: A. Cristóvão

Figura 80 – Nome placa na parede e cartolina cultural – Teresina



Figura 81 – Tatuagem em Teresina



Foto: A. Cristóvão

Figura 82 – Placa informativa sobre a manifestação – Teresina



Foto: A. Cristóvão

Figura 83 – Placa informativa sobre os materiais do despacho eletrônico – Teresina



Figura 84 – Armário com material de desenho técnico e de retratos falsos – Teresina



Foto: A. Cristóvão

Figura 85 – Armário com perfis e blocos – Teresina



Figura 86 – Armário com centrais de rádio comunicação, mapalinas e gravadores – Teresina



Foto: A. Cristóvão

Figura 87 – Armário com câmeras e outros materiais fotográficos – Teresina



Foto: A. Cristóvão

Figura 88 – Acervo de Bibliotecas – Teresina



Figura 89 – Acervo de Bibliotecas – Teresina



Foto: A. Cristóvão

Figura 90 – Maleta – Teresina



Foto: A. Cristóvão

Figura 91 – Maleta – Teresina



Figura 92 – Maleta – Teresina



Foto: A. Cristóvão

Figura 93 – Mesa de Desenho Técnico – Teresina



Foto: A. Cristóvão

Figura 94 – Placa de Mesa de Desenho Técnico – Teresina





Figura 112 – Reprodutores de música: player, tutor de stp e rfm, odisque e CD – Taramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 113 – Logitech Personal Decoder: odisques, rfm e rfm e cablados – Taramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 114 – Equipamentos ópticos com cinescópio fundo – Taramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 115 – Laptops, Celulares e cabos de dados de celulares antigos – Taramã



Fonte: Arquivo pessoal



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 117 – Hardware e software do Celular 16 – Taramã



Fonte: Arquivo pessoal



Fonte: Arquivo pessoal



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 120 – Reprodução de reportagens de início dos anos 2000 – Taramã



Fonte: Arquivo pessoal



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 122 – Reprodução de propaganda de pager dos anos 90 – Taramã



Fonte: Arquivo pessoal



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 124 – Reprodução da propaganda de celular dos anos 90 – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 125 – Reprodução de propaganda de celular dos anos 90 – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 126 – Paisagem da recepção do Prédio da Polícia Científica – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 127 – Banheiro Institucional na recepção do prédio – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 128 – Palestra “Gêneros sobre Segurança na Internet” – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 129 – Slides mostrando alguns materiais de técnicas e técnicas aplicadas na investigação – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 130 – Slides mostrando alguns materiais de crimes contra o consumidor pessoal no laboratório – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 131 – Slides mostrando alguns materiais de crimes pessoais no laboratório – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 132 – Slides mostrando alguns materiais de crimes pessoais no laboratório – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 133 – Slides mostrando alguns materiais de crimes pessoais no laboratório – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 134 – Slides mostrando alguns materiais de crimes pessoais no laboratório – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 135 – Palestra “Armas de Fogo: O Universo da Balística Forense” – Teramã



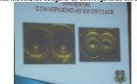
Fonte: Arquivo pessoal

Figura 136 – Slides mostrando imagens de convergência em projetos – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 137 – Slides mostrando imagens de convergência em projetos – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 138 – Slides mostrando a foto que um aludido utilizou com sua foto real – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 139 – Vista Noturna do Prédio da Polícia Científica – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 140 – Slides com foto de Laboratório de Química da Polícia Científica – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 141 – Slides mostrando o pó de recuperação para o público – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 142 – Slides sobre o sistema – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 143 – Slides mostrando o todo sobre o sistema de segurança – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 144 – Slides mostrando o pó de recuperação para o público – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 145 – Imagem com o slide apresentado a formação das Ciências Forenses



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 146 – Slides mostrando os pontos da Polícia Científica de Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 147 – Slides do curso simulando o poder de destruição de cada tipo de projeto – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 148 – Slides do curso simulando o poder de destruição de cada tipo de projeto – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 149 – Espaço Kids na Polícia Científica – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 150 – Slides com foto do laboratório de Química da Polícia Científica – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 151 – Slides mostrando alguns materiais de crimes pessoais no laboratório – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 152 – Slides mostrando alguns materiais de crimes pessoais no laboratório – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 153 – Slides mostrando o pó de recuperação para o público – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 154 – Slides com fotografias de crimes pessoais – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 155 – Slides com fotografias de crimes pessoais – Teramã



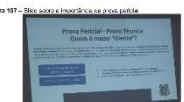
Fonte: Arquivo pessoal

Figura 156 – Slides com fotografias de crimes pessoais – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 157 – Slides com fotografias de crimes pessoais – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 158 – Slides com fotografias de crimes pessoais – Teramã



Fonte: Arquivo pessoal

Fonte: Arquivo do autor.
 Figura 189 – Público assistindo ao vídeo da investigação pública – Centro da Curitiba



Fonte: Arquivo do autor.
 Figura 190 – Instalação para o vídeo da investigação pública – Centro da Curitiba



Fonte: Arquivo do autor.
 Figura 191 – Instalação para o vídeo da investigação pública – Centro da Curitiba



Fonte: Arquivo do autor.
 Figura 192 – Público assistindo ao vídeo da investigação pública – Centro da Curitiba



Fonte: Arquivo do autor.
 Figura 193 – Instalação para o vídeo da investigação pública – Centro da Curitiba



Fonte: Arquivo do autor.
 Figura 194 – Instalação para o vídeo da investigação pública – Centro da Curitiba



Fonte: Arquivo do autor.
 Figura 195 – Público assistindo ao vídeo da investigação pública – Centro da Curitiba



Fonte: Arquivo do autor.
 Figura 196 – Instalação para o vídeo da investigação pública – Centro da Curitiba



Fonte: Arquivo do autor.
 Figura 197 – Instalação para o vídeo da investigação pública – Centro da Curitiba



Fonte: Arquivo do autor.
 Figura 198 – Instalação para o vídeo da investigação pública – Centro da Curitiba



Fonte: Arquivo do autor.
 Figura 199 – Instalação para o vídeo da investigação pública – Centro da Curitiba



Fonte: Arquivo do autor.
 Figura 200 – Instalação para o vídeo da investigação pública – Centro da Curitiba

